



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)
INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS (IESA)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

RENATO AUGUSTO SOUZA GOMES

**Renda, território e Estado Social: Análise do Programa Bolsa
Família nas comunidades quilombolas do Sítio Histórico Kalunga
em Cavalcante (GO)**

Orientador: Prof. Dr. Denis Castilho

GOIÂNIA

2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese

2. Nome completo do autor

Renato Augusto Souza Gomes

3. Título do trabalho

Renda, Território e Estado Social: análise do Programa Bolsa Família nas comunidades quilombolas do sítio histórico Kalunga em Cavalcante (GO)

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **RENATO AUGUSTO SOUZA GOMES, Discente**, em 18/03/2022, às 09:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Dênis Castilho, Professor do Magistério Superior**, em 18/03/2022, às 17:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2768002** e o código CRC **F79F3C42**.

RENATO AUGUSTO SOUZA GOMES

Renda, território e Estado Social: Análise do Programa Bolsa Família nas comunidades quilombolas do Sítio Histórico Kalunga em Cavalcante (GO)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais (IESA) da Universidade Federal de Goiás (UFG), com requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Natureza e Produção do Espaço

Linha de pesquisa: Dinâmica Socioespacial

Orientador: Prof. Dr. Denis Castilho

GOIÂNIA

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Gomes, Renato Augusto Souza
Renda, território e Estado social [manuscrito] : Análise do Programa Bolsa Família nas comunidades quilombolas do Sítio Histórico Kalunga em Cavalcante (GO) / Renato Augusto Souza Gomes. - 2022.
CXCVII , 197 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Denis Castilho.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, ,
Programa de Pós-Graduação em Geografia, Goiânia, 2022.
Bibliografia. Anexos. Apêndice.

Inclui siglas, mapas, fotografias, abreviaturas, tabelas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. Programa Bolsa Família. 2. Renda. 3. Território. 4. Comunidades Quilombolas. 5. Estado Social. I. Castilho, Denis , orient. II. Título.

CDU 911



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº **10/2022** da sessão de Defesa de Dissertação de **Renato Augusto Souza Gomes**, que confere o título de Mestre em **Geografia**, na área de concentração em **Natureza e Produção do Espaço**.

Aos **dezesesseis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e dois**, a partir das **14 horas**, por meio de **videoconferência**, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada “**Renda, Território e Estado Social: análise do Programa Bolsa Família nas comunidades quilombolas do sítio histórico Kalunga em Cavalcante (GO)**”. Os trabalhos foram instalados pelo Orientador, Professor Doutor **Dênis Castilho (IESA/UFG)** com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor Doutor **Diego Pinheiro Alencar (IFGoiano)**, membro titular externo; Professor Doutor **Tadeu Pereira Alencar Arrais (IESA/UFG)**, membro titular interno. Durante a arguição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido o candidato **aprovado** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo Professor Doutor **Dênis Castilho**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata, que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora aos **dezesesseis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e dois**.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Dênis Castilho, Professor do Magistério Superior**, em 16/02/2022, às 16:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **DIEGO PINHEIRO ALENCAR, Usuário Externo**, em 16/02/2022, às 16:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tadeu Pereira Alencar Arrais, Professor do Magistério Superior**, em 16/02/2022, às 19:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2695699** e o código CRC **6A6FFAD8**.

Referência: Processo nº 23070.069973/2021-78

SEI nº 2695699

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer aos meus pais que sempre foram essenciais na minha jornada, contribuíram da melhor forma possível para que esta pesquisa fosse realizada, sem eles não seria possível concluir essa etapa da minha vida, depositaram toda a confiança em mim desde o início do processo.

Aos meus amigos e amigas que estiveram sempre comigo nos momentos de enriquecimento intelectual e agregaram muito durante o mestrado. Gostaria também de agradecer a Aline Bastos, por me ajudar com muita dedicação na elaboração dos mapas e croquis desta dissertação.

Ao meu orientador Denis Castilho e a todo o corpo docente e administrativo do Instituto de Estudos Socioambientais (IESA).

Agradeço também ao Jorge Pires, presidente da Associação Quilombo Kalunga (AQK), que deu todo o apoio para a realização da pesquisa de campo durante a pandemia, ao guia e agente de saúde, Elias, por me acompanhar nas comunidades quilombolas durante os dias da pesquisa de campo com muito profissionalismo e paciência, a todos os funcionários e funcionárias da prefeitura de Cavalcante e as mães quilombolas do Sítio Histórico Kalunga.

Muito Obrigado a todos vocês!

RESUMO

As políticas públicas, por meio da implementação dos programas de transferência de renda - como o Programa Bolsa Família (PBF) e a universalização dos sistemas de saúde e educação, são imprescindíveis à consolidação dos direitos sociais previstos na Constituição Federal de 1988. Nesta dissertação buscou-se analisar o PBF nas comunidades quilombolas do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga (SHPCK) de Cavalcante (GO). Os procedimentos metodológicos basearam-se em pesquisa bibliográfica, levantamento de dados primários e secundários, mapeamentos, realização de trabalhos de campo e de entrevistas semiestruturadas com as mães quilombolas beneficiárias do PBF. Os resultados reforçam a importância da renda do programa para o território quilombola, especialmente em períodos de crise econômica e sanitária. Elementos centrais como renda, território e políticas sociais de saúde e educação, se constituem como instrumentos essenciais ao fortalecimento das territorialidades quilombolas. Além de ser responsável por um alívio das condições de pobreza e extrema pobreza dessas comunidades, o Programa tem cumprido importante objetivo como transferência de renda focalizada e como artifício de fortalecimento da autonomia e das condições das mães no âmbito familiar e comunitário. A capilaridade do Estado Social, nesse sentido, se traduz com políticas educacionais, de saúde, de fomento à agricultura familiar e também por meio de transferência de renda, se constituindo como importante artifício de fortalecimento comunitário e das territorialidades de comunidades tradicionais.

Palavras-chave: Programa Bolsa Família; Renda; Território; Comunidades Quilombolas; Estado Social.

ABSTRACT

Public policies, through the implementation of income transfer programs - such as the Bolsa Família Program and the universalization of health and education systems are essential for the consolidation of social rights provided in the Federal Constitution of 1988. This study will analyze the Bolsa Família Program in the quilombola communities of the Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga (SHPCK) in Cavalcante (GO). The methodological procedures were based on bibliographic research, a collection of primary and secondary data, mapping, field work and semi-structured interviews with quilombola mothers who benefit from the PBF. The results reinforce the importance of income from the program for the quilombola territory, especially in the periods of economic and health crisis. In addition to being responsible for minimizing the conditions of poverty and extreme poverty in these communities, The Program has fulfilled an important objective as a focused income transfer and as an artifice to strengthen the autonomy and conditions of mothers within the family and community. Furthermore, the results reinforce that the capillarity of the Social Status translates into educational, health and family farming policies, as well as through income transfer, constituting an important artifice for strengthening the community and the territoriality of traditional communities.

Keywords: Bolsa Família Program; Income; Territory; Quilombola Communities; Social State.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Percentual de famílias beneficiárias do PBF em relação à população estimada nos municípios brasileiros.....	51
Figura 2- Quantidade de crianças de 0 a 4 anos beneficiárias do PBF por região	53
Figura 3- Regiões de Planejamento de Goiás	72
Figura 4 - Região de Planejamento do Nordeste Goiano	74
Figura 5 - Distribuição percentual das faixas de renda do Cadastro Único das famílias em Goiás.....	78
Figura 6- Percentual de famílias beneficiárias do PBF em situação de extrema pobreza nas regiões de planejamento de Goiás	79
Figura 7- Percentual de famílias inscritas no Cadastro Único beneficiárias do PBF nas regiões de planejamento de Goiás.....	80
Figura 8- Quantidade de famílias beneficiárias do PBF nos municípios goianos.....	81
Figura 9- Percentual de famílias beneficiárias em relação à população total nos municípios goianos.....	82
Figura 10- Percentual de crescimento do número de famílias beneficiárias nas Regiões de Planejamento de Goiás (2004-2020)	84
Figura 11- Valor médio do PBF nas Regiões de planejamento de Goiás	86
Figura 12 - Distribuição percentual das faixas etárias das Regiões de Planejamento em relação à população total.....	87
Figura 13 - Quantidade de municípios goianos por classes populacionais	88
Figura 14 - Quantidade de famílias pertencentes aos GPTE nos estados brasileiros.....	93
Figura 15 - Quantidade de famílias quilombolas beneficiárias do PBF nos municípios brasileiros	94
Figura 16 - Série histórica de famílias beneficiárias dos GPTE do PBF de 2012 a 2020 no Brasil.....	96
Figura 17 - Percentual de famílias beneficiárias pertencentes aos GPTE nas regiões de planejamento de Goiás.....	97
Figura 18 -. Série histórica de famílias quilombolas beneficiárias do PBF no Brasil (2012-2020).....	98
Figura 19 - Série histórica de famílias quilombolas beneficiárias do PBF em Goiás (2012-2020).....	99
Figura 20 - Comunidades remanescentes de quilombos certificadas em Goiás.....	100
Figura 21 - Percentual de famílias quilombolas beneficiárias do PBF nos municípios goianos	101
Figura 22 - Municípios goianos que apresentaram os maiores percentuais de crescimento anual na quantidade de famílias quilombolas beneficiárias do PBF de 2012 a 2020.....	103
Figura 23 - Série histórica de famílias quilombolas beneficiárias do PBF nos municípios do território Kalunga de 2012 a 2020.....	104
Figura 24– Instituições visitadas na pesquisa de campo na cidade de Cavalcante.....	106
Figura 25– Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) de Cavalcante	107
Figura 26– Distância e altimetria do Vão do Moleque à cidade de Cavalcante	110
Figura 27– Distância e altimetria do Vão de Almas à cidade de Cavalcante	111
Figura 28– Estrutura do povoado Kalunga do Engenho II.....	113
Figura 29– Casa de alvenaria na comunidade do Engenho II	113
Figura 30– A) Veículo utilizado pela equipe volante na zona urbana; B) Veículo utilizado pela equipe volante da zona rural; C) Secretaria de Assistência Social de Cavalcante	116
Figura 31 – Secretária de Educação de Cavalcante	118

Figura 32– Principais escolas do território Kalunga	120
Figura 33– A) Placa da reforma e ampliação do Colégio Estadual Calunga I, no Vão do Moleque; B) Placa da reforma e ampliação do Colégio Estadual Calunga I, no Vão de Almas	122
Figura 34– A) Hospital Municipal; B) Academia da Saúde; C) Unidade Básica de Saúde (Centro); D) Unidade Básica de Saúde (Morro Encantado).....	124
Figura 35– A) Unidade Básica de Saúde (Engenho II); B) Farmácia Municipal; C) Secretaria Municipal de Saúde	124
Figura 36 – Ponte do Rio Almas no Vão de Almas	127
Figura 37 – Localização do Sítio Histórico Kalunga e suas principais localidades	129
Figura 38 – Pontos visitados durante a pesquisa de campo.....	130
Figura 39– A) Placas na saída da cidade indicando a direção das comunidades quilombolas; B) Placa do SHPCK; C) Trecho da GO 241	131
Figura 40– A placa indicando o povoado do Engenho II e a comunidade vazia devido à pandemia.....	132
Figura 41– Área de evento na comunidade do Engenho II, na qual se realizaram as entrevistas e conversas com as mães beneficiárias.....	133
Figura 42– A) Escola Municipal Joselina Francisco Maia; B) Centro de Atendimento ao Turista, fechado durante o período da pandemia; C) Loja de produtos quilombola, fechada durante o período da pandemia; D) Homem Kalunga trabalhando na roça; E) Crianças Kalunga brincando no quintal	134
Figura 43– Postes de energia elétrica no Vão do Moleque	135
Figura 44– A) Vista da formação rochosa do dedo do moleque; B) Elias descendo uma área de declive com sua moto	136
Figura 45– Típica construção Kalunga no Vão do Moleque.....	137
Figura 46– A) Trecho pavimentado da GO-214; B) Entrada a esquerda na GO-118 do acesso ao Vão de Almas; C) Estrada em péssimas condições no Vão de Almas; D) Típica construção Kalunga no Vão de Almas; E) Paisagem da região do Vão de Almas	139
Figura 47– A) Colégio Estadual Calunga I no Vão de Almas; B) Rio das Almas e a canoa utilizada para a travessia no caminho até o Colégio Calunga I.....	140
Figura 48– Quantidade de benefícios do PBF por setor censitário no município de Cavalcante	141
Figura 49– Escolaridade das mães beneficiárias do PBF da comunidade Kalunga em Cavalcante, Goiás	143
Figura 50– Quantidade de filhos nas famílias beneficiárias do PBF na comunidade Kalunga em Cavalcante, Goiás	144
Figura 51– Quantidade de pessoas que compõem o núcleo familiar das mães beneficiárias do PBF na comunidade Kalunga em Cavalcante, Goiás	145
Figura 52– Destino da renda do PBF nas famílias beneficiárias da comunidade Kalunga em Cavalcante, Goiás	146
Figura 53– Açougue do povoado Kalunga do Engenho II	152
Figura 54– Lotérica de Cavalcante	153
Figura 55– Trajeto do Engenho II a Cavalcante.....	154
Figura 56– Trajeto do Vão do Moleque a Cavalcante	155
Figura 57– Trajeto do Vão de Almas a Cavalcante	156
Figura 58– Tipo de atendimento médico-hospitalar das famílias beneficiárias do PBF da comunidade Kalunga em Cavalcante, Goiás	159
Figura 59– Quadro síntese.....	164

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Programas de transferência de renda antecessores ao PBF	49
Quadro 2 - Grupos Populacionais Tradicionais e específicos do PBF	92

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de famílias e valor repassado das cinco regiões do Brasil.....	51
Tabela 2 - Produto Interno Bruto e PIB per capita nas Regiões de Planejamento (2015).....	76
Tabela 3- Quantidade de famílias inscritas no Cadastro Único e população das Regiões de Planejamento de Goiás	78
Tabela 4 - Valor repassado do BPF nas Regiões de Planejamento de Goiás.....	85
Tabela 5 - Dados do Programa Bolsa Família e Cadastro Único por classes populacionais de Goiás.....	89
Tabela 6 - Percentual de famílias beneficiárias em relação à população total e famílias em extrema pobreza por classes populacionais.	89
Tabela 7– Gestão das condicionalidades do PBF	109
Tabela 8 – Natureza das instituições de ensino em Cavalcante.....	118
Tabela 9– Infraestrutura dos estabelecimentos de ensino de Cavalcante	119
Tabela 10 – Percentual de atendimento educacional por faixa etária e IDM Educação de Cavalcante de 2012 a 2018.....	119

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AFDC - Aid to Families with Dependent Children
AQK - Associação Quilombo Kalunga
BPC- Benefício de Prestação Continuada
CANG - Colônia Agrícola Nacional de Goiás
CAT – Central de Atendimento ao Turista
COVID 19 – Coronavírus
CRAS - Centro de Referência Assistência Social
DAIA - Distrito Agroindustrial de Anápolis
FHC - Fernando Henrique Cardoso
GPTE - Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos
HPV - Vírus do Papiloma Humano
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social
PAIF - Proteção e Atenção Integral à Família
PBF - Programa Bolsa Família
PGRM - Programa de Garantia de Renda Mínima
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PPA - Plano Plurianual
PT - Partido dos Trabalhadores
PBQ - Programa Brasil Quilombola
PNPIR - Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial
RBC - Renda Básica de Cidadania
RIDE - Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno
RMV- Renda Mensal Vitalícia
SEDUCGO - Secretaria de Estado de Educação de Goiás
SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SEPPIR - Secretaria Especial de Políticas e Promoção para a Igualdade Racial
SHPCK - Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga
TANF - Temporary Assistance to Needy Families
UBS - Unidade Básica de Saúde

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 11

1 - DA RENDA BÁSICA AO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: AS TRANSFERÊNCIAS DE RENDA EM TERRITÓRIOS VULNERÁVEIS 16

1.1 – Os primórdios da assistência pública e da seguridade social	17
1.2-Renda Básica: uma discussão teórica.....	23
1.3-Renda Básica em sua fase madura e o Estado de bem-estar social.....	29
1.4-Políticas de Transferência de renda: A capilaridade territorial do Programa Bolsa Família e o enfrentamento da pobreza.....	39

2 - DESIGUALDADE REGIONAL: O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO TERRITÓRIO GOIANO 64

2.1- A produção do território goiano	65
2.2- O perfil regional do Programa Bolsa Família no território goiano	77
2.3- Grupos populacionais tradicionais e específicos: As famílias de origem quilombolas.....	90

3 - O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO TERRITÓRIO KALUNGA 105

3.1 A capilaridade do Estado Social no território Kalunga em Cavalcante.....	106
3.2 Entre serras e vãos: os caminhos até as mães beneficiárias do PBF	128
3.3 A voz das mães Kalunga.....	141

4 - CONCLUSÕES 167

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 170

APÊNDICE 183

Apêndice A - Instrumento de Coleta de Dados.....	183
--	-----

ANEXOS 185

Anexo A – Parecer consubstanciado do Conselho de Ética e Pesquisa da UFG.....	185
Anexo B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Para os Professores.....	188
Anexo C – Solicitação de autorização para realização da pesquisa de campo.....	191
Anexo D - Bolsa Família e Cadastro Único no seu Município	192

APRESENTAÇÃO

As primeiras formas de assistência pública à população em condições de pobreza e miséria estavam sendo pensadas desde meados do século XVI, mesmo que em um plano utópico, assim como foi concebido por Thomas More em sua obra *A Utopia* de 1516. O influente texto de More o consagrou como pioneiro da ideia de assistência pública. Nota-se que não é recente a necessidade da atuação do Estado na esfera social como forma de garantir dignidade aos indivíduos que se encontram em situação de miséria e sem condições necessárias para sua reprodução social.

Com o passar dos anos, diversas estruturas de atuação do Estado para proteção da população mais vulnerável foram sendo criadas. A Lei dos Pobres na Inglaterra possuía um viés punitivo, com trabalhos forçados, e alimentava uma dicotomia entre merecedores e não merecedores da assistência pública. Outro modelo de assistência pública foi a Lei de *Speenhamland*, instituída no ano de 1789 na Inglaterra e propunha mitigar os efeitos catastróficos da crise na colheita do trigo, com por meio de uma renda mínima.

No entanto, vale ressaltar um modelo que mudou a filosofia da assistência pública e rompeu com o padrão originário da Lei dos Pobres que perdurou por mais de séculos na Inglaterra. O modelo berevidgiano surge no pós-guerra com o objetivo de libertar o homem da necessidade. O elo entre a assistência pública e a seguridade social, estabeleceu o surgimento do Estado de bem-estar social e abriu caminho para a criação dos primeiros programas de transferências de renda no mundo.

Outro importante mecanismo considerado um caminho para a erradicação da desigualdade, pobreza e das mais diversas formas de inseguranças econômicas e problemas sociais é a Renda Básica incondicional. Defendida como um padrão ideal de garantia de renda a toda população de determinado território, a Renda Básica possui uma extensa literatura, iniciada no século XVII com Thomas Paine. A discussão ampliou-se e passou a fazer parte do debate público. Além da realidade marcada pelos altos níveis de desemprego, automação e precarização cada vez mais acentuada do universo do trabalho, a defesa da Renda Básica tem ganhado força em função da fragilidade estrutural dos atuais sistemas de proteção social que são majoritariamente focalizados, assim não alcançam toda a população que passa por necessidades econômicas ou sociais.

A proteção social à população em condições de pobreza no Brasil tem sua principal referência nos programas de transferência de renda focalizados e tiveram sua guinada no período pós-constituição de 1988, especificamente na década de 1990 esses programas entraram de vez nas políticas governamentais no âmbito da assistência social brasileira. Em vista disso, esta pesquisa parte da análise do Programa Bolsa Família (PBF) como uma política de transferência de renda que possui um legado de resultados positivos em relação à redução da extrema pobreza no território brasileiro. De acordo com o Relatório de Informações Sociais, em junho de 2020 o Programa beneficiou 14.283.507 famílias, que receberam os repasses com valor médio de R\$ 187,93. Em Goiás, no mês de junho, 305.151 famílias receberam o benefício (BRASIL, 2020).

Devido ao cenário de pobreza e desigualdade social presente no território brasileiro, os programas de transferência de renda apresentam-se como um forte instrumento de proteção social. O Brasil é caracterizado por possuir um perfil regional heterogêneo de realidades sociais, econômicas e históricas. Assim, é possível identificar as regiões que merecem atenção específica do Estado. Por meio de bases estatísticas e pesquisas domiciliares, tem-se conhecimento dessa desigualdade, em territórios muitas vezes desassistidos pelo Estado e em condições vulneráveis.

Diante dessa ausência de um Estado social nessas regiões, marcadas por um processo histórico de segregação, como nos territórios das comunidades tradicionais, a pesquisa tem como recorte espacial as comunidades quilombolas do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga (SHPCCK), localizadas no Nordeste goiano, no município de Cavalcante. Essas comunidades são caracterizadas por sua resistência e luta pelo território. Optou-se por esse recorte devido à limitada quantidade de estudos relacionados às implicações dos programas de transferências de renda em territórios de comunidades tradicionais, uma vez que os estudos sobre esse tipo de política social concentram-se majoritariamente em áreas urbanas.

Diante disso, surge à necessidade de uma investigação aprofundada sobre PBF em comunidades que possuem diferentes formas de territorialidades, como é o caso das comunidades do SHPCCK em Goiás. Vale destacar os variados processos históricos de formação da sociedade brasileira que resultaram no desenvolvimento de modos de vida próprios do ponto de vista cultural, econômico e social. Nesse sentido, obteve-se uma grande conquista, pois a Constituição cidadã de 1988 considerou a existência de diversos grupos populacionais culturalmente diferenciados por possuírem suas formas próprias de organização

social, as quais se constituem no território se apropriando dos recursos naturais como forma de “reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” (BRASIL, 2020). Dessa forma, esses grupos passaram a fazer parte dos documentos e legislações pós 1988.

No entanto, esse reconhecimento foi apenas o primeiro passo diante do grande desafio dessas populações que no Brasil se situam em territórios camuflados, marcados pela segregação, desigualdade e forte invisibilidade por parte das políticas públicas. Assim, é necessário que o poder público tenha conhecimento do território, das diferenças e identifique essas comunidades tradicionais com o objetivo de facilitar a aplicação de políticas públicas e sociais, como o PBF.

Com a proposta de incluir e identificar os povos de comunidades tradicionais nas políticas públicas e sociais, no ano de 2009 o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) publicou material orientando os gestores municipais no processo de cadastramento do PBF e Cadastro Único para identificação das famílias quilombolas, indígenas e famílias em situação de rua. Mas somente no ano de 2012 foi publicado o Guia de Cadastramento dos grupos populacionais tradicionais e específicos (GPTE)¹, que permitiu identificar famílias pertencentes a 17 grupos, de acordo com suas especificidades socioculturais, geográficas e econômicas, sendo classificados em quatro principais e subdivididos em tipos de famílias representantes de cada grupo. Os GPTE representaram 16% das 14.283.507 famílias beneficiárias do PBF em todo o Brasil (BRASIL, 2020).

¹ Grupos Tradicionais e Específicos (grupos de *origem étnica*: famílias quilombolas, famílias indígenas, famílias ciganas e famílias pertencentes a comunidades de terreiro; os grupos relacionados ao *meio ambiente*: famílias extrativistas, famílias de pescadores artesanais e famílias ribeirinhas; os grupos relacionados ao *meio rural*: famílias de agricultores familiares, famílias assentadas da reforma agrária, famílias beneficiárias do programa nacional de crédito fundiário e famílias acampadas; e os grupos em *situações conjunturais*: famílias atingidas por empreendimentos de infraestrutura, família com pessoa presa no sistema carcerário, famílias em situação de rua, famílias de catadores de material reciclável e famílias em situação de trabalho infantil) (BRASIL, 2012).

Em Goiás, de acordo com o Relatório de informações sociais, em abril de 2020 o grupo específico do meio rural representou 56% do total de famílias beneficiárias do PBF pertencentes aos GPTE; já o grupo específico de origem étnica representou 22%. Dessa forma, optou-se em ter como foco da investigação o Grupo de origem étnica quilombola. Cerca de 40% dessas famílias quilombolas localizam-se no território do SHPCK, recorte espacial desta pesquisa.

Do ponto de vista metodológico, o trabalho é composto por levantamento bibliográfico sobre os principais eixos da pesquisa: programas de transferência de renda, território, Estado Social e comunidades quilombolas. Coleta de dados secundários, para a produção de banco de dados, gráficos, tabelas e mapeamentos em escala regional, municipal e nacional, correlacionando dados do PBF e Cadastro Único com os aspectos sociais, econômicos, demográficos, históricos e culturais. Assim, a elaboração desses materiais foi possível devido aos dados disponíveis nas plataformas de transparência do Governo Federal e Estadual: Relatório de Informações (RI) do Bolsa Família e Cadastro Único, Portal Bolsa Família e Cadastro Único no seu Município, Aplicativo Visualizador de Dados Sociais (VIS Data), Mapas Estratégicos para Políticas de Cidadania (MOPS), Tabulador de Informações do Cadastro Único (Tabcad), Fundação Cultural Palmares (FCP), Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (CONAQ), Instituto Mauro Borges (IMB) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Além da consulta em diversos documentos e legislações sobre programas de transferências de renda, políticas públicas e sociais.

Com o auxílio dos mapeamentos, gráficos e tabelas a última parte da pesquisa consistiu no trabalho de campo, nas comunidades quilombolas do SHPCK. Durante o campo realizou-se entrevistas semiestruturadas com os gestores e funcionários públicos responsáveis pela implementação das políticas sociais do município de Cavalcante como: secretária de saúde, secretária de educação e secretária de assistência social. O objetivo das entrevistas foi compreender os principais aspectos relacionados ao PBF, a saúde e a educação do município, sobretudo nas comunidades quilombolas do SHCPK.

Por fim, a pesquisa de campo focou nos três principais núcleos da comunidade Kalunga (Engenho II, Vão do Moleque e Vão de Almas). Nesse sentido, foi aplicado instrumento de coleta de dados e entrevistas semiestruturadas com as mães quilombolas beneficiárias do PBF, para compreender os impactos do PBF nas comunidades pela voz das mães Kalunga.

Sabe-se que a intervenção do Estado na esfera social com a aplicação de políticas públicas, que tem como foco a redução da pobreza, da desigualdade social e a garantia de oportunidades, torna-se eficaz quando a leitura do território não é limitada e a diversidade territorial é reconhecida. Assim, faz-se necessário a inclusão das diferentes formas de organização e produção do território, como as reproduzidas nas comunidades tradicionais, nos documentos e legislações de políticas públicas, garantindo o reconhecimento desses grupos populacionais.

É imprescindível que as políticas públicas modifiquem a sua essência homogênea e simplista, que ignorou por vários anos a existência de uma diversidade territorial. Com a Constituição Federal de 1988, percebeu-se uma mudança na elaboração desses documentos que atualmente têm sido um mecanismo de identificação e inclusão. Assim esses grupos sociais passaram a ser inseridos nas políticas públicas no início da década de 1990, como o reconhecimento dos Grupos populacionais tradicionais e específicos do PBF.

CAPÍTULO 1

DA RENDA BÁSICA AO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: AS TRANSFERÊNCIAS DE RENDA EM TERRITÓRIOS VULNERÁVEIS

“Eu defendo a necessidade de darmos o mínimo a cada um, de acordo com o direito de todos os brasileiros de ter o mínimo para a sua sobrevivência”

Josué de Castro

1.1 – Os primórdios da assistência pública e da seguridade social

A literatura a respeito da construção de uma concepção de Renda Básica é caracterizada por uma extensa discussão teórica e evolutiva que percorreu cinco séculos e tem sua gênese na necessidade da assistência pública à população vivendo na miséria. A ideia de assistência pública não é nova, surge por volta do século XVI na Europa, especificamente com More e Vives. Ter conhecimento do processo histórico e contexto do surgimento dos primeiros modelos de assistência pública e seguridade social fornecem maior compreensão e uma ampla leitura das estruturas que compõe a proposta de uma Renda Básica e dos atuais programas de renda mínima.

A primeira ideia de assistência pública encontra-se na obra *A Utopia* (1516), do humanista Thomas More (1478-1535). O livro descreve uma ilha fantástica como um verdadeiro paraíso na terra, onde a justiça e a equidade estão presentes de forma completa, uma sociedade perfeita e organizada, na qual o bem comum é primordial. Obra de grande expressão, inspirada na República de Platão, e conforme Suplicy (2002) *A Utopia* lançou as bases do socialismo econômico.

Na obra, destaca-se o diálogo do viajante Rafael Hitlodeu com o arcebispo da Cantuária, em que Rafael pede com veemência uma garantia de renda para a população como uma forma mais eficaz de combater a criminalidade. Nesse sentido, More (1999) destaca que a forma mais precisa para que uma sociedade se torne perfeita, segura e sem criminalidade é proporcionar a todos um meio de sobrevivência. Desse modo, a primeira concepção de assistência pública é identificada.

Ao invés de infligir estes castigos horríveis, seria muito melhor prover a todos algum meio de sobrevivência, de tal maneira que ninguém estaria se submetendo à terrível necessidade de se tornar o primeiro ladrão e depois um cadáver (MORE, 1999, p.83).

Percebe-se que diferente da Renda Básica e dos atuais programas de renda mínima, o que justifica a assistência pública e a garantia de uma renda em More (1999), é a questão da pobreza e as péssimas condições de vida da população. Observa-se a perspectiva do combate à criminalidade como uma das justificativas centrais da assistência pública, que de certa forma contribuiria para a diminuição dos furtos, roubos e mortes, visto que, a pena de morte não estava sendo eficaz na diminuição da criminalidade. Desse modo, foi idealizada uma sociedade perfeita. Mas, quem propôs o primeiro plano detalhado de uma renda mínima foi

outro humanista, bem próximo de Thomas More, chamado Juan Luis Vives (1492-1540) em sua famosa obra *Ajuda financeira aos pobres (De Subventione Puperum)* de 1526.

Na obra de Vives, destaca-se a legitimidade que os poderes municipais tinham na prestação de assistência aos pobres. Conforme Vanderbronght e Parijs (2018) a proposta formulada na obra de Vives foi o primeiro apelo desenvolvido para um esquema de assistência pública e o formato pioneiro pelo que hoje se conhece como Estado de bem-estar social, pois influenciou os primeiros modelos de toda a Europa, como a Lei dos Pobres (*Poor Laws*).

A discussão teológica está bastante presente na obra de Vives e nos modelos de assistência pública europeus do século XVI. Sabe-se que na tradição judaico-cristã a ajuda aos pobres é vista como algo basilar. A caridade aos mais necessitados é elementar nessa tradição. Vives apoia-se nas formulações de More ao dar legitimidade às autoridades civis de ajudar os mais necessitados, sabendo que essa assistência aos mais pobres e desempregados resultaria na diminuição de pessoas nessas condições de miserabilidade que cometiam furtos para sobreviver. Com isso, a assistência teria um papel fundamental na diminuição dos crimes e, ao mesmo tempo, garantiria condições básicas de sobrevivência para as pessoas em situação de pobreza e exclusão.

Um dos pontos mais importantes e característicos que se pode destacar na obra de Vives é a exigência da disposição para o trabalho, à ideia de que nenhum pobre com condições de trabalhar poderia permanecer ocioso. Esse segmento do enfrentamento intensivo contra qualquer tipo de ócio compôs a estrutura dos sistemas pioneiros de assistência pública em diversas localidades da Europa nos séculos XVI e XVII.

Devemos reconhecer sobretudo a lei imposta pelo Senhor a toda a humanidade: isto é, que cada um coma o pão obtido com o seu próprio trabalho. Quando uso as palavras “comer”, “alimentar-se” ou “sustentar-se”, para mim elas significam não apenas comida, mas também vestuário, moradia, combustível, luz e tudo o que é necessário para manter o corpo humano. Nenhuma pessoa pobre que por sua idade e saúde pode trabalhar deve ficar ociosa. (VIVES, 2002, p.72)

Vives teve sua influente obra *De Subventione Puperum* publicada em mais de quatro idiomas. Assim, o seu legado serviu de inspiração para um modelo de assistência pública que perdurou por três séculos na Inglaterra, a Lei dos Pobres, proclamada em 1601, fortemente influenciada por uma decisão do imperador Carlos V que “promulgou um decreto que

regulamentava a mendicância e submetia a assistência aos pobres à autoridade civil em todo o império” (VANDERBOURGHT; PARIJS, 2018, p.98).

Fiori (1997) e Benevides (2011) destacam a Lei dos Pobres como padrão originário de intervenção social do Estado na história da modernidade capitalista que se estende até o fim do século XIX. A legislação da Primeira Lei dos Pobres se estruturou com a rainha Elizabeth I que estava preocupada essencialmente com o disciplinamento do trabalho. De acordo com Faleiros (1982), a lei previa a punição dos “vagabundos” e passou a estabelecer a criação de lugares específicos para a habitação dos incapacitados e ociosos. Nesse sentido, os inaptos ao trabalho foram destinados para as *poorhouses*, enquanto os pobres desempregados aptos ao trabalho existiam nas *workhouses*.

A Lei dos Pobres foi alvo de várias críticas dos economistas clássicos. Adam Smith (1982), um dos pais da ciência econômica, em sua obra clássica *A riqueza das nações* de 1776 apresentou duras críticas aos possíveis sistemas de fraudes na Lei dos pobres, no que se tratava da obrigação das paróquias de prover os pobres da região.

Na mesma linha de Smith (1982), outros economistas foram grandes críticos da Lei dos pobres, como Thomas Malthus e David Ricardo. Na sua obra, *Princípios de economia política e tributação* de 1817, Ricardo (1983) defende com veemência o fim da Lei dos pobres, preocupado com a grave situação econômica que o país poderia chegar devido a grande quantidade de pobres que estavam sendo beneficiados com os impostos pagos pela população. Se preocupava também com esses gastos estarem garantidos em lei. Ricardo (1983) ainda enfatizou que a lei dos pobres atrapalhava que os salários fossem deixados sobre responsabilidade de uma livre concorrência justa, baseada nas leis do mercado, e jamais deveria ser controlado por uma legislação.

Já Thomas Malthus em *Ensaio sobre o princípio da população* de 1798, a defende que a população cresceria de forma mais acelerada do que a produção de alimentos e futuramente teríamos consequências disso, como à fome. Conforme Hunt (1992) e Suplicy (2002), Malthus acreditava que a assistência pública aos mais pobres daria um incentivo para que essa população trabalhasse mais e poupasse menos, logo se casariam mais cedo e teriam mais filhos, tendo como consequência a elevação dos bens que eles consomem e a redução dos seus salários reais.

A crítica de Malthus (1982) às formas de assistência pública² tornou-se uma das mais minuciosas que surgiram na Europa nos séculos XVII e XVIII. Com isso, Malthus associou-se aos nomes que defenderam o abandono da assistência pública, legitimando a abolição total de todas as leis paroquiais europeias e de todo tipo de sistema que redistribuísse riqueza.

Conforme Vanderborgh e Parijs (2006), uma verdadeira inovação ocorreu na Inglaterra no final do século XVIII no âmbito da assistência pública aos mais pobres. A crise na colheita do trigo entre os anos de 1795 e 1796 teve como consequência o aumento significativo do preço do pão. Com isso, neste primeiro ano os magistrados de Speen - município localizado no Sul Inglaterra -, obrigaram as paróquias a pagar um abono para completar o salário dos trabalhadores pobres com a tentativa de mitigar a pobreza rural da Inglaterra e conter as revoltas contra o preço do pão. Isto levando em consideração um patamar que considere a composição familiar, indexado ao preço do pão, assim os beneficiários ficaram responsáveis de custear as suas próprias necessidades.

Esse modelo ficou conhecido como Lei de *Speenhamland*, que segundo Vanderborgh e Parijs (2018), foi um passo importante para um autêntico sistema de renda mínima e acabou se estendendo para outras localidades. “Tal sistema que ficou conhecido como a primeira política de transferência de renda institucionalizada” (COBO, 2012, p.40).

No entanto, de acordo com Polanyi (2000), mesmo diante do período de grande atividade da revolução industrial a Lei de *Speenhamland* impediu a criação de um mercado de trabalho na Inglaterra. Além disso, Silva (2019) destaca as duras críticas dos liberais em relação à Lei de *Speenhamland*. Assim, de acordo com Smith (1982) o sistema de assistência adotado impediu a construção de um mercado nacional competitivo, voltado para a livre concorrência, e que a lei não foi capaz de construir um bem-estar social, que poderia ser alcançado com a mão invisível do mercado. Diante dessas críticas a Lei de *Speenhamland* foi extinta e substituída pela Nova Lei dos Pobres, em 1834. Com isso, constatou-se a existência de duas propostas de ajuda à população que se encontrava na pobreza e miséria naquele período. Enquanto Vives defendeu um modelo de assistência pública estruturado, autores liberais como Malthus, Ricardo e Smith advogaram em prol da caridade privada e o fim da ajuda pública aos mais pobres.

² Malthus, com outros economistas clássicos, tentou convencer os formuladores de políticas da época de que a pobreza é inevitável, que muito pouco ou nada pode ser feito a respeito, uma vez que a pobreza se deve à fraqueza ou inferioridade moral dos pobres (Hunt, 1992).

Com o advento da Revolução Industrial percebe-se a desintegração dos sistemas tradicionais de assistência pública, é nesse sentido que a seguridade social surge e toma o lugar central no debate, diante da necessidade da construção de um amplo projeto de proteção social que vai além da limitada assistência pública. A gênese da seguridade social foi formulada por Condorcet, em sua obra *Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano* de 1795, publicada no mesmo ano em que foi instituído o sistema de *Speenhamland*.

Em 1883, o chanceler alemão Otto Von Bismarck percebeu que a população estava fortemente ligada com as ideias socialistas e durante um período da industrialização pretendia fortalecer a unificação alemã. Nesse sentido, Bismarck instituiu o primeiro sistema de seguridade compulsória, voltado especificamente para a condição de trabalhador assalariado, pois o modelo previa a criação de fundos para cobrir doenças, invalidez e velhice.

Assim, para a criação desses fundos o sistema de proteção social foi descentralizado, não estando mais concentrado na responsabilidade apenas do Estado como era no antigo modelo de assistência pública, e sim na colaboração dos parceiros sociais, os patrões e trabalhadores. Vanderborght e Parijs (2018), essa dinâmica marcou o nascimento do Estado de bem-estar moderno, tendo como cerne a seguridade social.

A intervenção do Estado alemão de Bismarck no século XIX – momento em que se observou um intenso desenvolvimento econômico –, em conjunto às propostas socialistas davam esperança de melhores condições de vida as classes trabalhadoras em ascensão. Nesse contexto, o Estado precisou realizar sua intervenção na esfera social. Conforme Fiori (1997), a nova legislação bismarckiana e a repressão ao movimento socialista, souberam identificar claramente a enorme diferença que separava o assistencialismo e as várias formas prévias de ajuda mútua do novo sistema securitário e compulsório que nasce século XIX. A política de intervenção alemã era caracterizada por uma contribuição compulsória, em que os trabalhadores estariam protegidos em situações de inatividade, como velhice e doença, assim como seus familiares.

Benevides (2001) ainda destaca que o sistema de proteção social alemão não nasceu da classe operária, que estava em emancipação no período, e sim de um modelo de burocracia estatal, recebendo inclusive a oposição veemente do movimento operário. Bismarck foi estratégico em desenvolver seu modelo de seguridade no século XIX, visto que, ele de certa forma conseguiu enfraquecer a atração que a classe trabalhadora tinha pelo socialismo e

eliminou a concorrência com as associações voluntárias de apoio mútuo, que já eram comuns na Europa dentro do movimento trabalhista, na tentativa de criar um sistema de seguridade que ainda não existia. Também enfraqueceu os projetos de proteção social que estavam sendo desenvolvidos pela igreja católica, voltados para os trabalhadores assalariados. Conforme Kerstenetzky (2011, p. 134),

Para facilitar a industrialização da Alemanha, Bismarck usou a política social para satisfazer necessidades dos trabalhadores industriais e minar o apoio ao movimento socialista na Prússia. Ou seja, de algum modo a política social assegurou a reprodução da força de trabalho industrial ao assumir parte dos custos e, além disso, ela comprou a paz social considerada essencial para o sucesso do projeto de desenvolvimento em bases capitalistas .

Esse modelo de seguridade social de Bismarck ficou conhecido como “modelo meritocrático-contributivo” (DRAIBE; AURELIANO, 1989) ou “conservador” (ESPING-ANDERSEN, 1991). Tal desenho de seguridade se transformou no principal sistema de proteção social difundido em toda a Europa, e deixou o amparo a população mais vulnerável em condições de miséria e indigência, que foi desempenhado pela assistência pública, no plano secundário. Nesse sentido, Vanderborgh e Parijs (2018) apresentam as fragilidades do modelo bismarckiano, por ser a principal estrutura de proteção social no período, estando voltado essencialmente para a população inserida no mercado de trabalho e assalariada. No entanto, o plano não alcançava a população que vivenciava os altos índices de desemprego e trabalhos informais no século XIX. Vale destacar que a Lei Eloy Chaves de 1923³ é base da previdência social brasileira, caracterizada por um sistema de proteção social bismarckiano.

Nota-se, nesse sentido, um grande problema no papel do Estado em alcançar a população desassistida pela seguridade social. Esping-Andersen (1991) também expõe críticas as estruturas limitadas do modelo de *Welfare State* bismarckiano. É diante desta fragilidade do modelo bismarckiano, em não alcançar um universo de pessoas que passam por inseguranças econômicas, que os autores como Suplicy (2002) e Parijs (2000) se empenham na defesa de uma Renda Básica incondicional.

³ Data de 1923 a lei federal que fez dos ferroviários, no setor privado, os precursores do direito a um pagamento mensal durante a velhice. Conhecida como Lei Eloy Chaves, a norma é considerada a origem da Previdência Social. Foi sobre esse alicerce que o sistema previdenciário cresceu até chegar ao modelo atual, que paga aposentadorias, pensões e outros benefícios a 35 milhões de brasileiros nos setores público e privado (WESTIN, 2019).

Sem dúvidas o modelo bismarckiano de seguridade social desempenhou sua importância em garantir uma segurança contra as vicissitudes do mundo laboral, no entanto é um modelo de intervenção do Estado na proteção social limitado e acaba excluindo grande parte da população que não estava inserida no mercado de trabalho. Os primeiros modelos de assistência pública, mesmo que punitivos, foram se redesenhando com o intuito de garantir uma proteção que visava o bem-estar da população que se encontrava em condições de insegurança econômica, como foi a lei *Speenhamland*. No entanto, em meados do século XIX surge à demanda de construção de novas estruturas de Estado social. Com isso, a formulação de um novo sistema ganha força em um período pós-seguridade social, caracterizado pela modernização da assistência pública em todo o mundo, que foi o primeiro passo para a elaboração de generosos programas de renda mínima e o nascimento de um Estado de bem-estar social consolidado, que será apresentado nas próximas seções. Marcou-se assim, o fim do modelo de assistência da Lei dos Pobres.

1.2-Renda Básica: uma discussão teórica

Após apresentar o processo histórico dos principais modelos de assistência pública e seguridade social, nesta seção pretende-se desenvolver uma breve discussão teórica a respeito dos aspectos precursores e teóricos da Renda Básica.

Parijs (2000) entende Renda Básica como aquela paga por uma comunidade política a todos os seus membros, em termos individuais, sem comprovação de renda nem existência de contrapartida. Parijs (2000) e Standing (2007) utilizam o termo Renda Básica buscando uma relação com um patamar de renda que é comum a todos e fazendo um elo com o suprimento das carências básicas da população.

Optou-se por abordar o conceito de Renda Básica, pois este destaca-se como uma proposta radical, que nas palavras de Vanderborght e Parijs (2018), é o modelo que mais se aproxima de uma plena justiça distributiva. Dessa forma, será possível realizar comparações da Renda Básica, representada por um padrão de equidade social, com os primeiros padrões de assistência pública e os atuais formatos dos programas de renda mínima, como o Programa Bolsa Família (PBF). Além de levantar a discussão a respeito da possibilidade dos atuais programas no mundo evoluírem para uma Renda Básica, tido como o retrato ideal de igualdade de renda.

O debate a respeito da Renda Básica cresceu em escala mundial nos últimos anos, sendo uma proposta defendida por diversos posicionamentos políticos e ideológicos. Vanderborcht e Parijs (2006) veem a Renda Básica como a consolidação do bem-estar, justiça com equidade, liberdade e a saída para os problemas contemporâneos que enfrentamos, como as grandes crises econômicas, humanitárias, desigualdade social, pobreza e os altos índices de desemprego. Nesse sentido, diante dessas mazelas que assolam a segurança, no âmbito econômico e social da população, o debate sobre a Renda Básica tem ganhado relevância devido ao “reflexo da necessária redefinição do conteúdo de uma política que parece reunir mais do que todas as outras, na atualidade, condições para enfrentar o desafio de desarmar o estopim da pobreza” (LAVINAS; VARSANO, 1997, p.2).

Vanderbourght e Parijs (2018) defendem a Renda Básica como uma reforma radical e urgente, destacando a realidade atual como um “novo mundo” caracterizado pela onda de automação, com os elevados índices de robotização e a crescente troca da força de trabalho humana pelas máquinas. Este processo gera consequências na oferta de empregos e na desigualdade, afetando a capacidade de geração de renda em grande parte da população.

Dessa forma, vale destacar Harvey (1975), que faz uma leitura geográfica da teoria marxiana e reúne diversas críticas e contradições do sistema capitalista em sua dimensão espacial. Com isso, é possível construir uma ligação entre o retrato do “novo mundo” (VANDERBOURGHT; PARIJS, 2018, p.28) com a análise da dimensão espacial de Harvey (2011). Este último aponta as formas pelas quais o capital, por meio de novas tecnologias, resolve os problemas de escassez de trabalho e ao mesmo tempo potencializa sua capacidade de lucro em detrimento das melhores condições de renda e inclusão da sociedade no mercado. Santos (1997) também destaca a racionalidade que as inovações técnicas possuem em sua essência, que é evidenciada nos avanços tecnológicos, que imprimem de forma avassaladora sua lógica dominante. Segundo Harvey (2011, p.56):

As tecnologias de economia de trabalho e as inovações organizacionais podem mudar as pessoas para fora do trabalho e de volta à reserva industrial. O resultado é um exército “flutuante” de trabalhadores demitidos cuja existência coloca uma pressão descendente nos salários. O capital manipula simultaneamente a oferta e a demanda de trabalho.

Assim, Vanderbrorcht e Parijs (2018) entendem que a melhor forma de garantir um meio de sobrevivência a essa população em crescente desemprego, em consequência do processo de automação, é a proposta de implementação de uma Renda Básica que por

essência é incondicional e paga individualmente, o que diferencia o modelo de assistência pública originado no século XVI e XVII dos atuais programas renda mínima condicionada no mundo.

No entanto, a ideia central e embrionária que fundamentou a razão da adoção de um sistema de Renda Básica não foram os fatores relacionados aos crescentes índices de desemprego. Conforme Suplicy (2002), a defesa de uma Renda Básica e incondicional tem sua origem na idealização de que cada pessoa deve ter o direito de participar da riqueza de uma nação, consolidando-se assim, a melhor forma de justiça social.

As obras de More e Vives contribuíram para a elaboração das primeiras formas de assistência pública na Europa. Com isso, a partir do século XVIII iniciou-se um amplo debate teórico a respeito da Renda Básica e os demais formatos de assistência pública. Discussão que foi marcada inicialmente pelo inglês Thomas Paine, personalidade de destaque no âmbito revolucionário, figura central na Revolução Francesa e um dos fundadores dos Estados Unidos da América. Paine produziu em 1796 o panfleto *Agrarian Justice*, considerada a mais importante e embrionária formulação de proposta de uma Renda Básica. Tal obra apresentou-se como uma proposta radical por difundir a concepção de que todos os indivíduos de uma nação possuíam o direito de uma dotação universal como forma de garantia da sua participação do patrimônio nacional. Deste modo, sua perspectiva, diferenciou-se significativamente de todas as propostas de assistência pública e seguridade social desenvolvidas nos séculos anteriores.

A fundamentação de Paine baseava-se na ideia de que, com a criação de um fundo nacional, todos os indivíduos teriam o direito à sua parte na riqueza produzida pela nação. O benefício era fruto da recompensa e seria uma indenização pela perda do direito da herança natural, consequência da imposição da lei da propriedade fundiária. Deste modo, Paine (1996) propunha:

Criar um fundo nacional para pagar a todos os indivíduos que atingirem a idade de 21 anos a soma de 15 libras esterlinas, a título de indenização pelo direito natural do qual o sistema de propriedade territorial os privou. E para pagar anualmente a soma de dez libras esterlinas, durante toda a vida, a todos os indivíduos que atingirem a idade de cinquenta anos, e aos outros, a medida que chegarem a essa idade. Esses pagamentos serão feitos a todos os indivíduos, pobres ou ricos, por que todos os indivíduos têm direito igual independente das propriedades que podem ter criado ou obtido por herança ou de qualquer outra maneira (PAINE, 1996, p.27).

Conforme Vanderborcht e Parijs (2006), as raízes da proposta de Paine têm sua fundamentação na ética da tradição cristã e no pensamento do humanista Hugo Grotius (1583-1645), que trata a terra como propriedade da comunidade e da espécie humana, criticando a abstenção provocada pela propriedade privada às populações, na crença de que indenização da perda do direito a propriedade é o melhor caminho para alcançar o bem comum, não se tratando de caridade, nem mesmo de solidariedade, mas de justiça.

Paine consagrou-se como um grande político, revolucionário, mentor das importantes Revoluções Burguesas e da independência dos EUA. Guiado por ideais do iluminismo, escreveu outras grandes obras como *Common Sense* (1776) um panfleto memorável em defesa da independência americana e *Rights of Man* (1791)⁴ uma das grandes obras de destaque do pensamento iluminista. Paine foi um pensador de tradição liberal, deste modo, conforme destacado por Silva (2019), apesar de ser defensor de um modelo semelhante a uma Renda Básica universal, não defendeu o fim da propriedade privada⁵, considerada um elemento fundante da desigualdade social. Nesse sentido, propostas mais radicais foram desenvolvidas como uma resposta ao panfleto *A Justiça Agrária*.

A idealização do plano de uma Renda Básica entra em confronto quando Thomas Spence, um radical inglês, revolucionário e defensor da propriedade comum da terra, escreve seu panfleto *O Direito das crianças (The Rights of Infants)* de 1797, publicado um ano depois de *A justiça Agrária*. Spence, diferentemente de Paine, defendeu o fim da propriedade privada, radicalizando ainda mais a proposta de Renda Básica. Como Vanderborcht e Parijs (2018) ressaltam, a concepção da existência de uma propriedade privada, na perspectiva de Spence deveria ser abolida, enquanto Paine não chega a defender sua abolição. Os autores ainda destacam que, na obra *A Justiça Agrária* propõe-se um pagamento de uma renda em forma de indenização individual, porém esse pagamento não era para vida toda, além de não incluir as crianças em seu planejamento. Já a proposta de Spence caminha para uma autêntica Renda Básica para toda vida. “As crianças devem ser livres do abuso e da pobreza” (SPENCE, 1982, p.36).

Em *The Rights of Infants* identifica-se uma proposta de Renda Básica incondicional a todos os indivíduos de uma comunidade ou território. Spence (1982) defendeu a criação de um fundo, fruto da socialização das terras e aluguéis de todas as propriedades, e ficava na

4 Paine propôs, no último capítulo da segunda parte de *Os Direitos do Homem*, “um programa de assistência social, via reforma tributária, que antecipa por inteiro o *Welfare State*” (FLORENZANO, 1996, p.7).

5 Paine prestou atenção à melhoria social e econômica dos pobres, mas, diferentemente de Spence, ele nunca apoiou a abolição da propriedade privada.

responsabilidade dos poderes municipais leiloarem todos os bens, propriedades e imóveis para a construção de fundo municipal, nesse sentido, a terra em sua essência era uma propriedade pública.

Nota-se que na proposta de Paine o valor da terra é destacado em seu estado não melhorado, ou seja, apenas as propriedades, enquanto em Spence é representado por imóveis, edifícios, casas e propriedades. O rendimento gerado pelos fundos seria inicialmente destinado aos gastos públicos, como as grandes obras, e o excedente seria distribuído trimestralmente com todos os indivíduos independente da idade, sexo, condição social, como forma de um dividendo social.

E quanto ao excedente depois que todas as despesas públicas forem pagas nos dividiremos justa e igualmente entre todas as almas viventes da paróquia, quer sejam homens ou mulheres, casadas ou solteiras, legítimas ou ilegítimas, com um dia de vida ou com idade mais avançada, sem fazer nenhuma distinção entre dos fazendeiros e mercadores ricos (...) e a família dos operários e artesãos pobres (SPENCE, 1982, p. 49).

A discussão a respeito da argumentação e aplicação de uma Renda Básica no século XVIII ficou marcada pelo legado revolucionário de Paine, com uma dotação básica como forma de indenização e Spence com a defesa de uma Renda Básica autêntica a nível municipal. Já o século XIX é marcado por um contexto histórico de cunho profundamente renovador no âmbito dos levantes de 1848, que deixaram sua marca no século. Karl Marx e Friedrich Engels publicaram o *Manifesto do Partido Comunista*, obra de fundamental importância para o período, pois buscou “delinear os processos socioeconômicos básicos subjacentes às estruturas emergentes do desenvolvimento capitalista e a estrutura social resultante” (PETRAS, 1997, p.5).

No mesmo ano da publicação do *Manifesto*, o jurista e escritor belga Joseph Charlier retoma o propósito de uma Renda Básica incondicional, em *Solution Du problème social* (1848). Em relação ao *Manifesto*, a obra de Charlier “é igualmente ambiciosa e não menos original” (VANDERBORGHT; PARIJS, 2018, p.124). Contudo, toda a obra de Charlier foi de certo modo negligenciada, no entanto “apresentou um esquema de Renda Básica surpreendentemente moderno em 1848 e o advogou em outros trabalhos ao longo de cerca de cinquenta anos” (CUNLIFFE; ERREYGERS, 2001, p.459).

Charlier foi um pensador inspirado pelo fourierismo⁶, de Charles Fourier. Formulou a proposta de Renda Básica mais bem estruturada e autêntica em escala nacional, intitulando-a de “dividendo territorial”. Conforme Vanderbroght e Parijs (2018) é possível apontar que Charlier teve contato com *Agrarian Justice*, de Paine e *The Rights of Infants*, de Spence, pois ele parte da mesma premissa levantada nessas obras, de que a natureza foi criada para atender a necessidade de todos, associando a propriedade privada de terras, como antagônica a justiça.

Charlier (1848) debruçou-se sobre a tradição fourierista e buscou tratar a melhoria da condição das classes deserdadas, não negando que um mínimo garantido poderia encorajar a população à preguiça, já que era permitido receber a renda sem trabalhar. A “noção fourierista de mínimo” (CUNLIFFE; ERREYGERS, 2001, p.459) está enraizada na proposta de Renda Básica de Charlier (1848). Na elaboração da ideia de mínimo, Fourier destaca a pobreza e não a desigualdade, como a principal causa da grande desordem da sociedade. A solução desse grave problema e mitigação da pobreza seria com altos salários e um mínimo decente a todas as pessoas. Charlier (1848) realça a ideia do mínimo fourierista nos seus escritos, ao afirmar que “o Estado garantirá pão para todos, mas nenhuma trufa para ninguém” (CHARLIER, 1848, p.39).

Por ser um reformista, a forma de Charlier tratar a propriedade privada, no sentido da socialização, foi diferente de outros esquemas mais radicais. De acordo com Vanderbroght e Parijs (2018) a proposta se diferenciou por ser um regime de transição que desapropriaria as terras e ao mesmo tempo ofereceria anuidades vitalícias aos atuais proprietários, nesse sentido:

Embora Charlier enfatizasse que a propriedade privada de terras era incompatível com a noção de patrimônio natural comum, ele também insistia que os atuais títulos legais de terra deviam ser respeitados. A resolução proposta dependia de um sistema de compensação mútua, mediado pelo Estado, entre a minoria dos atuais proprietários de terras e a maioria dos sem-terra. Os proprietários de terras seriam compensados, pelo menos parcial e temporariamente, por qualquer perda resultante da reafirmação do direito coletivo à terra. A maioria dos sem-terra seria compensada permanentemente pelo desembolso de um “mínimo garantido”. O Estado derivaria os recursos financeiros para esse sistema de compensação mútua a partir da socialização da renda e medidas relacionadas. Na opinião de Charlier, apenas esse mecanismo poderia remediar a injustiça da propriedade privada de terras sem introduzir outra injustiça por uma desapropriação forçada de títulos legais (CUNLIFFE; ERREYGERS, 2001, p.466).

⁶ Teoria de organização social, preconizada por Charles Fourier, que defendia uma sociedade baseada em associações comunitárias de produtores, na qual os homens teriam ocupações correspondentes a suas paixões e tendências pessoais.

Compreende-se que o diálogo dos autores acerca da Renda Básica no século XIX é peculiar à tradição fourierista. Período em que os chamados “socialistas utópicos”, que foram vigorosamente criticados por Marx como radicais, tiveram sua relevância no debate. Harvey (2013) salienta que apesar de o socialismo utópico ter surgido na Inglaterra com Robert Owen, a sua grande repercussão ocorreu na França, com Saint Simon e Fourier. É nesse sentido que a concepção fourierista se potencializa no século XIX.

Charles Fourier em *La Fausse Industrie*, de 1836, expressa nitidamente seus argumentos em defesa de uma Renda Básica. Expõe as grandes fragilidades da civilização ao negligenciar um mínimo aos mais pobres, deste modo, constrói sua reflexão sobre o desmazelo civilizatório que os mais vulneráveis sofreram. Mas, da mesma forma que Charlier, demonstrou uma grande preocupação com a ociosidade generalizada, causada pela incondicionalidade, pois não era necessário estar inserido no mercado de trabalho para receber a renda. Assim, temeu que muitos abandonassem seus trabalhos devido às péssimas condições laborais.

Fourier (1967) chama a atenção para a violação dos direitos elementares de todos os indivíduos diante da natureza, causado pela violação da liberdade de caça, pesca, colheita e pastagem, nomeadas de quatro ramificações da sobrevivência natural. Diante dessa privação, a ordem civilizatória fica em dívida com a sociedade, e como forma de indenização e reposição do direito natural, deve garantir o mínimo para a subsistência dos indivíduos.

Nesta seção destaca-se a fase inicial da discussão teórica a respeito da Renda Básica, situada nos séculos XVIII e XIX. Propostas desenvolvidas em contextos de importantes revoluções. Nesse sentido, percebe-se uma presença forte das propostas de cunho revolucionário na defesa de uma Renda Básica e de justiça social. A próxima seção aborda uma segunda fase da discussão teórica sobre a Renda Básica, considerada a sua fase madura, com novas correntes de pensamento influenciando o debate que ganhou relevância na esfera pública.

1.3-Renda Básica em sua fase madura e o Estado de bem-estar social

A discussão teórica e o debate promovido pelo diálogo de diversos autores iniciado nos séculos XVIII e XIX sobre a Renda Básica chega a sua última fase. Conforme Oliveira (2018) o período que vai do século XX à atualidade é considerado a fase madura do debate teórico da Renda Básica. De acordo Vanderborgh e Parijs (2006) a ideia de Renda Básica

passou a ser levada a sério nesse momento, mesmo que tardiamente a proposta entrou no âmbito do universo acadêmico, dos grupos de discussões políticas e na sociedade civil.

Assim, nessa nova fase de amadurecimento do debate em torno da Renda Básica é possível identificarmos maior pluralidade de abordagens, o que passa a ser um ponto positivo, como a reunião de diversos pesquisadores, dos mais variados espectros políticos, ideológicos e filosóficos que fortalecem a discussão sobre as possíveis formas de implementação de uma Renda Básica.

Os debates contemporâneos da temática, seja do ponto de vista teórico ou político, são diversos e parecem estar longe da possibilidade de um consenso. Na verdade, o que subjaz às diversidades de posições políticas são as concepções que cada corrente ideológica tem a propósito dos pobres e das necessidades sociais. Resulta também na compreensão que se tem sobre as formas de inserção social, dos mecanismos multiplicadores das desigualdades e, por suposto, da concepção de sociedade que se pretende construir (SCHERER, 1997, p.86).

É nesse contexto, que no ano de 1986 um grupo de pesquisadores e estudiosos, ao desenvolverem hipóteses sobre os grandes males da sociedade, como o desemprego e a extrema pobreza, criaram a *Basic Income European Network* (BIEN)⁷. Dois dos seus grandes fundadores como Phillippe Van Parijs e Guy Standing levantaram a bandeira em defesa de uma Renda Básica universal, assim, trouxeram totalmente o debate para a academia e contribuíram para elaboração de políticas públicas.

O debate da Renda Básica se potencializa no Reino Unido após a Primeira Guerra Mundial, quando Bertrand Russell em *Roads to Freedom*, de 1918, defende uma estrutura social aliada com as vantagens do socialismo e do anarquismo. Conforme Russell (1966) o anarquismo destacava-se com a ideia de liberdade, ao mesmo tempo que, o socialismo se fortalecia com o incentivo ao trabalho. Desta forma, Russell propôs um método capaz de unir essas duas correntes, defendendo em sua obra uma pequena renda fixa a todos os indivíduos independente de trabalharem ou não.

Desta maneira, seria assegurada a liberdade do indivíduo de escolher trabalhar poucas horas por dia, logo ele receberia menos do que os que trabalham o dia todo. No entanto, por ter a sua liberdade decidiu dedicar maior parte do seu tempo a outras atividades, “nesse plano,

⁷ A BIEN, mantendo a mesma sigla, foi transformada em 2004 na *Earth Basic Income Network*, por ocasião da realização do seu X Congresso Internacional, em Barcelona, Espanha. “Essa entidade mundial desenvolve ampla discussão internacional sobre a Renda Básica enquanto uma modalidade de transferência de renda incondicional, propiciando articulação entre estudiosos, grupos e instituições interessadas nessa temática” (SILVA, 2007, p.1431).

todo homem poderia viver sem trabalhar: haveria o que poderia ser chamado de salário vagabundo, suficiente para a existência, mas não para o luxo” (RUSSELL, 1966, p.118).

A discussão sobre a Renda Básica no período entre guerras apresentava-se como o cenário ideal para o avanço político e acadêmico da proposta. Nota-se que diante do contexto histórico vivenciado por grandes recessões econômicas, o papel do Estado no auxílio à população que enfrenta o desemprego e a pobreza torna-se central no debate relacionado à melhor forma de tomar decisões corretas em busca da garantia do bem-estar.

Algumas escolas do pensamento econômico possuem diferentes posicionamentos diante do grau de intervenção estatal em períodos de crises. Muitos governos alegam a falta de recursos para colocar em prática programas como os de uma Renda Básica universal, ou até programas de renda mínima focalizados. Suplicy (2002) evidencia a herança Keynesiana, que o economista John Maynard Keynes deixou em *How to Pay for the War*, no ano de 1940. Keynes chama atenção para a importância de garantir uma Renda Básica no Reino Unido, com a separação de 2% do Produto Interno Bruto (PIB) para assegurar a todos uma garantia mínima de subsistência em um período de guerra.

Sen (2000) realça o caso da Grã-Bretanha no século XX, que se destacou pela redução da mortalidade e aumento da longevidade, fruto da atuação do Estado nos serviços básicos, o que possui uma relação direta no aumento das capacidades dos indivíduos, na liberdade e desenvolvimento social da população de forma geral.

A longevidade da Grã-Bretanha de fato aumentou rapidamente ao longo do século, influenciada em parte por estratégias de programas sociais, e o padrão temporal dessa elevação é interessante. A expansão de programas de custeio público na Grã-Bretanha nas áreas de nutrição, serviços de saúde etc. não ocorreu de ritmo uniforme ao longo das décadas. Houve dois períodos de expansão notavelmente rápida das políticas orientadas para custeio público neste século; eles aconteceram durante as duas guerras mundiais (SEN, 2000, p.67).

Diante das grandes crises que assolaram a Europa nos períodos pós-guerra, houve a necessidade de um Estado intervencionista com o objetivo de assegurar meios de sobrevivência para a população, por meio da garantia de renda e do fortalecimento dos serviços básicos. Nesse sentido, vale destacar o relatório “Seguridade Social e Serviços Aliados” de William Beveridge publicado no Reino Unido em 1942. Este documento mudou os rumos da assistência pública no mundo, rompendo com os antigos modelos. Assim, o Reino Unido “passa a ter um verdadeiro mecanismo de renda mínima em dinheiro, garantida

sem limite de tempo a todas as famílias em um nível suficiente para atender as suas necessidades de subsistência” (VANDERBOUGHT; PARJIS, 2006, p.40).

O relatório também era composto por uma estrutura de seguridade social, contra a invalidez desemprego e velhice. O modelo ficou conhecido como beverigidiano e se tornou o padrão de assistência social e seguridade, adotado nos programas de renda mínima e de proteção social das democracias ocidentais, “foi o primeiro documento a marcar os princípios do *Welfare State*” (NOGUEIRA, 2001, p.90).

O plano revelou-se como um transformador do padrão de assistência. Desta forma, “a grande inovação institucional beveridiana veio pela integração de sistemas antes desvinculados, seguro social e assistência pública” (LAVINAS, 1998, p.89). Conforme Lavinias (2002) o surgimento do Relatório de Beveridge resgatou dimensões estruturantes de um verdadeiro Sistema de Seguridade Social e o seu compromisso com a superação da dicotomia entre mercedores e não mercedores, que esteve presente nos modelos de assistência pública anteriores.

O Plano Beveridge chega com uma nova estruturação de seguridade social, com uma perspectiva de universalização garantindo ao indivíduo proteção diante de certas contingências sociais, tais como a indigência. Alguns autores como Esping-Andersen (1991) e Mishra (1990) consideram o Plano Beveridge como uma ruptura qualitativa entre as políticas sociais anteriores à Segunda Guerra Mundial, se caracterizando como um *Welfare State* contemporâneo.

Silva, Costa e Silva (2014) ressaltam o contexto do surgimento do *Welfare State* na Europa no momento em que atinge o seu ápice no período pós Segunda Guerra Mundial:

O *Welfare State* ou Estado do Bem-Estar Social se difundiu nos países europeus em virtude do desenvolvimento dos modelos capitalistas após a Revolução Industrial na segunda metade do século XVIII, com a expansão do assalariamento em todas as esferas da atividade humana. Isso ocorreu, pois, paralelamente a essa nova fase industrial surge a divisão do trabalho, implicando em um crescimento na demanda de necessidades sociais básicas. Assim, os serviços sociais surgem como uma resposta do Estado às dificuldades e mazelas sociais, com o intuito de garantir a sobrevivência e o desenvolvimento socioeconômico. A partir de então, aparecem as condições para atender essas necessidades por meio da promoção da renda mínima, alimentação, saúde, previdência, habitação e educação (SILVA; COSTA; & SILVA, 2014, p.6).

Apesar de toda a discussão e defesa de vários mecanismos de uma Renda Básica no Reino Unido, o debate não teve um avanço significativo. Contudo, o plano Beveridge teve seu

mérito no sentido de fortalecer o elo entre a seguridade social e a assistência pública, além de ter concedido uma nova roupagem ao modelo de assistência pública que vinha sendo aplicado desde os primórdios do século XVII (LAVINAS, 1998; VANDERBOURGH; PARIJS, 2018). Desse modo, conforme Esping-Andersen (1991) e Mishra (1990) organizou como um modelo de *Welfar State* contemporâneo, mas não chegou a se consolidar como um amplo sistema de Renda Básica.

Conforme Vanderbourgh e Parijs (2018), a última tentativa de consolidação de uma Renda Básica no Reino Unido ocorreu com Juliet Rhys Williams, uma política liberal que em 1943 apresentou uma proposta em forma de um novo contrato social, que incluía um pagamento de uma renda universal a todos os adultos. No entanto, dentro de uma perspectiva britânica o espaço para a efetivação de uma Renda Básica perdeu força, desta forma, a discussão ganha uma nova concepção e transfere-se para os Estados Unidos.

Parijs (2000) destaca que a centralidade do debate de uma assistência pública aos mais pobres e a discussão sobre a Renda Básica nos Estados Unidos iniciou-se de forma ativa em meados de 1933, ano em que Roosevelt assume a presidência. Nesse sentido, é possível perceber as mudanças na atmosfera intelectual dos campi universitários, especificamente a respeito “da crença na responsabilidade individual, no *laissez faire*, no governo descentralizado e limitado a crença na responsabilidade social em um governo centralizador e poderoso” (FRIEDMAN, 2019, p.145). Conforme Friedman (2019) ressalta, as mudanças ocorridas nos âmbitos político e acadêmico passaram a ter o governo como figura central, no sentido de proteger as pessoas das vicissitudes da vida, como o desemprego e a pobreza, e controlar a economia em prol do bem comum, ideia central que teve como produto o *New Deal*.

Assim, vale destacar a obra de ficção científica escrita por Edward Bellamy, em 1888, intitulada *Looking Backward*, classificada como um romance utópico, que idealiza uma sociedade perfeita norteada pelos princípios de igualdade nos moldes de *A Utopia* de Thomas More. Romances utópicos como o de Bellamy, segundo Barros (2017) permitem que essas obras se tornam importantes porque tratam de questões reais, concretas, presentes nas próprias sociedades em que vivemos, no interior das quais é possível imaginar utopias e sociedades imaginárias.

Deste modo, de acordo Vanderbourtgh e Parijs (2018) em *Looking Backward* encontra-se um esquema semelhante ao de uma Renda Básica universal. Conforme Friedman (2019) a

obra utópica de Bellamy incluía a promessa de segurança do berço a sepultura com um planejamento governamental detalhado que buscava atender a toda sociedade com assistência e seguridade social de natureza universal. O romance teve uma influência elementar no ambiente intelectual dos Estados Unidos, principalmente na década de 1930.

Nesse novo e modernizado período da assistência pública, pode-se ressaltar o nascimento do Estado de bem-estar moderno nos Estados Unidos. Fruto da *Social Security* de 1935, assinada pelo presidente Franklin D. Roosevelt. Diante da década em que os EUA passavam pela crise da Grande Depressão de 1929, Roosevelt aposta em um plano de proteção social e investimentos públicos completos e diferenciados. Este projeto foi intitulado, *New Deal* e criou uma estrutura de assistência que contemplava programas voltados à população inserida no mercado de trabalho com seguro velhice, seguro-desemprego e uma assistência pública não contributiva a população em condições de vulnerabilidade e pobreza. Nota-se aqui um sistema já modernizado e misto de proteção social.

Nesse contexto, destacam-se programas como o Auxílio a Famílias com Filhos Dependentes (*Aid to Families with Dependent Children – ADC*) de 1962, que em 1996 passou a ser chamado de Assistência Temporária a Famílias Carentes (*Temporary Assistance to Needy Families – TANF*) e designou-se como um programa de renda mínima voltado para famílias pobres com filhos. No entanto, o projeto do *New Deal* “não passou apenas de um conjunto de medidas de políticas econômicas e sociais na tentativa de salvar os EUA de sua maior crise econômica da história” (GOMES, 2006, p.206). Gomes (2006) ainda ressalta que o *New Deal* não foi suficiente para resultar no retorno da economia do EUA ao pleno emprego, como foi caracterizado nos ilustres anos do último quartil do século XIX e início do século XX.

Embora o governo de Roosevelt tivesse formulado um grande plano de auxílio e diversos programas assistenciais aos mais necessitados na década de 1930 nos Estados Unidos, a discussão efetivamente teórica a respeito de uma Renda Básica no país consolida-se na década de 1960, caracterizada por ser uma década bastante conturbada, no auge dos movimentos de luta pelos direitos civis.

Outra grande contribuição nesse debate nos Estados Unidos foi a de Milton Friedman, em sua obra *Capitalismo e Liberdade* de 1962. O economista de Escola de Chicago e ganhador do Prêmio Nobel consagrou-se como responsável por popularizar a ideia do imposto de renda negativo, conceito que já havia sido desenvolvido anteriormente pelo fundador da

economia matemática Cournot (1838) e Lerner (1944) também mencionado pela britânica Juliet Rhys-Williams.

Friedman, de tradição liberal, sempre foi um grande crítico dos programas de bem-estar social, por isso, acreditava que a proposta do imposto de renda negativo seria uma solução para reformar o sistema assistencialista “substituindo a colcha de retalhos de programas específicos por um único programa abrangente de uma renda complementar em dinheiro – um imposto de renda negativo” (FRIEDMAN, 2019, p.182). A ideia era reduzir os gastos do governo quanto à burocracia vigente na administração dos programas assistencialistas, e ao mesmo tempo, “garantir uma rede de segurança para cada pessoa do país, de modo que ninguém precise passar por grande necessidade” (FRIEDMAN, 2019, p.182).

O imposto de renda negativo representa a seguinte lógica: em vez de pagar uma contribuição em forma de imposto baseado na renda, os indivíduos com menor renda receberiam um valor monetário do governo como forma de combater a insuficiência de rendimento. Assim, era estipulado um teto mínimo de renda que deveria ser atingido por toda a população. Desta forma, as pessoas que possuíam rendimentos superiores a este valor mínimo, seriam tributadas, e essa alíquota seria transferida para aqueles que não atingiram o teto mínimo. Dessa maneira, o governo complementa a diferença na renda dos que estavam abaixo do teto, com a intenção de assegurar um rendimento mínimo a todas as pessoas necessitadas, para que ninguém ficasse em situação de pobreza. Nesse sentido, o imposto de renda negativo seria uma “transferência de uma renda mínima, que seja incapaz de criar um estímulo ao ócio, mas sim ao trabalho.” (SILVA, 2019, p.114).

De acordo com Friedman (1977), esse processo garantia maior fluidez na mitigação da pobreza, sem ter que passar pelas burocracias estatais, com isso reduzir os gastos do governo na estrutura dos programas assistencialistas, com o foco em aumentar a renda da população, além de fortalecer a responsabilidade individual.

O imposto de renda negativo será uma reforma satisfatório do nosso atual sistema de bem-estar social somente se ele substituir a multidão de outros programas específicos que temos agora. Faria mais mal do que bem se ele simplesmente se tornasse mais um retalho na colcha de programas de bem-estar social. Se, de fato, os substituísse, o imposto de renda negativo teria enormes vantagens. Ele é dirigido especificamente para o problema da pobreza (FRIEDMAN, 2019, p.185).

O imposto de renda negativo é o “rival mais próximo da Renda Básica” (VANDERBOURGHT; PARIJS, 2018, p. 67), se diferencia da proposta central da Renda Básica de Parijs (2000) em alguns pontos e se assemelha em outros. No que se refere ao financiamento, o imposto de renda negativo baseia-se apenas na tributação de pessoa física, já a Renda Básica tem uma diversidade de fontes de custeio. Tanto o imposto de renda negativo de Friedman e a proposta de Renda Básica são incondicionais, por não exigir a disposição de trabalho. No entanto, outras propostas de imposto de renda negativo são condicionais. A forma de tributação do imposto de renda negativo influenciou a estrutura dos atuais programas de renda mínima focalizados.

Conforme Piketty (1999), o modelo de Renda Básica apresenta-se superior ao imposto de renda negativo, pois o imposto de renda negativo gera uma maior estigmatização dos beneficiários, criando assim uma armadilha de incerteza. Acredita-se que a Renda Básica é “uma transferência universal que possibilita uma política social menos inquisitiva” (PIKETTY, 2014, p.113). De forma contrária, o esquema do imposto de renda negativo cria uma distinção, na forma semelhante ao do antigo modelo de assistência pública, diferenciando os pobres e não pobres entre beneficiários e não beneficiários. Vanderbourght e Parijs (2018), diferentemente da concepção focalizada nos pobres – empregada por Friedman (1977) – enfatizam a superioridade da Renda Básica em relação ao imposto de renda negativo no que se refere à liberdade de todos:

O que nossas sociedades precisam para libertar todos da pobreza e do desemprego, e o motivo pelo qual aqueles que estão comprometidos com a liberdade para todos devem lutar, é um piso no qual possamos nos manter de pé, e não exatamente uma política mais dirigida aos pobres (VANDERBOURGHT; PARIJS, 2018, p.75).

Ainda no campo das ideias liberais, o economista austríaco Friedrich Hayek (2010), forte defensor da economia de mercado, sustenta de forma clara a defesa de uma renda mínima como forma de segurança da sociedade, e que não há incompatibilidade do Estado em oferecer maior segurança à população, desde que não coloque em risco a liberdade individual. Dessa forma, a seguridade de uma renda mínima ofereceria a todos a capacidade de fazer parte do sistema de mercado, o que é indispensável para a verdadeira liberdade. Hayek (2010) ainda destaca que há necessidades comuns que só podem ser satisfeitas com a ação coletiva e que podem assim ser atendidas sem restrição da liberdade individual.

Hayek (2010) no que se refere à segurança classifica-a em duas, a “segurança limitada”, que pode ser conquistada para todos e não é um privilégio, refere-se a “salvaguarda contra graves privações físicas, e a certeza de que um mínimo, em termos de meio de sustento, será garantido a todos” (HAYEK, 2010, p.127), ou seja, a segurança de uma renda mínima, e a “segurança absoluta” que não pode ser conquistada por todos em uma sociedade livre, ou seja, a segurança de uma renda específica que se julga a que cada um merece.

Desta forma, “não há razão para que uma sociedade que atingiu um nível geral de riqueza como o da nossa, a primeira forma de segurança não seja garantida a todos sem que isso ponha em risco a liberdade geral” (HAYEK, 2010, p.128). No entanto, conforme Silva (2019), apesar da garantia de uma segurança que foi reforçada, Hayek (2010) não chegou a defender uma Renda Básica incondicional ou um modelo de sistema redistributivo, “haja vista que para ele o bem-estar social depende dos esforços dos indivíduos e não do Estado” (SILVA, 2019, p.113).

Assim, como foi destacado, a partir da década de 1930 os Estados Unidos tornaram-se protagonista na discussão sobre o Estado de bem-estar social e a Renda Básica. Além disso, foi o pioneiro em adotar um esquema de Renda Básica universal ímpar, diante de tantas tentativas no decorrer de todo o processo histórico: o Modelo de Renda Básica que foi adotado no estado americano do Alaska. Este programa teve seus primórdios na década de 1970, quando o governador do estado, o republicano Jay Hammond, adquiriu a propriedade da maior baía de petróleo da América do Norte, a *Prudhoe*. Ao tomar conhecimento da dimensão da riqueza que seria gerada pela extração do petróleo, a preocupação inicial de Hammond foi que a distribuição dessa riqueza beneficiaria apenas a atual geração alaskiana. Dessa maneira, conforme Vanderborght e Parijs (2018) e Suplicy (2002) decidiu-se que todo o fundo das riquezas geradas do investimento graças às receitas da extração do petróleo, seria reservado às gerações futuras.

Com isso, criou-se o Fundo Permanente do Alaska (*Alaska Permanent Fund*) no ano de 1982, e foi concedido o pagamento de um dividendo anual para todos os habitantes do estado do Alaska. Este formato é semelhante ao que Paine (1996) defendeu com a indenização básica anual para todos os indivíduos como forma de perda do direito natural, e recentemente Ackerman e Alstott (1999) que também apresentaram uma proposta de Renda Básica norteadá pelo pagamento de uma indenização anualmente a todos.

Vanderbought e Parijs (2018) investigaram os escritos nos quais Hammond reforça o conceito de dividendo. Assim, o governador baseia-se na Constituição do Alaska ao reafirmar que os recursos naturais do território, não pertencem ao Estado, e sim ao povo alaskiano. Percebe-se que essa concepção a respeito das riquezas naturais possui semelhança com a ideia de Renda Básica defendida em Fourier (1967), no que se refere à privação da natureza que a sociedade sofre e que deve ser reparada por meio da garantia de uma Renda Básica.

Dessa forma, é possível afirmar que o Alaska possui um autêntico sistema de Renda Básica, pois conforme a proposta de Parijs (2000) é um pagamento em dinheiro, sem obrigações, feito individualmente a todos. “O dividendo manteve-se ao redor de US\$ 400 anuais por pessoa nos primeiros anos e atingiu um período de pico de US\$ 2.069 em 2008” (VANDERBORGHT; PARIJS, 2018, p.153) o que equivale em torno de 3% do PIB *per capita* do estado.

O processo histórico e teórico da Renda Básica mostra a diversidade de posicionamentos ideológicos e filosóficos que tentaram de alguma forma introduzir um sistema de renda ou um modelo semelhante, seja ele pago trimestralmente, anualmente ou mensalmente. As dimensões teóricas fortaleceram os argumentos dos diversos pensadores, nos mais variados períodos da história, entre crises econômicas e revoluções.

A leitura histórica do conceito de Renda Básica é imprescindível para a compreensão da dinâmica dos programas de transferência de renda, como o PBF, e o caminho tomado pelo Estado social nas últimas décadas. Tal caminho foi marcado por uma mudança significativa na dinâmica de intervenção estatal na esfera social, no período pós-guerra, com a grande influência de William Beveridge. O modelo berevigdiano consolidou o *Welfare State* e deu uma nova roupagem ao sistema de assistência pública e seguridade social, que antes era destacada por políticas de proteção social fragmentadas, com auxílios pontuais e uma estrutura de proteção essencialmente voltada para a população assalariada.

Na próxima seção serão abordados os principais programas de transferências de renda no mundo, fruto da nova filosofia de proteção social do pós-guerra proposta por William Beveridge. Além das bases políticas e filosóficas que compõe esses sistemas de renda mínima, com ênfase no caso brasileiro caracterizado por possuir o PBF como uma política de proteção social consolidada no território.

1.4-Políticas de Transferência de renda: A capilaridade territorial do Programa Bolsa Família e o enfrentamento da pobreza

Conforme Behring e Boschetti (2008), as políticas de proteção social são políticas civilizatórias que não foram capazes ainda de emancipar a humanidade do modo de produção capitalista, mas inseriram direitos e deveres, com a conquista de uma renda mínima sobre tributação progressiva, no sentido de ampliar um fundo público, destinado a alterar os padrões de desigualdades entre as classes sociais.

É possível destacar na literatura sobre os programas de transferência de renda (LAVINAS, 2004; COBO, 2012; FONSECA, 2001), que as pesquisas foram desenvolvidas nos três grandes laboratórios que se destacaram no âmbito da proteção social. Dessa forma, os estudos majoritariamente debruçam-se sobre as experiências da Europa Ocidental, Estados Unidos e América Latina, sendo esses três recortes uma unanimidade na discussão teórica a respeito das políticas de transferência de renda adotadas. Recortes espaciais que se tornam instrumentos aliados de análise e garante aptidão para assimilar as diferentes estruturas que constituem esses sistemas, por meio de estudos comparativos.

O cerne do debate teórico sobre os programas de transferência de renda é qualificado essencialmente por dois conceitos chave. O conceito de política social focalizada e universal. Conforme Kerstenetzky (2006), a política social focalizada é compreendida como uma ação reparatória que direciona os recursos especificamente para a população mais pobre, mediante a comprovação de renda. Esse modelo de política social está presente nos programas de transferência de renda da América Latina e nos Estados Unidos.

Já a política social de caráter universal, segundo Kerstenetzky (2006), se caracteriza como uma política mais abrangente, ampliando esse benefício para todos em determinado território, de forma homogênea, e não focando integralmente na população em situação de pobreza, ou seja, os benefícios são distribuídos para todos os cidadãos, modelo bastante adotado nos países da Europa Ocidental, principalmente nas nações nórdicas, como Suécia, Noruega e Finlândia.

Um grande debate acadêmico permeia a respeito das políticas focalizadas e universais. Além da concepção de focalização e universalização às diversas estruturas do sistema de proteção social, há as transferências de natureza contributiva, como as aposentadorias, seguro-desemprego e os diversos mecanismos de seguridade social e as transferências monetárias de natureza não contributiva, composta pelos programas de transferência de renda.

Cobo (2012) ressalta que as políticas de transferência de renda universais, por não exigirem uma comprovação de renda familiar, ou seja, é paga aos ricos e aos pobres, atua como uma forma de adiantamento de uma renda líquida para cada indivíduo ou família, com isso o benefício atua de forma preventiva para que essa população não chegue ao ponto de entrar em situação de pobreza, além de fortalecer as oportunidades dos indivíduos na sociedade.

Autores da literatura nacional e internacional (SKOCPOL, 1995; BARR, 2004; STANDING, 2007; LAVINAS, 2007; COBO, 2012) que discutem os programas de transferência de renda focalizados e universais, em sua grande parte apontam críticas aos programas focalizados. Tais programas que são os mais implementados atualmente em diversos países. Os autores destacam aspectos das políticas focalizadas como a necessidade de comprovação de renda para receber os benefícios, que de certa forma tende a dividir a sociedade entre merecedores e não merecedores da proteção social, assemelham-se à estrutura dos primeiros modelos de assistência pública europeia.

Outras críticas elaboradas a respeito das políticas focalizadas são os rigorosos métodos para que as famílias e os indivíduos sejam aprovados à condição de beneficiário, seleção de entrada nos programas que tem como parâmetro a renda familiar. Desta forma, as políticas focalizadas tornam-se limitadas e incapazes de alcançar grande parte da população que está inserida no mercado de trabalho e passa por problemas de insegurança econômica e não possuem um acesso adequado aos serviços básicos. Conseqüentemente, apenas pelo fato dessa população assalariada, que possui insuficiência de renda e não é contemplada pela estrutura pública de saúde e educação, situar-se acima da linha da pobreza estipulada, esse grupo perde o direito ao benefício.

Diversos outros argumentos são apresentados na vasta literatura a respeito da defesa da universalização dos programas de transferência de renda, como em (VANDERBOUGHT e PARIJS, 2018, SUPPLY, 2002; STANDING, 2007) que propõe a solução da Renda Básica, para que a proteção social não exclua parte da população empregada que vive em condições de insegurança econômica e não são incluídos nos programas transferências de renda devido ao rigoroso fator da focalização.

Nesse sentido, os autores apontam as fragilidades das políticas focalizadas, como a estigmatização dos beneficiários, as possíveis armadilhas do desemprego, que tem como consequência a alta volatilidade, precarização, informalidade do mercado de trabalho. Isso faz

com que seja mais vantajoso para o indivíduo continuar recebendo o benefício, que por sinal é uma renda garantida, ao se arriscar no mundo precarizado do trabalho informal e perder o direito ao benefício por não se enquadrar mais na condicionalidade da renda familiar *per capita*.

A discussão sobre a pobreza, conforme Cobo (2012), nos últimos anos cedeu lugar à discussão sobre a exclusão social. Dessa forma, essa nova dimensão da ideia de pobreza tem como objetivo caracterizar o status social desses indivíduos “que se situam na parte inferior da hierarquia social” (LAVINAS, 2002, p.37). Os países de capitalismo avançado iniciaram antecipadamente o debate sobre a questão da pobreza, que após muito tempo ganhou relevância nos países de desenvolvimento tardio como nos da América Latina. Com isso, ao analisar os sistemas de transferência de renda é possível identificar uma grande diferença nas estruturas dos programas, no que se refere aos sistemas de universalização, mais aplicados em países com um grau de desenvolvimento mais avançado como na Europa Ocidental, e nos sistemas focalizados, mais comuns em países da América Latina.

Sabe-se que o processo de exclusão social na Europa Ocidental e na América Latina é diferenciado. Visto que na América Latina “a pobreza, enquanto questão social surge na grande massa de excluídos historicamente marginalizados do sistema produtivo e do sistema de proteção social” (COBO, 2012, p.70). Enquanto o modelo europeu apresentou um elevado e precoce desenvolvimento econômico, que garantiu a classe trabalhadora um nível de bem-estar mais elevado, com uma estrutura de proteção social mais consolidada e universal, tanto no âmbito dos serviços básicos da assistência pública quanto na seguridade social.

No entanto, o Brasil, na última década destacou-se no cenário internacional, tornando-se um grande observatório de estudos, principalmente na área socioeconômica, devido ao forte crescimento presenciado entre os anos de 2004 e 2011. Com esse progresso destacado, é conveniente destacar o aumento da produtividade, da renda e conseqüentemente do consumo na população brasileira.

Após a constituição de 1988, especificamente na segunda metade da década de 1990, o Brasil iniciou um processo de mudanças em diversos aspectos com o objetivo de diminuir as desigualdades e a pobreza. A criação do Plano Real, em 1994, foi fundamental nesse processo, pois encerrou o período de elevada inflação vivenciado nos anos de 1980, assim, a criação de uma nova moeda foi fundamental para a redução da pobreza e o aumento do poder de compra das famílias. Dessa forma, o Plano Real “alterou radicalmente a vida dos brasileiros e a gestão

do Estado, abrindo caminho para progressos mais rápidos em outras áreas” (ROCHA, 2013, p.151).

Cobo (2012) e Rocha (2013) ao discutirem a respeito do crescimento vertiginoso e a melhora nos indicadores de redução da pobreza e desigualdade no Brasil, no período de 2004 a 2011, as autoras apresentam três fatores fundamentais que atuam de forma combinada para a trajetória de sucesso.

O primeiro fator destacado foi à conjuntura internacional favorável com um grande progresso econômico no período, com um crescimento de 7,5% no ano de 2010. Crescimento que teve efeitos positivos na geração de renda do trabalho e no aumento de empregos formais, “enquanto em 2003 foram criados 645.433 empregos formais, entre 2004 e 2008, a criação de empregos formais segundo informações da CAGED, ficou sempre acima de 2,2 milhão” (COBO, 2012, p. 179).

O segundo fator destacado foi à elevação do salário mínimo no decorrer desse período de crescimento. Em vários momentos o aumento foi acima da inflação. Esse tipo de política tem um impacto muito relevante no mercado formal, informal, em programas de transferência de renda vinculados ao salário mínimo e nos benefícios previdenciários, o que melhorou a qualidade de vida, bem-estar e poder de compra de uma grande parcela da população. Como destacado por Arrais (2019, p.15):

A vinculação dos benefícios previdenciários e assistenciais ao Salário Mínimo, assim como a criação do Bolsa Família, contribuiu para o combate da pobreza e, conseqüente, redução da desigualdade de renda. A capitalização dos indivíduos via emprego público e transferências de renda, apesar da natureza distinta, soma-se a oferta de serviços públicos pelo Estado, algo comum, com diferenças na intensidade, em distintos países.

O terceiro fator apontado foi o aumento das transferências de renda, que teve um papel notável na renda das famílias mais pobres. Devido ao sistema de política social focalizada de acordo com Souza, Osório, Paiva e Soares (2019), cerca de 70% dos benefícios do PBF alcançam os 20% mais pobres da população, além de suas transferências reduzem a pobreza em 15% e a extrema pobreza em 25%.

Embora vários autores apontem as fragilidades da política social brasileira como a focalização e as condicionalidades, os programas de transferência de renda de acordo com Medeiros, Brito e Soares (2007) e Rocha (2013) mostram-se diante de condições favoráveis para o amplo desenvolvimento e a construção de bons resultados no Brasil. Isso ocorre devido

ao cenário de pobreza presente no território brasileiro, caracterizado por um perfil heterogêneo, com especialidades locais diante de uma dimensão continental, encontram-se diferenças regionais socioeconômicas que merecem uma atenção específica da atuação do Estado.

Assim, por meio de bases estatísticas e pesquisas domiciliares é possível tomar conhecimento desse perfil de desigualdade, em territórios muitas vezes desassistidos pelo Estado e em condições vulneráveis. Arrais (2016) descreve de forma precisa a dimensão da desigualdade presente no território brasileiro.

Esse perfil regional é resultado da histórica arquitetura do desenvolvimento dual brasileiro, ancorado em uma ideia de modernização regional seletiva que transformou a questão regional em uma dimensão, possível de ser cartografada, da questão social brasileira. A dualidade, manifestada espacialmente pelos diversos graus de modernização do território e, socialmente, pelo acesso diferencial aos bens e serviços ofertados pelo Estado, foi marca histórica da paisagem social brasileira, fato fartamente registrado pela literatura acadêmica. Dito de outro modo, a pobreza brasileira ainda guarda uma epiderme regional, apesar dos avanços em sua redução registrados ao longo do último quartel do século XX (ARRAIS, 2016, p. 201).

A respeito do processo de modernização e ao analisar as redes técnicas, de acordo com Castilho (2016), a pobreza e as desigualdades sociais e econômicas são as principais consequências desse processo que não ocorreu de forma homogênea. Além disso, Santos (2004) esclarece o papel que a técnica tem na produção do espaço, nesse sentido foi possível compreender a perspectiva histórica que a técnica desempenha no espaço geográfico, o que possibilitou reconhecer as contradições espaciais e sociais, como a desigualdade e a pobreza. Nas palavras de Soja e Hadjimichalis (1985), o estudo do espaço geográfico tornou-se um receptáculo de múltiplas contradições espaciais.

Ao identificar esse quadro desigual tem-se competência para a aplicação de políticas públicas baseada em evidências, como os programas de transferências de renda. Sabe-se que a questão distributiva é o cerne da pobreza no Brasil, assim, os programas de transferência de renda assumem um papel de protagonismo, no combate a pobreza e contribuem para melhorar a condição de renda das famílias mais pobres, que passam por dificuldades de adquirir o básico para a sobrevivência e bem-estar, como a aquisição de alimentos, essa insuficiência de renda é enfrentada por meio das transferências. Essas transferências tornam-se ainda mais favoráveis quando analisamos o seu impacto fiscal, que no caso do PBF equivale menos de 2% do PIB, um valor baixo diante dos bons resultados e alcance, que o Programa tem na redução da pobreza.

A existência de serviços públicos com uma boa infraestrutura torna-se um aliado dos programas de transferências de renda no enfrentamento da pobreza. Logo, é oportuno destacar a presença de um sistema escolar e de saúde eficientes, articulados por políticas públicas com objetivos de contribuir para a construção de cidadania e consolidação dos direitos básicos da sociedade. Porém, sabe-se dos desafios de oferta e qualidade dos serviços públicos no Brasil, realidade caracterizada por uma estrutura precária e total descaso por parte das autoridades governamentais. Tais problemas, que são o cerne da falta de oportunidades e perpetuação da pobreza. Posto isto, a tentativa de consolidar a garantia de instituições estatais elementares, principalmente em territórios com altos índices de pobreza, de forma descentralizada e universal, como foi declarado na Constituição de 1988, é um dos grandes desafios brasileiro no âmbito das políticas públicas.

De acordo com Sen (2000), a análise da pobreza e da desigualdade não deve ser limitada apenas pela dimensão de um baixo nível de renda. Pois, é preciso ir além dessa perspectiva monetária e direcionar-se para um processo de privação de capacidades. “O papel da renda e da riqueza – ainda que seja importantíssimo, juntamente com outras influências – tem de ser integrado a um quadro mais amplo e completo de êxito de privação” (SEN, 2000, p.35). Sendo assim, a pobreza é mais complexa que o critério tradicional de identificação usado por meio da renda. Sen (2000) constata que:

Muitas pessoas têm pouco acesso a serviços de saúde, saneamento básico, água tratada, e passam a vida lutando contra a morbidez desnecessária, com frequência sucumbindo a morte prematura. Nos países mais ricos é demasiado comum haver pessoas imensamente desfavorecida, carentes das oportunidades básicas de acesso a serviços de saúde, educação funcional, emprego remunerado ou segurança econômica social (SEN, 2000, p.29).

Desta forma, os programas de transferência de renda devem atuar em conjunto e construir de forma harmônica a garantia de uma renda monetária e abolir a privação de capacidades que a população mais pobre possui, como a consolidação de acesso aos sistemas de saúde, educação, saneamento básico, e etc. Sen (2000) acredita em um desenvolvimento por meio da liberdade, de forma que essa liberdade contribua com a igualdade de oportunidades e em aumentar a capacidade de todos os indivíduos para alcançar as melhores condições de vida e bem-estar. Sen (2000) classifica cinco tipos de liberdades instrumentais: “1- liberdades políticas, 2- facilidades econômicas, 3- oportunidades sociais, 4- garantias de transparência, 5- segurança protetora” (SEN, 2000, p.55).

Diante dos cinco tipos de liberdades instrumentais propostas por Sen (2002), a importância do elo entre os serviços básicos e os programas de transferência de renda, para que os resultados desse modelo de Estado social sejam efetivos no combate à pobreza e à desigualdade, torna-se evidente em dois tipos de liberdades apresentadas.

Na liberdade das “oportunidades sociais”, que consiste “nas disposições que a sociedade estabelece nas áreas de educação, saúde etc., as quais influenciam na liberdade substantiva de um indivíduo viver melhor” (SEN, 2000, p.56). E na liberdade relacionada à “segurança protetora” que é “necessária para proporcionar uma rede de segurança social, impedindo que a população afetada seja reduzida a miséria abjeta e, em alguns casos, até mesmo a fome e a morte” (SEN, 2000, p.57).

Dessa forma, com a garantia desses dois tipos de liberdades é possível traçar um modelo de Estado Social com a garantia dos serviços básicos potencializando as capacidades, com a eliminação das privações, garantia de igualdade de oportunidades com o fortalecimento da cidadania operando em conjunto com os programas de transferência de renda de caráter mais universal.

Silva (2007) destaca o debate realizado pela Comissão Econômica para América Latina e o Caribe – CEPAL, no ano de 2006, a discussão teve como foco a noção e a primordialidade da proteção social sob a ótica dos direitos sociais. Com isso, a necessidade de fortalecer os serviços básicos, garantidos na Constituição de 1988 é o principal objetivo dos países da América Latina, com a nova realidade do mercado de trabalho como a precarização, flexibilização e o crescimento do desemprego estrutural, uma preocupação toma conta da esfera da proteção social, diante baixa capacidade da proteção social em proteger grande parte da população dos riscos sociais.

A principal questão que gira em torno das políticas de renda mínima nos países periféricos latino-americanos diz respeito exatamente à noção de pobreza como sendo referente não apenas à insuficiência de renda como também ao déficit de serviços públicos essenciais. Esta noção vem orientando o debate contemporâneo sobre essa temática, que aponta que na América Latina existe uma necessidade de uma maior integração ou complementação dessas políticas de renda mínima com as políticas universais constitutivas dos sistemas de proteção social (SILVA, 2007, p. 18.)

Conforme Silva, Yasbek e Giovanni (2004), o processo de construção histórica dos programas de transferência de renda no Brasil deu seus primeiros passos na formação do Sistema de Proteção Social, em meados dos anos de 1930. Mesmo que de forma tímida, essas

políticas de proteção surgiram atreladas ao desenvolvimento econômico do país. Que diante da mudança de um modelo de desenvolvimento agroexportador para o modelo urbano-industrial, gerou uma grande demanda por mais segurança e garantia de melhores condições da crescente classe operária nos grandes centros urbanos em expansão.

Na década de 1970, o sistema de proteção social se expande no contexto repressivo e autoritário da ditadura militar. É nesse período que o primeiro programa de transferência de renda focalizado nos pobres é criado no Brasil. A Renda Mensal Vitalícia (RMV), no ano de 1974, sancionada no Governo de Ernesto Geisel. Conforme Rocha (2013), o público alvo do programa era bastante específico, assim, o RMV pagava “uma renda de meio salário mínimo a idosos e portadores de deficiência em famílias de baixa renda” (ROCHA, 2013, p. 2). Porém, não bastava apenas ser idoso ou deficiente de baixa renda para ter direito ao benefício, dentro das condicionalidades era necessário que ter contribuído anteriormente como trabalhador para o sistema previdenciário. O Programa destacou-se por seu alto grau de focalização e não ser integralmente de caráter não contributivo.

Embora no período militar, o Brasil mostrou-se com altos índices de crescimento anual, especificamente entre os anos de 1968 a 1974, atingindo um percentual de crescimento superior a 13%, o a maior da história. Hoffman (2000) e Rocha (2013) ressaltam a grande contradição social em pleno crescimento econômico vertiginoso do Governo Geisel, no que se refere ao Censo Demográfico de 1970, que mostrou resultados de um histórico aumento na desigualdade em pleno o “milagre econômico”. Diante do aumento da desigualdade de renda, causou uma inconsistência no governo, colocando em xeque a ideia de “fazer o bolo crescer, para depois dividi-lo”⁸. Desta forma, a RMV veio no sentido de corrigir a enorme desigualdade de renda, mas de forma bastante focalizada e não universal. Assim, a RMV “visava amparar uma parcela das pessoas mais vulneráveis utilizando com fonte de financiamento os recursos das contribuições previdenciárias, em parte feitas por eles mesmos” (ROCHA, 2013, p.5).

Conforme foi apresentado na seção anterior, após a Segunda Guerra Mundial, com o advento do Estado de bem-estar social moderno na Inglaterra, uma nova estrutura de assistencial foi projetada, com objetivos de enfrentamento à pobreza, acesso aos bens, serviços e benefícios sociais, de caráter distributivo. Com a perspectiva de garantir a todos os indivíduos o mínimo vital para sua sobrevivência, estabelecendo um verdadeiro mecanismo

⁸ Frase de Antônio Delfim Netto, economista membro de governos durante a ditadura militar.

de renda mínima, modelo de assistência social que ficou conhecido como modelo beveridgiano.

Esse modelo veio influenciar de forma significativa os primeiros programas de transferência de renda na Europa e no mundo. No caso do Brasil, o modelo beveridgiano teve uma forte influência na construção da assistência social e os direitos sociais foram confirmados com a Constituição de 1988. A ideia da universalização dos direitos básicos presente no documento brasileiro teve suas raízes na concepção de Estado de bem-estar social elaborada no relatório “Seguro Social e Serviços Afins” de 1942, de William Beveridge e trouxe como garantia “educação, saúde, trabalho, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados” (BRASIL, 1988). A partir da Constituição, a assistência social no Brasil foi se consolidando com as políticas de transferência de renda, como o BPC criado na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e o PBF, em 2004.

No plano do pós-constituição de 1988 e diante do cenário de enorme desigualdade social no início da década de 1990, período que foi marcado pela introdução do debate a respeito de um programa de renda mínima no Brasil. Desse modo, o debate sobre as políticas de transferência de renda entra de vez na agenda pública brasileira. Episódio que Silva (2010) identifica como o primeiro momento no desenvolvimento histórico e sistematizado dos programas de renda mínima no Brasil. Assim, em 1991, o Senador do PT (Partido dos Trabalhadores) Eduardo Suplicy protagoniza o debate sobre transferência de renda, quando apresenta o Projeto de Lei n. 80/199, que propunha o Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM). Fortemente influenciado pela proposta do imposto renda negativo de Friedman (1977), o PGRM propunha o pagamento do benefício “sob a forma de imposto de renda negativo, todas as pessoas residentes no país, maiores de 25 anos e que auferirem rendimentos brutos mensais inferiores a C\$ 45.000,00” (SUPLICY, 1992). Assim, conforme Britto e Soares (2010):

O projeto se estruturava na forma de imposto de renda negativo, propondo uma complementação de renda para todas as pessoas maiores de vinte e cinco anos, cujos rendimentos mensais brutos fossem inferiores a um determinado patamar, na época equivalente a cerca de 2,5 salários mínimos. Ademais o projeto previa que o custeio do programa não poderia ultrapassar 3,5% do produto interno bruto e que seu financiamento substituiria outras ações de “política social compensatória”, materializadas na atuação das entidades de assistência social tradicionais (BRITTO; SOARES, 2010, p.4).

Contudo, Arrais (2016) ressalta a importância do investimento estatal em áreas essenciais como saúde e educação, que estão atrelados ao sistema de assistência social. Dessa forma, esse investimento contribui para a manutenção do Estado Social. O que na ideia do imposto de renda negativo e no PGRM “não existiria a partir do Estado Social, mas sim da erosão daquilo que ele tem de essencial, que são as redes de proteção social e a oferta de serviços públicos” (ARRAIS, 2016, p.210).

Já no ano de 2004, o debate público sobre a Renda Básica alcançou o seu auge no Brasil, com um projeto mais ambicioso que o PGRM, também do Senador, Eduardo Suplicy, que apresentou a proposta da Renda Básica de Cidadania (RBC) com a Lei 10.853. O documento foi aprovado no congresso, mas nunca foi regulamentado. O artigo 1 da lei propunha que:

A partir de 2005, a Renda Básica de cidadania, que se constituirá no direito de todos os brasileiros residentes no País e estrangeiros residentes há pelo menos 5 (cinco) anos no Brasil, não importando sua condição socioeconômica, receberem, anualmente, um benefício monetário (BRASIL, 2004).

Nesse sentido, o debate sobre a Renda Básica perde força no Brasil. Assim, com o governo Luís Inácio Lula da Silva (2003–2011), uma nova lógica de transferência de renda entra em ação no território brasileiro, funcionando em uma dinâmica de parceria entre os três entes federativos (União, Estados e Municípios). O PBF se institucionaliza com a conversão da MP nº 132 para a Lei nº 10.836 de 9 de Janeiro de 2004, surgindo da unificação dos programas de proteção social brasileiros, apresentados no Quadro 1.

Quadro 1 - Programas de transferência de renda antecessores ao PBF

Programa	Ano	Legislação	Propósito	Governo
Bolsa Escola	2001	Decreto Nº 3.877	Combater a pobreza e oferecer as famílias cadastradas melhores condições de vida, por meio do acesso a educação.	Fernando Henrique Cardoso
Bolsa Alimentação	2001	MP N.º 2.206-1	Apoio financeiro a famílias de baixa renda em risco nutricional, proporcionando-lhes meios que lhes permitam o reforço da alimentação.	
Auxílio-gás	2001	Decreto 5.209	Consistia no pagamento de R\$ 15,00 (quinze reais) para cada família com renda de até meio salário-mínimo a cada dois meses, como forma de subsidiar a compra de botijões de gás.	
PNAA	2003	Lei nº 10.689	Concessão de benefícios financeiros ou acesso a alimentos para unidade familiar com renda mensal per capita inferior a meio salário mínimo.	Luiz Inácio Lula da Silva

Fonte: Organizado pelo autor a partir de Brasil (2001, 2003).

Conforme Silva (2010), a unificação dos antigos programas de transferência de renda ao PBF é caracterizada por uma proposta de racionalização e simplificação do acesso da população que se encontra em situação de pobreza ou extrema pobreza aos programas assistenciais, “cujo objetivo central é elevar a efetividade no combate fome e a pobreza, prioridade social do governo brasileiro a partir de 2003” (SILVA, 2010, p. 43). Atualmente, o PBF possui um quadro com seus tipos de benefícios⁹.

⁹ São eles “i) **Benefício Básico**: concedido às famílias em situação de extrema pobreza (com renda mensal de até R\$ 85,00 por pessoa). O auxílio é de R\$ 85,00 mensais. i) **Benefício Variável**: para famílias pobres e extremamente pobres, que tenham em sua composição gestantes, nutrizes (mães que amamentam), crianças e adolescentes de 0 a 16 anos incompletos. O valor de cada benefício é de R\$ 39,00 e cada família pode acumular até 5 benefícios por mês, chegando a R\$ 195,00. iii) **Benefício Variável à Gestante (BVG)**: Destinado às famílias que tenham em sua composição gestante. Podem ser pagas até nove parcelas consecutivas a contar da data do início do pagamento do benefício, desde que a gestação tenha sido identificada até o nono mês. O valor do benefício é de R\$ 39,00. iv) **Benefício Variável Nutriz (BVN)**: Destinado às famílias que tenham em sua composição crianças com idade entre 0 e 6 meses. O valor do benefício é de R\$ 39,00.v) **Benefício Variável Jovem (BVJ)**: Destinado às famílias que se encontrem em situação de pobreza ou extrema pobreza e que tenham em sua composição adolescentes entre 16 e 17 anos. O valor do benefício é de R\$ 46,00 por mês e cada família pode acumular até dois benefícios, ou seja, R\$ 92,00. vi) **Benefício para Superação da Extrema Pobreza (BSP)**: Destinado às famílias que se encontrem em situação de extrema pobreza. Cada família pode receber um benefício por mês. O valor do benefício varia em razão do cálculo realizado a partir da renda por pessoa da família e do benefício já recebido no Programa Bolsa Família” (BRASIL, 2019).

O PBF focaliza as famílias em situação de pobreza¹⁰ ou extrema pobreza¹¹, seleção que é determinada pela renda *per capita* familiar, o que inclui comunidades rurais e comunidades urbanas. Araújo e Lima (2009) destacam os impactos desse tipo de transferência de renda na região no semiárido nordestino e adjetivou esse modelo de política de economia sem produção. Ainda em Araújo e Lima (2009), vale destacar a análise feita sobre as transferências de renda direta, chamando a atenção para a funcionalidade que essa renda tem nas localidades, que passam a não depender, exclusivamente, da agropecuária, além dessa renda exercer uma influência no espaço urbano, espaço social e na relação campo-cidade.

De acordo com Rego e Pinzani (2013), a renda monetária do PBF pode criar e ampliar espaços pessoais de liberdade dos sujeitos, trazendo-lhes, conseqüentemente, mais possibilidades de liberdade e autonomia desses indivíduos. Capacidades, que contribuem para suprir as carências básicas do cotidiano dessas famílias:

Após cinco anos de entrevistas e andanças por algumas das regiões mais pobres do Brasil, e, tradicionalmente, mais desassistidas pelo Estado brasileiro, pode-se afirmar que o programa produz mudanças significativas na vida das pessoas destinatárias da Bolsa Família. Uma dessas mudanças é o início da superação da cultura da resignação, ou seja, a espera resignada da morte por fome e por doenças ligadas a ela, drama este constante neste universo geográfico (REGO & PINZANI, 2013, p. 26).

É evidente que o PBF funcione positivamente como uma política de transferência de renda condicionada, no combate à pobreza da exclusão territorial e disparidades regionais. Conforme dos dados do RISOCIAL (2020), no ano de 2019, o Programa beneficiou 14.339.058 de famílias. Segundo Rocha (2013), o PBF tem apresentado resultados concretos no processo de desenvolvimento socioeconômico brasileiro e destaca que as transferências de renda focalizadas têm um forte impacto nas desigualdades de renda no Brasil. O PBF tem focalizado em famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, o que beneficia realmente a população necessitada, nas piores condições sociais, que muitas vezes se encontram na indigência e em condições de vulnerabilidade.

A respeito da capilaridade do PBF, a Tabela 1 indica dados de janeiro de 2020, considerando as cinco regiões do Brasil. De acordo com os dados da tabela, percebe-se que a região Nordeste possui 27% da população brasileira e mais de 50% da quantidade de famílias beneficiárias e 52% do valor repassado. Nesse sentido, do ponto de vista regional, vale

¹⁰ Renda per capita mensal entre R\$89,00 até R\$179,00

¹¹ Renda per capita mensal de até R\$ 89,00

ressaltar que a distribuição dos benefícios pelo governo federal não é homogênea porque atende às necessidades locais com o objetivo de reequilibrar as diferenças regionais.

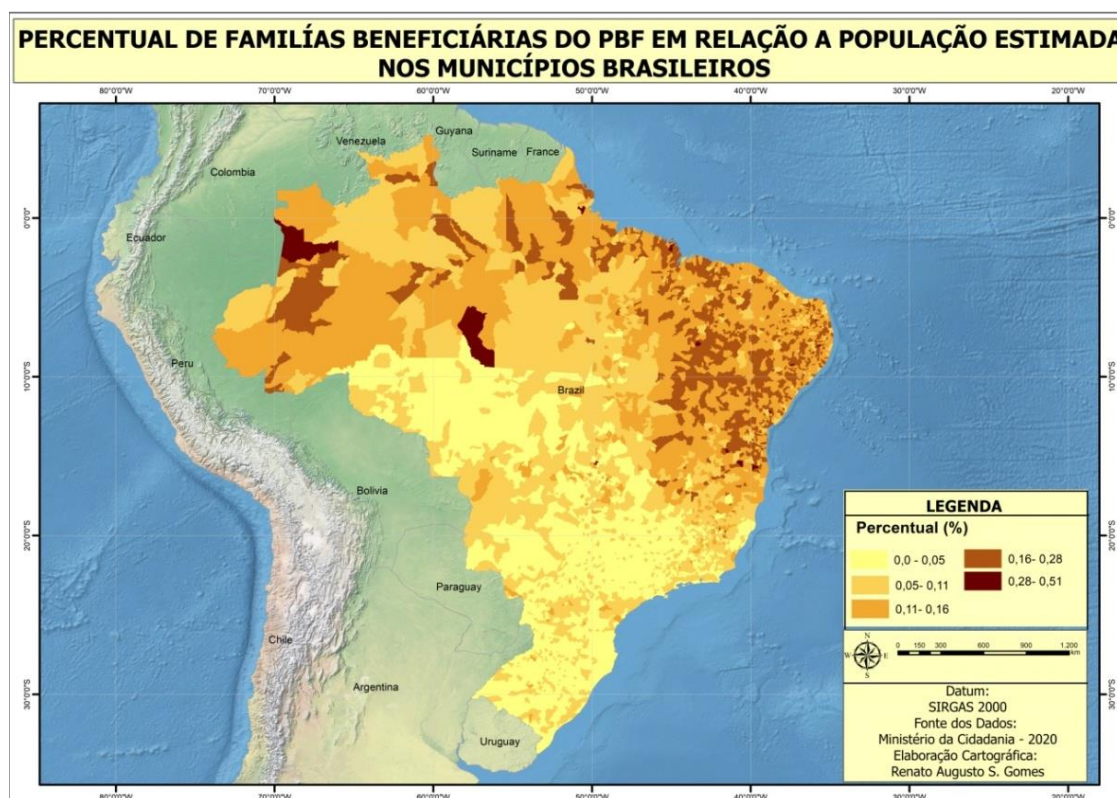
Tabela 1 - Número de famílias e valor repassado das cinco regiões do Brasil.

Região	População	Famílias	Pessoas	Valor Repassado
NORTE	18.672.591	1.700.986	6.049.578	R\$ 360.511.756,00
NORDESTE	57.374.243	6.757.583	20.410.414	R\$ 1.319.897.144,00
SUDESTE	89.012.240	3.366.570	10.109.543	R\$ 608.050.187,00
SUL	30.192.315	790.835	2.443.125	R\$ 134.635.285,00
CENTRO-OESTE	16.504.303	612.041	1.990.833	R\$ 103.476.186,00
TOTAL	211.755.692	6.470.432	41.003.493	R\$ 2.526.570.558,00

Fonte: BRASIL (2020)

O mapa da figura 1 apresenta a relação de famílias beneficiárias com a população estimada dos municípios brasileiros, percebe-se que os municípios das regiões norte e nordeste possuem os maiores percentuais de famílias beneficiárias em relação à população estimada. Cenário que mostra o grau de focalização do Programa nos municípios localizados nas regiões com os maiores índices de pobreza.

Figura 1- Percentual de famílias beneficiárias do PBF em relação à população estimada nos municípios brasileiros.



Fonte: Brasil (2020)

Os dados do mapa da Figura 1 mostram que 93% dos municípios que apresentaram um percentual de famílias beneficiárias em relação à população estimada, superior a 0,28, estão situados nas regiões norte e nordeste. Nesse sentido, os municípios dessas regiões com as maiores proporções foram, Severiano Melo (RN) com 0,51, Maetinga (BA) com 0,45, Jupurá (AM) com 0,43 e Potiraguá (BA) com 0,38. Por outro lado, 88% dos municípios com os menores percentuais de famílias beneficiárias em relação à população estimada, estão concentrados na região sul. Diante desses dados e do mapeamento, nota-se um contraste regional e a capilaridade territorial do PBF nas regiões com os maiores indicadores de pobreza do Brasil.

Pochmann (2003) em sua obra “Atlas da exclusão social do Brasil” apresenta um raio-x da desigualdade social e da pobreza. O autor faz uma relação com a Geografia da exclusão social no Brasil e discute as raízes históricas da pobreza, assim, proporciona uma leitura regional do aspecto da desigualdade no território. Dessa forma, a obra tornou-se uma ferramenta de análise e discussão frente ao debate sobre a exclusão social, das disparidades regionais e acabou fornecendo subsídios para a ação governamental, nos diversos aspectos, principalmente na gestão das políticas sociais. Pochmann (2003) nomeia como “trópico da exclusão social”, região em que podemos distinguir claramente a concentração de municípios com maior problema de exclusão social.

O trópico da exclusão social pode ser identificado nas regiões norte e nordeste, pois são historicamente conhecidas por possuírem os mais altos índices de pobreza e extrema pobreza das regiões brasileiras. A partir disso, uma vulnerabilidade de origem antiga pode ser percebida atualmente, com acesso restrito a educação, à alimentação, ao mercado de trabalho entre outros mecanismos de geração de emprego e renda.

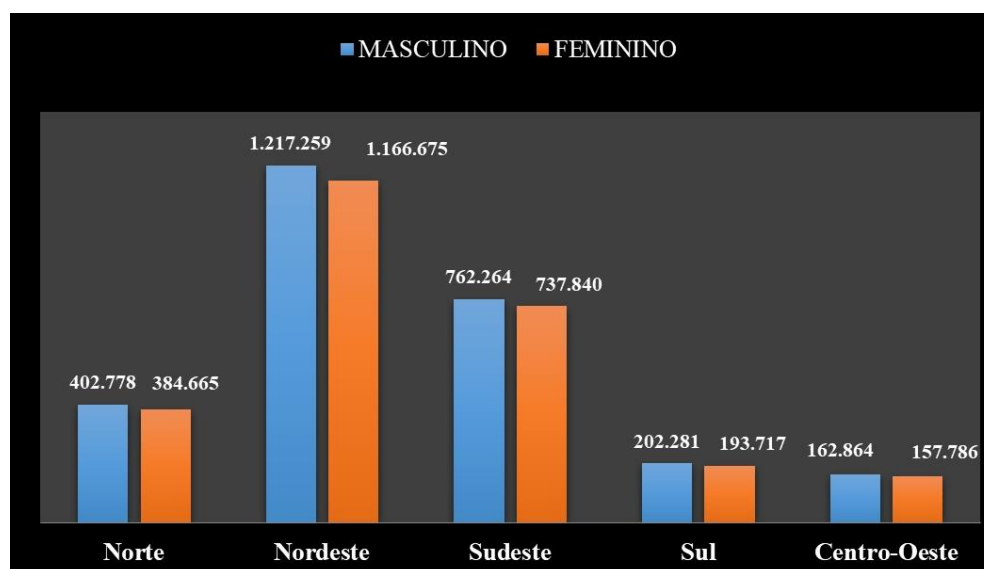
Pochmann (2003) conclui que alterar a configuração geoeconômica do Brasil não é uma questão simples de estimular a produção, estimulando o aparelhamento da lógica industrial no nordeste e norte brasileiros, e sim enfrentar e eliminar velhas práticas políticas e implementar ações sociais que resgatem a cidadania da população excluída, dando-lhe condições para a sua emancipação econômica.

A partir da base de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (Pnad Contínua), do IBGE, um estudo do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV) apontou que no ano de 2019 o Brasil tinha cerca de 4,4 milhões de crianças vivendo na extrema pobreza, o que representa cerca de 11% das crianças de 0 a 13

anos. A pesquisa apontou que na região Nordeste, 21,5% das crianças vivia na miséria e concentrava o total nacional de 55% de crianças vivendo nessa condição. Dados que realçam a importância de programas de transferência de renda focalizados em famílias com crianças vivendo na extrema pobreza.

Ao dimensionar a questão da miséria com as faixas etárias mais baixas, é possível relacionarmos a desigualdade regional e a pobreza com os dados do PBF. A Figura 2 apresenta a quantidade de crianças beneficiárias de 0 a 4 anos do sexo masculino e feminino nas cinco regiões brasileiras. Novamente, pode-se evidenciar dimensão que o PBF possui na região Nordeste, pois 44,2% das crianças de 0 a 4 anos beneficiárias são da região.

Figura 2- Quantidade de crianças de 0 a 4 anos beneficiárias do PBF por região



Fonte: Brasil (2020)

Andrade (1963) em seus estudos sobre a Geografia regional do nordeste detalha os aspectos históricos da formação do território nordestino do ponto de vista econômico, social e dos modos de produção, diante de uma problemática agrária e da desigualdade de dimensão estrutural, que contribuem para o atraso do desenvolvimento da região. Andrade (1963) realça problemas mais agravantes da região, como a produtividade e a renda.

Castro (1946), em sua obra “Geografia da fome”, ao analisar o quadro de fome e das endemias na região Nordeste, faz uma relação com a situação econômica e social da região, que é traduzida em uma desigualdade regional e pobreza. Dessa forma, propõe conclusões a respeito da estrutura econômica social do nordeste e destaca a importância que os programas assistencialistas têm juntamente com medidas estruturais na capacidade de alteração da

estrutura econômica. Pois, sem essas duas frentes atuando de forma conjunta os resultados não são objetivos. Assim, Castro (1946) destaca os seguintes apontamentos:

1) A atual situação econômica- social do nordeste, decorrente de graves erros acumulados durante anos, é a grande responsável pela alimentação deficiente das populações, contribuindo para o agravamento das endemias reinantes. 2) Não é possível a erradicação da grande maioria das endemias sem que a estrutura econômica- social e os hábitos alimentares sejam modificados. 3) Os programas assistencialistas e de saúde pública, de um modo geral, embora absolutamente imprescindíveis não tem resultados duradouros nem objetos sociais a longo prazo se não forem tomadas medidas paralelas que modifiquem a infra-estrutura econômico – social e as condições alimentares da população.4) O nordeste necessita integrar-se na economia nacional e carece de medidas de iniciativa pública e privada, capazes de promover a elevação dos seus níveis econômicos e a melhoria da distribuição de riquezas (CASTRO, 1946, p.150).

O PBF vem dinamizando cada vez mais a economia local dos pequenos municípios das regiões mais pobres do país, como indicado por Alencar (2019), Arrais (2016), Lima e Ferreira (2011) e Neri, Vaz e Souza (2013). Em uma pesquisa sobre os impactos dos programas de transferência de renda em cidades de pequeno porte, Lima e Ferreira (2011) analisam o PBF de um ponto de vista socioeconômico, a partir de estudo de caso no município de Riacho de Santana (RN). Os autores perceberam a influência que o Programa exerce em um município tão pequeno, os efeitos econômicos da transferência de renda no município têm dinamizado o comércio local, contribuído com a redução da pobreza, o aumento da autonomia e a segurança alimentar das famílias beneficiárias.

Embora não seja esse o eixo principal do programa que por sua vez visa o desenvolvimento da família, especificadamente as condições de vida humana como ser nutrido, e as necessidades básicas em geral, não respaldando-se necessariamente as de ordem social, o PBF promove uma dinamização nas economias locais quando permite a compra direta feita pela população beneficiada de produtos alimentícios, higiênicos, vestuário, calçados, etc. A política torna-se assim um dos dinamizadores e articuladores do espaço (LIMA; FERREIRA, 2011, p.45).

A ampliação do olhar para as famílias beneficiárias do PBF, torna-se necessária no que se refere ao ponto de vista territorial, no sentido de correlacionar os fatores econômicos, sociais e históricos com as localidades que essas famílias se encontram. Assim, é possível desenvolver um diagnóstico qualitativo, sobre os efeitos do PBF e a sua capilaridade. Nesse sentido, a abordagem do território é a mais precisa, sabe-se que são nos territórios ocorrem as relações sociais dos sujeitos, o encontro com a identidade e a territorialização das políticas públicas.

Santos (2006) enfatiza que a cidadania está completamente ligada ao componente territorial e é impossível pensar a ideia de cidadania, que é fortalecida por meio da aplicação de políticas públicas, sem ter o território como referência. Rossi (2013) ao analisar a relação do território com as políticas públicas enfatiza a constante presença do conceito de território nos diversos documentos e legislações sobre políticas públicas no Brasil. Com isso, o autor considera um grande avanço, devido ao rico arcabouço teórico que pode ser explorado para aperfeiçoar cada vez mais a implementação desses instrumentos de combate à pobreza em territórios caracterizados por uma nítida vulnerabilidade social. Bueno (2009) destaca o conceito de território como elementar na discussão teórica e aplicação de políticas públicas:

O conceito de território pode vir a ser uma ferramenta útil para as políticas públicas, pois uma vez levado em consideração pode-se ter a análise da fração espacial em que a política será implementada, desde o seu substrato físico até os atores sociais que nele (re) constroem diariamente seus territórios, exercendo relações de poder, gestão e identidade. É nessa perspectiva que a Geografia, ciência que tem como objeto de estudo o espaço geográfico, com um de seus conceitos-chaves, no caso território, pode vir a contribuir significativamente nos estudos das políticas públicas (BUENO, 2009, p.8).

Santos (2000) e Rafestin (1993) ao conceituarem território evidenciam que o papel dos atores está intrínseco as relações sociais. Dessa forma, Souza (2013) preocupa-se com a limitação do conceito de território, pois, enfatiza as armadilhas conceituais no discurso coisificador, que confunde o território com o substrato material e conclui que o território sempre está relacionado com um grupo social em conexão com o espaço. Essa aproximação é fundamental para tratar os territórios vulneráveis que o PBF adentra como política de transferência de renda, ou seja, ao cartografar as famílias beneficiárias é indispensável para a compreensão das dinâmicas territoriais e relações desempenhadas em torno do PBF.

Ressalte-se ainda que o território alvo de uma referida política é permeado por redes, conexões, movimentos, fluidez, enfim toda uma dinâmica das relações humanas em suas variadas dimensões que precisam ser levadas em consideração. Isso é posto por entender que estas variáveis são imprescindíveis no sucesso da política pública formulada, desde sua gênese até a gestão (BUENO, 2009, p. 8).

Andrade (2012) mostra a importância de desenvolver um olhar territorial das políticas sociais, diante da desigualdade e pobreza é possível compreender o cotidiano dessas famílias nesses territórios. O PBF, por ser um programa descentralizado, possui uma capacidade de alcançar uma grande quantidade de territórios de vulnerabilidade social. Nesse sentido, o

Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)¹² atua como estrutura física, dentro dessas redes e conexões da estrutura assistencialista e busca adentrar a esses territórios, diante de uma ampla compreensão da dimensão socio-territorial desigual.

Além disso, Yasbek *et al.* (2010) também reforça a importância da estrutura física do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) representado pelo CRAS, que opera como um instrumento de territorialização das políticas sociais. Pois, sabe-se que CRAS está presente nas localidades que as populações em condições de vulnerabilidade habitam, dessa forma é possível por meio desse aparato atender as famílias em situação de pobreza nesses territórios. Nesse sentido, Lima e Ferreira (2013) salientam um dos grandes desafios para as políticas públicas e sociais no Brasil, que devem deixar de serem meramente institucionais e assumirem uma dimensão territorial, dessa forma potencializar os efeitos do enfrentamento da pobreza alcançando os territórios que mais necessitam da presença de um Estado social eficaz.

As políticas sociais têm um papel fundamental na consolidação dos direitos de todos os seguimentos da sociedade. O Estado deve adentrar nesses territórios vulneráveis e reforçar esses laços de cidadania. O PBF é uma política social com efeitos de curto e longo prazo. No curto prazo o programa garante uma renda mínima às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, com objetivo de suprir as necessidades elementares, como a alimentação, dessas famílias, enaltecendo a dignidade, por meio do poder de compra e escolha.

Conforme Duarte, Sampaio e Sampaio (2009), em um estudo sobre os impactos do PBF nas famílias rurais, destacam os efeitos positivos dos gastos das famílias beneficiárias com a renda do Programa. Dessa forma, de acordo com os autores a maior parte da renda é destinada a alimentação das famílias e apresenta impactos positivos na estrutura do consumo alimentar. Rodrigues, Gomes e Dias (2008) apontam para os efeitos positivos dos programas de transferência de renda focalizados em famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, pois, com o aumento da renda nessas famílias tem-se a alteração positiva no comportamento do consumo de alimentos nessas famílias. Camelo, Tavares e Saiani (2009) ressaltam a redução significativa da insegurança alimentar e a tendência de melhoras nos indicadores antropométricos das crianças pertencentes as famílias beneficiárias do PBF. Nota-se que a

¹² É um local público, localizado prioritariamente em áreas de maior vulnerabilidade social, onde são oferecidos os serviços de Assistência Social, com o objetivo de fortalecer a convivência com a família e com a comunidade (BRASIL, 2020).

maior parte das formas de utilização da renda do PBF é destinada a alimentação, desse modo, o Programa auxilia de forma direta no combate à fome e à miséria.

O longo prazo é no sentido de que essas famílias cumpram as condicionalidades de educação, visando melhorar a escolaridade da população mais pobre e diminuir a taxa de analfabetismo das crianças beneficiárias. A condicionalidade referente à saúde, com o acompanhamento médico, no sentido de aumentar a expectativa de vida das crianças e o bem-estar. As duas condicionalidades juntas têm como objetivo quebrar o ciclo intergeracional da pobreza nessas famílias.

Como destacado por Sen (2000), um dos caminhos para que se alcance um desenvolvimento com liberdade é a garantia da liberdade das “oportunidades sociais” que tem um papel de protagonismo na consolidação da cidadania e bem-estar. Vale destacar os territórios das periferias das grandes metrópoles, áreas rurais e os das comunidades tradicionais, pois, são localidades que não recebem a atenção necessária do Estado no que se refere aos serviços básicos. Assim, é primordial que as políticas sociais construam novas territorialidades nesses espaços, complementando o papel que as transferências de renda vêm desempenhando.

Conforme Suplicy (2002), o PBF é um caminho para a Renda Básica. Britto e Soares (2010) discutem a articulação do PBF com a proposta da RBC de Suplicy, por meio de um resgate histórico que marca a essência das duas estruturas. No estudo, é feito um levantamento de todos os projetos de leis que já foram apresentados sobre o tema no Congresso Nacional e destacam as diferenças simbólicas e reais dos formatos do modelo de transferência de renda focalizada e a proposta universal da Renda Básica. Os autores concluem que os no fundo são “dois modelos distintos, que convivem no arcabouço jurídico do país, sem que se construam mecanismos efetivos de transição que resultem na plena materialização fática da lei da Renda Básica de cidadania” (BRITTO; SOARES, 2010, p.27). Além disso, as propostas legislativas analisadas não apresentaram uma aproximação entre as duas estruturas e destacam:

Da mesma forma o contraste entre as principais características de desenho e implementação do Bolsa Família e a concepção apresentada na lei de Renda Básica de cidadania joga luz sobre importantes distinções, relacionadas à cobertura, ao público-alvo, à exigência de condicionalidades e às próprias concepções de fundo e paradigmas de proteção

social que os orientam. Além disso, de modo geral, os 34 projetos apresentados no Congresso para fazer alterações no Bolsa Família, desde 2004, parecem inspirar-se muito mais nas principais críticas veiculadas nos meios de comunicação sobre o programa do que em uma possível articulação com a Renda Básica de cidadania. Na verdade, nenhum deles sequer faz referências à Renda Básica ou à possibilidade de que o Bolsa Família possa ser uma primeira etapa de sua implementação (BRITTO; SOARES, 2010, p.27-28).

Sabe-se que o PBF é moldado por concepções de um *Welfar state* de origem liberal, como foi apresentado por Esping-Andersen (1991), quando expões a estratificação dos regimes. Modelo que tem o fator de comprovação da pobreza para o recebimento do benefício, uma das principais características que identifica o PBF na concepção liberal, ou seja, a ideia da focalização na população com a menor renda. Essa proposta de programa focalizado é responsável por distanciar cada vez mais PBF da Renda Básica.

Levando em consideração que o debate maduro sobre os programas de transferência de renda no Brasil ocorreu de forma tardia, em comparação com os países europeus e os Estados Unidos, o debate iniciou-se no início dos anos de 1990, dentro do contexto pós-constituição de 1988. De fato, a evolução das formas de proteção social para população em situação de pobreza no Brasil é recente, tanto do ponto de vista das políticas públicas quanto no debate acadêmico. Diferente da seguridade social, que na década de 1920 já estava em discussão e foi implementada conforme destacado na primeira seção. A Lei Eloy Chaves, base da Previdência Social brasileira, foi assinada no governo do presidente Arthur Bernardes, em 1923, deixando claro que a questão da assistência social estava em segundo plano na agenda das políticas governamentais de combate à pobreza.

Mesmo que tardiamente, a evolução dos programas de assistência social no Brasil ocorreu de forma interessante, pois iniciou com programas de renda mínima vinculado as oportunidades educacionais, ou seja, direcionado para famílias pobres com filhos na escola. Com isso, o foco era em longo prazo e de forte investimento em capital humano, na tentativa de quebrar o ciclo intergeracional da pobreza.

Desse modo, pode-se destacar as primeiras experiências municipais de programas, como o Programa Bolsa Escola e a Garantia de Renda Familiar Mínima, nos governos do Distrito Federal e Campinas. Alguns anos depois, o Bolsa Escola foi federalizado, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), tornando-se o primeiro programa de

transferência de renda em nível nacional focalizado nas famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, que em 2004 foi unificado ao PBF.

O BPC também se consolidou como um programa da transferência de renda, criado no âmbito da LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social) é focalizado na população idosa e portadora de deficiência. No entanto, Rocha (2013) por meio de dados da PNAD, destaca a evolução da população e da pobreza por faixa etária, entre os anos de 1999 e 2008. Assim, percebe-se que as faixas de 0 a 4 anos, 5 a 9 anos e 10 a 14 anos com os maiores percentuais de população pobre (0,76, 0,79, 0,76), enquanto a população idosa, com 60 anos ou mais, apresentou a taxa de apenas 0,39.

Esses dados mostram uma realidade da pobreza presente em maior concentração nas crianças e adolescentes. O que retrata a desigualdade de oportunidades da realidade brasileira, muitas vezes causada pela ausência das políticas sociais e dos serviços básicos em territórios, como nas periferias das grandes metrópoles, nas cidades locais e ainda mais acentuada nas comunidades tradicionais, caracterizadas por vivenciarem uma realidade de segregação econômica e social, por parte do Estado.

Estudo recente realizado por Souza *et al.* (2018), com o objetivo de investigar os efeitos do PBF sobre a pobreza utilizaram como metodologia comparações do PBF com as transferências mais tradicionais do sistema de proteção social brasileiro, vinculadas ao salário mínimo, como as repasses previdenciários e o BPC. A base da pesquisa foi o cálculo da cobertura dos programas com a porcentagem de beneficiários entre 20% mais pobres da população. Os resultados comprovaram os efeitos positivos da focalização do PBF na população mais pobre.

O PBF é de longe o benefício monetário mais bem focalizado do Brasil. Sua cobertura aumentou consideravelmente desde 2004, estabilizando-se em torno de 60% do quinto mais pobre da população a partir de 2012. Em comparação, as transferências de 1 SM – que incluem Previdência Social e BPC – têm uma cobertura bem mais restrita e com crescimento mais lento. (SOUZA; *et al.*, 2018, p.15).

De acordo com RISOCIAL, o valor médio do benefício do PBF atualmente é de R\$ 180,00. Nesse sentido, Souza *et al.* (2018) destacam que o valor médio do benefício vem aumentando progressivamente com o passar dos anos, um dos fatores que contribui para promover o sucesso do Programa.

Embora o aumento progressivo do valor do benefício seja um ponto positivo, ele é relativamente baixo. Assim, “as transferências são muito boas em aliviar a pobreza, mas só conseguem retirar de fato as famílias dessa situação caso sejam tomadas como referência linhas de pobreza muito baixas” (SOUZA *et al*, 2018, p.10). Repara-se uma das limitações de um programa focalizado como o PBF, que por um lado apresenta efeitos incontestáveis nas linhas mais baixas da pobreza e na sua intensidade, por outro apresenta efeitos inconsistentes no que se refere à redução das taxas de pobreza, devido ao baixo valor da transferência.

De acordo com Rocha (2013), um dos grandes desafios do PBF são os diferentes impactos da renda do Programa conforme as áreas do país. Devido à diferença no custo de vida de diversas localidades do território brasileiro, consequência das disparidades regionais de âmbito econômico e social. Nota-se que, independentemente dessa diferença no valor dos bens e serviços, nas regiões brasileiras, os valores dos benefícios do PBF é o mesmo em todo o território nacional. Assim, o valor monetário das transferências acaba tendo um impacto mais significativo nas regiões onde o índice de pobreza é mais alto, o que ocorre nas áreas rurais. Mas, por outro lado, o efeito das transferências é menor em localidades cujo preço das despesas cotidianas, como a compra de alimentos, é mais elevado. Realidade encontrada nas grandes metrópoles. Dessa forma, a população das periferias dos grandes centros urbanos é prejudicada, por ter um poder de compra inferior ao das famílias beneficiárias das áreas rurais e das cidades locais.

Conforme foi apresentado, sabe-se que realidade brasileira é caracterizada por índices de pobreza mais acentuados na faixa etária entre 0 e 14 anos. Assim, mesmo que atrasado os programas de renda mínima no Brasil começaram de forma conveniente, focando em um dos grandes problemas estruturais da desigualdade, nas faixas etárias que se encontram nas piores condições de pobreza. Conforme Suplicy (2002) e Parijs (2000), a Renda Básica é a melhor solução de bom senso, justiça social e erradicação da pobreza. No entanto, como o Brasil retardou o seu processo de consolidação de um Estado social eficiente, na esfera dos serviços básicos e na proteção social, identifica-se que esse projeto atrasou na largada e ignorou por décadas um debate sobre o enfrentamento da pobreza de forma efetiva, por meio da garantia de renda, proteção aos mais vulneráveis e o estabelecimento da igualdade de oportunidades.

Apesar do atraso, as políticas de transferência de renda consolidaram-se como “uma importante faceta do sistema de proteção social brasileiro” (MEDEIROS; BRITTO;

SOARES, 2007, p.27). Políticas que desempenharam bons resultados no enfrentamento da pobreza em diversas nações, reafirmando a sua importância.

O que está em xeque ao se discutir os programas de transferência de renda não é a necessidade desse tipo de política, mas sim o grau de solidariedade desejável para a sociedade brasileira. Praticamente todos os países que conseguiram erradicar a pobreza absoluta e reduzir expressivamente seus níveis de desigualdade possuem políticas de transferência de renda. Isso ocorre porque, mesmo em economias de renda alta, há uma parte da população que não consegue, por razões diversas, ter sua subsistência assegurada pelo trabalho. Admitir essa realidade, adotando políticas que respondam a ela, significa dar um passo adiante na construção de uma sociedade mais justa (MEDEIROS; BRITTO; SOARES, 2007, p.29).

Diante disso, o PBF como uma política de transferência de renda focalizada destaca-se por suas conquistas, revigorou-se como uma política social de sucesso no enfrentamento da pobreza e possui pontos positivos por ser um benefício em renda monetária, pois rompeu com os antigos arranjos que estruturavam outras formas de assistência social que se baseou em distribuir cestas básicas e até mesmo cupons de alimentação para as famílias, como foi o Programa Fome Zero em 2003, no início do governo Lula e o *Food Stamps*¹³, nos Estados Unidos.

Essa estrutura de programa foi alvo de muitas críticas, como destacado em Standing (2007) e Guimarães (2015), a forma centralizada de programas que distribuem cartões de alimentação, além da limitação do conceito desse modelo que garante o direito à alimentação e não à renda. Tal modelo de assistência que possui um caráter paternalista. No Programa Fome Zero, a burocracia estatal elaborava uma lista de alimentos que poderiam ser compradas pelos beneficiários, o que reduzia a liberdade de escolha que essas famílias teriam com uma renda monetária, esse antigo modelo de assistência apresenta outros pontos negativos, como a distorção no sistema de preços dos alimentos e se caracteriza mais como uma caridade do que com a garantia de direitos econômicos.

Já o PBF é descentralizado, por distribuir a renda para que as famílias tenham a liberdade e a autonomia de escolha na forma que irão gastar o dinheiro. Assim, com a nova concepção de política social representada pelas transferências de renda repara-se uma evolução e fortalecimento das estruturas do enfrentamento da pobreza, mesmo que focalizada, os resultados foram relevantes.

¹³ Criado em 1964 no quadro da *War on Poverty*, de Lyndon B. Johnson, fornece a adultos disponíveis no mercado de trabalho bônus para compra de alimentos que podem ser trocados nas lojas conveniadas (VANDERBORGHT; PARIJS, 2006, p.41).

No entanto, nota-se a necessidade de uma nova mudança na ordenação da proteção social no Brasil, nos tempos atuais, é nesse ponto que a discussão sobre a Renda Básica tem ganhado força, com uma demanda cada vez maior da atuação do Estado diante do cenário de insegurança econômica e a ausência dos serviços básicos em diversos territórios marcados pela segregação e vulnerabilidade.

Os programas de transferências de renda no Brasil, principalmente o PBF encontram-se em um momento de grandes desafios. No que se refere à focalização, o PBF apresentou nos seus 18 anos de existência ótimos desempenhos no aumento da renda das famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, no entanto com o passar dos anos, como foi apresentado no decorrer do capítulo, observa-se cada vez mais o aumento da precarização no mundo do trabalho, juntamente com a automação e conseqüentemente a queda na oferta de empregos, o que afeta a geração de renda da população, inclusive da parcela mais vulnerável. Além disso, os períodos de crise como a atual pandemia de Covid 19¹⁴, tem intensificado cada vez mais essa situação, com o aumento da pobreza e do desemprego em grande escala.

Na tentativa de conter a crise causada pela pandemia de Covid 19, o Governo Federal implementou o programa, Auxílio Emergencial¹⁵. Como o próprio nome deixa claro, o programa é emergencial, e tem como foco reduzir os efeitos econômicos da crise sanitária até o final de 2020. Com isso, o Auxílio Emergencial tem apresentado ótimos resultados, no sentido de evitar que a desigualdade social tenha um aumento progressivo durante a pandemia. Do ponto de vista do benefício, o valor é considerado generoso em relação ao PBF, pois varia de R\$ 600,00 a R\$ 1.200,00. A garantia dessa renda para as pessoas desempregadas e as que foram prejudicadas no âmbito econômico com a crise sanitária, tem contribuído para que muitas famílias não se encontrem abaixo das linhas da pobreza ou extrema pobreza. Em novembro de 2021, o PBF foi substituído pelo programa Auxílio Brasil¹⁶. Nesse sentido, cabe refletir se a natureza do Auxílio Brasil será semelhante ao do PBF, que entregou ótimos

¹⁴ A Covid-19 é uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global (BRASIL, 2020).

¹⁵ O Auxílio Emergencial é um benefício financeiro concedido pelo Governo Federal destinado aos trabalhadores informais, microempreendedores individuais (MEI), autônomos e desempregados, e tem por objetivo fornecer proteção emergencial no período de enfrentamento à crise causada pela pandemia do Coronavírus – COVID 19 (BRASIL, 2020).

¹⁶ É um programa de transferência direta e indireta de renda, destinado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país, de modo que consigam superar a situação de vulnerabilidade social (BRASIL, 2021).

resultados no âmbito do Estado Social brasileiro nos últimos anos. O novo programa torna-se um novo objeto de estudo do campo das políticas sociais.

Por fim, vale destacar que a dimensão heterogênea na esfera cultural, histórica e geográfica do Brasil também é um dos grandes desafios das políticas de proteção social. As populações de comunidades tradicionais, como quilombolas, indígenas e ribeirinhas possuem um histórico de segregação social e econômica no território brasileiro, comunidades que possuem uma forte relação de identidade com seus territórios, o que demanda cada vez mais o papel do Estado na garantia legal de posse, o que favorece o fortalecimento das territorialidades, da reprodução social e garante maior autonomia as populações tradicionais. Os programas de transferência de renda e os serviços básicos, como saúde, educação, infraestrutura, quando adentram nesses territórios proporcionam um Estado de bem-estar social amplo, com a garantia de renda, território e autonomia.

CAPÍTULO 2

DESIGUALDADE REGIONAL: O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO TERRITÓRIO GOIANO

2.1- A produção do território goiano

Para realizar uma leitura do perfil regional do Programa Bolsa Família no território goiano, é fundamental ter conhecimento da dinâmica de desenvolvimento regional do estado. Sendo assim, por meio dos processos históricos, culturais, socioeconômicos e dos atores envolvidos na produção do território, é possível compreender sob um olhar geográfico a atual configuração que caracteriza Goiás. Com isso, a partir da correlação dos dados do PBF com os aspectos econômicos e sociais em escala municipal, estadual e regional, tem-se um método de análise eficaz na identificação do padrão de desigualdade presente no estado, o que permite dimensionar a capilaridade e os impactos de um programa de transferência de renda no território goiano.

Arrais (2013) ressalta a importância que uma análise ancorada na Geografia econômica contribui para a compreensão do território goiano. De acordo com o autor, pode-se caracterizar o processo de inserção do território goiano ao modo de produção capitalista por meio de uma dependência do regime de acumulação do Sudeste brasileiro. Esse processo de inserção ao modelo produtivo “articulou-se, na condição de fronteira do capital, ao espaço hegemônico do capitalismo nacional tendo São Paulo como polo dinâmico” (ESTAVAM, 1997, p.155). Dessa forma a integração econômica de Goiás foi subordinada aos principais polos econômicos. Isso denota a desigualdade regional que teve suas raízes no período colonial. Além disso, Arrais (2013) enfatiza o papel crucial da intervenção do Estado na capitalização do território, por meio de políticas governamentais, como as de infraestrutura, comunicação, industrialização e transporte. Tais modelos de capitalização são conhecidos pelo seu caráter discrepante, que culminou em disparidades regionais, do ponto de vista social e econômico no território goiano. Nesse sentido, o autor também afirma que:

Ao assumir, especialmente durante o século XX, o protagonismo na produção do território, o Estado interferiu no padrão de integração regional, reproduzindo, paradoxalmente, as desigualdades regionais e, ao mesmo tempo, a necessidade de intervenção para minorar essas mesmas desigualdades, via planejamento regional (ARRAIS, 2007. p. 5).

Essa desigualdade regional que se iniciou a partir da dinamização econômica, conforme assinalado por Arrais (2013) e Castilho (2016), teve o seu marco com o advento da modernização, quando a ferrovia adentrou o território goiano. Nessa perspectiva, ela determinou o arranjo regional de Goiás nos primeiros vinte e cinco anos do século do XX.

Assim, redes técnicas, como os trilhos, tiveram um papel fundamental na organização do espaço destacado por diferentes processos de integração, o que proporcionou um vertiginoso crescimento econômico concentrado na porção centro-sul do estado.

Logo, um dos impactos da via férrea foi a valorização das terras nos municípios servidos pelos trilhos. Estevam (1997) ressalta, por exemplo, o caso de Anápolis, que no início do século, mesmo situada bem além do término dos trilhos, experimentou um aumento no preço do alqueire de campo, que elevou-se de 2\$500 para 15\$000 e do preço da terra de mato, que sofreu incremento de 10\$000 para 30\$000 o alqueire (ESTEVAM, 1997, p. 67). Além disso, a cidade de Ipameri, naquele momento já inserida no território de influência dos trilhos, sentiu efeitos mais significativos ainda na valorização da terra. Com isso, “em 1915 vendeu-se o alqueire de mata a 50\$000. Com a passagem dos trilhos elevou-se em 1921 a 300\$000” (ESTEVAM, 1997, p.67). Assim, com a chegada dessas redes técnicas, grandes transformações foram moldando a estrutura regional do território goiano no século XX e desencadeou mudanças socioespaciais significativas, dessa forma,

a ferrovia incrementa o processo de urbanização: em Goiás, algumas cidades servidas pela linha de ferro chegaram a ensaiar vida característica de cidade. Ao receber água encanada, energia elétrica, cinema, telégrafo, telefone e agência do Banco do Brasil (Ipameri) passaram a distinguir-se do restante dos aglomerados urbanos. Vagarosamente seus moradores também foram assimilando postura mais urbana evidenciando modificações na mentalidade, idéias e valores sociais (ESTEVAM, 1997, p.67)

Além da ferrovia como um dos fatores que culminaram na produção do território goiano, a literatura aponta outros momentos de capitalização do território que geraram impactos na urbanização, consumo, estrutura agrária, mercado consumidor, nos processos de integração regional e na industrialização. Assim, conforme destacado na literatura especializada sobre o processo de integração da economia goiana (ARRAIS, 2013; BERTRAN, 1978; ESTEVEM, 1997), diversos fatores ao longo do século XX foram fundamentais para a produção do território goiano e fortificam as análises associadas à desigualdade regional em Goiás, especificamente das diferenças de desenvolvimento socioeconômico entre o norte e sul do estado. Nesse sentido, como forma de enfrentar essa desigualdade, necessitou-se de uma intervenção estatal na esfera social com os programas de transferência de renda focalizados em famílias na situação de pobreza e extrema pobreza, em consequência do desenvolvimento regional que se sucedeu de forma discrepante no território goiano.

Castilho (2016) se debruça no conceito de modernização para compreender o processo histórico da formação territorial de Goiás. O autor aborda o tema no âmbito da ação do capitalismo por meio de suas classes hegemônicas, responsáveis pela sua expansão e territorialização nos lugares. Desse modo, a expansão da modernização no sentido territorial “pode ser identificada nas cidades, nos sistemas, nas redes de energia e comunicação, nos diferentes lugares, nas desigualdades, na circulação de mercadorias e etc” (CASTILHO, 2016, p.93). Também enfatiza que esse processo possui dois sentidos: “o que envolve a infraestrutura econômica, a base técnica e os meios de produção e outro que envolve os aspectos políticos e ideológicos” (CASTILHO, 2016, p. 38).

Nesse sentido, esses processos acontecem em prol das demandas de grandes corporações, grupos internacionais e locais que buscam vantagens na atuação do Estado. Esse, por sua vez, possui um papel fundamental no processo de modernização, pois fornece uma conexão para operarem em diversos territórios. Tal ação foi caracterizada por Santos e Silveira (2001, p.291) como uso corporativo do território.

Na medida em que grandes empresas arrastam, na sua lógica, outras empresas, industriais agrícolas ou de serviços, e também influenciam fortemente o comportamento do poder público, na União, nos Estados e nos municípios, indicando-lhes formas de ação subordinadas, não será exagero dizer que estamos diante de um verdadeiro comando da vida econômica e social e da dinâmica territorial por um número limitado de empresas. Assim, o território pode ser adjetivado como território corporativo do mesmo modo que as cidades também podem ser chamadas de cidades corporativas, já que dentro delas diversos processos se identificam.

Esse modelo de modernização do território atinge toda a população, só que de maneira diferente. Sendo assim, uma das principais consequências é a produção de desigualdades regionais.

Conforme Arrais (2013) as abordagens econômicas e geografias do território goiano se destacam na década de 1970, por apresentarem um quadro demográfico caracterizado por mudanças significativas, como o elevado crescimento urbano e populacional, com taxas de crescimento demográfico superiores às médias nacionais. Nesse sentido, em Goiás, entre as décadas de 1970 e 1980, “a população rural chegou a 1.456.076 habitantes, representando um decréscimo de 242.493 habitantes, em contraposição ao aumento de 1.163.990 habitantes no meio urbano” (ARRAIS, 2013, p. 84). Dessa forma, é possível caracterizar esse fenômeno como um dos fatores responsáveis pelos primórdios da urbanização do território goiano.

Ademais, a edificação de Goiânia, em 1933, foi uma das formas pioneiras de capitalização do território goiano na reprodução das desigualdades regionais, no que se refere à porção centro-sul do estado, caracterizada por concentrar os grandes eixos econômicos, as maiores aglomerações urbanas, uma diversidade na oferta de serviços, investimentos públicos e o foco das propostas de desenvolvimento regional. Em contrapartida, a porção norte do estado não presenciou o mesmo dinamismo econômico e social.

Posteriormente, a partir da década de 1970 o crescimento da população urbana teve um grande impacto na nova capital. De acordo com o censo do IBGE de 1970 a 1980, a população total de Goiânia em 1970 era de 389.784 habitantes e saltou para 714.484 em 1980. Esses dados explicam a hegemonia da capital, pois, destacou-se por um elevado incremento populacional motivado pela concentração na oferta de trabalho, bens e serviços. Nesse sentido, a edificação de Goiânia foi um importante processo na produção do território goiano, pois, seu impacto foi além da urbanização e da centralidade de serviços. Assim, pode-se destacar o aumento do mercado consumidor e a valorização da terra, com a elevação do preço das propriedades localizadas nas proximidades da capital, o que gerou uma alteração na estrutura agrária.

Já na região do Mato Grosso Goiano¹⁷, a criação Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), no ano de 1941, foi outra intervenção estatal que impactou no padrão de distribuição populacional e na organização territorial de Goiás. Juntamente com a edificação de Goiânia, incluída na política de expansão econômica no território brasileiro, conduzida pelo presidente Getúlio Vargas, intitulada “Marcha para o Oeste”, o programa de colonização federal teve impactos no fluxo migratório no Mato Grosso Goiano e modificou a estrutura agrária da região.

Castilho (2012) destaca a CANG como uma importante fronteira agrícola na formação dos municípios de Ceres e Rialma e as diversas dinâmicas territoriais ocorridas em função da colônia agrícola. Além disso, a CANG teve um papel importante no processo de integração econômica do território goiano, que estava submetido às demandas do Sudeste brasileiro. A chegada da Estrada de Ferro Goiás em Anápolis, em 1935, facilitou o acesso de mais migrantes na colônia, em busca de terras baratas e férteis, e a localização estratégica que permitiu as trocas comerciais, com o escoamento da produção agrícola para suprir as

¹⁷ Região de floresta tropical em Goiás.

demandas do sudeste brasileiro, “mas também forjou uma (re) funcionalização do núcleo urbano, especialmente a partir da década de 1970” (CASTILHO, 2012. p.124).

A edificação de Brasília foi um dos projetos mais ousados e ambiciosos da República brasileira. Esse plano foi fruto da política de cunho desenvolvimentista do presidente Juscelino Kubitschek. A proposta tinha como objetivo a mudança da capital federal para o planalto central brasileiro, que até 1960 situava-se no Rio de Janeiro, e pretendia abrir novas fronteiras em direção ao interior do país. Programa que estava incluído no Plano de Metas, focado na modernização do território em áreas como energia elétrica, infraestrutura, transportes e indústria de base.

Assim sendo, a edificação de Brasília teve um papel central em importantes transformações do território goiano. Como destacado em Arrais (2013), a região escolhida para a construção da nova capital possuía características de matriz colonial, ou seja, ainda não tinha experimentado algum tipo de modernização, como no centro-sul do estado, com a CANG, edificação de Goiânia e a ferrovia.

Nesse sentido, “em pouco tempo, áreas de pastagem e sítios urbanos de origem colonial converteram-se conforme um padrão não apenas urbano, mas metropolitano, já que os municípios se integravam, em graus distintos à capital federal” (ARRAIS, 2013, p.89). Assim, a região passou por um intenso processo de fragmentação territorial. Barreira e Teixeira (2004) enfatizam que edificação da nova capital, impulsionou a construção de novas rodovias realizando uma integração com outras partes do país. Municípios como Abadiânia, Alexânia, Cabeceiras e Padre Bernardo, Cocalzinho de Goiás, Cidade Ocidental, Santo Antônio do Descoberto e Vila Boa surgiram nesse período.

Conforme, Rocha Neto *et al.* (2007) o crescimento populacional e a edificação de Brasília possui conjunto de fatores exógenos como: a política do governo o que estimulou a migração para mão de obra na construção da nova capital e as políticas que promoveram o processo de interiorização do Brasil e proporcionou que a região Centro-Oeste tornasse um grande polo de desenvolvimento atraindo fortemente a migração da população de regiões que passava por dificuldades econômicas. Esse conjunto de fatores junto ao processo de segregação socioespacial foi responsável pelas desigualdades sociais e os desequilíbrios socioeconômicos nos municípios goianos localizados no entorno de Brasília. Dessa forma, podem-se destacar as influências negativas do processo de metropolização de Brasília, que

gerou uma forte dependência dos municípios goianos do entorno da capital federal, em relação ao mercado de trabalho e os e acesso aos serviços básicos como saúde e educação.

De acordo com o IBGE a partir dos anos 2000 notou-se taxas de crescimento exorbitante nos municípios do entorno de Brasília. Essa multiplicação populacional acima da média, em municípios que possuem o elevado índice de pobreza, baixíssima infraestrutura, ausência do Estado na execução de políticas públicas, pode se tornar um problema futuramente. Águas Lindas de Goiás, por exemplo, chegou a ter um crescimento 14,42% ao ano. Isso gerou uma situação problemática de segregação social e dependência do Distrito Federal, que é descrita no seguinte trecho:

Trata-se de um município que depende do ponto de vista do trabalho/emprego, educação, saúde etc. do Distrito Federal. É resultado do processo de metropolização de Brasília, caracterizado por segregar espacialmente a população e excluí-la socialmente. As migrações intrametropolitanas indicam o êxodo permanente das pessoas para além do Distrito Federal, na fronteira com o estado de Goiás, devido, em grande parte, à especulação imobiliária no Distrito Federal que impacta nas possibilidades de sobrevivência dos trabalhadores e trabalhadoras menos favorecidos e os obriga a essa migração, cada vez mais distante das oportunidades de trabalho/ emprego, e dos serviços básicos existentes. (BATISTA; FRANÇA; BERDET, 2016, p.453).

Atualmente, entre os 18 municípios com a maior população de Goiás, oito deles localizam-se no entorno de Brasília. Diferentemente, dos outros 10 municípios entre os mais populosos de outras localidades do estado, o crescimento acentuado do entorno foi fruto de um processo de segregação, que gerou impactos sociais, que podem ser notados nos péssimos índices socioeconômicos, assim como tem acontecido com Águas Lindas. A situação apresentada representa como, conforme Sposito (2004) os processos de metropolização e de expansão no tecido urbano na América Latina são caracterizados como fenômeno da periferia. Como consequência da expansão da franja urbana, percebe-se o aumento das moradias de baixa renda, em áreas desassistidas pelo Estado, com altas deficiências de infraestrutura.

Paralelamente à metropolização, o processo de modernização da agricultura brasileira foi um evento fundamental no desenvolvimento regional e nas formas de capitalização do território goiano. Calcado em programas de financeirização da agricultura com a produção de *commodities* para a exportação, tal modelo se territorializou nas áreas do bioma cerrado. Nas palavras de Mendonça e Júnior (2004), esse modelo buscava atender à dinâmica e às necessidades de mobilidade do capital nacional associado ao capital transnacional. Com isso, a modernização da agricultura, por meio de diversos incentivos governamentais, reorganizou

a estrutura dos municípios localizados no Sudoeste do estado. Notou-se um, então, acelerado crescimento populacional (principalmente nos municípios de Rio Verde e Jataí), o aumento do setor de serviços, a inserção de grandes complexos agroindustriais e o aumento das redes rodoviárias na região.

Com isso, de acordo com Arrais (2007) o planejamento governamental em Goiás teve sua gênese ainda na década de 1960, com o plano do governo Mauro Borges (1961-1964). Esse plano é considerado o marco da intervenção territorial em Goiás e tinha como foco realizar reformas administrativas, a criação de órgãos, secretarias e a busca pela racionalização do Estado. No plano do governo Mauro Borges registrou-se a primeira regionalização do território Goiano dividida entre (Norte, Planalto, Mato Grosso, Estrada de Ferro, Goiânia e Sudoeste).

Posteriormente, o plano de governo de Irapuan Costa Júnior (1975-1979) enfrentou um desafio, pois o município de Goiânia passava por um grande crescimento populacional. Dessa forma, o foco do plano foram as questões urbanas direcionadas à promissora capital. O plano preocupou-se com processo de industrialização do estado com a criação do Distrito Agroindustrial de Anápolis (DAIA), inaugurado no ano de 1976, região que recebeu muitos investimentos governamentais, pois está situada na zona de influência da BR 060, do grande eixo econômico Goiânia, Anápolis e Brasília. Vale ressaltar, que os dois primeiros planos de governos destacados acima deram ênfase para o desenvolvimento regional apenas para o centro-sul do estado, visto que a porção Norte de Goiás não tinha recebido nenhum investimento.

Arrais (2007) reforça que o período pós-constituição de 1988, com a redemocratização a ideia de descentralização começa a fazer parte dos principais documentos e leis implementadas, principalmente estaduais municipais. Por conseguinte, o planejamento ganha uma nova roupagem, como a necessidade de combater as desigualdades territoriais, para isso exigiu-se a elaboração de Planos Plurianuais¹⁸ (PPA) como forma de planejamento governamental. Nesse contexto, no governo de Marconi Perillo dois PPA foram apresentados, o PPA (2000-2003) e o PPA (2004-2007). Para fins de planejamento estratégico, governamental e para o combate às desigualdades regionais no estado, conforme a Figura 3, no PPA (2004-2007), Goiás foi dividido em 10 (dez) regiões de planejamento.

¹⁸ O Plano Plurianual (PPA) é o instrumento de planejamento governamental de médio prazo, previsto no artigo 165 da Constituição Federal. Ele estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública organizado em programas estruturados em ações, que resultem em bens e serviços para a população.

Figura 3- Regiões de Planejamento de Goiás



Fonte: Goiás (2010)

Essa divisão foi realizada de acordo com alguns critérios. A Região do Entorno do Distrito Federal foi definida conforme o estabelecido na Lei de criação Região Integrada de Desenvolvimento do DF e Entorno (RIDE). A Região Metropolitana de Goiânia (Grande

Goiânia mais Região de Desenvolvimento Integrado), conforme a lei estadual de 1999. As regiões do Norte e Nordeste Goiano, já presentes no primeiro PPA (200-2003), foram delimitadas por sua “homogeneidade em termos de condições socioeconômicas e espaciais e como estratégia de planejamento para investimentos governamentais tendo em vista minimizar os desequilíbrios regionais” (GOIÁS, 2010).

O Norte e o Nordeste Goiano apresentam os piores índices socioeconômicos do estado, além de não possuírem uma grande oferta de serviços básicos em relação às outras regiões do estado. Dessa forma, na elaboração da regionalização receberam um enfoque com o intuito de reverter o desequilíbrio regional. Por fim, as outras seis regiões foram definidas tendo como critério os principais eixos rodoviários do estado. Todos os municípios cujas sedes utilizam o mesmo eixo rodoviário para o deslocamento à capital do estado foram considerados pertencentes a uma mesma região de planejamento.

Essa regionalização foi fundamental para a identificação das desigualdades fruto do processo de capitalização do território. Nesse sentido, por mais que o estado, nos últimos anos, tenha proporcionado um vertiginoso crescimento econômico, ainda existe uma forte concentração de atividades que geram melhores oportunidades de emprego para a população em determinadas regiões, como a região Sul. Dessa forma,

apesar do estado de Goiás possuir uma diversidade de atividades que geram emprego e renda para sua população, notadamente o agronegócio e, mais recentemente a indústria, estas estão localizadas em poucos municípios do Estado. De uma maneira geral, a metade Sul do estado detém os melhores/maiores indicadores, sendo a mais dinâmica economicamente e concentrando os principais empreendimentos industriais. Por outro lado, a metade Norte concentra os piores indicadores e a economia é pouco dinâmica e mais ligada à agropecuária e administração pública (CAMPOS; BRITO; CARVALHO, 2019, p. 52).

De acordo com Barreira (2002) a região do Nordeste Goiano é considerada a última fronteira goiana no processo de ocupação de Goiás. Tal ocupação iniciou-se na década de 1970, em virtude da edificação de Brasília. A construção da BR 020 foi um princípio da tentativa de integração da região com as outras porções do estado. No entanto, sabe-se que “os processos de implantação dos sistemas de engenharia (infraestruturas, sistemas viários) são seletivos, e conseqüentemente, segregadores.” (BARREIRA; TEIXEIRA, 2007, p.167). Conforme destacado durante esta seção, a integração do território goiano privilegiou determinadas regiões. A Figura 4 mostra a região do Nordeste Goiano com as principais redes viárias.

O sistema de transportes da região é composto pelo modal rodoviário. É possível identificar uma baixa infraestrutura com muitas estradas em leito natural. Os principais eixos de integração são a BR020 que liga a região ao Nordeste do país e a GO 118 que no sentido Norte fazem a conexão com o Tocantins. Além dessas principais vias, a região também conta com a GO-112, GO-110 e GO-237. No entanto,

as rodovias federais se concentram na parte meridional do estado, no meio-norte com a Belém-Brasília e no nordeste com a BR-020, desempenhando uma função inter-regional em escala nacional. Ou seja, tanto rodovias estaduais como federais se concentram principalmente na parte Centro-Sul do Estado, o que se manifesta para a região Nordeste Goiano como grandes espaços em branco, com baixa integração com o restante de Goiás (CAMPOS; BRITO; CARVALHO, 2019, p. 52).

Apesar do baixo processo de integração e tardia ocupação o Nordeste Goiano, segundo Barreira e Teixeira (2007), após a construção de Brasília, modificou seu perfil socioeconômico dando início a criação de uma nova infraestrutura, com o crescimento urbano, rodovias, escolas, universidades etc. No entanto, essa região de planejamento é considerada a mais pobre do estado, pois possui “pouca dinâmica interna e, até hoje, está pouco integrada à economia goiana” (CAMPOS; BRITO; CARVALHO, 2019, p 61). Quando se comparam os dados do Nordeste Goiano aos das outras regiões do estado, a situação não demonstra melhorias.

No âmbito econômico, o Nordeste Goiano possui um forte potencial turístico devido ao Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (PNCV), é também ligado à agropecuária, administração pública e os programas de transferência de renda, que se caracterizam por um uma alta capilaridade nos municípios dessa região. Conforme será apresentado na próxima seção, o Nordeste Goiano tem uma alta demanda de programas como o PBF. A região possui 20 municípios¹⁹ ocupando um território de 38.726,364 km², o que corresponde a 11,39% do total do território de Goiás (GOIÁS, 2010).

Os municípios de Campos Belos e Posse possuem a maior expressão econômica por concentrar os serviços de saúde, educação e comercial da região. Já Alto Paraíso, Cavalcante e São Domingos são considerados os polos do turismo. Encontra-se no Nordeste Goiano, o recorte espacial da pesquisa, a comunidade Kalunga, com cerca de 4 mil habitantes, ocupando

¹⁹ Alto Paraíso de Goiás, Alvorada do Norte, Buritinópolis, Cavalcante, Colinas do Sul, Damianópolis, Divinópolis de Goiás, Flores de Goiás, Guarani de Goiás, Iaciara, Mambaí, Nova Roma, Monte Alegre de Goiás, São Domingos, São João D’Aliança, Simolândia, Sítio, Abadia, Vila Boa, Teresina de Goiás e Posse.

uma área de 237 mil ha., a maior da América Latina em extensão territorial, que se estendem pelos municípios de Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre de Goiás. A Tabela 2 apresenta os dados referentes ao PIB e ao PIB *per capita* das regiões de planejamento de Goiás.

Tabela 2 - Produto Interno Bruto e PIB per capita nas Regiões de Planejamento (2015)

Região	2015		
	PIB (R\$ mil)	%	PIB per capita (R\$)
Metropolitana de Goiânia	67.726.825	39,01	27.965
Centro Goiano	18.872.288	10,87	27.927
Norte Goiano	7.855.106	4,52	24.514
Nordeste Goiano	2.382.845	1,37	12.917
Entorno do Distrito Federal	16.728.034	9,63	14.180
Sudeste Goiano	10.958.387	6,31	40.403
Sul Goiano	14.177.167	8,17	32.599
Sudoeste Goiano	24.646.316	14,19	39.621
Oeste Goiano	7.658.113	4,41	21.718
Noroeste Goiano	2.626.583	1,51	17.783
ESTADO DE GOIÁS	173.631.664	100	26.265

Fonte: Goiás (2015)

Conforme reforçado a respeito do baixo desempenho dos índices da região, nota-se que o Nordeste Goiano no ano de 2015 apresentou o menor PIB do estado (2.382.845) com a menor participação (1,37%). O PIB *per capita* também ficou em último lugar. Fato que demonstra o baixo dinamismo econômico da região comparada às demais.

Além dos dados nada favoráveis em relação ao PIB, a herança de um tardio processo de ocupação e baixa integração regional, a região concentra outros dados negativos, como: a menor participação no percentual de empregos do estado (1,12%) e o menor percentual de admitidos no ano de 2016 (0,86%).

Por meio da análise da produção do território com base nas regiões de planejamento, verifica-se uma grande desigualdade regional. A região do Nordeste Goiano possui os piores indicadores do estado. Nesse sentido, com o intuito de relacionar essas desigualdades e a sua relação com a pobreza, na próxima seção será apresentado o perfil das famílias beneficiárias do PBF, com base nas regiões de planejamento.

2.2- O perfil regional do Programa Bolsa Família no território goiano

A região Centro-Oeste, com a menor população das cinco regiões brasileiras, 15.442.232 habitantes (IBGE, 2016), em dezembro de 2020 representou 5% do total de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) em todo o Brasil. Essa é a menor quantidade entre as cinco regiões, com 681.242 famílias beneficiadas (BRASIL, 2020). O estado de Goiás se destaca no Centro-Oeste por representar o maior percentual desse total, com 45%, seguido pelos estados do Mato Grosso (24%), do Mato Grosso do Sul (19%), e do Distrito Federal (12%).

O Cadastro Único atua como um importante instrumento de mensuração da desigualdade, identificação de dados socioeconômicos das famílias brasileiras e porta de acesso para o sistema de assistência social, como os programas de transferências de renda. Dessa forma, os indicadores do Cadastro Único são um guia para a implementação, formulação de políticas públicas e ferramenta de análise das desigualdades regionais.

O Cadastro Único divide as famílias inseridas em quatro faixas de renda familiar *per capita* (de R\$ 0,00 a R\$ 89,00; R\$ 89,01 a R\$ 178,00; R\$178,01 a $\frac{1}{2}$ salário mínimo e acima de $\frac{1}{2}$ salário mínimo). Em dezembro de 2020 o Brasil registrou 28.875.190 famílias e 75.220.543 de pessoas inscritas no Cadastro Único (BRASIL, 2020), sendo que, 13.923.660 dessas famílias situam-se na extrema pobreza (renda *per capita* de R\$ 0,00 a R\$ 89,00) e 2.764.930 de famílias em situação de pobreza (renda *per capita* de R\$ 89,01 a R\$ 178,00). Diante disso, cerca de 50% das famílias inscritas encontram-se nas faixas de renda *per capita* mais baixas.

Goiás em dezembro de 2020 teve 829.355 famílias inscritas no Cadastro Único. A tabela 2 apresenta a quantidade de famílias inscritas no Cadastro Único, as três regiões de planejamento mais populosas concentram o maior número de famílias. Vale destacar o Nordeste Goiano que, mesmo possuindo aproximadamente 93 mil habitantes a menos que a região do Sudeste Goiano apresenta 7.350 ou mais famílias inscritas.

Tabela 3- Quantidade de famílias inscritas no Cadastro Único e população das Regiões de Planejamento de Goiás

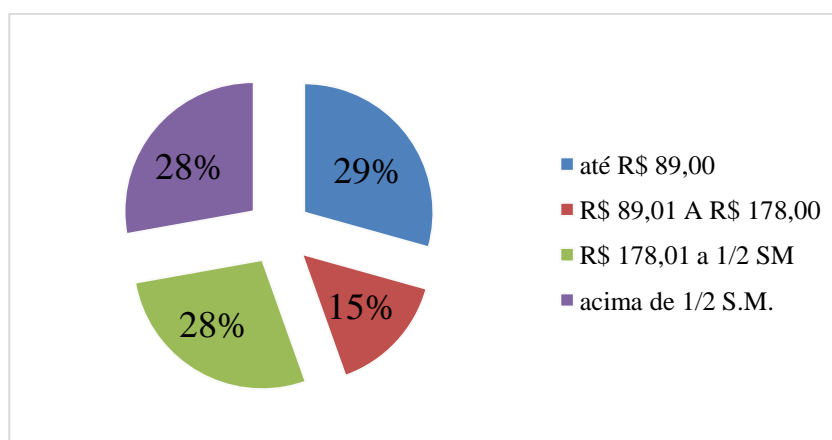
Região de Planejamento	Famílias Castradas no Cadastro Único	População
Metropolitana de Goiânia	222.629	2.648.226
Entorno do Distrito Federal	181.138	1.304.669
Centro Goiano	82.332	713.788
Sudoeste Goiano	71.972	686.755
Sul Goiano	59.545	463.673
Oeste Goiano	59.452	352.146
Norte Goiano	55.223	318.387
Nordeste Goiano	39.008	194.766
Sudeste Goiano	31.658	288.361
Noroeste Goiano	26.398	148.510
Goiás	829.355	7.119.281

Fonte: Organizado pelo autor a partir de Brasil (2020)

É perceptível, portanto, que, conforme os dados apresentados, que em termos absolutos, as regiões mais populosas concentram a maior quantidade de famílias inscritas no Cadastro Único.

A Figura 5 ilustra a distribuição percentual das faixas de renda *per capita* familiar do Cadastro Único em Goiás. A faixa de renda *per capita* de até R\$ 89,00 representou 29% do total das famílias inscritas no Cadastro Único, o maior percentual de famílias inscritas no estado. Esse valor é inferior à média nacional, que foi de 48% pertencentes à extrema pobreza.

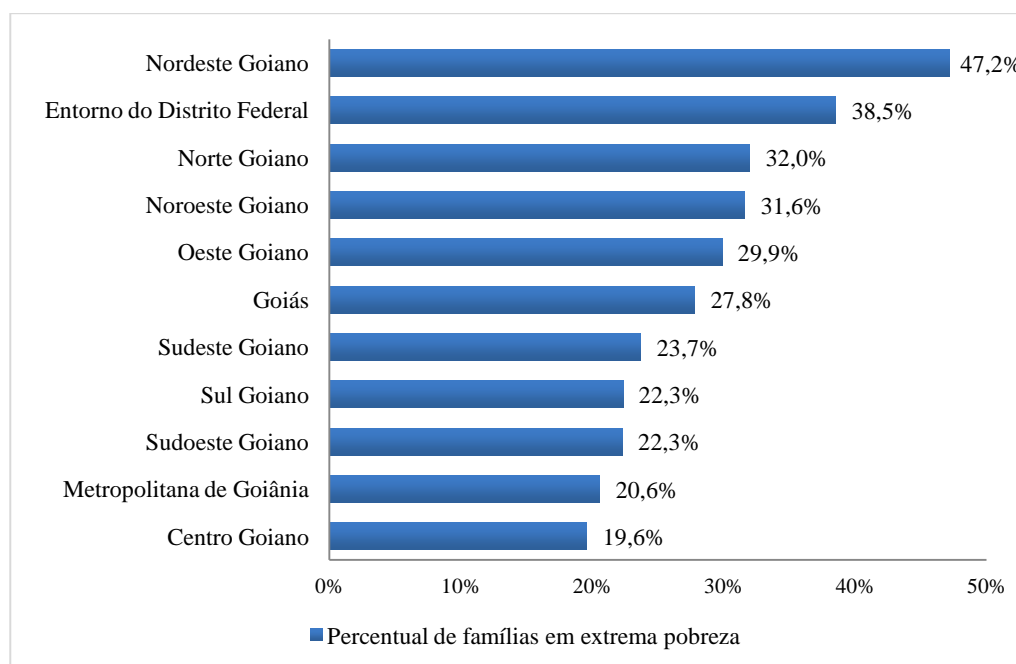
Figura 5 - Distribuição percentual das faixas de renda do Cadastro Único das famílias em Goiás



Fonte: Organizado pelo autor a partir de Brasil (2020)

No entanto, esse percentual de famílias inscritas em situação de extrema pobreza é superior quando comparamos as Regiões de Planejamento do Estado de Goiás. A Figura 6 destaca esses dados e nota-se que algumas regiões com valores superiores a 27,8% (média do estado) de famílias na extrema pobreza. O Nordeste Goiano com 47,2% é a região com o maior índice de famílias em situação de extrema pobreza, seguida pelo Entorno do Distrito Federal (38,5%), Norte Goiano (32%), Noroeste Goiano (31,6%) e Oeste Goiano (29,9%).

Figura 6- Percentual de famílias beneficiárias do PBF em situação de extrema pobreza nas regiões de planejamento de Goiás



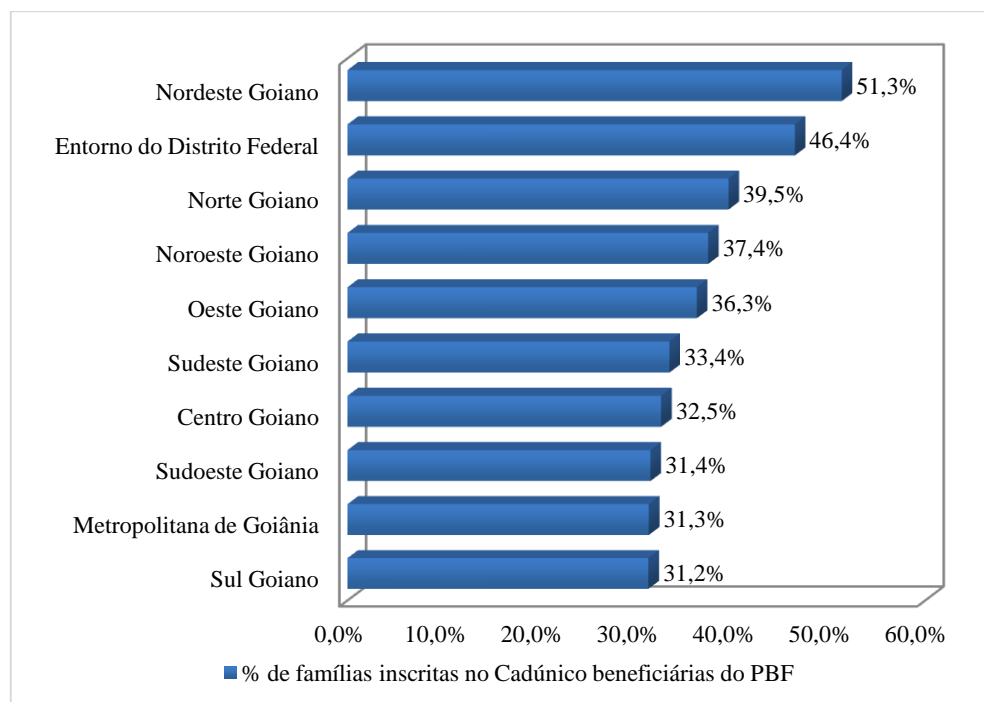
Fonte: Organizado pelo autor a partir de Brasil (2020)

Já na escala municipal, os maiores percentuais de famílias em situação de extrema pobreza foram Sítio da Abadia (66,7%), Iaciara (64,7%), Águas Lindas de Goiás (61,2%) e Teresina de Goiás (60,4%). Ressalta-se que 70% dos municípios do Nordeste Goiano apresentaram percentuais acima de 50% de famílias beneficiárias do PBF em situação de extrema pobreza. Já as regiões com os menores percentuais foram o Centro Goiano e a Metropolitana de Goiânia, com respectivamente 19,6% e 20,6%.

Conforme a Figura 7, as regiões do Nordeste Goiano e do Entorno do Distrito Federal também apresentam os maiores valores percentuais da quantidade de famílias inscritas no Cadastro Único que são beneficiárias do PBF. O Nordeste Goiano aparece 51,3%, mostrando-

se uma região que possui um alto índice de famílias nas duas faixas mais baixas de renda *per capita*.

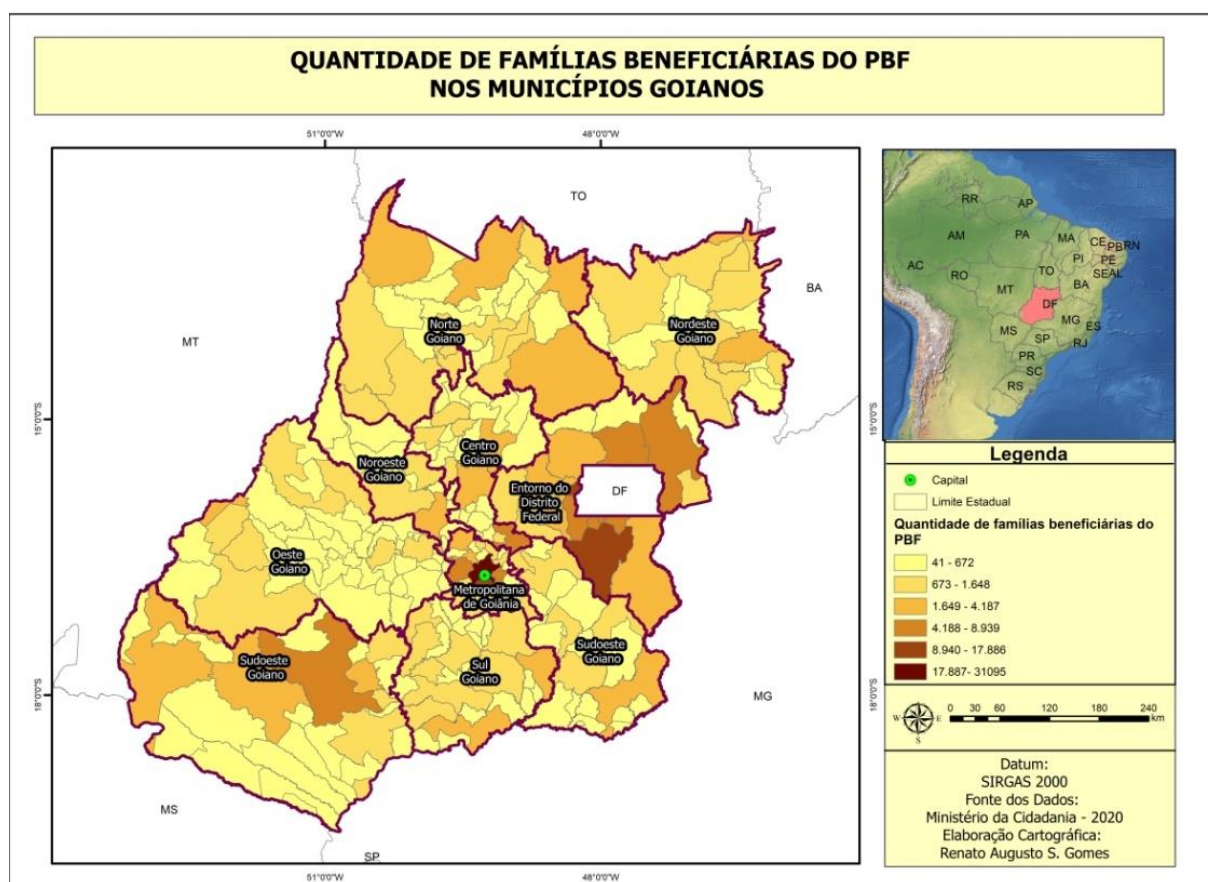
Figura 7- Percentual de famílias inscritas no Cadastro Único beneficiárias do PBF nas regiões de planejamento de Goiás.



Fonte: Dados organizados pelo autor a partir de Brasil (2020)

Já em relação ao PBF, de acordo com BRASIL (2020), em dezembro de 2020, no estado de Goiás 305.149 foram beneficiadas. A Figura 8 representa a espacialização da quantidade de famílias beneficiárias no território goiano.

Figura 8- Quantidade de famílias beneficiárias do PBF nos municípios goianos



Fonte: Dados organizados pelo autor a partir de Brasil (2020)

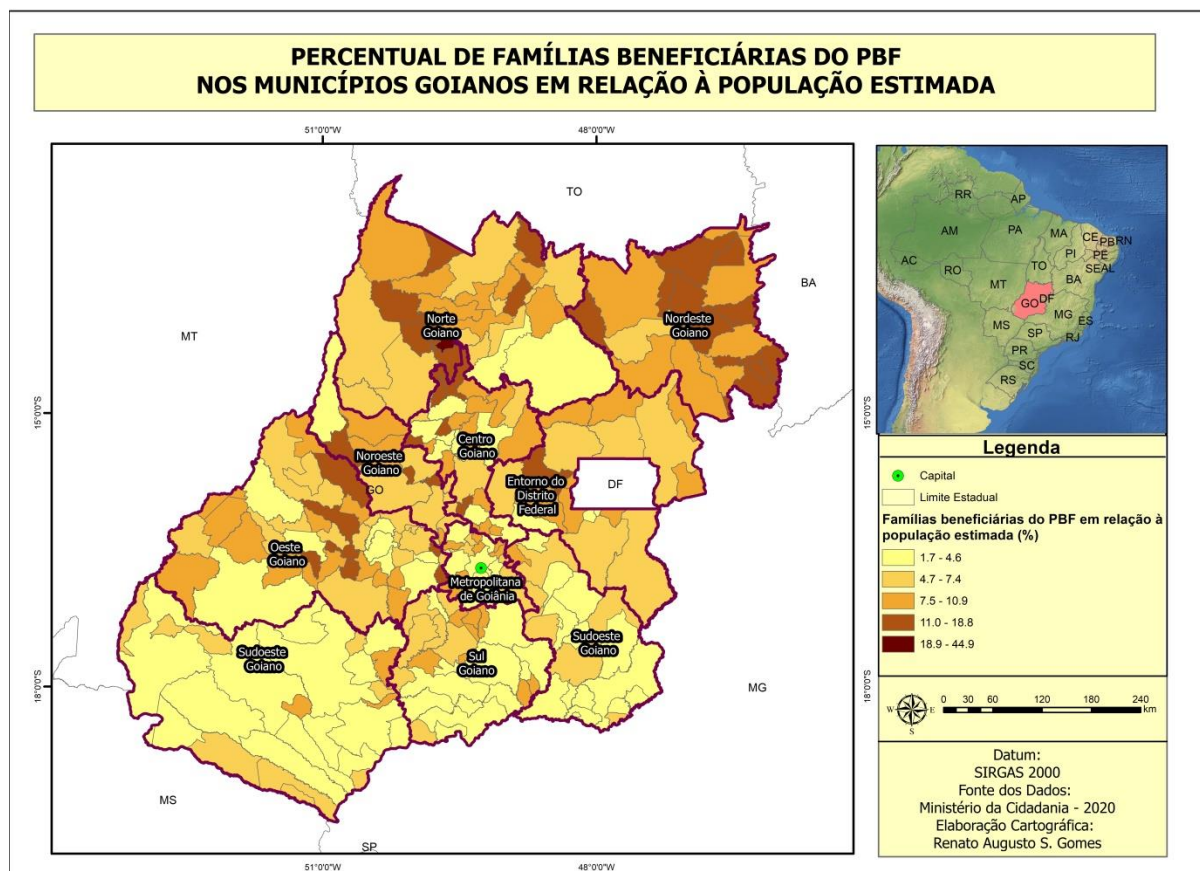
O município de Goiânia, capital do estado e o mais populoso, com 1.536.097 de habitantes (BRASIL, 2017), localizado na região de planejamento Metropolitana de Goiânia, apresentou o maior número de famílias beneficiárias, com 31.095 famílias. Os outros municípios que se destacaram com os maiores números de famílias do PBF foram: Águas Lindas de Goiás (17.886 famílias), Luziânia (12.436 famílias), Aparecida de Goiânia (11.550 famílias), Anápolis (8.939) e Formosa (7.941).

Salientam-se os dados em termos absolutos dos seis municípios com o maior número de famílias no PBF em Goiás, pois representam 29,4% do total das famílias beneficiárias e 43,2% da população do estado. Esses valores se devem ao fato de esses municípios estarem localizados nas três regiões de planejamento mais populosas: Metropolitana de Goiânia (2.648.226 habitantes), Entorno do Distrito Federal (1.304.669 habitantes) e Centro Goiano (713.788 habitantes). Essas regiões são caracterizadas por possuírem as maiores aglomerações urbanas e maior quantitativo de cidades com a população acima de 100 mil habitantes. Por

outro lado, tem-se regiões que não se destacam com altos valores absolutos de famílias beneficiárias, como o Norte e o Nordeste goiano, pois, possuem características demográficas que concentram pequenos municípios com população inferior a 20.000 habitantes. Assim, o percentual de municípios com até 20.000 habitantes é de 73% e 85% nessas duas regiões.

Já a Figura 9 destaca os valores relativos e representa a quantidade de famílias beneficiárias em relação à população total.

Figura 9- Percentual de famílias beneficiárias em relação à população total nos municípios goianos



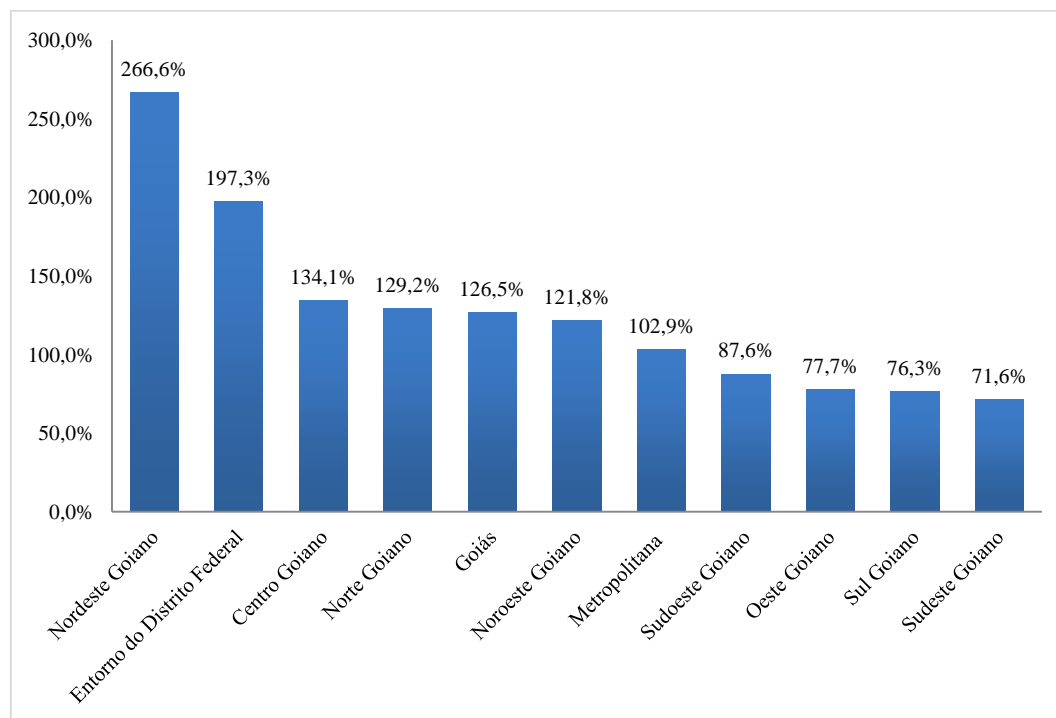
Fonte: Dados organizados pelo autor a partir de Brasil (2020)

Nos dados cartografados na Figura 9 em escala municipal no território goiano, pode-se notar uma diferença de padrão em relação ao mapa apresentado na Figura 8 com a quantidade de famílias beneficiárias. Isso evidenciou os municípios mais populosos do estado. Assim, aqueles que apresentam os maiores percentuais de famílias beneficiárias por habitantes estão concentrados nas regiões de planejamento Norte e Nordeste.

Tais regiões, como destacado antes, centralizam uma elevada quantidade de municípios caracterizados por redes urbanas pouco densas com população inferior a 20 mil habitantes, e com grande participação do executivo municipal e de programas como o PBF, Benefício de Prestação Continuada (BPC) e aposentadoria rural na renda que circula nesses territórios. Assim, nota-se um perfil demográfico diferenciado das regiões mais populosas do estado, que se destacaram devido aos elevados números em valores absolutos de famílias beneficiárias, como foi apresentado na Figura 8. Dessa forma, os municípios que exibiram os maiores valores percentuais de famílias beneficiárias por habitantes, foram Campos Verdes (44,9%), Divinópolis de Goiás (18,8%), Montividiu do Norte (16,8%), Santa Terezinha de Goiás (16,1%), Teresina de Goiás (15,4), Damianópolis (15,3%) e Simolândia (15,1%).

A Figura 10 mostra o percentual de crescimento da quantidade de famílias beneficiárias do PBF nas Regiões de Planejamento de Goiás, no recorte temporal de 2004 a 2020. Mais uma vez, se destacam em termos percentuais as regiões do Nordeste Goiano, com uma taxa de 266,6% e o Entorno do Distrito Federal com 197,3%, no período de 16 anos do PBF. Assim, essas duas regiões tiveram as maiores taxas de incremento na quantidade de famílias no Programa. Enquanto as regiões do Sul Goiano e Sudeste Goiano representaram os menores valores percentuais na expansão no número de famílias beneficiárias do PBF em Goiás no recorte temporal analisado, com 76,3% e 71,6%.

Figura 10- Percentual de crescimento do número de famílias beneficiárias nas Regiões de Planejamento de Goiás (2004-2020)



Fonte: Dados organizados pelo autor a partir de Brasil (2020)

Conforme a Tabela 4, em dezembro de 2020 o valor repassado do PBF em Goiás foi de R\$ 45.408.714,00. Embora a população da região de planejamento Metropolitana de Goiânia seja de 2.648.226 habitantes (IBGE, 2018), a mais populosa das dez regiões, seguida da região do Entorno do Distrito Federal com 1.304.669 habitantes (IBGE, 2018). No que se refere à quantidade de famílias beneficiárias e o valor repassado do PBF, a região do Entorno do Distrito Federal, mesmo tendo a segunda maior população das Regiões de Planejamento de Goiás, superou a Metropolitana de Goiânia.

Tabela 4 - Valor repassado do BPF nas Regiões de Planejamento de Goiás

Região de Planejamento	Valor repassado (R\$)	(%) do valor repassado
Metropolitana de Goiânia	9.316.445,00	20,52%
Centro Goiano	3.674.017,00	8,09%
Norte Goiano	3.398.293,00	7,48%
Nordeste Goiano	3.350.501,00	7,38%
Entorno do DF	13.788.606,00	30,37%
Sudeste Goiano	1.533.102,00	3,38%
Sul Goiano	2.546.985,00	5,61%
Sudoeste Goiano	3.243.284,00	7,14%
Oeste Goiano	3.116.046,00	6,86%
Noroeste Goiano	1.441.435,00	3,17%
Goiás	45.408.714,00	100,00%

Fonte: Dados organizados pelo autor a partir de Brasil (2020)

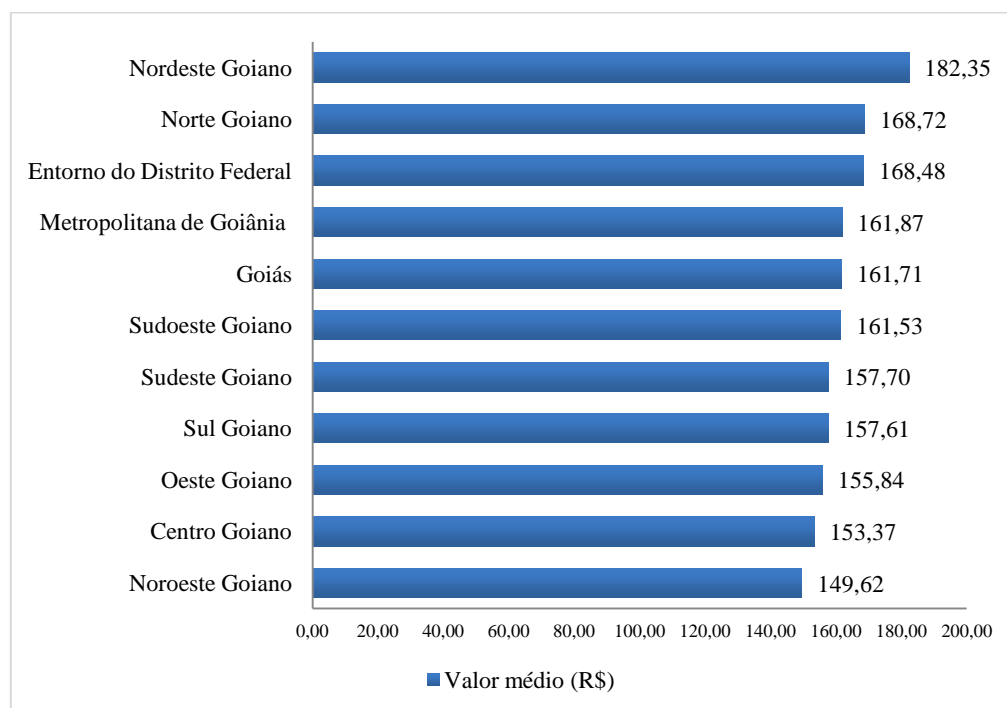
O valor repassado para os municípios do Entorno do Distrito Federal foi de R\$ 13.788.606,00 e representou 30,37% do valor total repassado para o estado. Além disso, região registrou 84.111 famílias beneficiárias do PBF. Nesse sentido, os valores absolutos relacionados ao PBF na região do Entorno do Distrito Federal demonstram um perfil regional de pobreza bem característico nos municípios da região, devido à alta demanda de programas de transferências de renda para famílias de baixa renda. Perfil regional que foi enfatizado anteriormente, resultado do processo de produção do território goiano, que nesse caso está atrelado à edificação da capital federal e suas consequências nas dinâmicas espaciais vivenciadas.

Conforme os dados do Ministério da Cidadania, em março de 2020, o valor médio repassado para as famílias beneficiárias do PBF no Brasil foi de R\$ 191,86. Das cinco regiões brasileiras, a Região Norte, com uma média de R\$ 212,66, e a Nordeste, com R\$ 196,43, tiveram os maiores valores médio.

A Figura 11 mostra a média do valor repassado por família no estado de Goiás, que foi de R\$ 161,71. Ao distribuir os valores médios repassados nas Regiões de Planejamento de Goiás, as que ficaram acima da média do estado foram: Nordeste Goiano (R\$ 182,35), Norte Goiano (R\$ 168,72), Entorno do Distrito Federal (R\$ 168,48) e Metropolitana de Goiânia (161,87). Novamente, as regiões de planejamento do Nordeste Goiano, Norte Goiano e Entorno do Distrito Federal aparecem em destaque. Isso se deve ao fato de essas três regiões

possuírem os maiores percentuais de famílias em situação de extrema pobreza, como foi apresentado na Figura 9.

Figura 11- Valor médio do PBF nas Regiões de planejamento de Goiás



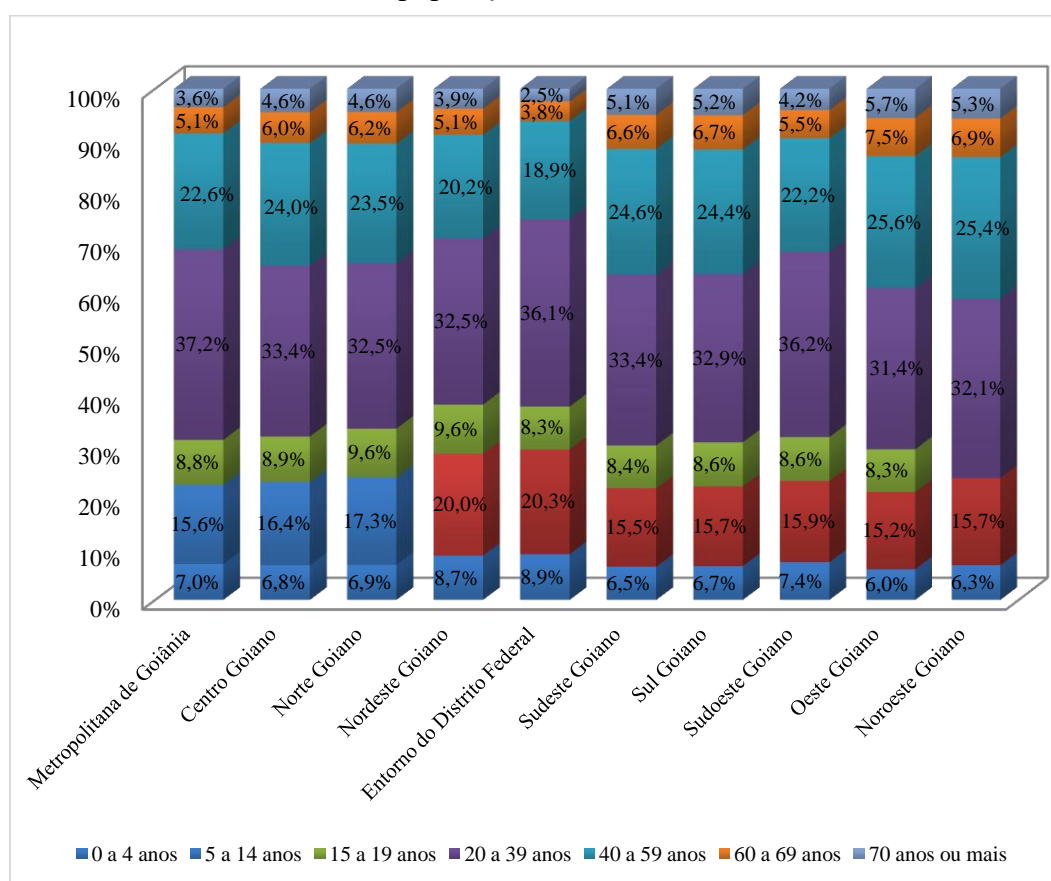
Fonte: Dados organizados pelo autor a partir de Brasil (2020)

De acordo com o IBGE, no ano de 2018, 12,5% da população brasileira de 0 a 14 anos vivia na extrema pobreza e 43,4% na pobreza, o que representa, em valores absolutos, 5,2 milhões de brasileiros na extrema pobreza e 18,5 milhões na pobreza. Sabe-se que historicamente a pobreza no Brasil está concentrada na população mais jovem. Nesse sentido, vale enfatizar, conforme apresentado no capítulo 1, os programas de transferência de renda, iniciados na segunda metade da década de 1990 até a consolidação do PBF, focalizam famílias com filhos e vêm na tentativa de combater essa estatística de pobreza nas faixas etárias mais baixas.

A Figura 12 exibe a distribuição percentual da faixa etária populacional nas Regiões de Planejamento de Goiás. Nota-se que a região do Nordeste Goiano e do Entorno do Distrito Federal são as que possuem o maior percentual de habitantes pertencentes à faixa etária de 0 a 14 anos em relação a sua população, com 28,7% e 29,2%. Dessa forma, essas regiões apresentam os maiores percentuais de população jovem do estado, e também as que possuem o maior percentual de famílias em situação de extrema pobreza, fato que deixa evidente a

concentração da pobreza nessa faixa etária. Assim, constata-se o desafio dos programas de transferências de renda nessas regiões e nos municípios que possuem uma população muito jovem em condições de vulnerabilidade.

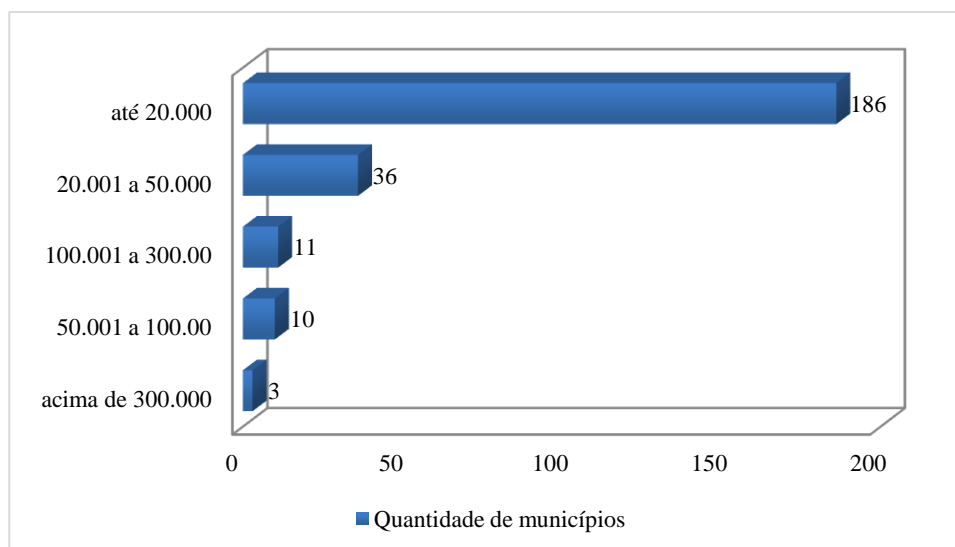
Figura 12 - Distribuição percentual das faixas etárias das Regiões de Planejamento em relação à população total.



Fonte: Dados organizados pelo autor a partir de IBGE (2020)

A Figura 13 destaca a classificação da quantidade de municípios em Goiás por classes populacionais, percebe-se que o perfil demográfico do estado é caracterizado por mais de 75% dos municípios com a população de até 20 mil habitantes.

Figura 13 - Quantidade de municípios goianos por classes populacionais



Fonte: IBGE (2020)

A Tabela 5 destaca os dados do PBF e do Cadastro Único distribuídos nas classes populacionais dos municípios goianos. A classe de até 20.000 habitantes, que concentra 75% dos municípios, possui a terceira maior população, com 1.191.069 habitantes e fica atrás das classes: acima de 300.000 (2.518.015 habitantes) e a de 100.001 a 300.000 (1.651.377 habitantes). Já nos dados referentes ao PBF e Cadastro Único, a classe populacional de até 20 mil habitantes possui a maior quantidade de famílias beneficiárias, famílias no Cadastro Único e o maior valor médio repassado.

Apesar de ter 75% dos municípios goianos e a terceira maior população das cinco classes, a classe populacional de até 20 mil possui a maior quantidade de famílias beneficiárias do PBF, o maior número de famílias inscritas no Cadastro Único, e o maior valor médio do PBF. Essa contradição deve-se às características espaciais e socioeconômicas desses municípios: uma participação majoritária do Estado no incremento renda, por meio dos empregos no executivo municipal e dos programas de transferência de renda.

Tabela 5 - Dados do Programa Bolsa Família e Cadastro Único por classes populacionais de Goiás

Classe Populacional	População	Famílias PBF	Famílias CadÚnico	Valor médio repassado
Até 20.000	1.191.069	86.608	222.248	R\$ 162,56
20.001 a 50.000	1.065.787	54.359	154.399	R\$ 156,11
50.001 a 100.00	687.292	37.508	95.760	R\$ 159,80
100.001 a 300.000	1.651.377	75.090	192.149	R\$ 157,13
Acima de 300.000	2.518.015	51.584	180.480	R\$ 127,88
Total	7.113.540	305.149	845.036	R\$ 152,70

Fonte: Dados organizados pelo autor a partir de Brasil (2020)

Em dados relativos à classe populacional de até 20.000 habitantes também se evidencia com os maiores valores referentes ao PBF. Na Tabela 6 a classe teve um percentual de famílias beneficiárias em relação população de 7,3% e o percentual de famílias em situação de extrema pobreza de 34,9%. Dessa forma, salienta-se o elevado índice de pobreza nos municípios com esse perfil demográfico. Tal perfil é muito presente nas regiões do Norte e Nordeste Goiano, que tem mais de 80% dos seus municípios nessa classe populacional.

Tabela 6 - Percentual de famílias beneficiárias em relação à população total e famílias em extrema pobreza por classes populacionais.

Classe Populacional	% Famílias / População	% Famílias extrema pobreza
Até 20.000	7,3%	34,9%
20.001 a 50.000	5,1%	28,1%
50.001 a 100.00	5,5%	31,4%
100.001 a 300.000	4,5%	29,0%
Total	4,3%	27,8%

Fonte: Dados organizados pelo autor a partir de Brasil (2020) e IBGE (2020)

Em suma, após mapear e analisar os dados do PBF e do Cadastro Único em Goiás, utilizando como método regional as regiões de planejamento do estado, notou-se dois perfis regionais de pobreza. Um deles está relacionado com a região do Entorno de Brasília, que apresenta altos índices de famílias em extrema pobreza. Essa região possui o maior percentual do valor repassado das dez regiões. Além disso, o valor médio da região também está entre os maiores, possui o segundo percentual mais alto de crescimento das famílias beneficiárias desde o início do programa e o segundo percentual mais alto de famílias inscritas no Cadastro

Único beneficiárias do PBF. Por meio desses dados, é possível identificar a região do Entorno do Distrito Federal com um alto grau de vulnerabilidade social e baixa renda. Essas consequências são originárias do processo de produção do território goiano com a metropolização de Brasília, que constituiu uma segregação socioespacial que caracteriza os municípios dessa região, desencadeando um perfil de pobreza urbano, com baixo alcance das políticas públicas.

O segundo perfil regional de pobreza identificado por meio da análise dos dados, é o Nordeste Goiano. Como foi apresentado na seção anterior, essa região foi negligenciada no processo de capitalização do território goiano, não recebendo incentivos governamentais para que pudesse desenvolver melhores indicadores socioeconômicos. Essa região, na geração de empregos, é fortemente ancorada no executivo municipal, e hoje se caracteriza por possuir os piores índices socioeconômicos do estado. Ademais, possui o maior índice de famílias em extrema pobreza.

Nesse sentido, os programas de transferências de renda atingem uma capilaridade maior nos municípios dessa região. Tal capilaridade pode ser evidenciada nos altos índices de famílias beneficiárias em relação à população total da região, pois são os mais elevados do estado no crescimento de 266% das famílias beneficiárias entre 2004 e 2020. Assim, percebe-se que todos os dados relacionados aos baixos níveis de renda apresentados na seção estão representados no Nordeste Goiano de forma acentuada.

Uma dimensão que diferencia o perfil de pobreza das duas regiões destacadas é a pobreza rural presente no Nordeste Goiano. Os municípios da região possuem um alto percentual de população rural. Grande parte dos habitantes da zona rural desses municípios são famílias quilombolas, que vivenciam um grau mais elevado de vulnerabilidade social e ausência do Estado Social em seus territórios. Na próxima seção será a apresentado o recorte espacial da pesquisa, o território do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga (SHPCK), no município de Cavalcante, localizado no Nordeste Goiano.

2.3- Grupos populacionais tradicionais e específicos: As famílias de origem quilombolas

Os diferentes processos históricos vivenciados na sociedade brasileira resultaram no desenvolvimento de modos de vida próprios do ponto de vista cultural, econômico e social. Nesse sentido, obteve-se uma grande conquista, com a Constituição cidadã de 1988,

reafirmando a cidadania, a inclusão, o acesso aos direitos básicos e o reconhecimento das comunidades tradicionais. No entanto, esse reconhecimento foi apenas o primeiro passo diante do grande desafio das populações tradicionais que, no Brasil, habitam territórios camuflados, marcados pela segregação, desigualdade e forte invisibilidade, por parte das políticas públicas:

Tal invisibilidade se refletia, até muito pouco tempo, na ausência de instâncias do poder público responsáveis pela articulação e implementação de políticas para esses povos e comunidades, especialmente no que diz respeito àquelas de inclusão social. Mesmo no caso dos grupos para os quais já existe reconhecimento constitucional – indígenas e quilombolas –, persistem questões primordiais pendentes, como o acesso à terra, à saúde e educação diferenciadas, de condições mínimas necessárias para a permanência desses povos e comunidades em seus territórios e com sua identidade cultural preservada. (SILVA, 2007, p.7)

Assim, percebe-se que, apesar das conquistas, as populações tradicionais ainda enfrentam muitos desafios que precisam ser superados para que possam viver com dignidade. Dessa forma, no ano de 2009, o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) publicou um material orientando os gestores municipais no processo de cadastramento do PBF e Cadastro Único na identificação das famílias quilombolas, indígenas e famílias em situação de rua. Porém, somente no ano de 2012 foi publicado o Guia de Cadastramento dos Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPTE). Isso permitiu identificar famílias pertencentes a 17 grupos, de acordo com suas especificidades socioculturais, geográficas e econômicas, sendo classificados em quatro principais e subdivididos em tipos de famílias representantes da cada grupo. O Quadro 2 apresenta a divisão dos quatro grupos e as famílias que compõe cada um.

Quadro 2 - Grupos Populacionais Tradicionais e específicos do PBF

Grupos	Identificação
Grupos de origem étnica	Famílias quilombolas, famílias indígenas, famílias ciganas e famílias pertencentes a comunidades de terreiro.
Grupos relacionados ao meio ambiente	Famílias extrativistas, famílias de pescadores artesanais e famílias ribeirinhas.
Grupos relacionados ao meio rural	Famílias de agricultores familiares, famílias assentadas da reforma agrária, famílias beneficiárias do programa nacional de crédito fundiário e famílias acampadas.
Grupos em situações conjunturais	Famílias atingidas por empreendimentos de infraestrutura, famílias com pessoa presa no sistema carcerário, famílias em situação de rua, famílias de catadores de material reciclável.

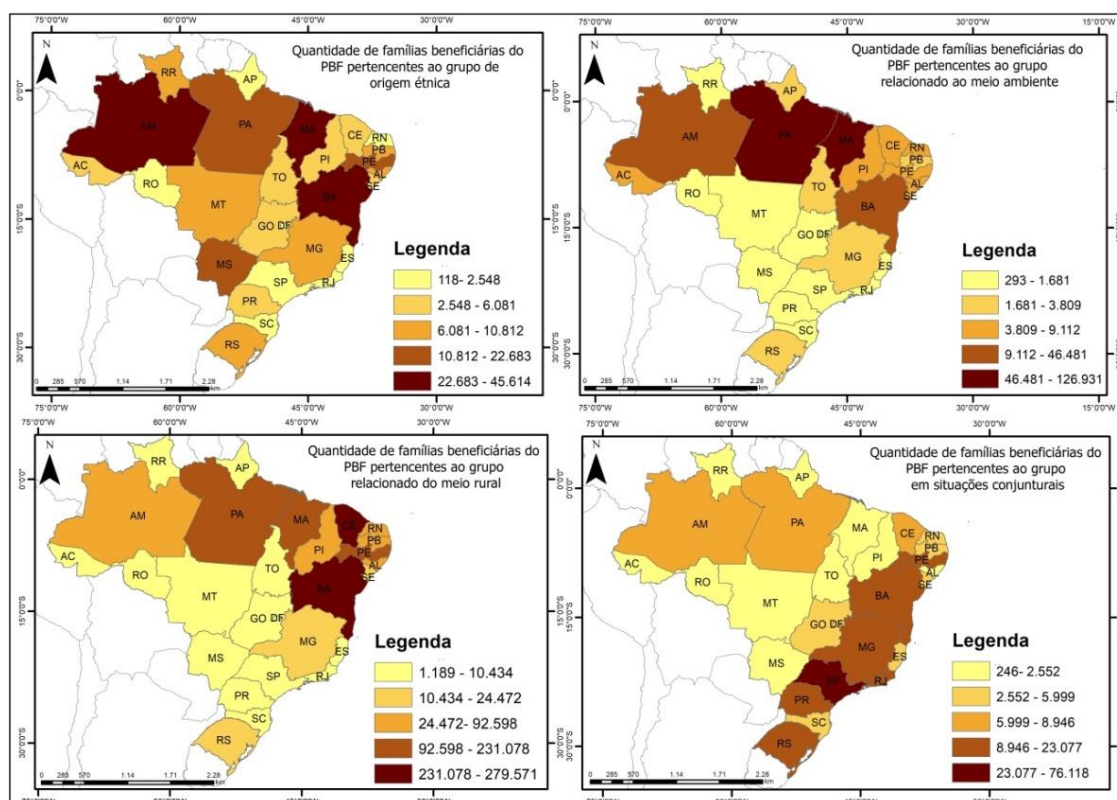
Fonte: organizado pelo autor a partir de Brasil (2012)

Com esse guia, foi possível incluir as famílias de diversos grupos tradicionais e facilitou a inclusão dessas famílias nas políticas sociais, como no PBF. Devido as diferentes formas de ocupação territorial no Brasil a identificação desses grupos veio em um momento oportuno. Carvalho e Lima (2013, p.332) destaca essas diferentes formas de apropriação do território em:

A multiplicidade de relações territoriais, no Brasil, pode ser visualizada de forma expressiva nos territórios sociais das variadas populações residentes, que historicamente construíram relações de uso comum dos recursos naturais, em que se destacam as comunidades remanescentes de quilombos, as sociedades indígenas, os caiçaras, babaçueiros, pescadores artesanais, seringueiros e castanheiros, sertanejos, entre tantas outras formas de organização sociocultural.

A Figura 14 apresenta a espacialização da quantidade de famílias beneficiárias do PBF pertencentes aos GPTE nos 27 estados do Brasil.

Figura 14 - Quantidade de famílias pertencentes aos GPTE nos estados brasileiros

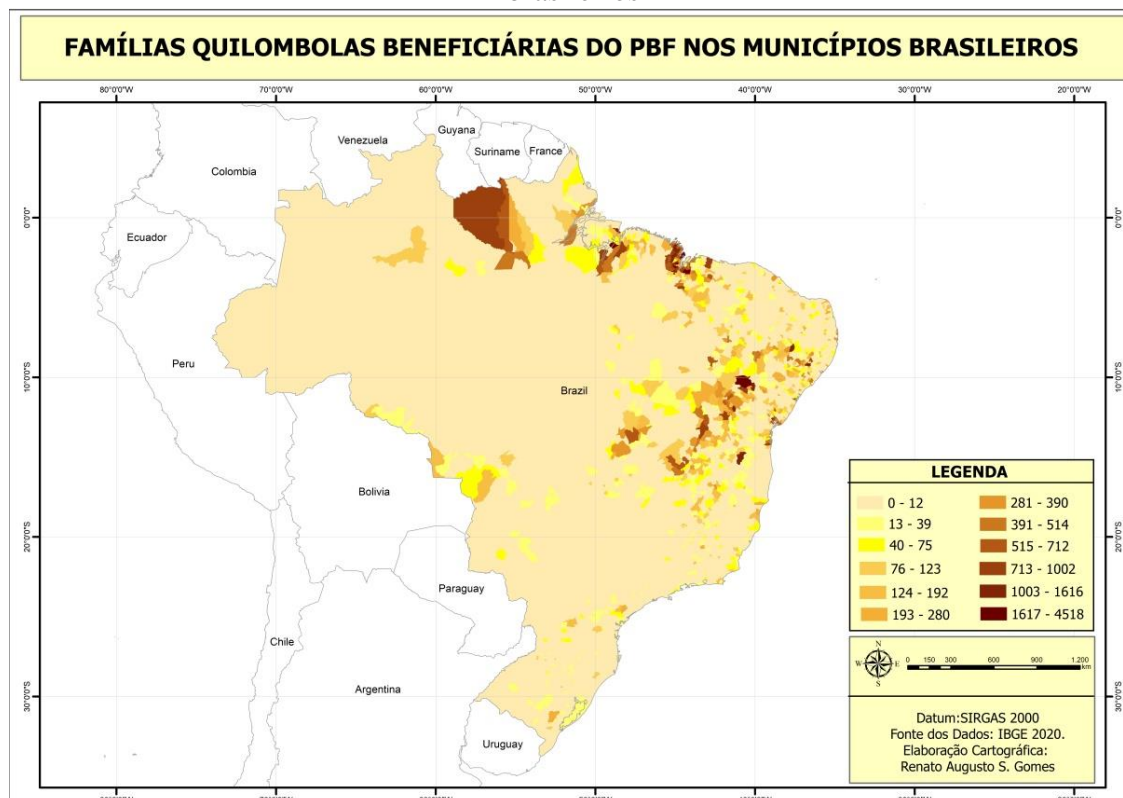


Fonte: Dados organizados pelo autor a partir de Brasil (2020)

O grupo populacional de origem étnica, em agosto de 2020, possuía 276.485 famílias beneficiárias. De acordo com a Figura 14, os estados que apresentaram a maior quantidade de famílias pertencentes ao grupo foram o Maranhão (38.938 famílias), a Bahia (45.094 famílias) e o Amazonas (36.099 famílias). Esses estados possuem 46% das famílias beneficiárias do grupo no Brasil. O Maranhão e a Bahia se destacam devido à quantidade de famílias quilombolas, respectivamente 38.938 e 36.532 famílias beneficiárias, de acordo com o IBGE. Os dois estados estão entre os três que mais possuem comunidades quilombolas em seus territórios. Já o Amazonas destaca-se com a quantidade de famílias indígenas, 35.566 famílias.

A partir dos dados apresentados em relação à espacialização das famílias dos grupos de origem étnica beneficiárias do PBF nos estados brasileiros, a Figura 14 mostra a distribuição das famílias quilombolas do PBF nos municípios brasileiros. Dessa forma, é possível perceber a grande concentração dessas famílias nas regiões Norte e Nordeste do país.

Figura 15 - Quantidade de famílias quilombolas beneficiárias do PBF nos municípios brasileiros



Fonte: Dados organizados pelo autor a partir de Brasil (2020)

Com efeito, conforme Oliveira (2018) as políticas direcionadas à população quilombola no Brasil iniciaram-se tardiamente, apenas no início dos anos 2000, com programas como a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial²⁰ (PNPIR), Programa Brasil Quilombola²¹ (PBQ) e a criação da Secretaria Especial de Políticas e Promoção para a Igualdade Racial²² (SEPPIR).

Além disso, Oliveira (2018) ainda ressalta a presença de empecilhos como: burocráticos, institucionais, ausência de instrumentos responsáveis por garantir os serviços

²⁰ A Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial, instituída por meio do Decreto nº 4.886/2003, tem como objetivo a redução das desigualdades raciais no Brasil, com ênfase na população negra, mediante a realização de ações exequíveis a longo, médio e curto prazos, com reconhecimento das demandas mais imediatas, bem como das áreas de atuação prioritária (BRASIL, 2021).

²¹ O Programa Brasil Quilombola compreende um conjunto de ações, denominada “Agenda Social Quilombola” (Decreto nº 6.261/2007), voltadas para a melhoria das condições de vida e ampliação do acesso a bens e serviços públicos das pessoas que vivem em comunidades de quilombos no Brasil. Essas ações são desenvolvidas de forma integrada pelos diversos órgãos do Governo Federal responsáveis pela execução dessas ações (BRASIL, 2005).

²² A Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SNPIR, vinculada ao Ministério dos Direitos Humanos, nasceu, em 2003, do reconhecimento das lutas históricas do Movimento Negro brasileiro (BRASIL, 2005).

básicos como saúde, educação e renda nesses territórios. Tais instrumentos contribuiriam para a reafirmação da garantia da cidadania quilombola. É importante salientar que “tratar das questões dos quilombolas no Brasil é trazer os problemas que vão das vulnerabilidades à resistência étnica, cultural e histórica de um povo marcado por conflitos e dilemas” (VIEIRA; MONTEIRO, 2013, p.610).

Além disso, o grupo populacional relacionado ao meio ambiente teve 374.137 famílias beneficiárias em agosto de 2020, no Brasil com a maior quantidade no Pará (126.931 famílias) e no Maranhão (84.252 famílias), dados que representaram 56% das famílias desse grupo em todo o país. Destaque para o Pará com 61.315 famílias ribeirinhas e 53.975 famílias de pescadores artesanais, já no Maranhão foram 15.431 famílias extrativistas e 65.463 famílias de pescadores artesanais.

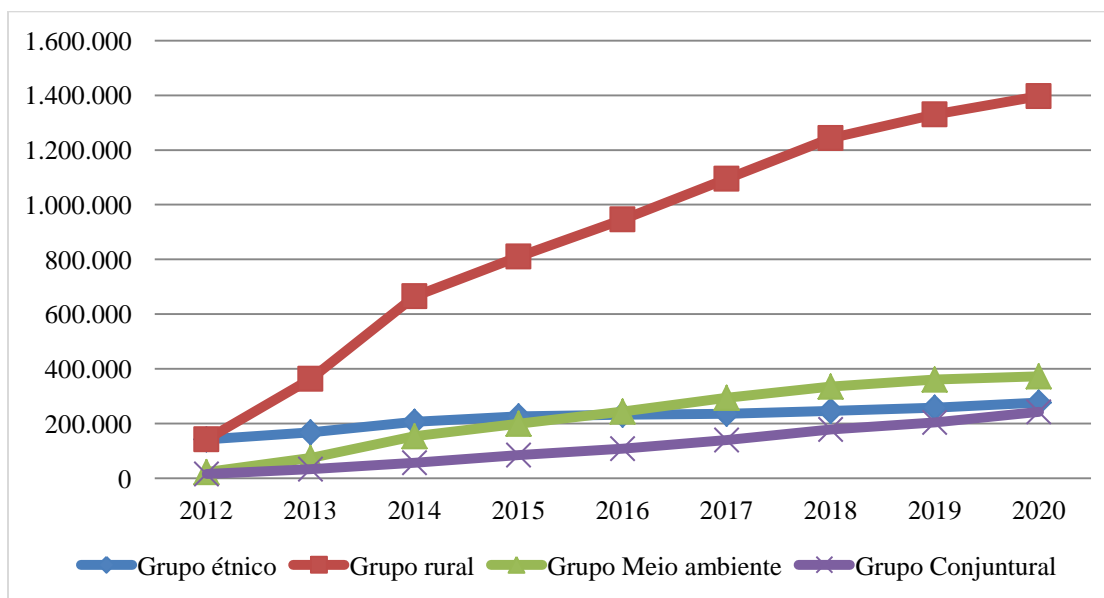
Dos quatro grupos populacionais destacados, o grupo do meio rural destacou-se por possuir a maior quantidade de famílias (1.396.087), as famílias de agricultores familiares representaram 92% das famílias do grupo populacional. Além disso, esse grupo populacional destacou-se com 9,8% do total das famílias beneficiárias do PBF. Na região Nordeste evidencia-se a concentração das famílias desse grupo. Conforme a Figura 13, a Bahia (279.571 famílias) e o Ceará (231.078 famílias) são os estados com os maiores números referentes a esse segmento populacional. As famílias de agricultores familiares compõem a maioria dos beneficiários desse grupo, conforme os dados de agosto de 2020. De acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) (2015) existem 9.394 assentamentos em todo o país e 969,7 mil famílias assentadas, ocupando uma área de 88.276.525,7811 hectares. Esses dados explicam a problemática fundiária no território brasileiro, o que revela a grande quantidade de famílias do grupo rural no PBF.

Já o grupo populacional em situações conjunturais concentrou-se de forma significativa no estado de São Paulo, conforme a Figura 14. A Unidade Federativa teve 76.118 famílias beneficiárias pertencentes ao grupo, sendo 44.203 famílias em situação de rua e 25.433 famílias de catadores de materiais recicláveis. Esses dados comprovam o alto grau de vulnerabilidade desses grupos sociais nos grandes ambientes metropolitanos.

A Figura 16 exibe a evolução da quantidade de famílias beneficiárias do PBF pertencentes aos quatro GPTE de 2012 a 2020. Percebe-se que o grupo rural apresentou o maior crescimento no recorte temporal selecionado, em 2012 o número de famílias beneficiárias desse grupo era de 142.632 famílias e em 2020 foi de 1.396.087 famílias. O

segundo grupo que teve o maior incremento no número de famílias foi o do meio ambiente, que em agosto de 2020 teve 373.184 famílias beneficiárias pelo PBF.

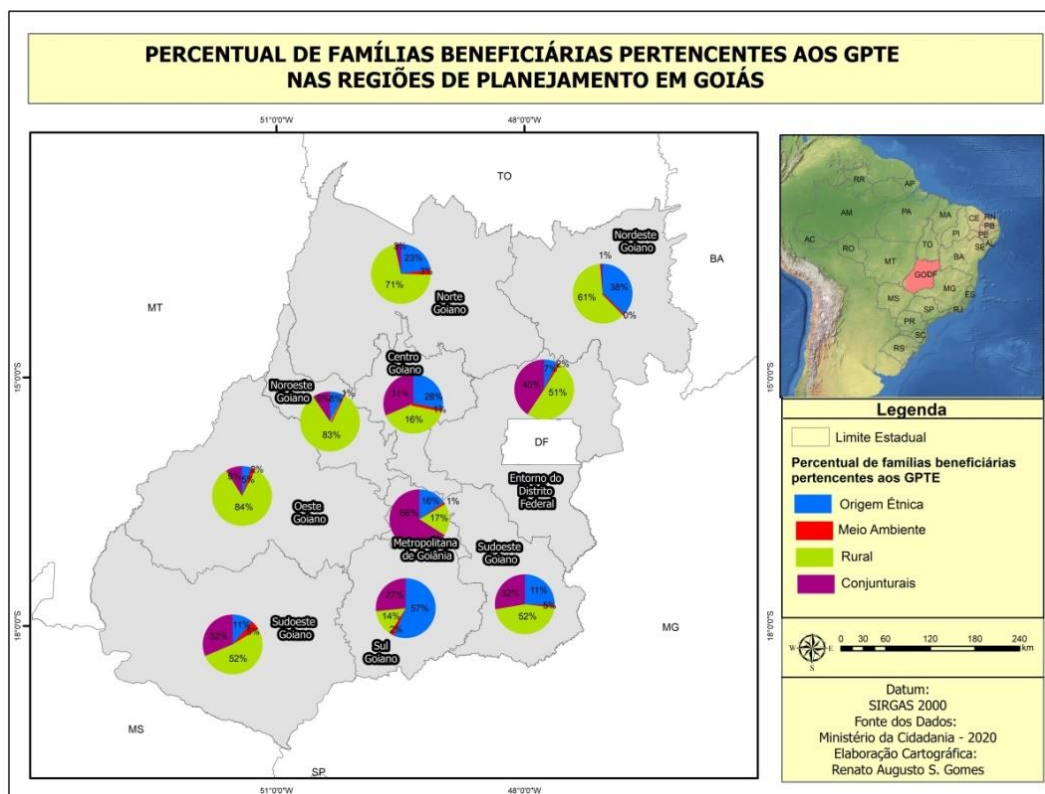
Figura 16 - Série histórica de famílias beneficiárias dos GPTE do PBF de 2012 a 2020 no Brasil



Fonte: Dados organizados pelo autor a partir de Brasil (2020)

Como destacado nas sessões anteriores, por meio da abordagem das dez regiões de planejamento de Goiás, é possível fazer análises diversas sobre o PBF. Assim, na sessão anterior, realizou-se uma investigação sobre os perfis de pobreza e de extrema pobreza. Da mesma forma, faz-se um diagnóstico pela ótica dos grupos tradicionais específicos das regiões de planejamento do estado.

Figura 17 - Percentual de famílias beneficiárias pertencentes aos GPTE nas regiões de planejamento de Goiás



Fonte: Dados organizados pelo autor a partir de Brasil (2020)

A Figura 17 destaca os GPTE nas regiões de planejamento de Goiás distribuídos por percentual em cada região. Algumas regiões possuem municípios que caracterizam-se por um perfil majoritariamente rural. Dessa forma, apresentaram os percentuais mais altos de famílias beneficiárias dos grupos de origem rural, acima de 50%: Norte Goiano (71%), Nordeste Goiano (61%), Noroeste Goiano (83%), Oeste Goiano (84%), Sudoeste Goiano (52%) e Sudeste Goiano (52%).

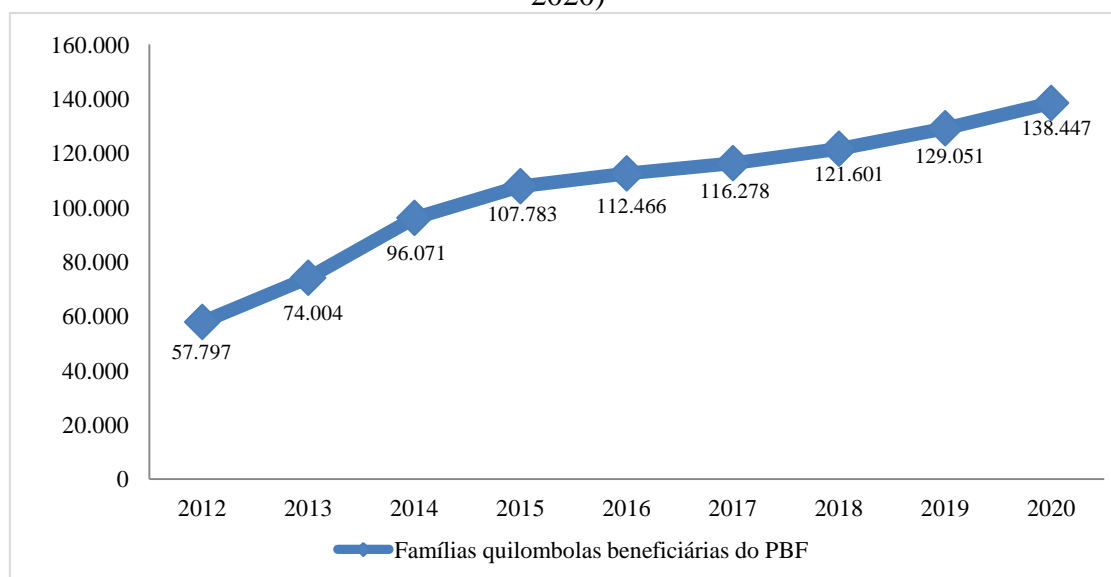
Já o grupo representado por situações conjunturais teve os maiores percentuais na região Metropolitana de Goiânia (66%), no Centro Goiano (31%) e no Entorno do Distrito Federal (40%). Nota-se que esse grupo se concentra nas regiões com a maior população e nas que possuem os mais densos centros urbanos do estado: retrato da problemática da pobreza urbana, paisagens marcadas por moradores de rua, famílias ignoradas pelo poder público. Esse é o caso de Goiânia, que teve 1.164 famílias em situações conjunturais, no mês de agosto de 2020. Dessa forma, é possível traçar mais uma vez dois perfis de pobreza no estado, um voltado para a dimensão rural e outro para a urbana.

Como destaque para os sujeitos da pesquisa, percebe-se que as famílias beneficiárias de origem quilombola, conforme a Figura 15 concentram-se na região Norte e Nordeste. A Figura 18 representa o crescimento desse segmento populacional do PBF no Brasil, dentro do recorte temporal de 2012 a 2020. Desde 2012 o incremento foi de 80.650 famílias quilombolas no programa, um aumento percentual de 140%. Esses dados refletem a alta demanda de programas de transferências de renda para esse grupo caracterizado por habitarem territórios historicamente desassistidos pelo Estado, com baixo grau de alcance das políticas sociais, que reafirmam a garantia dos direitos e cidadania. Em relação a isso, Alves (2015) analisa os dados de uma pesquisa do Ministério do Desenvolvimento Social sobre as comunidades quilombolas no Brasil e ressalta que:

Comparados com os dados de vulnerabilidade da população total do Brasil, os dados da população quilombola são bem alarmantes. Segundo a pesquisa do MDS, quase 100% dos domicílios quilombolas, das comunidades em terras tituladas, com exceção das comunidades de Sergipe, encontravam-se com algum tipo de vulnerabilidade (ALVES, 2015, p.70)

Devido a esses aspectos relacionados à pobreza e à ausência de serviços básicos nos territórios quilombolas, desde a identificação dos GTPE, o percentual de crescimento na quantidade de famílias beneficiárias desse grupo apresentou uma elevação durante os últimos oito anos.

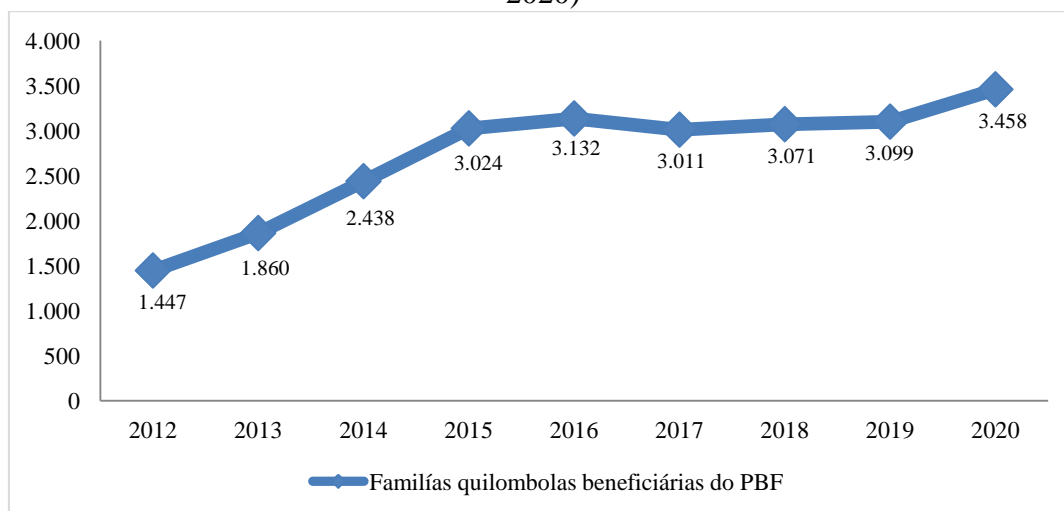
Figura 18 -. Série histórica de famílias quilombolas beneficiárias do PBF no Brasil (2012-2020)



Fonte: Dados organizados pelo autor a partir de Brasil (2020)

A Figura 18 reproduz a série histórica do incremento de famílias quilombolas no PBF no estado de Goiás e segue o mesmo padrão dos dados em escala nacional da Figura 17, com um alto percentual de crescimento (138%) no número de famílias de origem quilombola.

Figura 19 - Série histórica de famílias quilombolas beneficiárias do PBF em Goiás (2012-2020)



Fonte: Dados organizados pelo autor a partir de Brasil (2020)

De acordo com a Fundação Cultural Palmares (FCP), o estado de Goiás possui 58 comunidades remanescentes de quilombos reconhecidas por certidão. Conforme a Figura 19 essas comunidades estão distribuídas em 44 municípios goianos. No entanto, segundo as estatísticas da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas - Coordenação de Goiás (Conaq) entre as comunidades certificadas e não certificadas, existem 82 comunidades quilombolas em Goiás. Muitos povos ainda estão em busca do direito de seu território, por meio do acesso à terra.

Sendo assim, é fundamental a execução por completo do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) à Constituição Federal de 1988, que garante a posse da terra as famílias quilombolas. Dessa forma,

a regularização fundiária definitiva é o caminho para construção da cidadania desse grupo, pois permitirá que haja uma segurança jurídica para os quilombolas, caso seja pensada concomitantemente com políticas públicas específicas para esta população (SILVA, 2018, p.128).

No entanto, não é isso que se percebe na prática, já que ainda existem comunidades sem a regularização de suas terras. Essa é uma problemática enfrentada juntamente com os

elevados índices de extrema pobreza, a "dificuldade de infraestrutura, serviços públicos basilares de baixa qualidade, terras quilombolas em litígio de posse com latifundiários ou até mesmo com o interesse do governo, entre outros" (SILVA, 2018, p.128). Por isso, há uma maior necessidade de políticas de assistência social para as comunidades quilombolas.

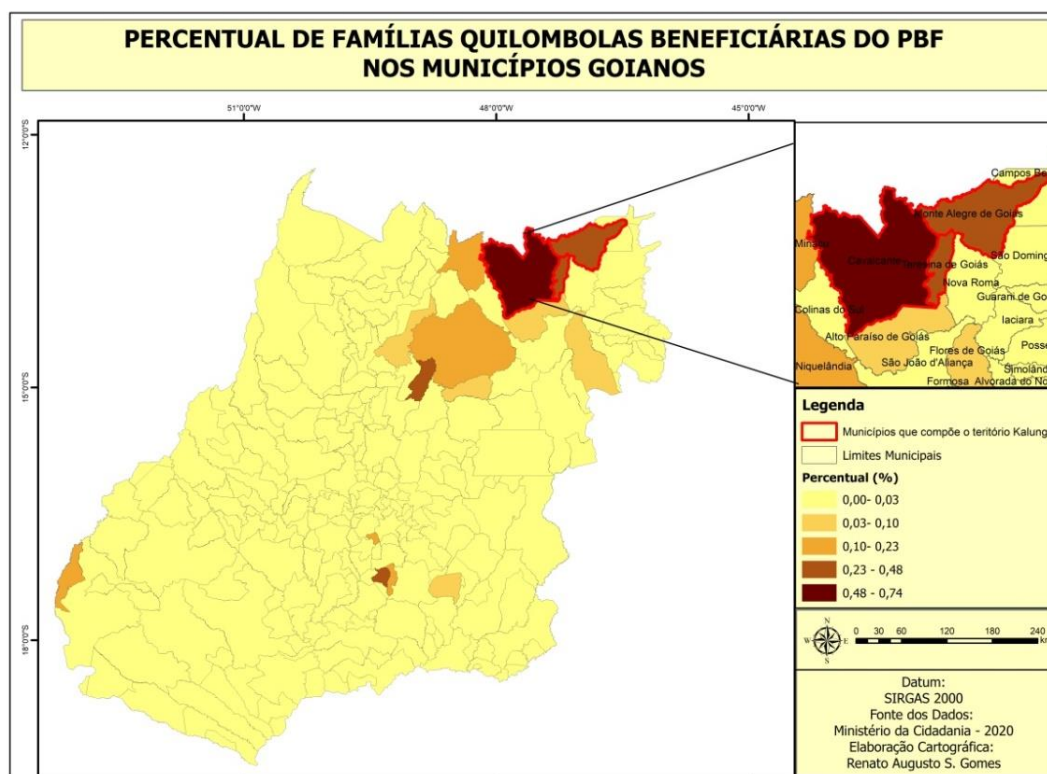
Figura 20 - Comunidades remanescentes de quilombos certificadas em Goiás



Fonte: Dados organizados pelo autor a partir Fundação Cultural Palmares (2020)

A Figura 20 retrata os municípios goianos com os maiores percentuais de famílias quilombolas beneficiárias do PBF. Nota-se que estão localizados no Norte e Nordeste goiano.

Figura 21 - Percentual de famílias quilombolas beneficiárias do PBF nos municípios goianos



Fonte: Dados elaborados pelo autor a partir de Brasil (2020)

Verificou-se ainda que os municípios com os maiores percentuais de famílias quilombolas beneficiárias estão situados na área territorial de Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Teresina de Goiás, localizados no território do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga (SHPCCK), o maior em extensão territorial do Brasil. Conforme Baiocchi (2006) o território possui o total de 62 comunidades e cerca de 4.200 habitantes, com comunidade tradicional quilombola constituída pelos Kalunga. Cavalcante é o município escolhido como recorte espacial da pesquisa, já que possui o maior percentual do estado, com 74% das famílias beneficiárias do PBF no município de origem quilombola.

As comunidades supracitadas reafirmam sua resistência no território Kalunga. Conforme Almeida (2017) existe uma relação social, política e simbólica que constrói a identidade cultural, buscando sua permanência. A autora (2017, p.320) destaca ainda que,

A despeito de se considerar que são detentores de um patrimônio, o reconhecimento nacional ocorreu em 2009, em 20 de Novembro. Desde então, eles lutam pela demarcação e titulação das terras, reconhecimento de identidades culturais e políticas específicas. Desse modo, negociam, contemporaneamente, empregando as identidades territoriais que ficaram adormecidas nas últimas décadas do século XX, por conta da violência, da invisibilidade tão ameaçadoras às suas territorialidades. (ALMEIDA, 2017, p.320)

Para além da luta pela permanência no território vinculado à identidade territorial e à construção das territorialidades a partir do valor simbólico e cultural dos grupos tradicionais, essa reafirmação torna-se bem sucedida com o efetivo papel das políticas públicas e sociais. Por isso, as políticas possuem uma função complementar e atuam em conjunto com as relações de identidade para que as comunidades tradicionais permaneçam em seu território. Dessa forma:

Essas comunidades quilombolas, apesar de terem conseguido uma visualização a partir da década de 90, ainda continuam na luta pela terra e por direitos básicos que assegurem a dignidade da pessoa humana, sendo que estes mesmo garantidos constitucionalmente são negados a esses povos. O jeito de viver coletivamente, a supervalorização dos antepassados, o cuidado em repassar suas manifestações religiosas e culturais a seus descendentes proporciona a esses indivíduos uma grande significação histórica, e que deveria ser protegida pelas entidades governamentais (OLIVEIRA, 2018, p.34)

Conforme dados do Cadastro Único (2020), 60% das famílias beneficiárias do PBF em Cavalcante habitam domicílios na zona rural do município. Ademais, no Cadastro Único as famílias quilombolas possuem o percentual de extrema pobreza bem superior ao das famílias que não são quilombolas.

Alves (2015) debruça-se nos estudos do MDS sobre as estatísticas socioeconômicas do quilombo Kalunga e reforça que essa população ainda sofre com a situação de vulnerabilidade, assim como outros territórios quilombolas. Nesse sentido:

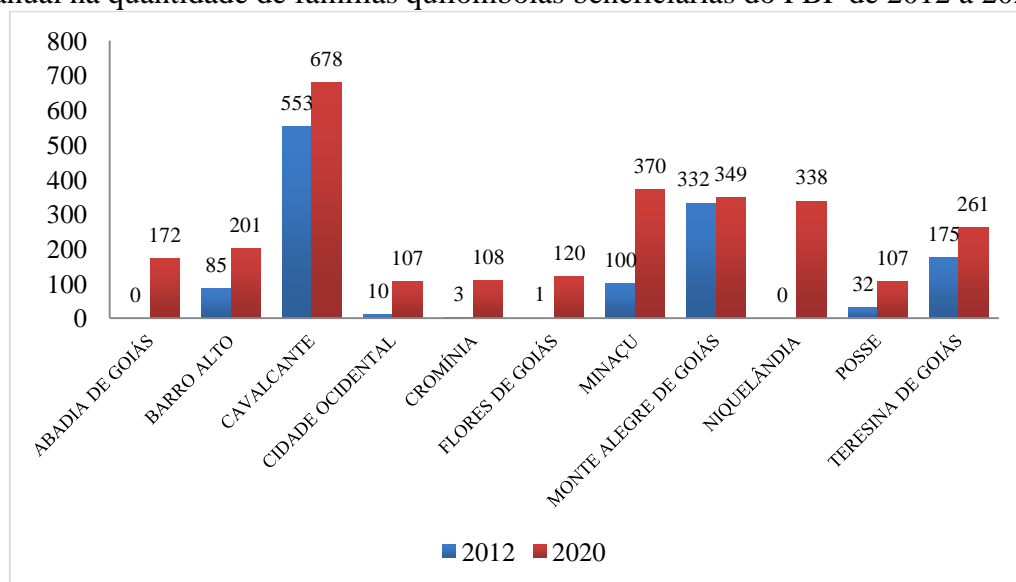
O território Kalunga, quando analisados os números relativos, não estava em situação pior que a maior parte dos territórios quilombolas, pois as comunidades com poucos habitantes, como a comunidade de Imbiral no Maranhão, que possui somente 15 domicílios, acabam por ter maiores números relativos. Porém, em números absolutos, o território Kalunga, em Goiás, está em pior situação de vulnerabilidade. De 772 casas visitadas durante a pesquisa, 558 domicílios eram vulneráveis por renda e por carências sociais, o que representa 72% das casas Kalunga (ALVES, 2015, p.71).

Essa falta de proteção social enfrentada pelas comunidades tradicionais realça o papel que os programas de transferência de renda e as demais políticas sociais têm nesses territórios como forma de combater as carências e as vulnerabilidades dessas famílias. Assim, se fortalece a cidadania e a reafirmação desses povos em seus territórios.

A Figura 22 destaca os municípios goianos que mais tiveram o maior incremento no número de famílias quilombolas do PBF, no recorte temporal de 2012 a 2020. Percebe-se que todos os municípios da Figura 22 possuem comunidades quilombolas em seus territórios

como foi apresentado na Figura 20. Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Teresina de Goiás, os três municípios situados na área territorial do SHPCK, foram os únicos que no ano de 2012 tiveram mais de 100 famílias beneficiadas pelo PBF.

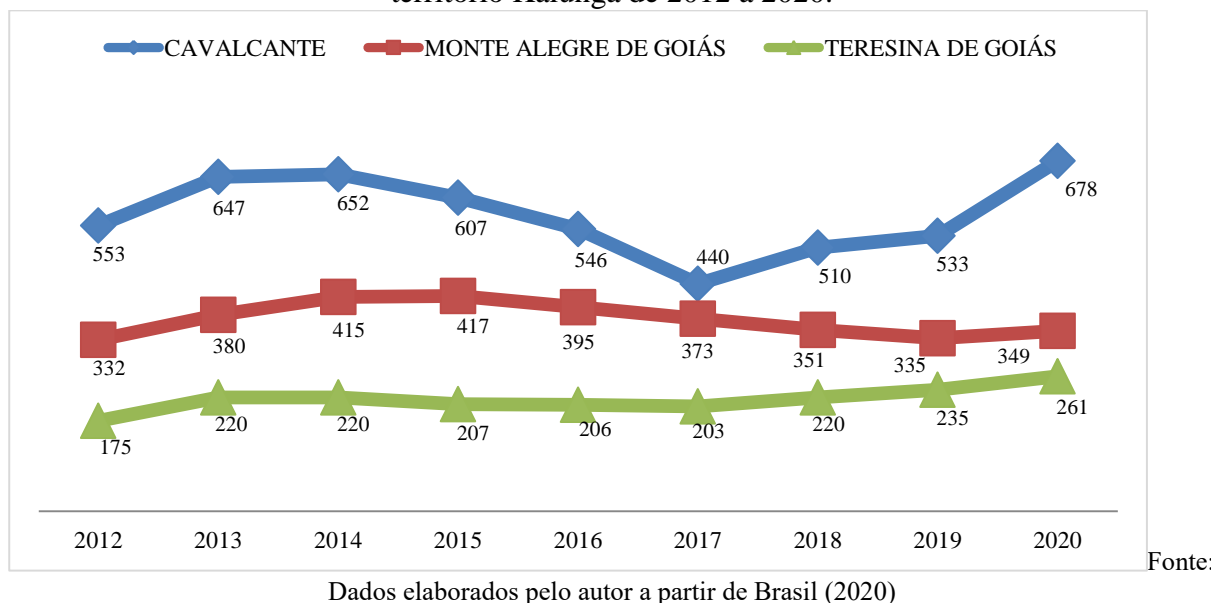
Figura 22 - Municípios goianos que apresentaram os maiores percentuais de crescimento anual na quantidade de famílias quilombolas beneficiárias do PBF de 2012 a 2020



Fonte: Dados elaborados pelo autor a partir de Brasil (2020)

Já a Figura 22 ressalta a série histórica de famílias quilombolas beneficiárias do PBF nos três municípios do SHPCK. Dentro do recorte temporal Teresina de Goiás apresentou o maior aumento percentual na quantidade de famílias, 49%. Cavalcante, o município com o maior número de famílias quilombolas do estado, teve um percentual de 22%, nesse período de 9 anos. Por fim, Monte Alegre de Goiás representou um aumento percentual de 5%.

Figura 23 - Série histórica de famílias quilombolas beneficiárias do PBF nos municípios do território Kalunga de 2012 a 2020.



Por fim, neste capítulo, pretendeu-se compreender as dimensões da produção do território goiano, juntamente com as marcas das desigualdades regionais herdadas por um processo de intervenção estatal seletivo, que resultou em diferentes realidades socioeconômicas entre a porção norte e sul de Goiás. Atrelado a essa concepção de território desigual, o Estado, por meio de programas governamentais, como as transferências de renda focalizadas e a execução de políticas sociais, busca reparar a problemática da pobreza. Dessa forma, pode-se identificar diferentes perfis regionais no território, alguns marcados por um baixo grau de desenvolvimento socioeconômico e com famílias situadas nas mais baixas faixas de renda. Tais características podem ser identificadas no Norte e Nordeste goiano, e de forma mais acentuada nas famílias pertencentes ao grupo de origem étnica, especificamente as famílias quilombolas do SHPCK, situadas no Nordeste Goiano. Nesse sentido, é oportuno realizar um recorte espacial mais aprofundado nesse segmento populacional que passa por um processo de exclusão proeminente. O próximo capítulo se aprofunda na dinâmica do PBF e do Estado Social no território do SHPCK em Cavalcante Goiás, com ênfase nas famílias quilombolas.

CAPÍTULO 3

O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO TERRITÓRIO KALUNGA



“Exaltação Quilombola”

*“Sequelas que deixaram profundas arestas,
A marca vil da escravidão,
Na resistência o afro faz a festa
Com toda forma de insubmissão,
Malê reage da ponta da Pedra,
A gana, exclusão e ao desamor,
Exalta toda forma de insubsistência,
Que o povo quilombola adotou.”*

Adailton Poesia

3.1 A capilaridade do Estado Social no território Kalunga em Cavalcante

A primeira etapa da pesquisa de campo foi realizada na cidade de Cavalcante, onde se conheceu as principais instituições responsáveis pela assistência social e políticas públicas do município, sendo elas o Centro de Referência em Assistência Social (Cras), a Secretaria de Assistência Social, a Secretária de Educação, a Secretaria da Saúde, além de espaços como o Hospital Municipal e as Unidades Básicas de Saúde (UBS) do município. Realizou-se entrevistas e conversas com os principais gestores e funcionários públicos dessas instituições em busca de compreender a logística e a administração das políticas sociais do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família (PBF), especialmente nas comunidades quilombolas. A Figura 24 mostra a localização das principais instituições visitadas durante o campo, responsáveis pela execução dessas políticas públicas e sociais no município.

Figura 24— Instituições visitadas na pesquisa de campo na cidade de Cavalcante



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

A primeira instituição visitada na pesquisa de campo foi o Cras do município de Cavalcante, localizado no centro da cidade, em frente à Prefeitura. Essa visita intencionou compreender os aspectos centrais, como as principais demandas da instituição, o perfil das famílias beneficiárias do PBF, os principais desafios da instituição frente às famílias quilombolas da comunidade Kalunga, o processo da busca ativa às famílias que necessitam da assistência social e não estão incluídas e os impactos causados pela pandemia da Covid-19²³ no funcionamento e na execução da política assistencial. Para compreender todos esses aspectos, realizou-se entrevistas e diálogos com os gestores e funcionários públicos responsáveis pela unidade do Cras de Cavalcante, sendo eles: Flávio Serafim, psicólogo da equipe volante, Ana Elisa de Sousa, assistente social do Cras, e Charleston Vieira de Melo, coordenador do Cras.²⁴

Figura 25– Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) de Cavalcante



Fonte: Fotografias do autor (2021)

Na conversa com os gestores todos ressaltaram a importância da boa relação entre os poderes municipal, estadual e federal na execução das políticas sociais, de forma efetiva e universal. Também destacaram o papel da rede socioassistencial no acompanhamento das condicionalidades de saúde e educação, pois todos os filhos de famílias beneficiárias em idade escolar precisam estar matriculados e com a frequência dentro do percentual estipulado.²⁵ Os dados sobre a evasão escolar são relevantes para o fortalecimento das políticas educacionais no município.

²³ A Covid-19 é uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global.

²⁴ A pesquisa teve o parecer aprovado pelo Comitê de Ética – Anexo A: Parecer substanciado do Conselho de Ética e Pesquisa da UFG.

²⁵ Crianças e adolescentes de 6 a 15 anos devem ter frequência mínima de 85% das aulas a cada mês; e o adolescente que recebe o BVJ deve ter frequência mínima de 75% das aulas a cada mês (BRASIL, 2020).

As condicionalidades de saúde, como os acompanhamentos de exame pré-natal, de rotina, vacinação e a pesagem das crianças devem ser realizadas de forma precisa. Desse modo, notou-se a preocupação dos gestores do Cras no acompanhamento das condicionalidades e o fortalecimento da política social nas comunidades quilombolas, pois:

[o] objetivo mais direto das condicionalidades se traduz no reforço a esses direitos sociais, partindo-se da premissa de que, apesar de universais, essas políticas não alcançam a totalidade da população, principalmente por problemas relacionados à oferta dos serviços e às dificuldades vivenciadas pelas famílias mais pobres e excluídas socialmente. (CURRALERO *et al.*, 2010, p. 154).

A somatória dessas informações referentes às situações de saúde e educação chega ao Cadastro Único e as prefeituras necessitam de equipes determinadas nas secretarias para passar as informações necessárias de atualização do cadastro das famílias. Percebe-se que, para se atingir bons resultados na cobertura da assistência social, além do trabalho em conjunto dos entes federativos, as secretarias municipais responsáveis pela gestão das políticas sociais também precisam estar em sintonia. É imprescindível que todas as famílias realizem, a cada 2 anos, o recadastramento, pois pode ocorrer alguma mudança socioeconômica ou até mesmo na quantidade de membros no núcleo familiar, o que pode afetar o cadastro e o benefício recebidos pela família. Dessa forma, é imprescindível que as famílias conheçam seus direitos e busquem estar em dia com as condicionalidades e, ao mesmo tempo, o Estado esteja presente, cumprindo seu papel.

Por um lado, responsabilidades compartilhadas pelas famílias, que devem buscar o exercício de seus direitos de cidadania e, por outro, pelo poder público, que deve ofertar os serviços em quantidade e qualidade adequadas às necessidades dessa população. (CURRALERO *et al.*, 2010, p. 154).

A Tabela 6 representa os últimos dados da gestão das condicionalidades do PBF no município de Cavalcante, disponível no *site* da plataforma do Ministério da Cidadania, intitulado “Bolsa Família e Cadastro Único no seu município”.²⁶ Apresentou-se esses dados aos gestores das instituições visitadas, com o intuito de compreender, por meio das estatísticas, a atuação das secretarias municipais e do Cras em relação às condicionalidades do PBF, além de apontar as dificuldades e os novos desafios da gestão.

²⁶ Anexo D – Bolsa Família e Cadastro Único no seu município.

Tabela 7– Gestão das condicionalidades do PBF

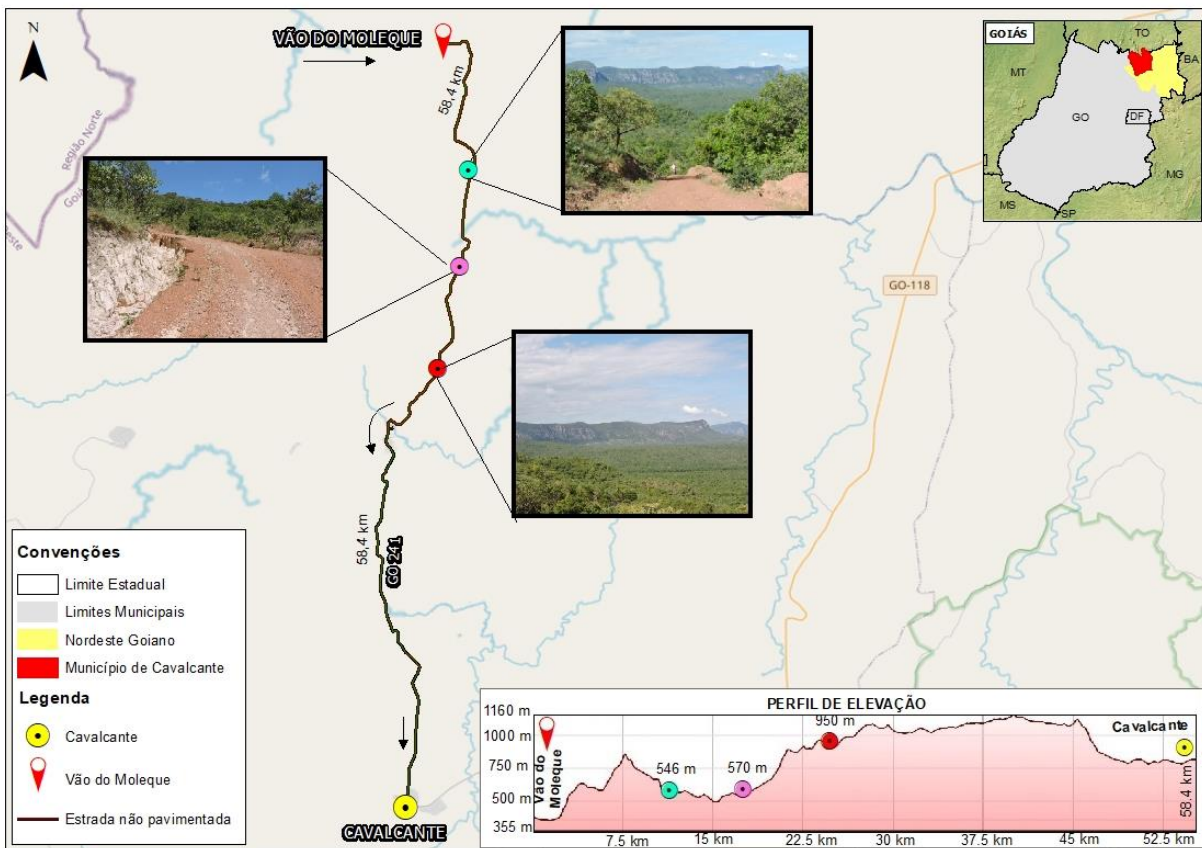
Gestão das condicionalidades e o acesso aos serviços de educação, saúde e assistência social							
Acompanhamento da atualização cadastral		Acompanhamento das condicionalidades de Educação		Acompanhamento das condicionalidades de Saúde		Fator de operação	
Nacional	Município	Nacional	Município	Nacional	Município	Nacional	Município
83,29	80,66	93,06	79,79	79,7	97,88	84,83	84,74

Fonte: Brasil (2020).

De acordo com o relatório do mês de novembro de 2020, a cobertura do PBF foi de 67% em relação à estimativa de famílias pobres do município, estimativa calculada com base nos dados mais atuais do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nesse sentido, o relatório destacou que o município estava abaixo da meta de atendimento do programa e o foco da gestão municipal deve ser a realização da busca ativa para localizar as famílias que estão no perfil do programa e ainda não foram cadastradas. Já os últimos dados disponíveis sobre acompanhamento da atualização cadastral das famílias beneficiárias do município, como mostra a Tabela 6, de agosto de 2020, foi de 80,66% – um pouco abaixo da média nacional que, no período, era de 83,29%. Após a apresentação dos dados do relatório aos gestores, um novo desafio foi proposto para melhorar o alcance da assistência social no município.

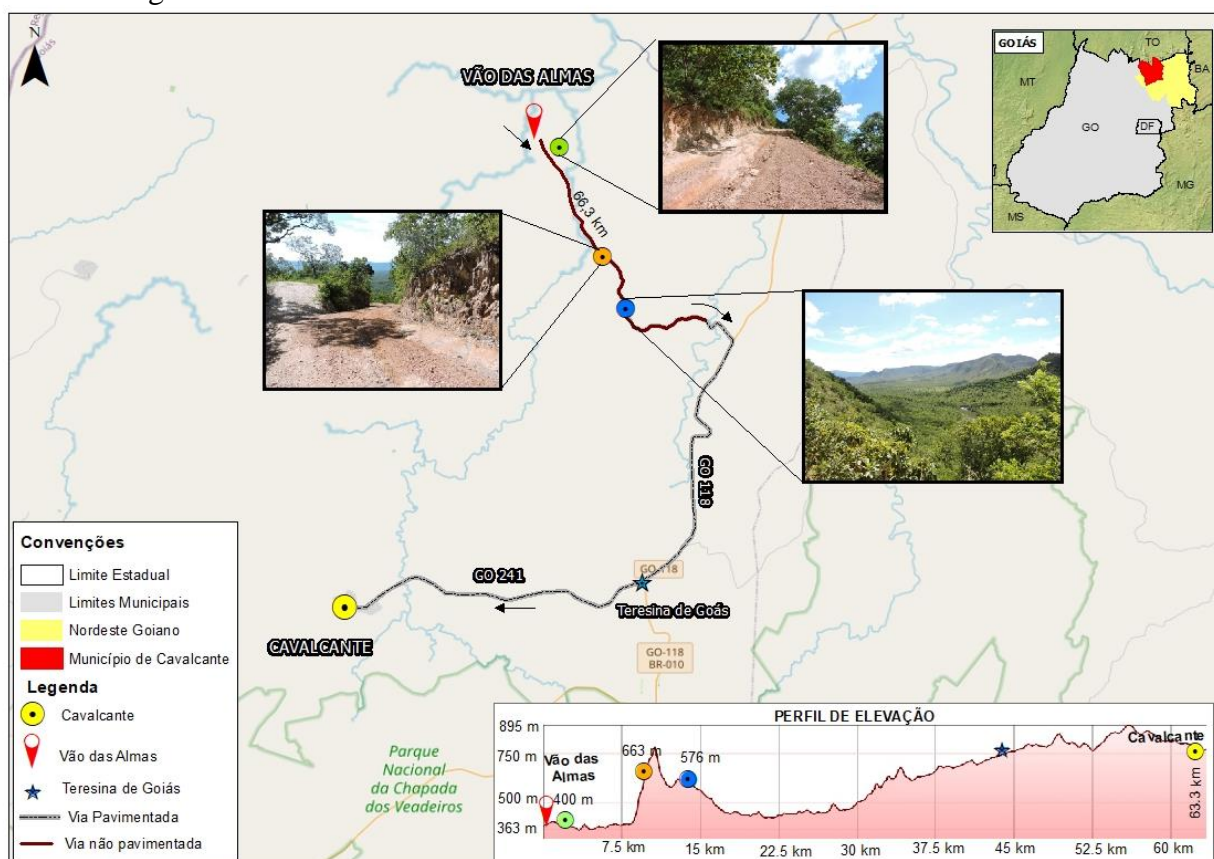
Conforme os gestores, o Cras de Cavalcante possui duas equipes volantes: uma que atua na zona rural e outra, na zona urbana. A equipe volante na zona rural enfrenta mais dificuldades devido à grande extensão territorial do município e ao difícil acesso às comunidades, uma vez que as estradas estão em péssima qualidade, não possuem asfalto, estão situadas entre serras e vãos, com elevadas altimetrias, com relevo irregular e os demais obstáculos naturais, como os rios e erosões. As Figuras 26 e 27 ilustram a distância de Cavalcante e a altimetria do trajeto das localidades mais distantes do quilombo, que a equipe volante possui mais dificuldade de acessar com frequência, o Vão do Moleque e do Vão de Almas. Com isso, percebe-se a realidade enfrentada pelas equipes volantes da zona rural do município em realizar os trabalhos do PBF e das demais políticas sociais.

Figura 26– Distância e altimetria do Vão do Moleque à cidade de Cavalcante



Fonte: Elaborada pelo autor (2021).

Figura 27– Distância e altimetria do Vão de Almas à cidade de Cavalcante



Fonte: Elaborada pelo autor (2021).

É necessário um veículo traçado e de grande porte para ter acesso às localidades do quilombo mais afastadas da cidade. Os gestores enfatizaram as dificuldades de realizar os trabalhos de assistência social diretamente nas comunidades mais distantes da cidade. Dessa forma, muitas famílias acabam sendo menos assistidas. Outro fator que agrava é a dificuldade que a equipe volante tem de realizar visitas frequentes nessas localidades mais afastadas e de difícil acesso. Nota-se que as dificuldades enfrentadas na locomoção das equipes que realizam a busca ativa²⁷ acabam sendo um dos motivos do município encontrar-se abaixo da meta de atendimento do PBF.

Os gestores destacaram que as comunidades quilombolas de Cavalcante possuem realidades socioeconômicas distintas. Apesar de a comunidade do Engenho II possuir uma

²⁷ A busca ativa é uma ferramenta central da vigilância socioassistencial, criada no programa Brasil Sem Miséria, do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), que visa sistematizar dados e informações territorializados para embasar planos, projetos, serviços e implementar políticas públicas adequadas à demanda. Seu objetivo é alcançar aqueles que normalmente não acessam os serviços públicos, colocando-se à margem da rede de proteção por razões diversas. A busca ativa é atribuição do Centro de Referência em Assistência Social (Cras) (CAMOLESI; TEIXEIRA, 2015, p. 11).

estrutura mais simplificada (como mostra a Figura 28), estando as casas mais próximas umas das outras, possui acesso à energia elétrica, uma Unidade Básica de Saúde (UBS), um agente de saúde e uma série de benefícios que não existem em outras localidades do quilombo. Na comunidade do Engenho II é muito comum encontrar casas de alvenaria (Figura 28), o que já não existe tão frequentemente em outras comunidades do Vão de Almas e Vão do Moleque; em muitos casos, a única construção em alvenaria é a escola. Geralmente, as moradias são de adobe e palha. A estrutura superior do Engenho II deve-se ao potencial turístico da localidade, dessa forma, “a configuração territorial do povoado do Engenho II expressa o espaço transformado pela ação governamental, que se juntou aos objetos existentes, transformando as possibilidades futuras da comunidade.” (ALVES, 2015, p. 56). Essas intervenções do Estado permite notar a diversidade das paisagens nos três núcleos do território Kalunga.

As diferenças de acesso a programas governamentais são percebidas nas paisagens do Engenho II, do Vão do Moleque e do Vão de Almas. O Engenho II traz a paisagem transformada pelas políticas públicas, enquanto o Vão de Almas e o Vão do Moleque apresentam uma paisagem quase que natural. Não é completamente natural pelo fato de os próprios Kalunga terem ação sobre o espaço. (ALVES, 2015, p.189).

Figura 28– Estrutura do povoado Kalunga do Engenho II



Fonte: Elaborada pelo autor (2021).

Figura 29– Casa de alvenaria na comunidade do Engenho II



Fonte: Fotografia do autor (2021).

Na entrevista, perguntou-se a respeito das maiores dificuldades enfrentadas pelo Cras, além da dificuldade de acessar com frequência às localidades do quilombo mais isoladas. Dentre os pontos citados, foram bastante destacados os efeitos negativos da pandemia de Covid-19 no funcionamento da assistência social. Conforme os gestores, muitos trabalhos do Cras com as famílias beneficiárias do PBF não foram realizados durante a pandemia, como a Proteção e Atenção Integral à Família (Paif), que tem como objetivo apoiar as famílias, prevenindo a ruptura de laços, promovendo o acesso a direitos e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida. A execução do Paif, que se dá por meio de visitas aos domicílios, foi interrompida em função das medidas sanitárias recomendadas para a não propagação do vírus. Durante esse período, portanto, o Cras não conseguiu atender às demandas das comunidades quilombolas nem das famílias beneficiárias do programa Bolsa Família que residem na zona urbana.

Outro fator impactado pela pandemia de forma significativa, de acordo com os gestores, foi o cumprimento das condicionalidades relacionadas à educação pelas famílias, ressaltando-se a importância do fortalecimento da política assistencial. A educação foi bastante afetada, pois, com a paralisação das aulas presenciais, aqueles alunos com acesso à internet estavam sendo melhor assistidos em relação aos que não tinham acesso. Os alunos sem acesso à internet, tanto na zona urbana quanto na rural, recebiam o material impresso em casa, mas, devido à distância e às dificuldades, isso não foi feito com a mesma frequência, o que de certa forma poderá gerar uma defasagem de aprendizado. Além disso, nem todos possuem acesso a celular e, muitas vezes, em uma mesma casa há oito pessoas e apenas um celular.

Apesar de todo o drama relatado, os gestores ressaltaram um importante fator, que diz respeito à chegada da energia elétrica em muitas comunidades mais isoladas, que até 6 meses atrás viviam sem luz elétrica. Normalmente, o Cras oferece oficinas de dança, música, artesanato e diversas outras, em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), com oportunidades às famílias beneficiárias para adquirirem novas habilidades, de modo a que futuramente saiam do assistencialismo e busquem trilhar novos rumos, sendo protagonistas das próprias vidas. Essas atividades, porém, não foram realizadas durante o período de pandemia. Destaca-se que, no período pandêmico, houve uma crescente distribuição de cestas básicas e muitas famílias que antes não eram beneficiadas por nenhum programa social passaram a buscar assistência. Grande parte dessas pessoas foram famílias da

comunidade do Engenho II. Devido à paralisação do turismo na comunidade, elas perderam a renda advinda dessa atividade econômica, que sempre movimentou de alguma maneira a comunidade. Com isso, buscaram uma cobertura da assistência social no período de crise econômica e sanitária.

A segunda instituição visitada durante a pesquisa de campo foi a Secretaria de Assistência Social (Figura 30), também localizada no centro de Cavalcante. Realizou-se a entrevista com a técnica em assistência social, Sara da Silva Vieira Machado. Conforme a entrevistada, a Secretaria de Assistência Social tem uma forte atuação na parte logística e no andamento dos processos e demandas que chegam ao Cadastro Único no município, como alimentação para equipe volante que faz o deslocamento nas atividades de assistência social, seja na zona urbana ou na zona rural, além da questão do transporte. Existem dois veículos no município (Figura 30), adquiridos com recursos do Cadastro Único e do PBF, para dar suporte às atividades realizadas, principalmente, na zona rural; um deles é um automóvel traçado, para facilitar o acesso às famílias localizadas nas comunidades mais isoladas e de difícil acesso do município.

Figura 30– A) Veículo utilizado pela equipe volante na zona urbana; B) Veículo utilizado pela equipe volante da zona rural; C) Secretaria de Assistência Social de Cavalcante



Fonte: Fotografias do autor (2021).

A Secretaria de Assistência Social assume as demandas que o Cras traz para operacionalizar a assistência social em todo o município, a articulação da saúde e educação para mobilizar os gestores.

Perguntou-se a respeito do funcionamento da busca ativa nas comunidades mais isoladas do município. Como resposta, a secretária enfatizou que a busca ativa é feita pela equipe volante do Cras e a equipe do Cadastro Único sempre a acompanha no mapeamento de inclusão no Paif. A técnica informou que antes não havia um veículo adequado para acessar as comunidades mais isoladas e hoje há um único veículo no município, mesmo assim, às vezes não é possível ir com frequência a todas as localidades, pois a demanda é maior que o número de carros do município.

No que se refere às condicionalidades, Sara enfatizou que a logística ocorre de forma descentralizada na assistência social do município e os agentes de saúde realizam as medidas e as pesagens das crianças na zona rural; assim, são os próprios funcionários da secretaria da saúde que operacionalizam e lançam os dados no sistema. Da mesma forma acontece na

educação: os professores da Secretaria de Educação articulam para que a frequência chegue ao sistema e esteja sempre atualizada. Quando uma família não está cumprindo com alguma condicionalidade, a equipe do Cras é acionada e vai atrás, juntamente com o Conselho Tutelar, encontrar essas famílias para descobrir o motivo que a presença não está sendo aferida, a vacinação não está em dia e há faltas na escola. Dessa forma, a saúde, a educação e a assistência social atuam de forma descentralizada, com diálogo, para que se possa aumentar a capilaridade do Estado Social nas comunidades quilombolas. A assistência social assume a responsabilidade na inclusão dos povos tradicionais nas políticas sociais. Durante esse processo, é necessário reconhecer os diferentes modos de vida e de reprodução social desses grupos.

Nesse cenário, o maior desafio está posto para a assistência social, no atendimento aos povos e às comunidades tradicionais, em busca do reconhecimento e da concretização dos seus direitos sociais, por meio da proteção de seus direitos e memórias culturais, suas práticas comunitárias e sua identidade racial e étnica (BRASIL, 2005, p. 21). Em relação à taxa de cobertura do PBF, as famílias pobres do município situam-se abaixo da média naquele período e a taxa de atualização cadastral está abaixo da média nacional. A técnica enfatizou que a pandemia potencializou ainda mais as dificuldades enfrentadas pela gestão, que, antes, era apenas pela baixa oferta de veículos e grande extensão territorial do quilombo. A partir de março de 2020, a pandemia foi um novo agravante, pois as medidas sanitárias estavam focadas em preservar a saúde das famílias quilombolas da contaminação, já que são grupos populacionais vulneráveis. Dessa forma, essas atividades foram paralisadas.

A terceira instituição visitada foi a Secretaria de Educação de Cavalcante (Figura 31). Realizou-se a entrevista com a secretária Edymara Diniz Costa, que havia ingressado recentemente na gestão e ainda não tinha experiência no cargo, mas pôde apontar os grandes desafios que tem pela frente na Secretaria de Educação e em relação ao PBF. O primeiro grande desafio apontado por ela diz respeito à questão da pandemia, que tem causado uma grande defasagem no ensino e dificuldade de aprendizagem nas comunidades quilombolas. Os professores preparam as atividades, entregam na casa dos alunos e depois as buscam nas zonas rural e urbana. De certa forma, não ter aulas presenciais dificulta muito o processo de ensino-aprendizagem e o papel dos educadores de acompanhar o progresso da aprendizagem dessas crianças e adolescentes – além do cumprimento das condicionalidades relacionadas à educação do PBF.

Figura 31 – Secretária de Educação de Cavalcante



Fonte: Fotografia do autor (2021).

A Tabela 8 apresenta a quantidade de instituições de ensino em Cavalcante, o tipo de instituição e a quantidade distribuída no município. Nota-se que 88% das instituições são municipais. Além disso, 18 estão localizadas em áreas rurais, por isso, vale ressaltar o papel da Secretaria de Educação na universalização desse direito constitucional em todo o município, principalmente nas comunidades quilombolas.

Tabela 8 – Natureza das instituições de ensino em Cavalcante

Tipo de instituição	Quantidade
Federal	0
Estadual	2
Municipal	22
Particular	1
Total	25

Fonte: IMB (2018).

A respeito da infraestrutura das instituições do município, a Tabela 9 mostra elementos que contribuem para que o espaço escolar seja completo, como possuir bibliotecas, internet, salas de informática e outros. Ao analisar o quadro, percebe-se que os espaços físicos destinados ao ensino de Cavalcante estão carentes de qualidade e instrumentos que contribuam com o aprendizado e a formação de crianças e adolescentes. Dos elementos

analisados, a presença da internet foi o mais prevalente, mesmo assim, não é considerado o suficiente, pois apenas 52% das instituições de ensino do município a possuem. A biblioteca está presente em 32% das instituições, laboratório de Informática em apenas 20%, e, por fim, nenhuma das instituições possui laboratório de ciências e quadra.

Tabela 9– Infraestrutura dos estabelecimentos de ensino de Cavalcante

Infraestrutura dos estabelecimentos de ensino	Quantidade
Possui biblioteca	8
Possui internet	13
Possui laboratório de ciências	0
Possui laboratório de informática	5
Possui quadra	0

Fonte: IMB (2018).

A secretária reconheceu a grande problemática da infraestrutura das escolas do município e ressaltou que existem pontos de internet nas comunidades, mas esses pontos não são necessariamente nas escolas, o que muitas vezes dificulta o acesso à internet no espaço escolar.

A Tabela 10 destaca os índices de atendimento educacional da população por faixa etária e o IDM Educação²⁸ entre 2012 e 2018. Nota-se que, de 2016 a 2018, o atendimento da população de 6 a 14 anos e de 15 a 17 anos apresentou um aumento significativo, já o atendimento educacional da pré-escola (4 a 5 anos) teve uma queda nesse mesmo período. Esses dados demonstram a queda no alcance da educação infantil no município.

Tabela 10 – Percentual de atendimento educacional por faixa etária e IDM Educação de Cavalcante de 2012 a 2018

Atendimento educacional por faixa etária	2012	2014	2016	2018
Atendimento educacional da população de 4 a 5 anos	3,16	3,15	3,77	3,12
Atendimento educacional da população de 6 a 14 anos	3,85	7,73	8,11	9,36
Atendimento educacional da população de 15 a 17 anos	5,14	4,46	6,23	7,39
IDM Educação	3,75	4,41	3,6	4,01

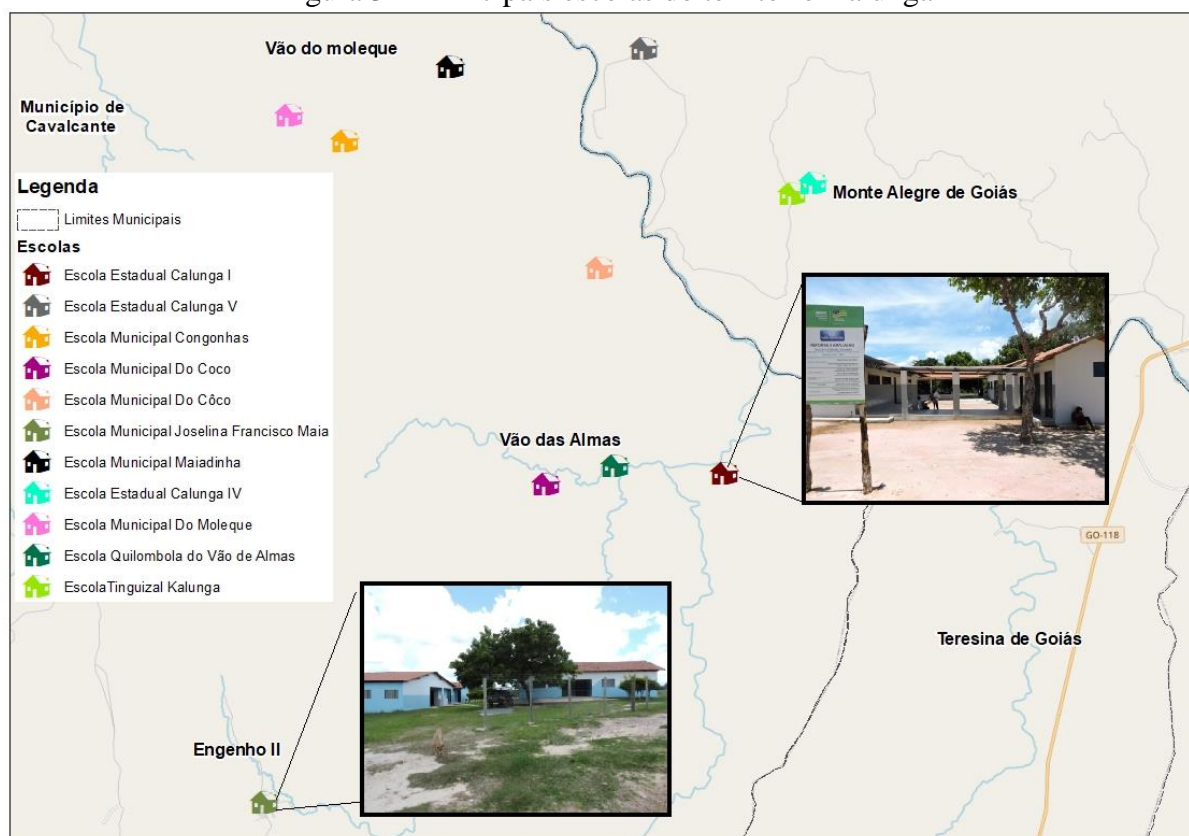
Fonte: IMB (2018).

²⁸ A dimensão Educação do Índice de Desempenho dos Municípios (IDM-Educação) é calculada por meio de média aritmética simples dos escores padronizados de 0 a 10, entre quatro indicadores referentes aos seguintes aspectos: infraestrutura dos prédios das escolas públicas urbanas (energia elétrica, abastecimento de água, coleta de esgoto e sanitário dentro do prédio escolar); atendimento educacional da população de 4 a 5 anos (pré-escola); atendimento educacional da população de 6 a 14 anos (ensino fundamental); atendimento educacional da população de 15 a 17 anos (ensino médio); professores com formação na disciplina que lecionam; Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) – 5º ano do Ensino Fundamental; Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) – 9º ano do Ensino Fundamental (IBGE; MEC/Inpe).

Segundo a secretária, um dos grandes desafios da gestão é melhorar o suporte do acompanhamento pedagógico no sentido de ajudar no planejamento dos professores, na realização de atividades, a buscar e trazer os professores para a cidade e oferecer uma formação continuada. Ressaltou que os professores da zona rural têm um compromisso muito forte, mas muitas vezes a estrutura é insuficiente. Apesar de muitas escolas estarem passando por reformas do Governo Estadual, é possível perceber ausência de materiais e livros.

A secretária ressaltou que a educação possui uma capilaridade nas comunidades superior à da saúde, por ter escolas basicamente nas proximidades de todas as localidades do quilombo, como mostra a Figura 32, diferente das UBS, que não estão presentes em todo o território quilombola.

Figura 32– Principais escolas do território Kalunga



Fonte: Elaborada pelo autor a partir de ESCOLAS.INF.BR e Google Maps (2021).

Apesar de haver várias escolas (Figura 32) nos núcleos mais isolados do território Kalunga, em Cavalcante, uma das fragilidades no âmbito da educação é o transporte escolar, pois a quantidade é muito limitada e não supre a demanda nas comunidades. Além disso, nem todas as escolas possuem o ensino médio.

Acesso a serviços públicos de saúde e educação são dificultados pela falta de infraestrutura dentro do território Kalunga. Somente 25% declaram haver transporte escolar em sua comunidade, tendo as crianças que se deslocarem para as escolas, que em grande parte das comunidades oferecem somente até o ensino fundamental, a pé, de barco ou bicicleta. (ALVES, 2015, p. 83).

De acordo com a Secretaria de Estado de Educação de Goiás (Seduc-GO), as comunidades quilombolas do estado receberam investimentos para melhoria de infraestrutura das escolas. Somente nas unidades escolares localizadas no município de Cavalcante foram investidos mais de R\$ 760 mil em recursos PDDE/Goiás,²⁹ durante o ano de 2020, para a realização de reformas e a ampliação do Colégio Estadual Calunga I, além de outras quatro extensões escolares localizadas em Cavalcante. Durante a pesquisa de campo foram realizadas visitas às escolas em obras, como mostra a Figura 33, que traz a reforma e a ampliação do Colégio Estadual Calunga I – extensão Maiadinha,³⁰ localizado no Vão do Moleque. A obra estava em andamento durante a visita. A Figura 32B também destaca a reforma e a ampliação do Colégio Estadual Calunga I – extensão Santo Antônio, localizado no Vão de Almas. No período da pesquisa de campo essa obra encontrava-se concluída, com todas as salas reformadas e construídas. Além das unidades Calunga I, outras escolas passaram por reformas no quilombo Kalunga.³¹

²⁹ Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)

³⁰ Na extensão Maiadinha, agora sede do Calunga I, a reforma em andamento contempla a adequação dos sanitários para um novo banheiro acessível; a construção do piso em granitina; reforma elétrica; e pintura. Além disso, os 103 estudantes matriculados nas turmas de Ensino Fundamental II e Médio contarão com um novo escovódromo para a realização da higiene bucal e uma nova central de gás (SEDUC-GO, 2021).

³¹ Além da sede do Colégio Estadual Calunga I, três extensões escolares passaram por reformas recentes. Ao todo, foram destinados R\$260.500,01 em recursos para a extensão Santo Antônio; R\$ 118.499,42 para a extensão Vereador Anedino e R\$ 80.198,55 para a extensão Vão das Almas. Concluída em dezembro do ano passado, a obra na extensão Santo Antônio resultou em uma série de transformações na infraestrutura da unidade. Além da reforma no bloco já existente e na parte elétrica, foi construído um novo bloco, com duas salas de aula, um sanitário reduzido e uma passarela ligando os dois espaços. A extensão Vereador Anedino também ganhou uma nova sala de aula. O local passou por uma reforma geral, com adequação dos sanitários para garantir a acessibilidade, pintura, reforma do piso e reforma elétrica. Além das unidades escolares localizadas no município de Cavalcante, as escolas quilombolas de Monte Alegre também receberam investimentos do Governo de Goiás para a realização de melhorias na infraestrutura (SEDUC-GO, 2021).

Figura 33– A) Placa da reforma e ampliação do Colégio Estadual Calunga I, no Vão do Moleque; B) Placa da reforma e ampliação do Colégio Estadual Calunga I, no Vão de Almas



Fonte: Fotografias do autor (2021).

Apesar da capilaridade que a educação possui nas comunidades quilombolas, ao analisar a Tabela 7 (Gestão das condicionalidades do PBF), considerando o acompanhamento das condicionalidades de Educação do PBF, o município de Cavalcante apresentou um percentual de 79,79%, valor considerado insuficiente comparado à média nacional, que, naquele período, foi de 93,06%. Apesar da média nacional ter apresentado um percentual de acompanhamento educacional acima de 90%, vale salientar a realidade enfrentada no contexto brasileiro de desigualdade na escolaridade das crianças de baixa renda.

Estimular, pelas regras da condicionalidade em educação, a frequência escolar de crianças pobres representa um enorme desafio educacional e social, diante das lacunas de escolaridade que o grupo dos mais pobres apresenta no Brasil, em comparação com os mais ricos. A escolaridade média de um adulto de 25 anos no grupo dos 25% mais ricos, no Brasil, é o dobro (12 anos) do grupo dos 25% mais pobres (seis anos). Para o grupo dos 25% mais ricos, a porcentagem de jovens de 15 a 17 anos, que frequentam ou já completaram o ensino médio, é de mais de 80%, enquanto que, para os 25% mais pobres, é de 30%. (CURRALERO *et al.*, 2010, p. 162).

A Secretária apontou que a pandemia foi responsável pelos baixos índices de acompanhamento em virtude da suspensão das aulas presenciais durante o ano de 2020, o que dificultou a transparência e o envio das informações necessárias da gestão passada. Nesse sentido, conforme dados da Gestão das condicionalidades, em relação ao acesso aos serviços de educação, saúde e assistência social, a condicionalidade da educação apresentou os índices mais baixos (79,79) de acompanhamento no município, bem abaixo da média nacional (93,06). Tais resultados trouxeram um grande desafio para as políticas sociais da atual gestão,

como fortalecer o acompanhamento educacional do BPF, além de ampliar a garantia do direito à educação e a presença das crianças e dos adolescentes no ambiente escolar, pois

[e]ste grupo se caracteriza, particularmente, por uma trajetória que acompanha os avanços ocorridos no sistema educacional brasileiro nas décadas recentes, fato que responde por uma parcela significativa dos êxitos apresentados pelo PBF no que se refere ao aspecto educacional. Por sua vez, devemos pensar que os mais jovens são também aqueles com maiores possibilidades de reverter a situação de vulnerabilidade, conquistando sustento econômico fora da transferência de renda. (SILVA; BRANDÃO; DALY, 2009, p. 316).

A última etapa da primeira parte da pesquisa de campo foi conhecer a estrutura e a realização de entrevista e diálogo com a Secretária da Saúde do município. A estrutura da saúde de Cavalcante, como mostram as Figuras 34 e 35, é composta pelo Hospital Municipal, Academia da Saúde,³² UBS do Centro, UBS do Morro Encantado, UBS do Engenho II, Farmácia Municipal e Secretária da Saúde.

³² O Programa Academia da Saúde (PAS), lançado em 2011, é uma estratégia de promoção da saúde e produção do cuidado que funciona com a implantação de espaços públicos, conhecidos como polos, onde são ofertadas práticas de atividades físicas para a população. Esses polos fazem parte da rede de Atenção Primária à Saúde e são dotados de infraestrutura, equipamentos e profissionais qualificados. Como ponto de atenção no território, complementam o cuidado integral e fortalecem as ações de promoção da saúde em articulação com outros programas e ações de saúde, como a Estratégia Saúde da Família, os Núcleos Ampliados de Saúde da Família (Nasf) e a Vigilância em Saúde (BRASIL, 2020).

Figura 34– A) Hospital Municipal; B) Academia da Saúde; C) Unidade Básica de Saúde (Centro); D) Unidade Básica de Saúde (Morro Encantado)



Fonte: Fotografias do autor (2021).

Figura 35– A) Unidade Básica de Saúde (Engenho II); B) Farmácia Municipal; C) Secretaria Municipal de Saúde



Fonte: Fotografias do autor (2021).

Na visita à Secretaria de Saúde do município (figura 34), realizou-se uma conversa com a Secretária da Saúde de Cavalcante, Gessélia Batista. O foco da conversa era compreender os principais aspectos da condicionalidade de saúde do PBF nas comunidades quilombolas e seus desafios. A Secretaria está localizada em um bloco atrás do Hospital Municipal. O acompanhamento da saúde no PBF é feito por meio da vacinação e da pesagem. De acordo com a Secretária, a pesagem é feita a cada 6 meses e é obrigatória para crianças menores de 8 anos. Após a visita de pesagem, efetuada uma vez a cada seis meses nas comunidades quilombolas, é preciso informar ao e-Gestor³³ os dados relativos à pesagem e ao acompanhamento realizado de cada uma das crianças, jovens e grávidas. Esse processo é executado pelos agentes de saúde, que vão até as comunidades coletar essas informações para serem inseridas no sistema, mas, se alguma família vai até a cidade consultar em alguma UBS, ela já pode realizar na cidade a pesagem e a vacinação.

Em relação à vacinação, a Secretária destacou que quando o município está em período de campanha, como nas campanhas da Influenza e do HPV, a vacina é levada até as comunidades pelos agentes de saúde, mas nem sempre essas vacinas chegam às comunidades. Dessa forma, os agentes de saúde têm a função de orientar as famílias a irem aos postos de saúde realizar a vacinação, no entanto, existe uma grande dificuldade das famílias se deslocarem para que possam realizar a vacinação devido à distância de algumas comunidades e a ausência de um meio de transporte disponível.

O município possui três UBS e apenas uma delas está situada no território Kalunga, a UBS do Engenho II. Nesse sentido, os equipamentos de saúde não possuem uma capilaridade elevada no território quilombola e as famílias beneficiárias habitantes do Vão do Moleque têm acesso à saúde, como consulta e vacinação, na UBS do Centro de Cavalcante, a 52 km da comunidade, enquanto as famílias do Vão de Almas procuram esses serviços na UBS do Morro Encantado, a cerca de 70 km da comunidade. Nota-se a distância que essas famílias desses dois núcleos precisam se deslocar para terem acesso aos serviços de saúde do município. Já as famílias da comunidade do Engenho II não passam por esses problemas de deslocamento, pois possuem uma UBS em seu povoado.

Conforme a Secretária da Saúde, o município de Cavalcante possui 28 agentes de saúde. Esses funcionários são essenciais para o acompanhamento e a garantia da saúde nas comunidades quilombolas, pois possuem contato mais próximo com as famílias beneficiárias

³³ Espaço para informação e acesso aos sistemas da Atenção Básica.

e sinalizam que estão acompanhando as condicionalidades. As três principais localidades do quilombo Kalunga em Cavalcante, Engenho II, Vão de Almas e Vão do Moleque possuem a cobertura de agentes de saúde.

Gessélia apontou que Cavalcante atravessa muitos desafios em relação à saúde e enfatizou que as políticas públicas não focam os verdadeiros problemas nos pequenos municípios. O mesmo critério usado na elaboração em uma cidade de grande porte é adotado para os municípios de pequeno porte. Apesar de possuir 28 agentes de saúde, Gessélia ressaltou que ainda não é quantidade suficiente devido à complexidade e à dimensão territorial do município de Cavalcante. Os agentes percorrem muitos quilômetros no decorrer de uma semana devido à distância das comunidades. Além disso, muitas vezes falta combustível nos veículos, pois os postos estão localizados na sede dos municípios, distantes das comunidades. Outro problema é que muitos agentes de saúde passam semanas realizando as ações da Secretaria da Saúde dentro do território quilombola.

Outro fator preocupante está relacionado às péssimas condições das estradas. Por serem bastante irregulares, as balanças utilizadas na pesagem das crianças muitas vezes chegam desreguladas às comunidades. A importância de um atendimento cada vez mais regular foi ressaltada – além de levar mais médicos para todo o território quilombola. Apesar das dificuldades enfrentadas por causa das condições das estradas, a secretária destacou o avanço a partir da construção de novas pontes no território Kalunga, pois antes delas a dificuldade era maior nas visitas das equipes aos pontos mais isolados.

Figura 36 – Ponte do Rio Almas no Vão de Almas



Fonte: Fotografias do autor (2021)

A Figura 36 mostra a ponte sobre o Rio Almas, no Vão de Almas, construída recentemente. Ela facilitou o acesso das equipes de saúde e o deslocamento das famílias quilombolas. Como apresentado na Tabela 6 (Gestão das condicionalidades do PBF), o acompanhamento das condicionalidades de saúde do município foi de 97,88%, superior à média nacional de 79,7%.

Em matéria publicada no Jornal UFG, na coluna do Observatório do Estado Social Brasileiro¹, Silva (2022), gestor estadual do PBF em Goiás, enfatiza o papel do PBF para além da transferência de renda e chama a atenção para a importância das condicionalidades nos ótimos resultados no combate à pobreza e à extrema pobreza proporcionados pelo PBF desde sua criação. Conforme Sen (2000), o processo de privação de capacidades enfrentado pelas famílias em situação de pobreza vai além da questão monetária, pois as oportunidades sociais por meio do acesso garantido aos serviços públicos, como saúde e educação, são primordiais no enfrentamento da pobreza. Com isso, as condicionalidades do PBF ampliam o acesso das famílias em situação de vulnerabilidade social a esses direitos. Silva (2022) reforça que

[...] é notório que a população em situação de vulnerabilidade social passou a receber uma atenção especial dos sistemas de saúde, educação e assistência social, uma vez que o descumprimento de algumas das condicionalidades poderia ser reconhecido como um sinal de alerta para a gestão pública, acionando mecanismos de enfrentamento de vulnerabilidade e risco social. (SILVA, 2022, p. 1).

O acesso às políticas sociais no espaço rural é um objetivo mais complexo do que se imagina, assim o PBF tem a função de facilitar a expansão desses serviços:

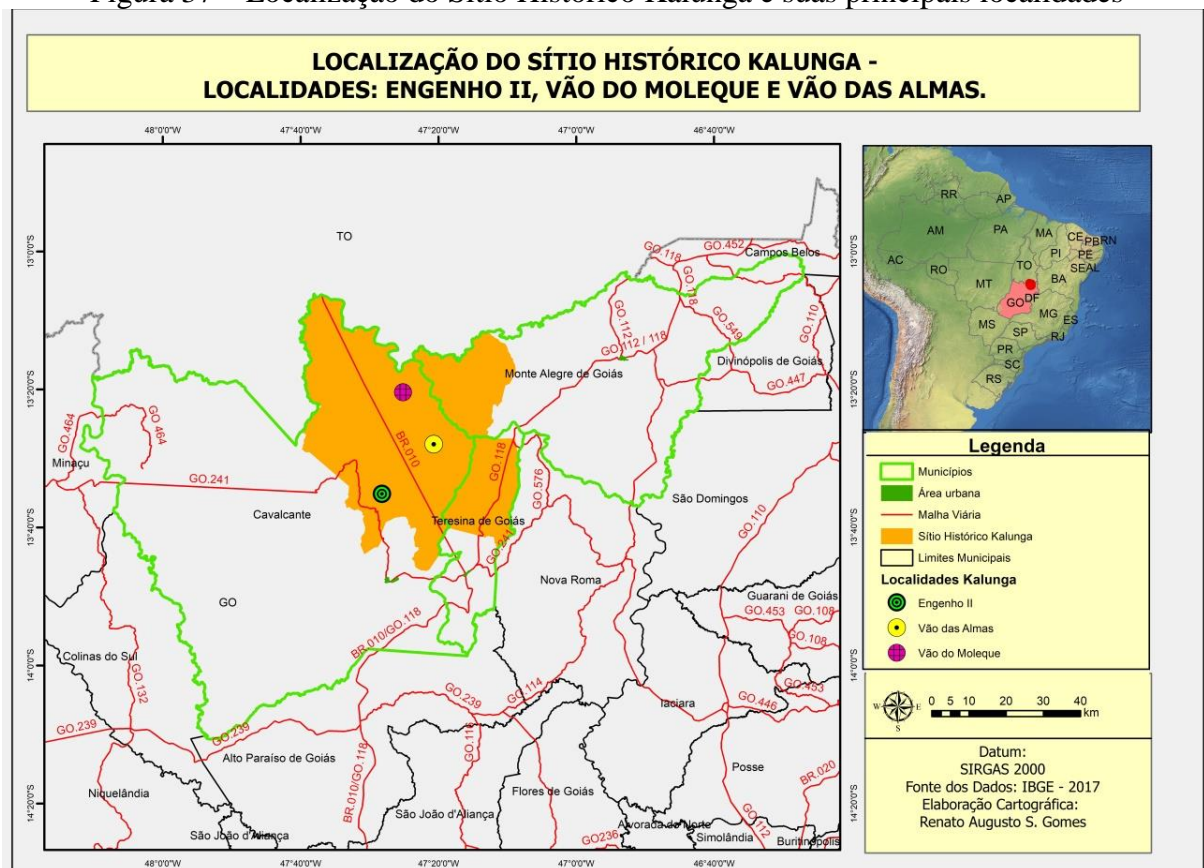
Se por um lado, a partir do acesso às políticas sociais, é possível pensar o espaço rural como espaço de vida e trabalho, por outro lado, para que a população rural realmente desfrute de boas condições, tanto de vida quanto de trabalho, é necessário assumir o potencial do Programa Bolsa Família como fator estruturante de novas possibilidades de diversificação dos meios de vida e de renda. Mas também é necessário refletir sobre as limitações do programa em relação à integração com outras políticas e em relação à capacitação disponibilizada com vistas à geração de trabalho e renda. (FARIA; BOTELHO; SILVA, 2020, p. 14).

Dessa forma, em relação à capilaridade do Estado Social nas comunidades quilombolas de Cavalcante, apesar dos desafios cotidianos das equipes que atuam nas secretarias do município e da pandemia de Covid-19, tem-se realizado esforços para a ampliação da garantia desses direitos para as famílias Kalunga beneficiárias do PBF.

3.2 Entre serras e vãos: os caminhos até as mães beneficiárias do PBF

A pesquisa de campo deu-se nas comunidades quilombolas do território Kalunga, em Cavalcante. Dessa forma, buscou-se o contato com as mães quilombolas do Programa Bolsa Família (PBF), para escutar a voz dessas mulheres em relação à transferência de renda, às políticas sociais no território, conhecer a realidade em que estão inseridas e a capilaridade do programa. O Estado Social nesses espaços marcados por uma histórica de vulnerabilidade é fator fundamental para uma análise apurada do PBF nas comunidades quilombolas. A Figura 37 mostra a localização do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga (SHPCCK.), com sua área de 253,2 mil hectares, localizado na área dos municípios de Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre de Goiás, e os principais núcleos do quilombo em Cavalcante: Engenho II, Vão do Moleque e Vão das Almas, visitados durante a pesquisa de campo.

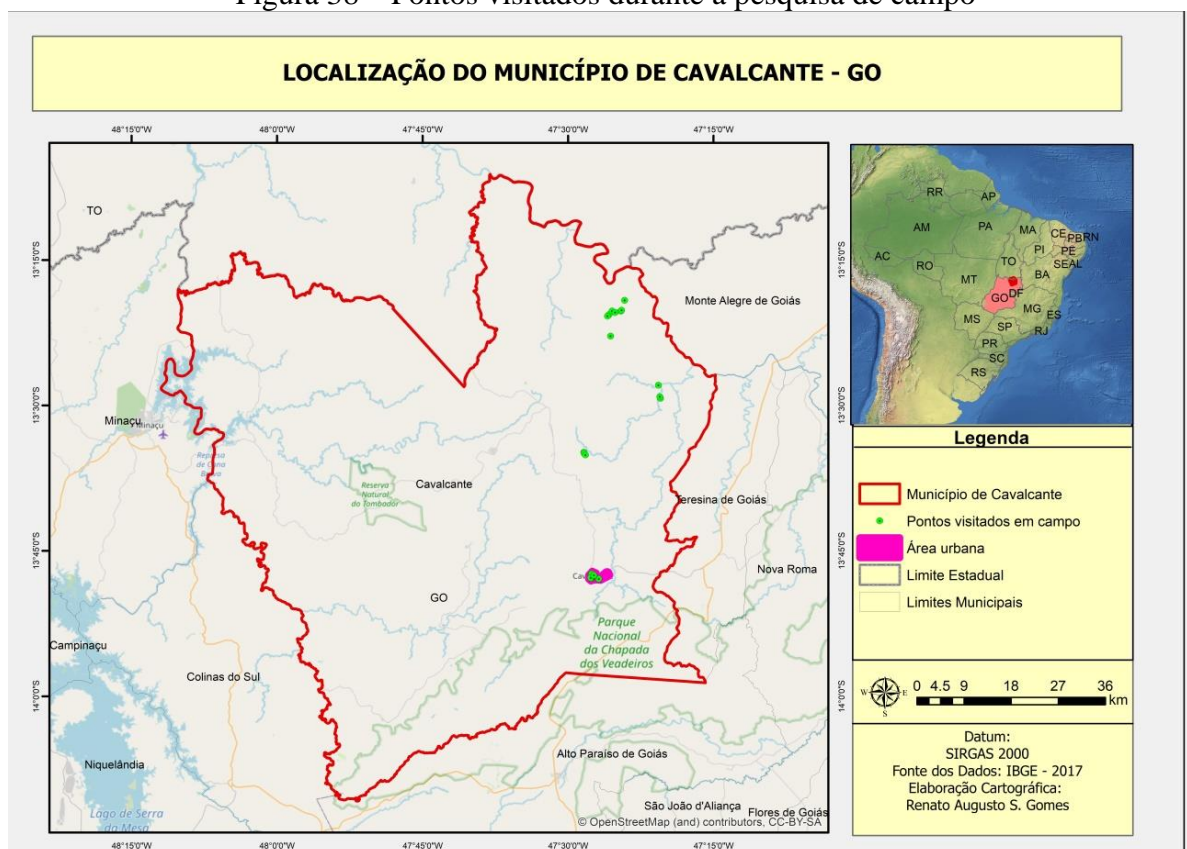
Figura 37 – Localização do Sítio Histórico Kalunga e suas principais localidades



Fonte: Elaborada pelo autor (2021).

O roteiro de campo foi elaborado com o intuito de aplicar questionários semiestruturados às mães beneficiárias dos três núcleos do território Kalunga de Cavalcante. A Figura 38 mostra os pontos visitados durante a pesquisa de campo.

Figura 38 – Pontos visitados durante a pesquisa de campo



Fonte: Elaborada pelo autor (2021).

Após o primeiro dia de campo, no qual foram realizadas as entrevistas com os gestores das principais instituições responsáveis pelas políticas sociais de Cavalcante, como destacado na seção anterior, no segundo dia, logo pela manhã, seguiu-se em direção à comunidade do Engenho II, situada dentro do SHPCK, a 27 km da cidade de Cavalcante. Para chegar até a comunidade do Engenho II é preciso seguir no sentido norte de Cavalcante e, na saída da cidade, há placas indicativas da direção das comunidades do Engenho II e Vão do Moleque e de algumas atrações turísticas e pousadas (Figura 39); assim, é preciso acessar a GO-241. A rodovia não é pavimentada, possui bastante elevação, e, como o trabalho de campo foi realizado em um mês chuvoso, alguns trechos estavam em péssimas condições de tráfego.

Figura 39– A) Placas na saída da cidade indicando a direção das comunidades quilombolas;
 B) Placa do SHPCK; C) Trecho da GO 241



Fonte: Fotografias do autor (2021).

Nesse cenário, não passou despercebida a beleza exuberante da paisagem da região, com destaque para as formações de cerrado, os chapadões e as serras. Durante o trajeto até a comunidade notou-se uma placa de patrimônio cultural indicando o território do SHPCK (Figura 40). De acordo com Almeida (2017), a maior parte do SHPCK, por volta de 71%, encontra-se em Cavalcante, no entanto, em virtude da grande extensão territorial do município, ocupa apenas 26% da sua área. “Já em Teresina de Goiás, a despeito de ser somente 15% do Sítio, ele ocupa 50% da área total do município. Tal área contemplada serras, vãos, cachoeiras reputadas pela beleza, rios cerrados com fisionomias distintas.” (ALMEIDA, 2011, p. 135).

Por ser a comunidade mais próxima da cidade de Cavalcante e possuir uma melhor estrutura, além da facilidade de reunir as mães beneficiárias do PBF, foi a primeira a ser visitada. Ao lá chegar, já foi possível perceber os efeitos da pandemia no local. No período do campo, as atividades do turismo estavam paralisadas devido à pandemia de Covid-19, o

Engenho II é caracterizado por um intenso fluxo turístico durante todo o ano, pois em seu território se localizam alguns dos atrativos turísticos mais visitados do estado, como a Cachoeira de Santa Bárbara, a Cachoeira da Capivara e a Cachoeira Candaru. Assim, notou-se o vazio das ruas do povoado (Figura 40), o que não era comum antes da pandemia.

Figura 40– A placa indicando o povoado do Engenho II e a comunidade vazia devido à pandemia



Fonte: Fotografias do autor (2021).

Durante o planejamento da pesquisa de campo no território Kalunga, foi indicado o contato do guia Kalunga, agente de saúde do Engenho II e morador do povoado, Elias, que foi o principal canal de comunicação do pesquisador com as mães beneficiárias do PBF moradoras das comunidades quilombolas de Cavalcante. Assim, não houve dificuldade em realizar o contato com as mães Kalunga do Engenho II. Faz-se necessário enfatizar que as casas nessa comunidade são bem próximas e concentradas, o que facilitou mais ainda esse processo. Elias já havia informado a todas as beneficiárias do PBF moradoras do Engenho II a respeito da realização da pesquisa sobre o programa de transferência de renda na comunidade e que o pesquisador iria aplicar questionários e realizar entrevistas. Vale ressaltar, que o presidente da Associação Quilombo Kalunga (AQK), Jorge Pires, também contribuiu com a pesquisa, pois esta foi realizada em um momento delicado, durante uma pandemia. Assim, ele cedeu a autorização para que fosse possível a realização da pesquisa de campo no território Kalunga.

Por meio de mensagens em redes sociais, Elias combinou com as mães beneficiárias a chegada do pesquisador ao povoado e organizou a concentração de todas em uma área destinada a eventos na comunidade (Figura 41). Elas formaram filas para que as entrevistas

fossem realizadas, estando todas bem dispostas a conceder entrevistas; as medidas sanitárias – como o uso de máscara e o distanciamento social – estavam sendo respeitadas. Mais de 30 mulheres foram entrevistadas naquela manhã.

Figura 41– Área de evento na comunidade do Engenho II, na qual se realizaram as entrevistas e conversas com as mães beneficiárias



Fonte: Fotografias do autor (2021).

A Escola Municipal Joselina Francisco Maia (Figura 42), devido ao momento da pandemia, ainda não tinha voltado às aulas presenciais. Ela é a única da comunidade do Engenho II e possui uma boa infraestrutura, com acesso à internet, banda larga, energia da rede pública e água filtrada, atendendo a alunos da educação infantil ao ensino médio. Durante o caminhar dentro do povoado, notou-se que a Central de Atendimento ao Turista (CAT) (Figura 41) e a loja de produtos quilombolas Kalunga (Figura 42) estavam fechados. Esses dois lugares sempre estiveram em funcionamento, com alta demanda de turistas que frequentavam a comunidade. É uma importante fonte de renda, com vendas de mercadorias de origem Kalunga. Esse fato deixou mais evidente os impactos negativos da pandemia para as famílias quilombolas do Engenho II.

Sabe-se que “o turismo é um fenômeno social que manifesta um crescimento constante, considerado também como uma importante fonte de riqueza econômica e oportunidade para impulsionar áreas deprimidas nos aspectos econômicos e sociais.” (ALMEIDA, 2017, p. 137).

No entanto, práticas elementares da cultura Kalunga não deixaram de acontecer com a pandemia. Uma cena bem comum no cotidiano quilombola são esses sujeitos trabalhando nas roças de toco, nos quintais rurais, considerado um espaço singular do encontro das moradias em que se produz a vida pelo que se cria, pelo que se cultiva e pelo cuidado em sua manutenção.

Figura 42– A) Escola Municipal Joselina Francisco Maia; B) Centro de Atendimento ao Turista, fechado durante o período da pandemia; C) Loja de produtos quilombola, fechada durante o período da pandemia; D) Homem Kalunga trabalhando na roça; E) Crianças Kalunga brincando no quintal



Fonte: Fotografias do autor (2021).

No terceiro dia de campo, no roteiro estava programada a visita ao Vão do Moleque, localizado a cerca de 25 km da comunidade do Engenho II e a 60 km da cidade de Cavalcante. Diferentemente do Engenho II, as comunidades do Vão do Moleque não desfrutam de uma

boa infraestrutura, especialmente no quesito saúde, pois as famílias dessas comunidades mais isoladas não possuem uma UBS nas suas proximidades para ter acesso a um médico, realizar uma consulta ou algum atendimento emergencial; nesse caso, é necessário deslocar-se do Vão do Moleque até a cidade de Cavalcante e enfrentar horas de estrada sem pavimentação e em péssimo estado de conservação. Além disso, devido à distância, o tempo de viagem é de mais de 2h. Em relação à educação, as escolas estão bem distribuídas nas comunidades, conforme foi enfatizado na seção anterior, e a capilaridade da educação é alta em todo o território Kalunga em Cavalcante.

Apesar da pouca infraestrutura do Vão do Moleque, vale destacar que, no ano de 2020, através de uma parceria entre Enel e Governo Estadual, por meio do Programa “Luz para todos”, a comunidade teve acesso à energia elétrica após anos de espera. Segundo o Governo de Goiás, foram construídos mais de 360 quilômetros de rede de distribuição e instalados 3,5 mil postes. Os investimentos somaram R\$ 22 milhões e, além da energia, as famílias Kalunga tiveram kits de rede, como lâmpadas e tomadas, instaladas em suas moradias. A Figura 43 mostra, durante a visita ao Vão do Moleque, muitos pontos que dão acesso à eletricidade na comunidade.

Figura 43– Postes de energia elétrica no Vão do Moleque



Fonte: Fotografias do autor (2021).

Para chegar ao Vão do Moleque foi preciso seguir no sentido norte da comunidade do Engenho II e entrar na estrada de chão dentro do SHPCK, que liga as comunidades. Devido à dificuldade de acessar essa região de carro, com as péssimas condições das vias, Elias utilizou sua motocicleta durante o campo nos núcleos mais isolados, considerado o veículo mais apropriado para o terreno nas localidades mais remotas do quilombo. Durante o caminho, as

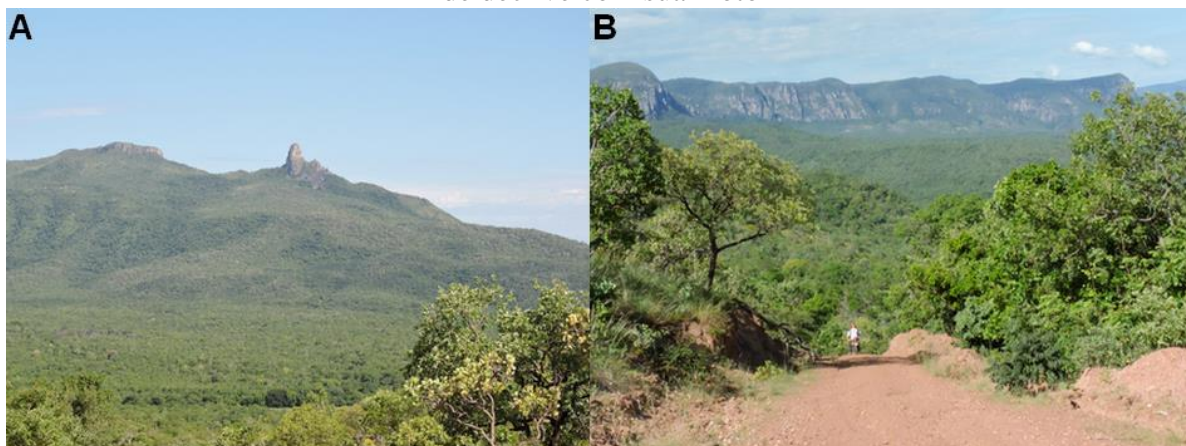
belas paisagens do SHPCK não passaram despercebidas, como a formação rochosa conhecida como Dedo do Moleque (Figura 44). Almeida (2010) descreve a peculiaridade da região:

Diferentemente do restante do estado, no qual predominam chapadões, o espaço ali tem vãos, serras e morros, depressões e vales estreitos, rios encaixados, uma vegetação de cerrado, cerradão e campos cerrados que se espriam pelos municípios de Cavalcante, Colinas do Sul, Teresina de Goiás, Monte Alegre e Campos Belos, municípios do Nordeste goiano. (ALMEIDA, 2010, p. 37).

A estrada apresentava aclives e declives que dificultavam a condução da motocicleta. Ao se aproximar da região do Vão do Moleque, os declives eram tão acentuados que, por questões de segurança, Elias teve de descer sozinho na região do vão (Figura 44). Vale ressaltar que as dificuldades enfrentadas na locomoção dentro do território Kalunga representam as características centrais dos quilombos, mostrados como um “marco da resistência e luta dos africanos e seus descendentes contra as práticas escravocratas do período colonial” (OLIVEIRA, 2018, p. 31), espaços que significam esperança para a população negra, cuja liberdade foi cerceada, que busca, nesses espaços de vivência, reconstruir seus hábitos e cultura. Dessa forma, o difícil acesso é a marca desses territórios:

Uma característica dessas comunidades era o difícil acesso, procuravam locais isolados para fugirem dos caçadores de escravos, milícias ou qualquer outra ameaça que pudesse existir. Depressões, rios de difícil travessia, grandes montanhas, eram recursos usados para proteção, os quais, além de dificultar o acesso dos perseguidores, também ajudavam dando tempo para a fuga. (OLIVEIRA, 2018, p. 32).

Figura 44– A) Vista da formação rochosa do dedo do moleque; B) Elias descendo uma área de declive com sua moto



Fonte: Fotografia do autor (2021).

Diferentemente do Engenho II, em que o contato com as mães beneficiárias foi fácil por causa da organização das moradias próximas e concentradas, a tentativa de encontrar os sujeitos da pesquisa no Vão do Moleque foi mais difícil em virtude das residências e da extensão territorial do quilombo. Apesar disso, Elias conhecia bem a região e muitos moradores, o que contribuiu para dar andamento à pesquisa. A proposta era parar nas residências do quilombo para realizar os diálogos e entrevistas com as mães beneficiárias do PBF. O fato de o guia ser Kalunga facilitou de forma significativa o contato do pesquisador com os sujeitos, sendo o canal de comunicação. Em virtude disso, a recepção das famílias era sempre acolhedora, muitas vezes com um café, lanche e almoço. Como o trabalho de campo no Vão do Moleque teve duração de apenas um dia, buscou-se aproveitar o tempo e tentar entrevistar o maior número de mães beneficiárias possível. Durante a observação da paisagem da região, um dos aspectos mais comuns era a tradicional casa Kalunga, construída de adobe e palha (Figura 45), diferente do Engenho II, onde a maioria das casas é de alvenaria.

Figura 45– Típica construção Kalunga no Vão do Moleque



Fonte: Fotografia do autor (2021).

Uma das grandes dificuldades da realização do campo no Vão do Moleque foi o fato de que muitas casas estavam sem moradores e muitas vezes, para chegar até outras moradias, era preciso rodar cerca de 5 km ou mais. Após passar quase o dia todo na busca por beneficiárias do PBF no Vão do Moleque, 17 mulheres foram entrevistadas, um número inferior ao do Engenho II, embora a qualidade das entrevistas e dos diálogos tenha sido

satisfatória, permitindo, por meio dos relatos, as diferentes realidades de uma comunidade para outra.

No quarto dia de campo planejou-se visitar as comunidades do último núcleo do território Kalunga da pesquisa, o Vão de Almas. Após a realização do trabalho de campo no Vão do Moleque retornou-se para o Engenho II. No dia seguinte, a equipe de pesquisa saiu rumo a Vão de Almas, novamente com o guia e agente de saúde, Elias, que acompanhou o pesquisador dentro do território em sua motocicleta. Em virtude da dificuldade de acesso de algumas vias e das condições dentro do SHPCK, para ter acesso à região do Vão de Almas foi necessário retornar à cidade de Cavalcante pela GO-241, saindo do Engenho II pelo trecho não pavimentado; ao chegar à cidade continua-se no sentido leste, ainda na GO-241, em sua parte pavimentada (Figura 46). Essa rota perpassa o espaço urbano de Teresina de Goiás, um dos municípios que compõem o SHPCK. Em seguida, segue-se no sentido norte pela GO-118, em trecho pavimentado. Após passar por Teresina, cerca de 20 km depois vira-se à esquerda, em uma estrada do SHPCK (Figura 46) que dá acesso ao Vão de Almas. Essa rota do Engenho II até o Vão de Almas é de 101 km e gastou-se cerca de 2h para chegar à região.

Figura 46– A) Trecho pavimentado da GO-214; B) Entrada a esquerda na GO-118 do acesso ao Vão de Almas; C) Estrada em péssimas condições no Vão de Almas; D) Típica construção Kalunga no Vão de Almas; E) Paisagem da região do Vão de Almas



Fonte: Fotografias do autor (2021).

O Vão de Almas é bastante semelhante ao Vão do Moleque, tanto nas estradas em péssimas condições de locomoção (Figura 46) quanto nas típicas construções Kalunga de adobe e palha (Figura 46) e na beleza exuberante da paisagem do cerrado, com rios, serras, vales e chapadões (Figura 46).

O Vão de Almas também se assemelha ao Vão do Moleque em aspectos como a capilaridade da saúde, que não é eficiente no quilombo. Por este se situar em uma região isolada, as famílias que habitam as comunidades do Vão precisam se deslocar até a cidade de Cavalcante em busca de atendimento no sistema de saúde. Além da baixa infraestrutura das vias e dos desafios da geografia do trajeto, outro fator que dificulta o acesso desses povos tradicionais às políticas sociais é a distância da cidade de Cavalcante, a 75 km dali, por volta

de 1h50 minutos de deslocamento. Já as escolas estão presentes na região, inclusive passando por reformas do Governo Estadual, como apresentado na seção anterior.

Mais uma vez, não houve dificuldade de contato entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa, pois Elias conhecia grande parte das beneficiárias do Vão de Almas. No entanto, diferentemente do Engenho II, as casas nessa região são bem distantes umas das outras e escondidas, muitas vezes fora da estrada. Algumas moradias estavam sem ninguém. Um fator foi fundamental, porém, para que as entrevistas acontecessem com as beneficiárias: houve uma reunião escolar com as mães dos alunos no Colégio Estadual Calunga I (Figura 47). Dessa forma, seguiu-se em direção ao colégio para conseguir entrevistar o maior número possível de mulheres. Durante o caminho, atravessou-se o Rio Almas (Figura 47), que não possui ponte e cuja travessia faz parte do cotidiano dos alunos e professores do colégio.

Figura 47– A) Colégio Estadual Calunga I no Vão de Almas; B) Rio das Almas e a canoa utilizada para a travessia no caminho até o Colégio Calunga I



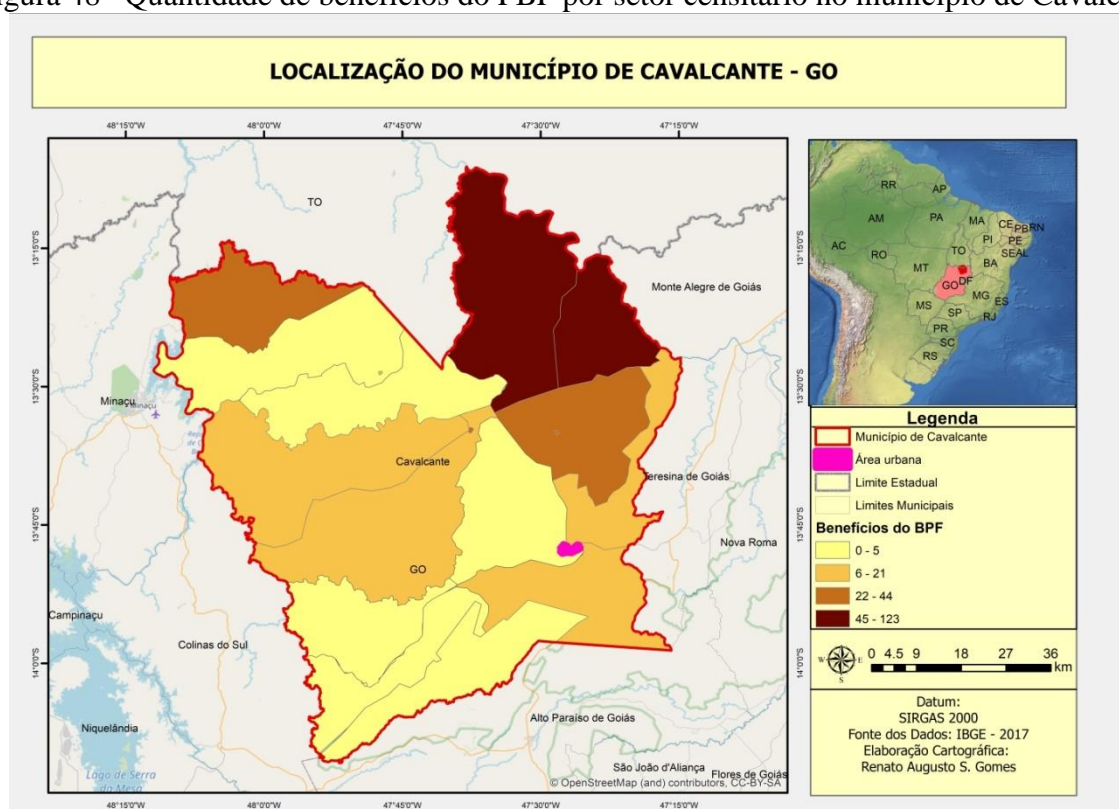
Fonte: Fotografias do autor (2021).

Por fim, a última etapa do campo foi finalizada no Vão de Almas. O fato de as mães terem se reunido no colégio para a reunião escolar foi proveitoso, pois evitou grandes deslocamentos na região, tendo sido entrevistadas 22 mães. Dessa maneira, o último dia de campo foi oportuno e nele se pôde perceber as particularidades de cada mãe beneficiária. Cada segundo de conversa foi gratificante e significativo para a pesquisa uma vez que a percepção daquelas mulheres em relação às políticas sociais, ao programa de transferência de renda e a forte ligação do povo Kalunga com o seu território é revelador. Com isso, na próxima seção serão abordados os resultados dos questionários, das entrevistas e dos diálogos estabelecidos no trabalho de campo.

3.3 A voz das mães Kalunga

Durante a pesquisa de campo, 69 mães beneficiárias foram entrevistadas. A média de idade das mulheres foi de 37,2 anos. A Figura 48 mostra a quantidade de benefícios do Programa Bolsa Família (PBF), distribuídos por setor censitário no município de Cavalcante. Observa-se que os setores censitários com as maiores quantidades de benefícios do PBF estão na zona rural, especificamente no território do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga (SHPCCK), nos núcleos do Vão do Moleque e Vão de Almas.

Figura 48– Quantidade de benefícios do PBF por setor censitário no município de Cavalcante



Fonte: Dados elaborados pelo autor a partir de BRASIL (2020).

Os dados comprovam a ausência de políticas sociais nessas regiões do quilombo, com uma baixa capacidade do Estado de “prover serviços públicos e gerar renda” (ALVES, 2015, p. 68), comparado ao Engenho II, que possui uma infraestrutura melhor, como uma Unidade Básica de Saúde (UBS), um forte impacto do turismo na geração de renda da comunidade, apesar de que, no período do trabalho de campo, as atividades estavam paralisadas. Isso, de certa forma, piorou a situação das famílias do Engenho II, como será apresentado nesta seção.

Apesar disso, é possível diferenciar os aspectos socioeconômicos do Engenho II e dos demais núcleos do território.

Nesse sentido, Lúcio e Dornelles (2007), ao analisarem a dimensão territorial do PBF, denotam que o território apresenta diversas formas de exclusão, por meio da espacialização das famílias beneficiárias e ao notar “uma densidade populacional de famílias beneficiárias significativa também se encontrou uma infraestrutura precária e insuficiente em relação às condições que poderiam denotar melhora na qualidade de vida” (LUCIO; DORNELLES, 2007, p. 6). Diante desses aspectos, são notáveis as diferenças de infraestrutura entre os núcleos da comunidade Kalunga, fato que demonstra a maior quantidade de famílias beneficiárias do PBF nos dois núcleos considerados mais desassistidos pelo Estado. Assim, essa abordagem demonstra a “importância do território, portanto, reside na identificação e caracterização da área em estudo, de modo que, as políticas sociais a serem desenvolvidas no local tornem-se mais eficazes, isto é, aplicar as intervenções” (LUCIO; DORNELLES, 2007, p. 6).

De acordo com o Ministério da Cidadania (2020), e como destacado no Capítulo 2, das famílias beneficiárias do PBF em Cavalcante 74% são de origem quilombola e estão inseridas no Grupo populacional tradicional e específico de origem étnica (GPTE). Dos municípios goianos, Cavalcante apresenta o maior percentual de famílias quilombolas, o que demonstra a dimensão dos povos tradicionais do SHPCK e a importância dos programas de transferência de renda para essas populações marcadas por uma vulnerabilidade social.

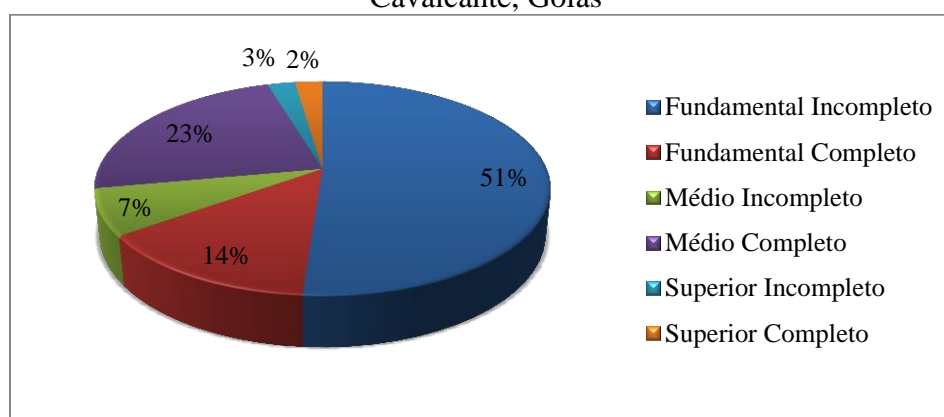
O instrumento de coleta de dados utilizado na pesquisa foi dividido em quatro principais tópicos. O primeiro tópico, “Caracterização das famílias”, consistiu em coletar dados quantitativos sobre a idade das mães beneficiárias, o número de filhos, a quantidade de pessoas que compõem o núcleo familiar e a escolaridade das entrevistadas. A ideia desse tópico era traçar um perfil geral de faixa etária, escolaridade e número de filhos, por meio dos dados das famílias quilombolas de Cavalcante.

O segundo tópico, “Caracterização do universo do trabalho”, objetivava fazer um levantamento da renda familiar, das atividades econômicas realizadas e descobrir se os rendimentos obtidos pela família eram suficientes para as despesas mensais. Esse levantamento é fundamental para compreender os impactos que o PBF tem na vida dessas famílias em relação à renda monetária do Programa.

O terceiro tópico abordou a temática das políticas públicas no território. Essas questões tiveram como foco a perspectiva das mães beneficiárias. Nesse sentido, adotaram-se duas perguntas abertas: “É beneficiária de alguma política pública além do Programa Bolsa Família? Se sim, qual?”; “Considerando as políticas públicas e os serviços básicos presentes no território Kalunga, o que mudaria para melhorar as condições e a qualidade de vida na comunidade?” A segunda questão foi bastante desenvolvida durante as entrevistas. Em relação aos serviços básicos nas comunidades, notaram-se as dificuldades enfrentadas no cotidiano dessas mães para ter um acesso universal principalmente à saúde, questões que serão discutidas e apresentadas no decorrer desta seção.

O quarto e último tópico do instrumento de coleta de dados correspondeu ao PBF e o território Kalunga, composto por seis questões abertas. Objetivou-se, com essa etapa da coleta, compreender aspectos como o destino da renda monetária do PBF, se o dinheiro é usado dentro da comunidade, se as mães beneficiárias consideram importante que esse dinheiro circule nesse território, quem é responsável pelo cartão na família, as dificuldades enfrentadas na locomoção para sacar o dinheiro todo mês, as condicionalidades, se as beneficiárias encontram alguma dificuldade em vacinar os filhos e mantê-los frequentando a escola, a importância do PBF para que as famílias continuem morando na comunidade, a relação do Programa com o território, a respeito do que poderia melhorar no PBF e, por fim, os impactos da pandemia de Covid-19 na comunidade.

Figura 49– Escolaridade das mães beneficiárias do PBF da comunidade Kalunga em Cavalcante, Goiás



Fonte: Dados da pesquisa de campo (2021).

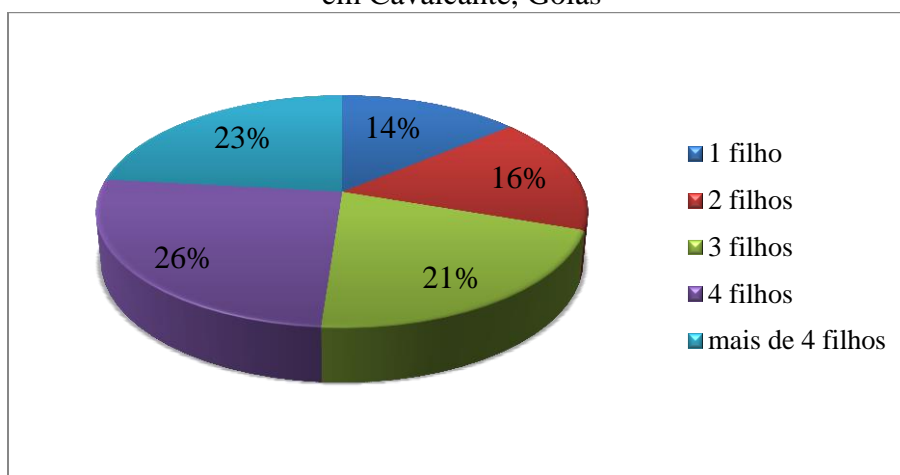
A Figura 49 mostra os percentuais de escolaridade das mães beneficiárias do PBF no território Kalunga. Percebe-se que 51% delas possuem ensino fundamental incompleto,

estatística que reforça os índices da baixa escolaridade da população quilombola no Brasil. Tais dados demonstram a ausência do Estado nesses territórios, historicamente marcados por situarem segregados das garantias aos direitos básicos:

Os quilombolas vivem à margem dos direitos constitucionais, e carregam em si o peso da escravidão. A Lei Áurea, de maneira teórica, aboliu as desigualdades entre negros e brancos, porém tal distinção ainda se faz presente. Os negros continuam sendo a minoria a ocuparem altos cargos e possuem menos acesso à educação superior [...]. (OLIVEIRA, 2018, p. 42).

Assim, o percentual de entrevistadas com ensino fundamental completo foi bem inferior, 14% e, em contrapartida, 65% das mães entrevistadas não possuem escolaridade acima do ensino fundamental. Em relação ao ensino médio completo, 23% das entrevistadas o haviam concluído e a maioria delas viviam no Engenho II, mulheres com um perfil majoritariamente jovem, entre 18 e 29 anos. Muitas haviam concluído o ensino médio na Escola Municipal Joselina Francisco Maia, situada no povoado. Além disso, algumas relataram que concluíram o ensino médio em cidades como Cavalcante, Goiânia, Brasília e outras do interior de Goiás, dados que demonstram uma tendência de migração muito comum nas comunidades quilombolas, jovens que vão para as cidades em busca de uma melhor qualidade na formação escolar.

Figura 50– Quantidade de filhos nas famílias beneficiárias do PBF na comunidade Kalunga em Cavalcante, Goiás



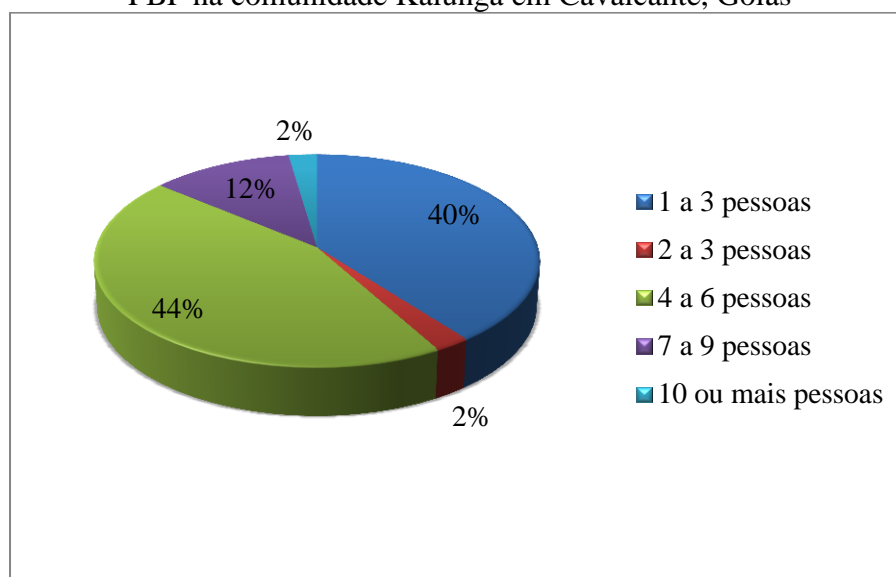
Fonte: Dados da pesquisa de campo (2021).

A Figura 50 traz a divisão percentual da quantidade de filhos das entrevistadas. Observa-se que 70% delas possuem mais de 2 filhos, percentuais divididos da seguinte forma:

3 filhos (21%), 4 filhos (26%) e mais de 4 filhos (23%); tratando-se de um programa de transferência de renda que tem como variável a família, a quantidade de filhos é fundamental. Esses dados revelam a importância da renda do PBF nessas comunidades, pois, conforme se destacou no primeiro capítulo, os benefícios variáveis do PBF são vinculados ao número e à idade dos filhos.

Na sociedade brasileira, é possível notar discursos atrelados a um senso comum, carregados de preconceitos, que estigmatizam as famílias beneficiárias. Tais declarações relacionam o aumento da fecundidade das mães beneficiárias em função dos benefícios variáveis que aumentam o valor monetário recebido. Sabe-se que o Brasil vem se destacando, desde a década de 1960, pela queda nas taxas de fecundidade. Alves (2009), ao analisar a redução da pobreza e a fecundidade no Brasil, enfatiza que o número médio de filhos por mulher passou de 6,3 para 2,3 no período de cinco décadas, sobretudo nas classes de renda mais baixa. Rocha (2018), por meio de diferentes estratégias empíricas, concluiu que não existem evidências na relação do PBF com o aumento da taxa de fecundidade.

Figura 51– Quantidade de pessoas que compõem o núcleo familiar das mães beneficiárias do PBF na comunidade Kalunga em Cavalcante, Goiás

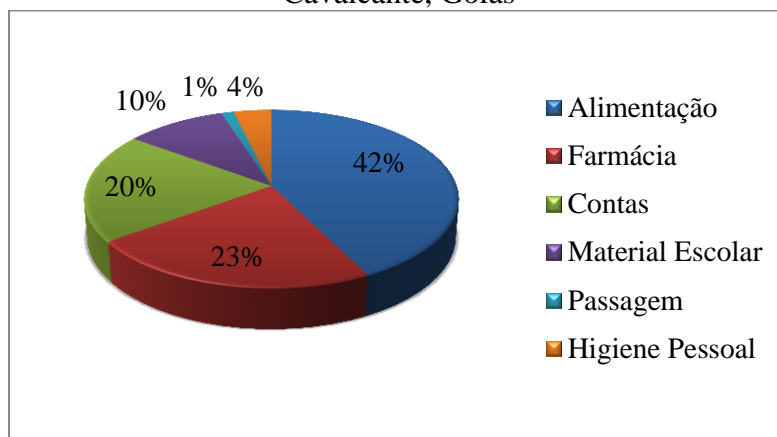


Fonte: Dados da pesquisa de campo (2021).

Já a Figura 51 realça a quantidade de pessoas que compõem o núcleo familiar: 40% das mães responderam de 1 a 3 pessoas e as beneficiárias que se encaixam nesse percentual eram, em grande parte, mães solteiras que moram apenas com os filhos, a maioria delas na faixa etária de 18 a 29 anos. O maior percentual de pessoas que compõem o núcleo familiar

foi de 4 a 6 pessoas. A quantidade de pessoas na família é outro dado essencial no que se refere a um programa de transferência de renda como o PBF, pois a renda *per capita* familiar é a porta de entrada para que essas famílias sejam inscritas no Cadastro Único e, posteriormente, selecionadas para o PBF.

Figura 52– Destino da renda do PBF nas famílias beneficiárias da comunidade Kalunga em Cavalcante, Goiás



Fonte: Dados da pesquisa de campo (2021).

A Figura 52 mostra o destino da renda do PBF das mães entrevistadas. Os itens mais citados em termos percentuais foram: alimentação (42%), farmácia (23%) e contas (20%). As respostas das beneficiárias foram abertas.

Praticamente todas as mães entrevistadas estavam inseridas no universo da agricultura familiar, nas “roças de toco”. Na questão sobre a atividade econômica realizada, todas responderam usar a agricultura para o consumo próprio. Os alimentos mais citados foram arroz, milho, mandioca, feijão, batata, tomate etc. Nesse sentido, a agricultura tem um peso significativo na alimentação das famílias quilombolas, pois alimentos essenciais, como o arroz e o feijão já são produzidos nos quintais. Além disso, “a agricultura familiar é marcada pelas tradições, por hábitos e costumes que se perpetuam, por uma relação de pertencimento com a terra e com o território” (SILVA; MENDES, 2010, p. 6).

Nas respostas, a questão alimentar era sempre evidente: “O povo aqui já aprendeu a sobreviver só com o que planta e às vezes faz troca de alimentos” (Mãe Kalunga 1, Engenho II). Em alguns casos, a questão da alimentação apareceu em segundo plano devido à prática da agricultura: “No caso é mais com a farmácia e produto de limpeza, né? Porque as coisas da roça a gente já tem, né?” (Mãe Kalunga 2, Engenho II).

Sabe-se que “a relação com a terra, os aspectos sociais e culturais, e os meios de sobrevivência deram a essas comunidades características peculiares que lhes permitem uma identidade étnica própria” (OLIVEIRA, 2018, p. 35). Dentro desses aspectos que identificam as comunidades quilombolas, é importante salientar a agricultura de subsistência, que se tornou um símbolo de resistência para esses povos em seus territórios. Assim,

[c]omo é característica fundamental de um quilombo, a comunidade Kalunga vive a partir da agricultura de subsistência, criação de bovinos, suínos e aves, além do uso de frutos do cerrado (extrativismo), frutas e verduras cultivadas nas hortas e pomares. O cultivo do alimento acontece nas roças de toco como reza a tradição sertaneja brasileira. Por habitar a região há mais de dois séculos, sempre produzindo seu alimento, a comunidade detém um vasto conhecimento sobre o que, como e quando comer e plantar no cerrado. (UNGARELLI, 2009, p. 8).

Viera e Monteiro (2013, p. 610), em uma análise sobre o acesso à saúde e alimentação na comunidade Kalunga, destacaram resultados sobre o impacto que a agricultura tem na alimentação das famílias quilombolas:

Como perfil alimentar, observou-se que dez respondentes (81,8%) se alimentam de alimentos cultivados em suas próprias terras, dentre os quais o arroz, feijão, farinha, milho e abóbora. Há um processo simbólico envolvendo a alimentação, desde sua produção até o consumo, que está relacionado com as crenças e a cultura.

De acordo com o Ministério da Cidadania, em agosto de 2020, no universo dos Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPTE), além de liderar no número de famílias quilombolas do PBF no estado, Cavalcante também foi o município goiano com a maior quantidade de famílias de agricultores familiares beneficiárias do Programa (428 famílias). Nesse cenário, o município exibe um perfil populacional em situação de pobreza e extrema pobreza inserido no grupo rural e étnico, aspectos que revelam as diversas formas de construção das identidades territoriais do povo Kalunga. Desse modo:

O território é, portanto, um espaço fundamentalmente multidimensional no qual se criam e recriam as condições de sobrevivência dos Kalunga, os valores e as práticas culturais, econômicas e sociais que lhes são próprios e os embates institucionais. Território e identidade Kalunga se entrelaçam. (ALMEIDA, 2015, p. 64).

Nas respostas das mães Kalunga, constatou-se que o valor monetário do PBF opera como um complemento de renda, já que a produção de alimentos tem uma contribuição fundamental na alimentação dessas famílias: “A gente já planta a maior parte das coisas e o

dinheiro da Bolsa Família é bom que a gente têm a renda pra acrescentar. É uma complementação, né? A gente planta o grosso e complementa com o Bolsa Família” (Mãe Kalunga 3, Vão do Moleque).

Dessa forma, percebe-se o PBF como um programa de transferência de renda, cumprindo o seu papel de complementar a renda das famílias beneficiárias. O programa não possui um valor dos mais generosos, comparado ao Auxílio Emergencial, por exemplo, ou até mesmo a uma Renda Básica Universal. A média nacional do valor repassado às famílias do PBF em 2021 foi de R\$ 187,00. Afinal, o PBF, em curto prazo, tem a função de aliviar significativamente as condições de pobreza e extrema pobreza. A dimensão focalizada do Programa desempenhou resultados positivos nos últimos anos, pois “sua cobertura aumentou consideravelmente desde 2004, estabilizando-se em torno de 60% do quinto mais pobre da população a partir de 2012” (SOUZA *et al.*, 2018, p. 15).

Sabourin (2009), em estudos sobre a agricultura familiar, destaca três tipos de economia: a mercantil (relacionada ao sistema capitalista e as trocas), pública (associada aos programas de transferência de renda) e a da reciprocidade (não mercantil e formada por redes de sociabilidade). Nesse momento, é oportuno buscar um elo entre essas diferentes formas de economia apresentadas por Sabourin (2009) para o contexto da comunidade Kalunga. Isso porque, por meio desses diferentes aspectos da dimensão econômica, as famílias quilombolas produzem suas territorialidades, sobretudo nessa conexão entre redes de sociabilidade (nas relações de troca na agricultura familiar) com a economia pública (associada ao PBF), pois são indissociáveis. Conforme apresentado, diante dos resultados das entrevistas o PBF é um complemento da agricultura desenvolvida pelas famílias quilombolas.

A relação da agricultura familiar com o PBF ficou mais evidente quando a análise é feita no contexto dos efeitos negativos da pandemia de Covid-19 no território Kalunga. Diante das várias dificuldades enfrentadas em função da crise sanitária, de acordo com os resultados das entrevistas, todas as mães beneficiárias responderam que naquele período o PBF representava mais de 50% da sua renda familiar.

Assim, a importância da renda do programa denota a garantia do poder de consumo, como constatou Georg Simmel, em sua ilustre obra *A filosofia do dinheiro*, de 1990, na qual evidencia que o dinheiro possui dimensões capaz de garantir uma igualdade, mesmo que mínima, na liberdade de escolha e desejo das pessoas, além de garantir dignidade e autonomia

nas trocas voluntárias da economia mercantil. Essa relevância monetária do PBF é complementar ao modo de produção das roças das comunidades quilombolas:

Sim, é muito bom, nossa, esse dinheiro ajudou bastante, se não fosse ele era perigoso até... assim, a gente não passava fome porque tem o alimento da roça, né? Mas se for pra comprar outras coisas em Cavalcante não comprava, porque a gente não pode comprar um trem sem garantir que vai ter dinheiro, né?” (Mãe Kalunga 5, Engenho II)

Pinzani e Rego (2013, p. 363) adentram em anos de pesquisa sobre o PBF na ótica do Programa como uma possível saída da dominação vivenciada historicamente pelo gênero feminino, sobretudo nas “possibilidades morais de libertação da opressão conjugal[, que] ainda são muito raras nas regiões mais pobres do Brasil”. O PBF dá preferência à mulher como titular do cartão. Nesse sentido, as mães Kalunga beneficiárias do PBF são as sujeitas desta pesquisa. Durante as entrevistas, perguntou-se quem era a pessoa titular do cartão e todas elas se identificaram como tal e afirmaram decidir de que forma o dinheiro seria utilizado. Elemento fundamental no alcance da autonomia proporcionado pela renda monetária.

Nas palavras de Pinzani e Rego (2013), a renda do Programa tem a capacidade de criar e ampliar espaços pessoais de liberdade dos sujeitos, com possibilidades de autonomização da vida para além da dimensão econômica. A mulher Kalunga é protagonista na construção das territorialidades quilombolas. Almeida (2018) salienta o papel dessas mulheres nas quintas rurais, na visibilidade do trabalho e nos saberes tradicionais. Desse modo, a mãe Kalunga também alcança um protagonismo no PBF. Nesse cenário,

[...] a estabilidade e a segurança de renda regular, principalmente para as mulheres, contribuíram para a minimização de vulnerabilidades e privações, ao mesmo tempo em que representaram a possibilidade de diversificação de renda e dos meios de vida em médio e longo prazos por meio de estratégias mais promissoras para as beneficiadas, o que depende de fatores relacionados ao contexto sociopolítico e econômico em que estão inseridas e de suas capacidades (FARIA; BOTELHO; SILVA, 2020, p. 14).

Relatos de dificuldades financeiras apareceram em todas as respostas em relação à pandemia, tais como: “afetou na forma de gerar renda, né? Do trabalho, principalmente, porque antes a gente não dependia só do Bolsa pra sobreviver, antes tinha a opção de fazer um bico, daí com a pandemia o Bolsa Família virou a renda” (Mãe Kalunga 10, Engenho II).

Como destacado na Seção 1 deste capítulo, a comunidade do Engenho II foi o núcleo que mais sofreu esses impactos negativos, devido à suspensão das atividades de turismo no povoado, realidade que ficou nítida na voz das mães Kalunga. Nesse sentido, a renda monetária do PBF era a única renda das entrevistadas:

Eu antes quando tinha o turismo, eu recebia mais ou menos aí [...] no final do mês eu tirava mais ou menos um salário-mínimo livre, né? Que eu vendia bolo, fazia doce, vendia pros turista, trabalhando em casa vendendo minhas coisinhas dava pra tirar um salário-mínimo no mês, já agora, né, que pegou a gente assim de surpresa, tá sendo só o Bolsa Família mesmo. (Mãe Kalunga 11, Engenho II).

Além disso, nenhuma das mães quilombolas entrevistadas possuíam trabalho formal. Assim, o universo do trabalho dessas famílias estava integralmente voltado para a agricultura familiar, com suas produções nas “roças de toco”, sobretudo o elo do PBF com a agricultura familiar:

Afetou muito assim, porque de certo modo o turismo era uma renda bem significativa aqui na comunidade, daí veio o auxílio e agora estamos vivendo do Bolsa Família e das coisas que produzimos na roça, todo mundo tá quase na mesma assim, a sorte é a roça mesmo e esse dinheirinho aí que tá sendo o complemento da roça. (Mãe Kalunga 4, Engenho II).

Diante dos resultados das entrevistas do campo, é notório que os programas de transferência de renda assumem um protagonismo em períodos de crise econômica, como foi vivenciado durante a pandemia. Esse contexto foi enfatizado no Capítulo 1 desta dissertação, na análise do processo histórico de formação do Estado de bem-estar social, dos programas de renda mínima e renda básica universal. Nesse sentido, as incertezas e os riscos enfrentados por uma população em situação de miséria devem ser sanados pela garantia de um mínimo para a sobrevivência e dignidade, como destacado em Hayek (2010). No entanto, um sistema de proteção social íntegro deve ir além de uma simples garantia mínima de renda e proporcionar um bem-estar e justiça social aos socialmente vulneráveis. Cobo (2013) realça essa ideia:

Um efetivo sistema de proteção social deve, portanto, ser capaz de lidar com riscos e incertezas, assegurando aos indivíduos um padrão de vida mínimo, relativamente estável ao longo de suas vidas, prevenindo-os contra a perda do bem-estar, cujas consequências podem comprometer o futuro da autonomia e prosperidade. (COBO, 2013, p. 30).

Diante dessa associação do PBF com a agricultura familiar, notou-se uma diferença do programa na zona rural comparado à zona urbana, em relação ao destino da renda. Observou-se que, diferente das áreas urbanas, em que o destino da renda do PBF das famílias beneficiárias vai majoritariamente para alimentos essenciais, como arroz e feijão. Na zona rural existe uma agricultura voltada para o consumo próprio, como é o caso da comunidade Kalunga, na qual o dinheiro do benefício tem destinos diferenciados. Nas respostas sobre os gastos com alimentação, percebeu-se que as mães compram produtos que não produzem, a exemplo dos industrializados, como óleo e macarrão, etc. A carne também foi bastante citada nas respostas. A comunidade do Engenho II possui um açougue (Figura 53), sendo um dos principais estabelecimentos do povoado, como destacado pelas entrevistadas.

Além do açougue, o povoado do Engenho II possui um pequeno mercado. Perguntou-se nas entrevistas se as mães gastam o dinheiro do PBF na comunidade e se consideram importante que a renda circule no Engenho II. Praticamente todas ressaltaram que, devido à maior oferta de produtos nos mercados de Cavalcante, preferem consumir na cidade. Além disso, as beneficiárias aproveitam o dia do saque para resolver as demandas sociais, como uma pendência no Cras ou até mesmo uma consulta na UBS da cidade. No entanto, muitas mães reconheceram a importância do dinheiro circulando na comunidade: “Eu gasto ele lá na cidade, aqui não tem tudo que a gente precisa, seria bom gastar aqui porque gera uma renda, né? Mas infelizmente não tem como porque nem toda coisa a gente tem aqui, não é desenvolvido ainda aqui” (Mãe Kalunga 9, Engenho II).

Figura 53– Açougue do povoado Kalunga do Engenho II



Fonte: Fotografia do autor (2021).

Com o objetivo de compreender os efeitos do PBF no cotidiano das famílias quilombolas de Cavalcante, perguntou-se sobre as dificuldades de locomoção para realização do saque do benefício. Essa foi uma das perguntas em que as mães entrevistadas mais relataram experiências cotidianas e notou-se uma das maiores dificuldades em relação ao PBF na vida dessas famílias. No ano de 2019, foi construída uma lotérica na cidade de Cavalcante (Figura 54), localizada na região central, próxima à prefeitura. Antes da construção da lotérica, o saque dos benefícios do PBF das famílias beneficiárias era realizado no município de Campos Belos, localizado a 220 km do Vão do Moleque, 166 km do Engenho II, 118 km do Vão de Almas e 140 km da cidade de Cavalcante. Distâncias absurdas, por tratar-se de um simples ato de sacar um benefício mensal, notando-se uma situação precária que, de certa forma, é um entrave para o acesso das famílias à renda do Programa.

Figura 54– Lotérica de Cavalcante



Fonte: Fotografia do autor (2021).

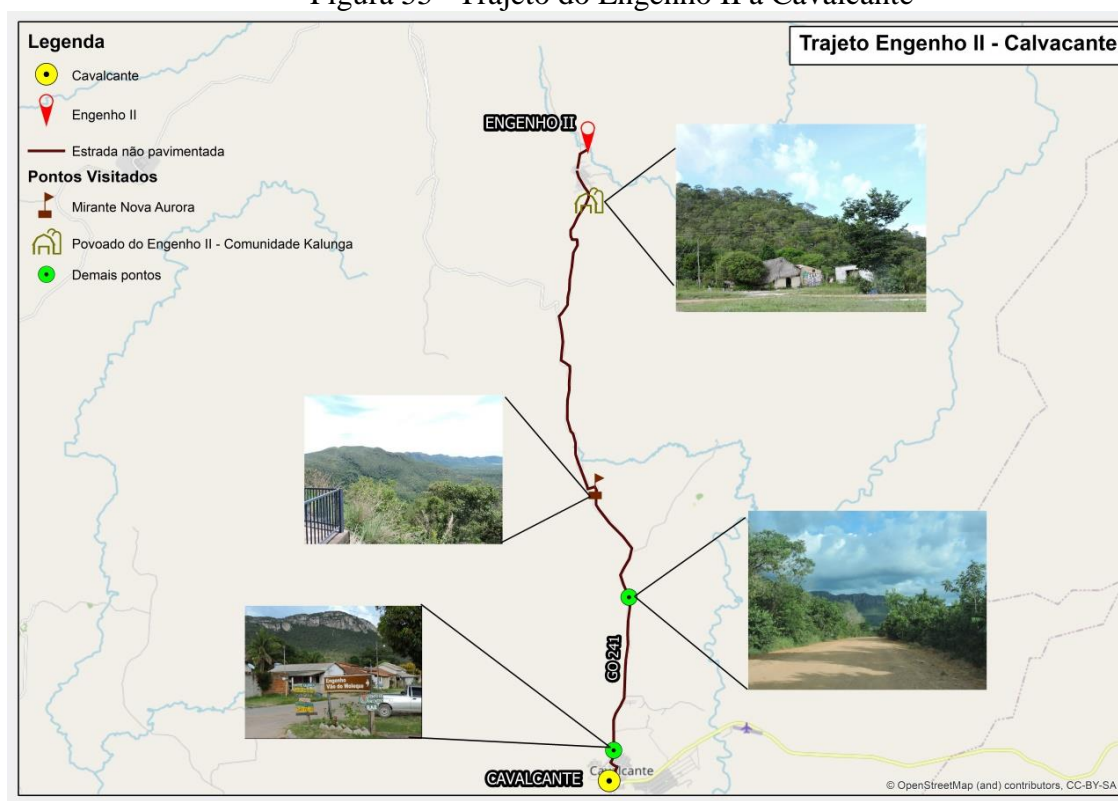
Devido ao alto valor da passagem até Campos Belos, à distância das comunidades e à falta de um veículo para realizar esse trajeto, as mães entregavam o cartão a um terceiro, que, por meio de um veículo, realizava uma espécie de lotação para sacar o benefício na lotérica em Campos Belos. Para isso, cobrava uma taxa que era descontada diretamente nos benefícios das famílias. Tratava-se de uma transferência de renda focalizada, que não possui um valor elevado, mas esse desconto faz muita diferença na renda monetária repassada. Nas respostas a respeito desse acesso ao dinheiro do Programa notou-se que todas as mães teciam o relato de forma semelhante e constatou-se as melhorias com a chegada da lotérica: “Agora não tá enfrentando não, mas antes sim, a gente tinha que ir em Campos Belos, né? Agora em Cavalcante tá tendo uma lotérica e a gente pode sacar lá, mas antes tava muito difícil” (Mãe Kalunga 6, Vão de Almas).

Muitos relatos enfatizaram as dificuldades para realizar o saque dos benefícios antes da chegada da lotérica em Cavalcante:

A dificuldade é que a gente não tinha uma caixa aqui, era só em Campos Belos, a gente pagava pra um loteiro pra sacar esse dinheiro, aí não tinha como a gente todo mês lá pagando a passagem, porque a passagem seria no valor de R\$ 100,00. Por exemplo, eu recebo R\$ 202,00 pra eu ir lá e pagar R\$ 100,00 de passagem eu ficaria com R\$102,00, aí pro loteiro eu só pago R\$35,00, já é uma diferencinha, né? Agora abriu uma lotérica lá em Cavalcante, não sei se vai continuar ou não, por enquanto eu tô na esperança que vai continuar. (Mãe Kalunga 7, Engenho II).

Apesar da lotérica em Cavalcante ter facilitado o saque do benefício do PBF, as famílias quilombolas ainda encontram entraves para ter acesso a essa renda. Os três núcleos do quilombo (Engenho II, Vão do Moleque e Vão de Almas) estão situados na zona rural do município, sendo o Vão do Moleque e o Vão de Almas mais distantes da cidade.

Figura 55– Trajeto do Engenho II a Cavalcante



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

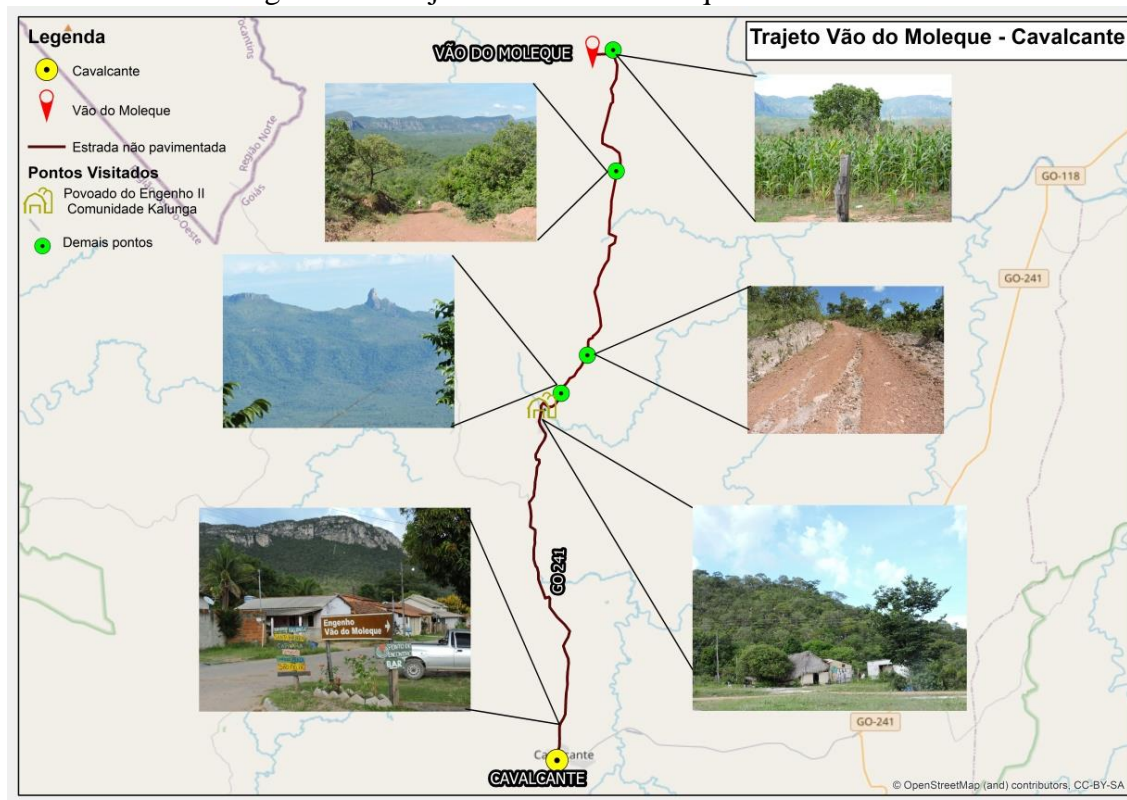
A Figura 55 mostra o trajeto que as mães beneficiárias do povoado do Engenho II realizam para sacar o benefício do PBF na lotérica, situada na cidade de Cavalcante. Dos três núcleos visitados do SHPCK em Cavalcante, o Engenho II localiza-se mais próximo à cidade. Mesmo assim, as famílias enfrentam dificuldades no seu cotidiano para sacar o benefício. A distância é de 27 km via GO-241, estrada não pavimentada. Conforme as entrevistadas, o valor da passagem até Cavalcante é de R\$ 40,00. Muitas mulheres relataram que preferem ir até a cidade para realizarem as compras do mês com a renda do Programa, além da opção de pagarem uma pessoa para sacar o benefício.

Sim, porque não acha uma pessoa pra ir e a passagem é R\$ 40,00 né? Tem que ir em Cavalcante, aí quando a gente não consegue ir em Cavalcante, a gente dá o cartão pro moço levar, que ele cobra R\$ 30,00 por cartão, aí pega pra gente. Agora com a

lotérica melhorou, aí a gente paga os R\$ 40,00 reais, vai na cidade, já tira o Bolsa Família e compra as coisinhas pra dentro de casa. (Mãe Kalunga 8, Engenho II).

A Figura 56 ilustra o trajeto realizado pelas mães beneficiárias que habitam o núcleo do Vão do Moleque a Cavalcante para realizar o saque mensal do benefício do PBF.

Figura 56– Trajeto do Vão do Moleque a Cavalcante



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Vivendo a uma distância de 62 km da cidade, as famílias do Vão do Moleque, devido ao seu maior grau de isolamento, passam por mais adversidades não só para sacar o benefício, mas também para terem acesso à saúde, já que as famílias desse núcleo consultam a UBS do centro de Cavalcante. Esse trajeto é marcado por estradas em péssimas condições de tráfego. Além disso, o trabalho da equipe volante do Cras é limitado nessas localidades, conforme foi apresentado na primeira seção deste capítulo.

Figura 57– Trajeto do Vão de Almas a Cavalcante



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

O trajeto realizado pelas mães Kalunga do Vão de Almas a Cavalcante está representado na Figura 57, com a distância de 65 km. As estradas do SHPCK não possuem boas condições para locomoção devido às características geomorfológicas da região, com relevos irregulares e erosões nas estradas e margens. No entanto, com a construção da ponte do Rio Almas, em 2019, o acesso às comunidades foi melhorado. Durante a realização do campo e as conversas com as mães Kalunga, notou-se que as famílias do Vão de Almas possuem um maior grau de isolamento em relação às famílias dos outros núcleos do território, principalmente no acesso aos serviços de saúde. Como destacado na primeira seção deste capítulo, essas famílias realizam seus atendimentos médicos na UBS do Morro Encantado, na cidade de Cavalcante. Alves (2015) relata o cotidiano das famílias quilombolas habitantes desses dois núcleos:

Os moradores do Vão do Moleque e do Vão de Almas, em sua grande parte, precisam ter um lugar na cidade, para poderem ficar quando precisam ir ao médico ou fazer compras, e principalmente para seus filhos morarem quando estão no ensino médio. Primeiramente por que o transporte no caminhão pau-de-arara além de caro (R\$ 50 ida e volta) não vai e volta todos os dias. Segundo, porque, com a

precariedade das estradas, a viagem é longa e cansativa, em especial para os mais idosos e mulheres com crianças. (ALVES, 2015, p. 157).

O terceiro tópico do instrumento de coleta de dados possuía questões com o objetivo de compreender as políticas públicas no território Kalunga na voz das mães quilombolas. A primeira seção deste capítulo mostrou a dimensão das políticas públicas por parte dos gestores e funcionários da prefeitura de Cavalcante. Dessa forma, revelaram-se os principais desafios da capilaridade do Estado Social nas comunidades quilombolas. Lima, Melo e Soares (2017) enfatizam que as políticas públicas, para que sejam universais, devem assumir uma função territorial no seu processo de elaboração. Os GPTE foram um avanço, pois identificaram os diferentes segmentos sociais considerando as diversas formas de organização social e cultural.

As questões centrais para compreender as políticas sociais na voz das mães Kalunga foram: “Considera as políticas públicas e os serviços básicos presentes no território Kalunga? O que mudaria para melhorar as condições e a qualidade de vida na comunidade?”. Durante as respostas muitas entrevistadas relataram com detalhes as maiores dificuldades e apresentaram o que poderia melhorar.

Os dois principais eixos deste estudo relacionam-se às políticas sociais do instrumento de coleta de dados, à saúde e à educação, mas também representam as duas condicionalidades do PBF. No que se refere à percepção das famílias quilombolas dos três principais núcleos (Engenho II, Vão do Moleque e Vão de Almas), notou-se uma assimetria na impressão das famílias diante dessas políticas e constatou-se que as mães beneficiárias apresentaram um grau de satisfação maior com a educação em relação à saúde. Algumas entrevistadas realçaram a facilidade de acesso às escolas no território Kalunga: “A escola é perto não tem dificuldade não, pra manter eles na escola, graças a Deus” (Mãe Kalunga 12, Vão do Moleque).

Como apresentado nas seções anteriores, a capilaridade dos instrumentos de garantia da educação, apesar de muitas fragilidades – como a infraestrutura das escolas, a falta de transporte escolar e a baixa oferta do ensino médio –, foi superior à da saúde, pois, no território Kalunga, apenas um núcleo possui UBS.

[...] a saúde precisa melhorar muito porque a gente não tem assistência, é muito ruim era tudo equipado, mas não tem mais, o médico vem uma vez na semana e olhe lá, as vacinas das crianças também fica tudo pendente também, por causa que pra vacinar eles falam que vão trazer na comunidade e acabam não trazendo e vai atrasando. Agora a educação, tá mais ou menos também, mas a educação tá indo em

primeiro lugar porque os professores são todos locais, moram aqui, a educação até que é ótima, só a saúde que não. (Mãe Kalunga 15, Engenho II).

Apesar de as mães beneficiárias relatarem uma satisfação com a educação no território, todas destacaram o crítico momento atual, com as dificuldades enfrentadas devido à suspensão das aulas presenciais durante a pandemia. Conforme apresentado na Seção 1 deste capítulo, os impactos negativos da Covid-19 nos trabalhos da assistência social, saúde e educação resultaram em entraves para a garantia a esses direitos básicos nas comunidades quilombolas do território Kalunga em Cavalcante. Os relatos das mães Kalunga eram de desespero e sem expectativa na educação dos filhos:

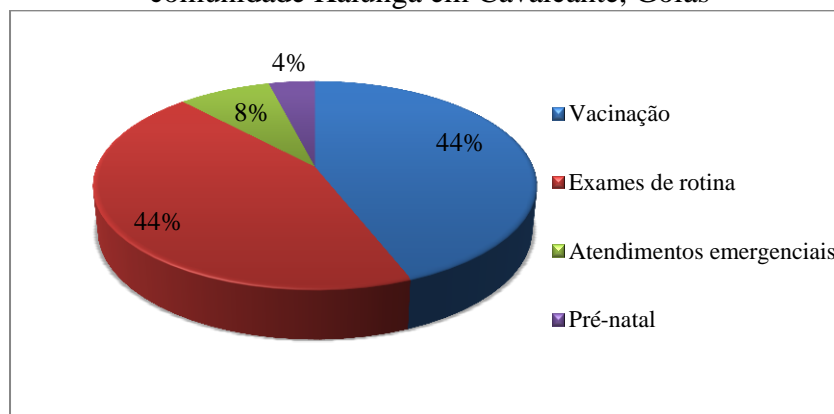
Ano passado foi complicado, muito complicado. Principalmente pra mim, que tinha que ficar alfabetizando várias crianças em casa, aí tinha que ficar tudo em casa, pegar no pé tudo por meio de celular e um celular só pra todo mundo, foi muito complicado, muito mesmo. (Mãe Kalunga 13, Engenho II).

Em relação ao acesso à saúde a insatisfação das mães entrevistadas era evidente e, no Engenho II, o aspecto mais citado foi a presença do médico, que não era constante na comunidade:

Na saúde deveria ter médico pelo menos duas ou três vezes por semana, só tem uma vez por semana, daí qualquer emergência ou coisa mais séria assim antes de quarta tem que ir em Cavalcante, porque o médico só vem na quarta. Antes quase não vinha médico aqui, começou a vim mesmo foi no dia 13 desse mês, até então o ano passado tava vindo de três em três meses, dois em dois meses. (Mãe Kalunga 16, Engenho II).

A Figura 58 mostra o percentual dos tipos de atendimento médico e hospitalar que as famílias beneficiárias do PBF mais utilizam. Exames de rotina e a vacinação tiveram os maiores percentuais, ambos com 44%.

Figura 58– Tipo de atendimento médico-hospitalar das famílias beneficiárias do PBF da comunidade Kalunga em Cavalcante, Goiás



Fonte: Dados da pesquisa de campo (2021).

De acordo com a Secretária de Saúde de Cavalcante, Gessélia Batista, devido à dificuldade de deslocamento das famílias e a distância dos núcleos (Vão do Moleque e Vão de Almas) até a UBS da cidade, as vacinas são levadas até as comunidades mais isoladas do quilombo no período da campanha de vacinação. No entanto, algumas mães entrevistadas relataram os atrasos na chegada da vacina, segundo as entrevistadas; isso, em certos momentos, acaba se tornando uma dificuldade no cumprimento da condicionalidade de saúde do PBF. Na Seção 1 deste capítulo foram apresentadas as principais limitações enfrentadas pela equipe de saúde do município e pelos demais órgãos responsáveis pelas políticas sociais. No período de realização do campo, a vacinação contra a Covid-19 estava se iniciando. Perguntou-se para a Secretária sobre a vacinação das famílias quilombolas do município. Gessélia respondeu que, no plano municipal de vacinação, as famílias quilombolas seriam contempladas, mas, primeiramente, seriam vacinados os profissionais da saúde, seguidos da população idosa e, em terceiro, a população quilombola.³⁴

A ausência do Estado em territórios marcados por um grau de pobreza acentuado enfraquece o objetivo das políticas sociais no enfrentamento da miséria. Sabe-se que a atuação em conjunto desses arranjos, como o PBF e o acesso e garantia à educação, precisa estar em sintonia com a saúde. Conforme destacado em Sen (2000), a privação de capacidades se dá pela ausência de liberdades instrumentais e, nesse contexto, é oportuno destacar duas delas: as oportunidades sociais (representadas pela garantia de acesso à saúde e à educação) e a segurança protetora (corresponde às transferências de renda). Assim:

³⁴ No dia 6 de março de 2021, 5.252 adultos da comunidade Kalunga de Cavalcante, Monte Alegre e Teresina de Goiás receberam a primeira dose da vacina contra a Covid-19.

Quando o Estado se ausenta, sobretudo no diagnóstico e implementação das políticas sociais, as camadas mais desprovidas dos elementos básicos à vida (como o acesso à saúde, alimentação adequada, trabalho, lazer) são as que mais sofrem. Com isso, o ciclo da pobreza torna-se mais forte e complexo. (LIMA; MELO; SOARES, 2017, p. 188).

Com isso, de acordo com os relatos das mães quilombolas, o acesso à saúde foi a maior fragilidade do Estado Social no território, sendo o elemento que concentrou a maior insatisfação por parte das mães beneficiárias. A comunidade do Engenho II é a única dos três núcleos visitados durante o campo que possui uma UBS. Mesmo assim, durante as entrevistas, praticamente todas as mães estavam insatisfeitas com o funcionamento da unidade e a problemática mais relatada foi a baixa presença do médico na UBS:

Precisa melhorar, né? Assim o negócio de médico, né? Tem que melhorar bastante, problema de saúde, tem muita coisa aqui, a gente precisa de sair pra cidade e pra muito longe, então preferia que melhorasse mais, ter médico bom, né? Agora tem um médico que tá vindo uma vez na semana, mas tem que melhorar mais. (Mãe Kalunga 15, Engenho II).

Por outro lado, os núcleos do Vão do Moleque e Vão de Almas não possuem UBS e as famílias precisam se deslocar até a cidade de Cavalcante para terem acesso ao sistema de saúde. As famílias se encontram em condições mais vulneráveis devido à distância da cidade, além das péssimas condições das estradas, que resultam em dificuldades no deslocamento até os serviços básicos de saúde do município. Apesar das adversidades de locomoção, durante as entrevistas muitas mães beneficiárias, moradoras do Vão de Almas, ressaltaram a melhora nas estradas em virtude da construção da ponte sobre o Rio Almas, no ano de 2019, que de certa forma facilitou o acesso à GO-118, como apresentado nas seções anteriores.

No período da pesquisa de campo estava se iniciando o mandato do prefeito Vilmar Kalunga³⁵ e notou-se um otimismo por parte das mães quilombolas em relação ao mandato dele. De acordo com as entrevistadas, o novo prefeito tem propostas para melhorar a vida das famílias da comunidade Kalunga em Cavalcante e, segundo elas, a maior frequência do médico na comunidade ocorreu com o início da gestão de Vilmar Kalunga.

Vieira e Monteiro (2013) desenvolveram uma pesquisa na comunidade Kalunga analisando os problemas cruciais da saúde no território sob o enfoque da bioética da intervenção. Os resultados desse estudo mostraram a persistência de “fragilidades

³⁵ O único prefeito quilombola a vencer a disputa eleitoral, em 2020, com o total de 5.491 votos válidos.

relacionadas às questões sociais e de saúde, bem como para a dificuldade de promoção dos processos inclusivos de universalidade e equidade em saúde para aquela comunidade” (VIEIRA; MONTEIRO, 2013, p. 610). Diante dos obstáculos relacionados à saúde, como os enfrentados no cotidiano das famílias quilombolas em busca do acesso básico, ou dos entraves espaciais e burocráticos com que as equipes da saúde do município se defrontam durante a tentativa de universalizar o acesso a esse arranjo potencializador de capital humano, é conveniente dialogar com os resultados de Viera e Monteiro (2013, p. 610), pois,

[...] considerando o direito ao acesso à saúde e ao processo de inclusão da população Kalunga, as políticas de gestão em saúde devem preocupar-se em promover a formação e capacitação de profissionais de saúde para atuarem nessas áreas específicas; incentivar a presença desses profissionais na região com o objetivo de procurar sanar as maiores carências e as dificuldades de acesso aos serviços; além de promover a extensão da cobertura das ações de saúde e social, visando à ideia de “incentivo à equidade” preconizada pelo Sistema Único de Saúde e pela Carta Magna Brasileira. Diante desse contexto persistente, se expressa, então, uma fragilidade em relação à equidade na saúde para a comunidade quilombola Kalunga, que ainda permanece à margem dos processos inclusivos da realidade sanitária do País.

Em síntese, conforme enfatizado na seção anterior, as condicionalidades do PBF são instrumentos que aproximam as populações vulneráveis das políticas sociais. Nesse sentido, é elementar reparar as imprecisões no acesso a saúde, pois:

Embora a renda continue marcando as grandes diferenças dos indicadores de saúde dos grupos sociais, o PBF nos âmbitos local e nacional mostra um potencial significativo para redução de desigualdades e iniquidades em saúde. O impacto positivo nos indicadores de saúde poderia ser maior, caso fossem superados os limites sistêmicos dos serviços de saúde, como a rotatividade de profissionais, a precariedade da infraestrutura e os problemas de acesso e qualidade em saúde. (FACCHINI *et al.*, 2013, p. 279).

No último tópico do instrumento de coleta de dados sobre o PBF, pretendeu-se compreender a percepção que as entrevistadas tinham do Programa, no sentido do que poderia melhorar. Praticamente todas elas mencionaram o aumento do valor repassado do PBF e muitas mães compararam com o Auxílio Emergencial programa que substituiu o PBF de março a dezembro de 2020. O Auxílio Emergencial possuía um benefício³⁶ bem superior ao PBF.

³⁶ Em 2020, o valor da parcela do auxílio era de R\$ 600.

Eu acredito que sim, só falta mesmo é aumentar mais um pouco, né? Porque senão a gente sair do lugar da gente pra procurar emprego fora fica difícil, daí a gente chega na cidade grande, não consegue um emprego e fica perdido, né? Então se aumentasse mais um pouco ficaria melhor, igual o auxílio emergencial, pra mim foi muito bom esse auxílio, pena que não continuou ao menos uns três meses, né? Porque pra gente aqui o turismo foi um baque muito grande. (Mãe Kalunga 17, Engenho II).

Diante das respostas, notou-se que os programas de transferências monetárias, conforme ressaltado em Lima, Melo e Soares (2017), contribuem para a minimização da pobreza rural e tornam possível a permanência das famílias quilombolas em seus territórios. Nos relatos, a importância da renda para a permanência no quilombo era sempre evidente e relacionada às dificuldades de encontrar oportunidades de trabalho na cidade. Além disso, as mães entrevistadas demonstraram um sentimento de pertencimento muito forte com o território da comunidade quilombola.

Outro elemento preponderante nas entrevistas foi a alta demanda pelas mães quilombolas da necessidade do aumento do benefício em virtude da elevação dos preços de diversos produtos³⁷ no período da pandemia. A alta na inflação brasileira, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), fechou o ano de 2021 em 10,06%, acima do teto da meta e com o maior nível nos últimos 6 anos. Dessa forma, a população situada nas faixas mais baixas de renda é a que mais sofreu ao consumir. As mães Kalunga enfatizaram que os preços aumentaram durante a pandemia e a renda do programa não tem sido suficiente para suprir as necessidades básicas. Nesse sentido, Andrade (2022) destaca que,

[c]om a redução do poder de compra e o aumento inflacionário, principalmente nos itens alimentícios, a população mais pobre foi drasticamente afetada [...] a inflação foi mais nociva para as famílias pobres, sobretudo porque grande parte do orçamento dessas famílias é destinado à alimentação, segmento mais inflacionado durante a pandemia. (ANDRADE, 2022, p. 50).

Vale ressaltar que o valor³⁸ do PBF está congelado há 3 anos, fator que complica ainda mais a vida das famílias beneficiárias. Diante dessa realidade, é oportuno fortalecer o debate

³⁷ Os piores aumentos estão em produtos básicos do dia a dia do consumidor: combustíveis, gás de cozinha, carnes, arroz, óleo de soja, açúcar e energia elétrica. Enquanto a arroba bovina subiu 129%, de janeiro de 2019 até novembro de 2021, o quilo do acém subiu 92%; o do lombo inteiro, 45%; o do frango resfriado; o quilo da comida *self service* aumentou 29%; o prato feito, 39%; e o marmitex aumentou 41%. Já o pão francês subiu 11,47% (WERNEK, 2021, p. 1).

³⁸ Desde junho de 2018, data do último reajuste promovido, ainda na gestão do ex-presidente Michel Temer, a inflação acumulada pelo INPC, que mede os preços para a baixa renda, é de 20,8%. É o equivalente à perda

sobre as transferências de renda para essas populações, considerando os inegáveis problemas advindos da pandemia.

Em suma, após realizar a análise do PBF nas comunidades quilombolas do SHPCK, em Cavalcante, é plausível traçar correlações tendo como cerne os três elementos norteadores da pesquisa: renda, território e Estado Social. Dessa maneira, compreendeu-se que esses instrumentos são peças-chave no processo de reafirmação das territorialidades das famílias quilombolas no SHPCK. Também é preciso considerar que eles não atuam sozinhos, pois existem outros elementos que são indissociáveis para o processo de reafirmação desses povos e de suas territorialidades.

Oportuno esclarecer que compreendemos territorialidade como o “fator central da manutenção dos territórios étnicos quilombolas, sendo fator de identificação, defesa e força” (ALMEIDA, 2004, p. 10). Enquanto a territorialidade vai além das questões meramente políticas, englobando os processos direcionados às relações econômicas e culturais estabelecidas em um território, “o desafio mais profundo dos quilombolas tem sido o de fazer reconhecer a sua territorialidade, fator indispensável à segurança do próprio território, enquanto suporte para a autodeterminação dos grupos” (ROCHA, 2010, p. 155).

A Figura 59 ilustra a síntese da análise do PBF na comunidade Kalunga, em Cavalcante. Nota-se que os elementos centrais são a comunidade Kalunga e seu território e a reafirmação das territorialidades encontra-se na intersecção desses dois elementos. Além disso, quatro instrumentos (saúde e educação, PBF, titulação das terras e agricultura familiar) orbitam em torno dessa intersecção e são fundamentais para que ocorra a reafirmação das territorialidades na comunidade Kalunga. Dessa forma, tem-se o Estado como agente acionador desses dispositivos institucionais, mediante as políticas públicas. Com isso, o PBF e as políticas sociais de saúde e educação são fundamentais no fortalecimento das territorialidades quilombolas, juntamente com a titulação das terras e a agricultura familiar.

de um quinto do poder de compra. Isso significa que o benefício médio recebido pelas famílias do programa naquele ano, que foi de R\$ 182 mensais, deveria estar em R\$ 220,84 hoje apenas para que elas continuassem comprando a mesma quantidade de coisas que compravam em 2018. Atualmente, o benefício médio do Bolsa Família está em R\$ 187 (ELIAS, 2021, p. 1).

Figura 59– Quadro síntese



Fonte: Elaborada pelo autor (2021).

No que se refere à titulação das terras, o artigo 68 do Ato de Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), da Constituição da República Brasileira, foi um avanço no sentido de reconhecer de forma institucional esses territórios. Tal “reconhecimento do valor cultural de territórios tradicionais possibilita a regularização das terras como forma de valorizar a autonomia do grupo” (ROCHA, 2010, p. 156). No entanto, vale ressaltar que

[...] não basta proceder à titularização das terras das comunidades que lá residem; os interesses e demandas expressos pela luta quilombola vão muito além disso. Implica também o reconhecimento de direitos culturais e a participação direta dos quilombolas na aplicação destes e na execução de políticas específicas. (ROCHA, 2010, p. 160).

A agricultura familiar é outro elemento que contribui para a reafirmação das territorialidades das famílias quilombolas, pois, além de alimentar uma identidade cultural, “os segmentos baseados no trabalho familiar constituem suas territorialidades, fundadas principalmente nas questões de ordem simbólico/cultural como também o sentimento de pertencimento a um dado território” (SILVA; MENDES, 2010, p. 6). Essa dimensão fornece às famílias Kalunga a possibilidade de trabalhar a terra, pois “cultivar os produtos que preferir

confere aos agricultores familiares uma sensação de autonomia e uma relação intrínseca com sua unidade produtiva” (SILVA; MENDES, 2010, p. 3). Neste capítulo constatou-se que, no caso específico de uma comunidade quilombola, o PBF e a agricultura familiar são dois elementos indissociáveis. Diante da agricultura familiar, o PBF assume uma função complementar, tornando-se uma ferramenta que tem permitido a permanência das famílias Kalunga em seu território, sobretudo em tempos pandêmicos. Para além disso, a importância do Estado na implementação de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar tornou-se primordial, como no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar³⁹ (Pronaf) e o Programa de Aquisição de Alimentos⁴⁰ (PAA).

Por fim, elementos centrais discutidos nesta dissertação – como renda básica e políticas sociais de saúde e educação – se constituem como instrumentos essenciais no fortalecimento das territorialidades quilombolas. A renda do PBF tem sido responsável por um alívio das condições de pobreza e extrema pobreza das comunidades Kalunga. Além disso, o Programa tem cumprido seu objetivo, como uma transferência de renda focalizada, uma vez que esse dinheiro representa mais que um simples valor monetário para as mães Kalunga, pois, conforme Pinzani e Rego (2013), proporciona um grau de autonomia para essas famílias, tanto ao promover uma condição de poder de compra quanto na ideia do empoderamento da mulher, alcançando três âmbitos: individual, familiar e comunitário. Nesse sentido, o dinheiro do PBF era a única renda que as mães quilombolas possuíam no momento, fato que ressalta a relevância dessa transferência na proteção social desse grupo populacional. Por meio dessa renda, que faz parte da economia pública, como nomeou Sabourin (2009), juntamente com a economia mercantil e a economia da reciprocidade, as famílias quilombolas constroem suas relações com o espaço e produzem seus territórios.

As políticas de saúde e educação estão totalmente associadas ao PBF por meio das condicionalidades. O PBF realiza o elo das populações em condições de vulnerabilidade social com os serviços básicos de saúde e educação, tendo o apoio de equipamentos como o Cras, a Secretária de Assistência Social, a Secretaria da Saúde e a Secretaria da Educação. Dessa forma, atesta-se que o PBF é uma política além de uma mera transferência de renda. A capilaridade do Estado Social se traduz, *a priori*, com as políticas educacionais e as políticas

³⁹ Foi criado, em 1995, pelo governo federal, com os objetivos de promover o desenvolvimento rural e a segurança alimentar.

⁴⁰ O programa possui duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar.

de saúde e, *a posteriori*, pela territorialização de seus aparelhos de execução como as UBS e escolas.

CONCLUSÕES

No decorrer dos três capítulos desta Dissertação pretendeu-se, por meio do tripé renda, território e Estado Social, analisar o Programa Bolsa Família (PBF) nas comunidades quilombolas do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga (SHPKC), de Cavalcante, em Goiás. Com isso, traçou-se um processo histórico do surgimento da assistência pública até os programas de transferência de renda e da gênese do Estado de Bem-Estar Social. Dessa forma, buscou-se compreender as diversas facetas de intervenção governamental na esfera social. Sendo assim, chegou-se às seguintes conclusões:

1- O PBF, a garantia de acesso aos serviços públicos (saúde e educação), a agricultura familiar e a titulação das terras são elementos indissociáveis e essenciais no fortalecimento das territorialidades do povo Kalunga, tendo o Estado como agente central desse processo.

2- As políticas públicas, para que sejam eficientes, devem possuir uma dimensão territorial, e não apenas institucional. A identificação dos Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPTE) foi um avanço na inclusão e de um olhar diferenciado sobre os diversos grupos sociais, que de certa forma não recebem a atenção necessária do Estado e habitam territórios marcados por vulnerabilidade social. A partir dessa identificação foi possível espacializar as famílias quilombolas beneficiárias do PBF no Brasil e em Goiás e desenvolver a investigação.

3- Ao realizar uma análise do PBF no território goiano, constata-se que o processo de formação histórica das regiões impulsionadas por políticas governamentais concentrou investimentos em determinadas regiões. Dessa forma, produziram-se marcas de desigualdades sociais e econômicas nas diferentes porções do território. Por meio dos programas de transferência de renda o Estado busca reparar essas consequências. Constatou-se um perfil regional de pobreza em Goiás, de acordo com os dados do PBF. A região de planejamento do Nordeste Goiano possui alta demanda de programas assistenciais em virtude dos elevados índices de famílias em situação de pobreza e extrema pobreza. Conforme a pesquisa apresentou, essa pobreza possui um grau mais elevado nas famílias quilombolas do SHPKC, no Nordeste Goiano. Dessa forma, esse recorte espacial foi selecionado.

4- Após a análise das políticas sociais de saúde e da educação no território Kalunga, foram notadas algumas fragilidades específicas no âmbito da saúde, pois muitas famílias enfrentam adversidades no acesso, bem como as equipes de saúde do município, devido: à

dimensão do território, às condições geográficas e à baixa quantidade de veículos em relação às demandas solicitadas nas localidades mais isoladas do quilombo. Esses fatores afetam o trabalho das equipes que tentam levar os serviços básicos de saúde até essas regiões. Nos três núcleos do território Kalunga, as UBS não são bem distribuídas e isso é um entrave para o acesso integral à saúde. Sabe-se da relevância das políticas de saúde e de seus aparelhos de execução na reafirmação das territorialidades das comunidades quilombolas, além do fortalecimento da cidadania. Com isso, cabe aqui identificar o maior desafio do Estado Social no território Kalunga.

5- A pandemia de Covid-19 mostrou que os programas de transferência de renda são fundamentais. O PBF foi, no período de pandemia, a única renda de todas as mães quilombolas entrevistadas, pois a crise sanitária afetou o turismo e as demais atividades econômicas que geravam rendimentos em Cavalcante. Por isso, o debate a respeito dos programas de transferência de renda, seja de caráter universal, seja focalizado, ganha força em momentos de crise econômica, já que a necessidade da atuação do Estado torna-se primordial para o fortalecimento de territórios. As mães Kalunga demonstraram que a renda do PBF, por mais que seja essencial para adquirir o básico, não tem sido suficiente, ainda mais em períodos de alta na inflação, sendo evidente que o poder de compra da população em condição de pobreza passa por dificuldades. Traçando um paralelo com as diversas formas de intervenção estatal no campo social, mencionadas no decorrer desta dissertação, como os programas de renda mínima, universal e as demais formas de proteção. Faz-se necessário ampliar os debates, no meio acadêmico, na sociedade civil e no campo político, sobre as formas mais eficazes de amparo por parte das políticas assistencialistas, principalmente para as populações tradicionais, que muitas vezes são esquecidas dos documentos e das discussões relacionadas à proteção social.

6- São notórios os avanços e resultados positivos no âmbito da política assistencial brasileira nos últimos 20 anos. Dentre eles, conforme apresentado no decorrer desta dissertação, destacam-se os efeitos significativos dos programas focalizados na redução da pobreza, a redução dos índices de mortalidade infantil, os altos índices de vacinação das crianças beneficiárias do PBF e a redução do número de alunos que não frequentavam a escola. No entanto, a atual gestão do Governo Federal tem atacado constantemente o Estado Social brasileiro, que vem passando por um processo de “erosão”. Após 18 anos, o PBF foi substituído pelo Auxílio Brasil, em novembro de 2021. A grande preocupação é se o novo

programa de transferência de renda irá manter o legado de conquistas do PBF, como o elo com a saúde e educação nas condicionalidades, se identificará a diversidade de grupos populacionais, como na inclusão dos GPTE, e se terá uma efetiva participação no processo de fortalecimento territorial de comunidades quilombolas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACKERMAN, B; ALSTOTT, A. **The Stakerholder Society**. New Haven: Yale University Press, 1999.

ALENCAR, Diego Pinheiro. **A questão social e as transferências de renda: o programa bolsa família nos municípios goianos**. 2019. 166 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/10793>. Acesso em: 1 nov. 2020.

ALMEIDA, Maria Geralda de. Quintais rurais e a visibilidade do trabalho e saberes das mulheres quilombolas e assentadas - Goiás. In: ALMEIDA, Maria Geralda de. **Geografia Cultural: um modo de viver**. Goiânia: Grafica Ufg, 2018. p. 1-382.

ALMEIDA, M. G. Territórios de quilombolas: pelos vãos e serras dos Kalunga de Goiás - patrimônio e biodiversidade de sujeitos do Cerrado - DOI 10.5216/ag.v4i1.16682. **Ateliê Geográfico**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 36–63, 2011. DOI: 10.5216/ag.v4i1.16682. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/atelie/article/view/16682>. Acesso em: 4 fev. 2022.

ALMEIDA, Maria Geralda de. TERRITORIOS E IDENTIDADES DOS KALUNGA DE GOIÁS. In: ALMEIDA, Maria Geralda de *et al.* **TERRITORIOS E IDENTIDADES DOS KALUNGA DE GOIÁS: quilombolas em diversos olhares**. Goiânia: Grafica Ufg, 2015. p. 1-329.

ALMEIDA, Maria Geralda de. TERRITÓRIO QUILOMBOLA, ETNODESENVOLVIMENTO E TURISMO NO NORDESTE DE GOIÁS. **Raega - O Espaço Geográfico em Análise**, [S.L.], v. 40, p. 130, 23 ago. 2017. Universidade Federal do Parana. <http://dx.doi.org/10.5380/raega.v40i0.46121>.

ALMEIDA, Maria Geralda. TERRITORIOS DE QUILOMBOLAS: pelos vãos e serras dos kalunga de goiás - patrimônio e biodiversidade de sujeitos do cerrado. **Ateliê Geográfico**, [S.L.], v. 4, n. 9, p. 36-63, 30 mar. 2010. Universidade Federal de Goias.

ALVES, Iara Cristina da Silva. **Políticas públicas, territorialidade e liberdade dos remanescentes de quilombo kalunga**. 2015. 262 f., il. Dissertação (Mestrado em Geografia)—Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

ALVES, J. E. D. (2009). **Redução da pobreza e da fecundidade**. Disponível em: [http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/reducao da pobreza e da fecundidade_09ago09.pdf](http://www.ie.ufrj.br/aparte/pdfs/reducao%20da%20pobreza%20e%20da%20fecundidade_09ago09.pdf). Acesso em: 11 nov 2020

ANDRADE, I. **Território e assistência social: uma análise do serviço social a partir da produção social do espaço**. 2012. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. São Paulo: Brasiliense, 1963.

ANDRADE, Rithyelle Elisa de Souza. **O AUMENTO DA VULNERABILIDADE SOCIAL DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19 NO BRASIL**: uma análise do perfil dos beneficiários do auxílio emergencial entre 2020 e 2021. 2022. 60 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Econômicas, Escola Paulista de Política, Economia e Negócios, Universidade Federal de São Paulo, Osasco, 2022. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/62569>. Acesso em: 5 jan. 2022.

ARAUJO, Leonardo Alves de; LIMA, Leonardo Policarpo. Transferências de renda e empregos públicos na economia sem produção do semiárido nordestino. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, v. 1, n. 33, 2009.

ARRAIS, Tadeu Alencar. PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: a intervenção governamental e a problemática regional em goiás. **Mercator**: Revista de Geografia da UFC, Fortaleza, v. 6, n. 12, p. 25-36, dez. 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=273620805004>. Acesso em: 10 maio 2021.

ARRAIS, Tadeu Alencar. **A PRODUÇÃO DO TERRITÓRIO GOIANO**: economia, urbanização, metropolização. 1. ed. Goiânia: Editora Ufg, 2013

ARRAIS, Tadeu Alencar. O Bolsa Família e a tradução regional da questão social. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 65, p. 200-226, 2016. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/r.../article/download/125168/122267>. Acesso em: 20 maio 2020.

BAAR, Nicholas. **The economics of the Welfare State**. 4. ed. London: Oxford University Press, 2004.

BAIOCCHI, M de N. Kalunga: povo da terra. Goiânia, UFG, 2006.

BARREIRA, C.C.M.A. **Vão do Paranã: a estruturação de um território regional**. Brasília: Ministério da Integração Nacional: UFG, 2002.

BARREIRA, Celene Cunha Monteiro Antunes; TEIXEIRA, Renato Araújo. O ENTORNO DE BRASÍLIA NO CONTEXTO DA EFERVESCÊNCIA SOCIOESPACIAL GOIANA. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 24, n. 1, p. 93-103, jan. 2004.

BARROS, José D'assunção. Uma utopia oitocentista: igualdade, trabalho e estado em uma sociedade imaginada por Edward Bellamy. **Antíteses**, Universidade Estadual de Londrina, v. 10, n. 20, 2017. DOI <http://dx.doi.org/10.5433/1984-3356.2017v10n20p919>. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6336835>. Acesso em: 15 maio 2020.

BATISTA, Analía Soria; FRANÇA, Karla Christina Batista; BERDET, Marcelo. Metropolização, homicídios e segurança pública na área metropolitana de Brasília: o município de Águas Lindas de Goiás. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 2, n. 31, p.433-457, maio 2016.

BELLAMY, E. **Looking Backward**: 2000-1887. Haemondsworth: [s. n.], 1888.

BENEVIDES, Claudia do Valle. **Um estado de bem-estar social no Brasil?**. 2011. 98 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.

BERTRAN, Paulo. **Formação econômica de Goiás**. Goiânia: Oriente, 1978.

BEVERIDGE, William. **Social Insurance and Allied Services (Cmd. 6404)**. London: HMSO, 1942.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I; MIOTO, R. C. T. (org.); SANTOS, S. M. de M. dos. **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.html. Acesso em: 30 maio 2020.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 5.209, de 17 de setembro de 2004**. Regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2004a]. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/bolsa_familia/decreto/decreto_no_5209_de_17.09.2004-1.pdf. Acesso em: 10 out. 2020.

BRASIL. **Guia de Cadastramento de Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos: Cadastro Único para Programas Sociais**. Brasília: Mds, 2012. 124 p. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/dados-da-atuacao/grupos-de-trabalho/gt-comunidades-tradicionais/ciganos/2_guia-dos-povos-mds-26x20cm-final.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2020.

BRASIL. **INCRA**. 2015. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/>>. Acesso em: 20 dez. 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.835/2004, de 8 de janeiro de 2004**. Institui a Renda Básica de cidadania e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 8 jan. 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.835. Acesso em: 10 out. 2020.

BRASIL. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 7 dez. 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742compilado.html. Acesso em: 30 out. 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004**. Cria o programa Bolsa Família e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 9 jan. 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.836.html. Acesso em: 5 out. 2020.

BRASIL. **Medida provisória nº 132, de 20 de outubro de 2003**. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 20 out. 2003.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/antigas_2003/132.html. Acesso em: 10 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Relatórios de Informações Sociais: RI Bolsa Família e Cadastro Único**. 2020. Brasília, DF: Ministério da cidadania. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIV3/geral/index.php>. Acesso em: 5 out. 2020.

BRASIL. **Programa Brasil Quilombola**. Brasília: Secretaria Especial da Política de Promoção da Igualdade Racial/SEPPPIR, 2005.

BRITTO, Tatiana; SOARES, Fabio Veras. Bolsa Família e Renda Básica de Cidadania: um passo em falso?. **Textos Para Discussão**: Núcleo de Estudos do Senado, Brasília, n. 75, p. 1-36, ago. 2010. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-75-bolsa-familia-e-renda-basica-de-cidadania-um-passo-em-falso>. Acesso em: 10 nov. 2020.

BUENO, P. H. C. O conceito de território e políticas públicas: algumas reflexões. *In*: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, IV., 2009, São Luís. **Anais** [...]. São Luís: UFMA, 2009. p. 1-10. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/10_povos/o-conceito-de-territorio-e-politicas-publicas-algumas-reflexoes.pdf. Acesso em: 11 set. 2020.

CAMELO, R. S; TAVARES, P. A; SAIANI, C. S. Alimentação, nutrição e saúde em programas de transferência de renda: evidências para o Programa Bolsa Família.. **Economia**, [s. l.], v. 10, n. 4, p. 685-713, 2009.

CAMOLESI, Ada Bragion; TEIXEIRA, Elisângela. A Busca Ativa no cotidiano dos assistentes sociais: um estudo de caso a partir dos cras de um município de médio porte da região baixa mogiana - SP. **Universitas**, Salvador, v. 8, n. 15, p. 11-31, jul. 2015.

CAMPOS, Flávia Rezende; BRITO, Ênio Kamayurá Bernardo; CARVALHO, Claudia Regina Rosal. DESEQUILÍBRIOS REGIONAIS EM GOIÁS: o caso da região de planejamento nordeste goiano. **Revista Formação**, Presidente Prudente, v. 26, n. 47, p. 51-71, abr. 2019. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/5618>. Acesso em: 22 ago. 2020.

CARVALHO, Roberta Monique Amâncio; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. COMUNIDADES QUILOMBOLAS, TERRITORIALIDADE E A LEGISLAÇÃO NO BRASIL:: uma análise histórica. **Revista de Ciências Sociais**, João Pessoa, v. 4, n. 39, p. 330-346, out. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/politicaetrabalho/article/view/12745>> Acesso em: 25 set. 2020

CASTILHO, D. **Modernização territorial e redes técnicas em Goiás**. Goiânia: Editora UFG, 2016.

CASTILHO, D. A COLÔNIA AGRÍCOLA NACIONAL DE GOIÁS (CANG) E A FORMAÇÃO DE CERES-GO - BRASIL. **Élisée - Revista de Geografia da UEG**, v. 1, n. 01, p. 117 - 139, 11.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome: a fome no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1946.

CHARLIER, J. **Solution du problème social ou constitution humanitaire, basée sur la loi naturelle, et précédée de l'exposé de motifs**. Brussels: [s. n.], 1848.

COBO, B. **Políticas focalizadas de transferência de renda: contextos e desafios**. São Paulo: Cortez, 2012.

COURNOT, A. **Recherches sur les principes mathématiques de la théorie des richesses**. Paris: [s.n.], 1838.

CUNLIFFE, John e Guido ERREYGERS. O legado enigmático de Charles Fourier: Joseph Charlier e Renda Básica. **História da Economia Política** 33, [s. l.], n. 3, p. 459-484, 2001. Disponível em: <https://www.muse.jhu.edu/article/13304>. Acesso em: 10 maio 2020.

CURRALERO, C. B. et al. As Condicionalidades do PBF. In: CASTRO, J. A.; MODESTO, L. (Org.). **Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios**. Brasília, DF: Instituto de Pesquisas Aplicadas – Ipea, 2010.

DRAIBE, S; AURELIANO, L. A especificidade do welfare state brasileiro. In: MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL (MPAS) . COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE (CEPAL) CONVÊNIO MPAS/CEPAL. **REFLEXÕES SOBRE A NATUREZA DO BEM-ESTAR**. Brasília, DF: PROJETO: A POLÍTICA SOCIAL EM TEMPO DE CRISE: ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL E DESCENTRALIZAÇÃO, 1989. v. 1,.

DUARTE, G. B; SAMPAIO, B; SAMPAIO, Y. S transferêncPrograma Bolsa Família: impacto daias sobre os gastos com alimentos em famílias rurais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, [s. l.], v. 47, n. 4, p. 903-918, 2009.

ELIAS, Juliana. Bolsa Família está congelado há 3 anos e aumento de 20% anunciado só repõe inflação. **Cnn Brasil Business**. São Paulo, p. 1-2. out. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/bolsa-familia-esta-congelado-ha-3-anos-e-aumento-de-20-anunciado-so-repoe-inflacao/#:~:text=Desde%20junho%20de%202018%2C%20data,quinto%20do%20poder%20de%20compra..> Acesso em: 11 maio 2021.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do welfare state. **Lua Nova**, São Paulo, v. 24, n. 9, p. 86-116, set. 1991. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n24/a06n24.pdf>. Acesso em: 25 maio 2020.

ESTEVAM, Luis Antonio. **O tempo da transformação: estrutura e dinâmica na formação econômica de Goiás**. 1997. 180f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/285435>>. Acesso em: 22 jul. 2020.

FACCCHINI, Luiz Augusto *et al.* Desempenho da atenção básica em beneficiários do Bolsa Família: condições à redução de desigualdades em saúde. In: IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada -. **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania.** Brasília: Brasil, 2013. p. 1-493.

FALEIROS, V. de P. **A política social do Estado capitalista.** São Paulo: Cortez, 1982.

FARIA, Marina Vilela Brandão Leite; BOTELHO, Maria Izabel Vieira; SILVA, Edson Arlindo. Programa Bolsa Família como estratégia de diversificação dos meios de vida rurais: uma experiência no sul de minas gerais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 3, n. 58, p. 1-16, 10 out. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/GNkWz57qsqGM6rWqfb37SjB/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 6 nov. 2021

FIORI, José Luis. Estado do Bem-Estar Social: Padrões e Crises. **Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo**, São Paulo, 1997. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/fioribemestarsocial.pdf>. Acesso em: 28 maio 2020.

FONSECA, A. M. M. da. **Família e política de renda mínima.** São Paulo: Cortez, 2001.

FOURIER, C. [1836]. **La fausse industrie.** Paris: Anthropos, 1967.

FRIEDMAN, M. **Capitalismo e liberdade.** Rio de Janeiro: Artenova, 1977.

FRIEDMAN, M. **Livre para escolher: um depoimento pessoal.** Rio de Janeiro: Record, 2019.

GOIÁS. Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento. Instituto Mauro Borges. **Perfil Competitivo das Regiões de Planejamento do Estado de Goiás.** Goiás, 2010. (Estudos do IMB). Disponível em: <http://www.sgc.goias.gov.br/upload/anexos/2011-04/f40892f24f7def77a05e7bce682943ff.pdf>. Acesso em: 17 de set. 2020.

GOMES, Fábio Guedes. Conflito social e welfare state: estado e desenvolvimento social no brasil. **Revista de Administração Pública**, [S.L.], v. 40, n. 2, p. 201-234, abr. 2006. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0034-76122006000200003>. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-76122006000200003>. Acesso em: 22 nov. 2020.

GUIMARÃES, B. **A riqueza da nação no século XXI.** São Paulo: Bei, 2015.

HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, IX., 2001, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: ANPUR, 2001.

HARVEY, David. **O Enigma do Capital: e as crises do capitalismo.** Tradução: João Alexandre Peschanski. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

HARVEY, David. **Para entender o capital – Livro I.** Tradução. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

HARVEY, David. **The Geography Accumulation: A Reconstruction of Marxian Theory**. Worcester: Antípode, 1975.

HAYEK, F. August. **O caminho da servidão**. 5. ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 2010.

HOFFMANN, Rodolfo. Mensuração da desigualdade e da pobreza no Brasil. *In*: HENRIQUES, Ricardo (org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

HUNT, EK, **História do pensamento econômico: Uma perspectiva crítica**. 2. ed. Nova York: HarperCollins Publishers, 1992.

KERSTENETZKY, Célia Lessa. Políticas Sociais: focalização ou universalização?. **Revista de Economia Política**, [s. l.], v. 26, n. 4, p. 564-574, out/dez 2006.

KERSTENETZKY, Célia Lessa. Welfare State e desenvolvimento. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 1, p. 129-156, 2011.

KEYNES, J. M. **How to pay for the war: a radical plan for the Chancellor of the Exchequer**. London: Macmillan and Co., 1940.

LAVINAS, Lena. Programas de garantia de renda mínima: perspectivas brasileiras. **Texto para discussão, n. 596**. Rio de Janeiro: IPEA, 1998.

LAVINAS, L., VARSANO, R. Programas de garantia de renda mínima e ação coordenada de combate à pobreza. **Texto para Discussão, 534**. Rio de Janeiro: IPEA, 1997.

LAVINAS, Lena. Exptionality and paradox in Brazil: from minimum income programs to basic income. *In*: CONGRESSO DA BIEN – BASIC INCOME EUROPEAN NET WOK, 2004, Barcelona. **Anais eletrônicos [...]**. Barcelona: [s. n.], 2004. Disponível em: <http://www.etes.ucl.ac.Be/BIEN/FILES/Paper/2004lavinas.pdf>. Acesso em: 12 out. 2020.

LAVINAS, Lena. Pobreza e exclusão: traduções regionais de duas categorias da prática. **Revista Econômica**, [s. l.], v. 4, n. 1, p. 25-59, jun 2002.

LENKOWSKY, L. **Politics, Economics, and Welfar Reform**. The failure of the negative income Tax in Britain and United States. Nova York: University Press of American, 1986.

LERNER, A.P. **Economics of Control: Principle of welfare economics**. [S. l.]: Macmilliam, 1944.

LIMA, Francisca ; MELO, Felipe ; SOARES, Lady (2017). A territorialização do programa Bolsa Família na comunidade rural Sítio Carnaubal – Água Nova/RN: a voz dos beneficiários. **Revista de Geografia e Ordenamento do Território (GOT)**, n.º 12 (dezembro). Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território, p. 179-203. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S2182-12672017000200009&lng=en&nrm=iso&tlng=pt Acesso em: 25. set. 2020

LIMA, Francisca Elizonete; FERREIRA, Larissa da Silva. Análise do programa Bolsa Família no contexto socioeconômico do município de Riacho de Santana-RN. **GEOTemas**. Pau dos Ferros, Rio Grande do Norte, Brasil, v 1, n. 2, p. 35-51, jul./dez., 2011. Disponível em: <http://periodicos.uern.br/index.php/geotemas/article/viewFile/140/128>. Acesso em: 20 mai. 2020.

LUCIO, Iuri Simão de Carvalho; DORNELLES, Denise Yasodã Freitas. DO SOCIAL AO TERRITORIAL: uma análise do programa bolsa família. **Semana da Mobilização Científica**. Salvador, p. 1-7. abr. 2007.

MALTHUS, T. **Ensaio Sobre a População**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARANGOS, John. Thomas Paine (1737-1809) and Thomas Spence (1750-1814) on land ownership, land taxes and the provision of citizens' dividend. **International Journal of Social Economics**, [s. l.], p. 313-325, abril 2008.

MEDEIROS, Marcelo; BRITTO, Tatiana; SOARES, Fábio. Transferência de renda no Brasil. **Novos Estudos**, [s. l.], v. 1, p. 5-21, nov. 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002007000300001&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 20 out. 2020.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues; THOMAZ JÚNIOR, Antonio. A modernização da agricultura nas áreas de Cerrado em Goiás (Brasil) e os impactos sobre o trabalho. **Investigaciones Geográficas: Boletín del Instituto de Geografía, Ciudad de México**, v. 55, n. 1, p. 97-121, abr. 2004.

MILNER, E.M, D. **Scheme for a State Bonus**. Kent: Simpkin, Marshall&Co., 1918.

MISHRA, R. **The Welfare State in Capitalist Society: Policies of Rentrenchment and Maintenance** in Europe, North America and Australia. Toronto: University of Toronto Press, 1990.

MORE, Thomas. **Utopia**. Tradução: Jefferson Luiz Camargo, Marcelo Brandão Cipolla . 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

NERI, Marcelo Côrtes; VAZ, Fabio Monteiro; SOUZA, Pedro Herculano Guimarães Ferreira de. Efeitos macroeconômicos do programa Bolsa Família: uma análise comparativa das transferências sociais. In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes (org.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: IPEA, 2013. cap. 11. Disponível em:

http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_bolsafamilia_10anos.pdf. Acesso em: 26 maio 2020.

NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. Estado de Bem-estar social: origens e desenvolvimento. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 5, n. 5, p. 90-103, 2001.

OLIVEIRA, Isabel Christina Gonçalves. As Contradições Entre A Realidade Socioeconômica Da Comunidade Quilombola Kalunga De Cavalcante-Go E A Garantia Constitucional Da Dignidade Da Pessoa Humana. **Científic@ - Multidisciplinary Journal**, [S.L.], v. 5, n. 2, p. 29-44, 14 maio 2018. Associação Educativa Evangélica. <http://dx.doi.org/10.29247/2358-260x.2018v5i2.p29-44>.

OLIVEIRA, Thalita Ferreira de. **Proposta conceitual de renda básica**: análise crítica de seus contextos e produções. 2018. 115 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

PAINE, Thomas. La justice agraire opposée à la loi et aux privilèges agraires. In: **Vers un revenu minimum inconditionnel?**. Paris: La Découverte, 1996.

PAINE, Thomas. **The Rights of Man**. London: J. M. Dent & Sons; New York: E. P. Dutton & Co., 1935.

PETRAS, James. Intelectuais: uma crítica marxista aos pós-marxistas. **Lutas Sociais**: Revista do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS), São Paulo, v. 6, n. 1, p. 1-25, jan. 1996. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/ls/article/view/18801>. Acesso em: 15 maio 2020.

PIKETTY, Thomas. Allocation compensatrice de revenu ou revenu universel. In: GODINO, R *et al.* **Pour une réforme du RMI**. [S. l.: s. n.], 1999.

PIKETTY, Thomas. **O Capital no Século XXI**. 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

POCHMANN, Márcio. **Atlas da Exclusão Social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2003.

POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

PINZANI, Alessandro; REGO, Walquiria Domingues Leão. Liberdade, dinheiro e autonomia: O caso da Bolsa Família. **Revista de Ciências Sociais: política & trabalho**, Fortaleza, v. 1, n. 38, p.21-42, abr. 2013. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/15029>. Acesso em: 1 jun. 2019.

RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação**. Tradução de Paulo Henrique Ribeiro Sandroni. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

ROCHA, Gabriela de Freitas Figueiredo. A territorialidade quilombola ressignificando o território brasileiro: uma análise interdisciplinar. **E-Cadernos Ces**, [S.L.], v. 2, n. 07, p. 147-162, 1 mar. 2010. OpenEdition. <http://dx.doi.org/10.4000/eces.417>.

ROCHA, Romero Cavalcanti Barreto da. Programas condicionais de transferência de renda e fecundidade: evidências do bolsa família. **Economia Aplicada**, [S.L.], v. 22, n. 3, p. 175-202, 28 nov. 2018. Universidade de Sao Paulo, Agencia USP de Gestao da Informacao Academica (AGUIA). <http://dx.doi.org/10.11606/1980-5330/ea168739>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ecoa/article/view/168739>. Acesso em: 11 out. 2021.

ROCHA, Sonia. **Transferência de renda: o fim da pobreza**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

ROCHA NETO, João Mendes et al. Brasília e seu entorno: considerações sobre os desafios de metrópole emergente. **Revista Múltipla**, Brasília, v. 14, n. 20, p. 103-117, jun. 2006

RODRIGUES, C. T.; GOMES, A. P.; DIAS, R. S. A expansão do programa Bolsa Família e as implicações sobre consumo e preços de alimentos: O caso de Viçosa/MG. *In: CONGRESSO DA SOBER*, 46º., 2008, Rio Branco. **Anais [...]**. Rio Branco: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2008. Disponível em: <http://purl.umn.edu/106090>. Acesso em: 25 out. 2020.

ROSSI, Rafael. A PERSPECTIVA TERRITORIAL NO DEBATE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DA PROBLEMATIZAÇÃO GEOGRÁFICA. **Geographos: Revista Digital para Estudantes de Geografia y Ciencias Sociales**, Alicante, v. 4, n. 33, p. 34-51, jan. 2013

RUSSELL, Bertrand. [1918]. **Roads to Freedom: Socialism, Anarchism and Syndicalism**. Londres: Unwin Books, 1966.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

SANTOS, Milton. [1979]. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Tradução Myrna T.R. Viana. São Paulo: EDUSP, 2004.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. 2 ed. São Paulo: EDUSP, 2000.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. *In: Santos, M. et al. Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

SANTOS, Milton e bastIRA, Maria Laura. **O Brasil: Território e Sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro, Record, 2001.

SABOURIN, E. **Camponeses no Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SCHERER, Elenise. Renda Mínima de Inserção: Inclusão e Exclusão. *In: SPOSATI, Aldaíza. Renda Mínima e Crise Mundial: saída ou agravamento?*. São Paulo: Cortez, 1997.

SEDUC. Comunidades quilombolas recebem investimentos para a melhoria da infraestrutura das escolas. **Governo de Goiás**. Goiânia, p. 1-2. fev. 2021. Disponível em:

<https://www.goias.gov.br/servico/44-educacao/124394-comunidades-quilombolas-recebem-investimentos-para-a-melhoria-da-infraestrutura-das-escolas.html>. Acesso em: 2 out. 2021.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

SILVA, A. R. F. da. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA COMUNIDADES QUILOMBOLAS: uma luta em construção. **REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - POLÍTICA & TRABALHO**, [S. l.], v. 1, n. 48, p. 115–128, 2018. DOI: 10.22478/ufpb.1517-5901.2018v1n48.27650. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/27650>. Acesso em: 10 mar. 2022.

SILVA, Anderson Paulinoda; BRANDÃO, André; DALT, Saleteda. EDUCAÇÃO E POBREZA:: o impacto das condicionalidades do programa bolsa família. **Revista Contemporânea de Educação**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 301-318, abr. 2009. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/1587/1435>. Acesso em: 10 nov. 2021.

SILVA, Cristiano Martins da. Bolsa Família: para além da transferência de renda. **Jornal Ufg**. Goiânia, p. 1-2. jan. 2022. Disponível em: <https://jornal.ufg.br/n/150078-porque-o-estado-importa>. Acesso em: 25 jan. 2022.

SILVA, Juniele Martins; MENDES, Estevane de Paula Pontes. AGRICULTURA FAMILIAR E CULTURA: identidades e territorialidades. **Anais: XVI Encontro Nacional dos Geografos**. Porto Alegre, p. 1-8. jun. 2010.

SILVA, Marina Osmarina. Saindo da invisibilidade: a política nacional de povos e comunidades tradicionais. **Inclusão Social**. Brasília, p. 7-9. jul. 2007. Disponível em: <http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1596>>. Acesso em: 1 ago. 2020.

SILVA, M. O. da S. e; YAZBEK, M. C.; DI GIOVANNI, G. **A política social brasileira no século XXI**: a prevalência dos programas de transferência de renda. São Paulo: Cortez, 2004.

SILVA, Robson Roberto da. **Sistemas de proteção social e políticas de renda mínima na contemporaneidade**: uma análise do programa bolsa família no município do Rio de Janeiro. 2007. 205 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

SILVA, Robson Roberto da. Renda mínima e proteção social: aspectos históricos, teóricos e conjunturais. **Revista Katálysis**, [s. l.], v. 22, n. 1, p. 110-119, abril 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02592019v22n1p110>. Acesso em: 20 out. 2020.

SKOCPOL, Theda. **Social policy in the United States**: future possibilities in the historical perspective. Nova Jersey: Princeton University Press, 1995.

SMITH, A. **A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SOJA, Edward W.; HADJIMICHALIS, Costis. Between Geographical Materialism and Spatial Fetishism. *Antipode*, [s. l.], v. 17, n. 2-3, p. 59-67, set. 1985.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SOUZA, Pedro Ferreira de; OSORIO, Rafael Guerreiro; PAIVA, Luis Henrique; SOARES, Sergei. Os efeitos do programa bolsa família sobre a pobreza e a desigualdade: um balanço dos primeiros quinze anos. In: SILVA, Tiago Falcão (org.). **Bolsa Família 15 Anos (2003-2018)**. Brasília: Enap, 2018. v. 22. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/3647>. Acesso em: 25 set. 2020.

SPENCE, Thomas. The Rights of Infants. In: DICKINSON, H. T. **The Political Works de Thomas Spence**. NEWCASTLE UPON TYNE: AVERO (EIGHTEENTH-CENTURY) PUBLICATIONS LTD, 1982.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **O chão em pedaços: urbanização, economia e cidades**. Presidente Prudente: UNESP/FCT, 2004 [tese de livre docência].

STANDING, Guy. **How cash transfers boost work and economic security**. New York: United Nations Economic and Social Affairs, 2007.

SUPLICY, E. M. **Renda de cidadania: a saída é pela porta**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SUPLICY, E. **Programa de Garantia de Renda Mínima**. Brasília: Senado Federal, 1992.

VAN PARIJS, Philippe. Renda básica: renda mínima garantida para o século XXI?. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 40, n. 14, p. 179-210, jun. 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142000000300017. Acesso em: 20 maio 2020.

VANDERBORGHT, Yannick; VAN PARIJS, Philippe. **Renda básica de cidadania: Argumentos éticos e econômicos**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2006.

VANDERBORGHT, Yannick; VAN PARIJS, Philippe. **Renda Básica: uma proposta radical para uma sociedade livre e economia sã**. São Paulo: Cortez, 2018.

VAN TRIER, W. **Everyone a King: Na investigation into the meaning and significance of the dabete on incomes with especial reference to thre episodes from the british inter-war experience**. 1995. Tese (Doutorado) - Katholeike University Leuven, Bélgica, 1995.

VIEIRA, Ana Beatriz Duarte; MONTEIRO, Pedro Sadi. Comunidade quilombola: análise do problema persistente do acesso à saúde, sob o enfoque da bioética de intervenção. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 99, p. 610-618, out. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/GwYSxxVb5DCDkyrXhSxW4JG/?lang=pt#>. Acesso em: 27 dez. 2021.

VIVES, J., **De subventione pauperum sive de humanis necessitatibus**. Leiden: C. Matheeußen ed., 2002.

UNGARELLI, D.B. **A comunidade quilombola kalunga do Engenho II: cultura, produção de alimentos e ecologia de saberes**. 2009. 92p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF.

WERNECK, Natasha. Pandemia faz preço dos produtos disparar: salário mínimo não acompanha alta. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, p. 1-2. dez. 2021. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2021/12/06/internas_economia,1328782/pandemia-faz-preco-dos-produtos-disparar-salario-minimo-nao-acompanha-alta.shtml. Acesso em: 1 nov. 2021.

WESTIN, Ricardo. Primeira lei da Previdência, de 1923, permitia aposentadoria aos 50 anos. *In*: SENADO FEDERAL. Agência Senado. **Arquivo S**. 57. ed. [S. l.], 3 jun. 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/primeira-lei-da-previdencia-de-1923-permitia-aposentadoria-aos-50-anos>. Acesso em: 25 out. 2020.


YASBEK, C. *et al.* **O sistema único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. São Paulo: Editora Cortez, 2010.

ZIMMERMANN, Clóvis Roberto; SILVA, Marina da Cruz. O princípio da desmercantilização nas políticas sociais. **Caderno Crh**, Salvador, v. 22, n. 56, p. 346-358, 2009.


ZIMMERMANN, Clóvis Roberto; SILVA, Marina da Cruz. O Programa Bolsa Família em comparação com a experiência da Alemanha. **Revista Espaço Acadêmico**, [s. l.], n. 84, p. 346-358, dez 2009. Disponível em: <http://www.sinteseeventos.com.br/bien/pt/papers/mainaramizziOBrasileasexperienciasinternacionaisdeProgramas.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2020.

APÊNDICE

Apêndice A - Instrumento de Coleta de Dados



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS



RENDA, TERRITÓRIO E AUTONOMIA: EFEITOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO SÍTIO HISTÓRICO KALUNGA (GO).

Instrumento de Coleta de Dados

Roteiro: questionário e entrevista.

COMUNIDADE: _____

1- Caracterização das famílias

1.1- Idade: _____

1.2- Número de filhos

() 1 () 2 () 3 () 4 () mais de 4

1.2- Quantidade de pessoas que compõe o núcleo da família

() 1-3 () 4-6 () 7-9 () 10 ou mais

1.3 Escolaridade

() Ensino Fundamental incompleto	() Ensino Fundamental completo
() Ensino Médio incompleto	() Ensino Médio completo
() Ensino Superior incompleto	() Ensino Superior completo
() Pós Graduação incompleta	() Pós Graduação completa

1.4. Acesso à Saúde

Qual tipo de atendimento médico hospitalar a família tem acesso

() vacinação () pré natal () exames de rotina () atendimentos emergenciais

() Outro _____

2- Caracterização do universo do trabalho

2.1 Possui renda familiar () sim () não;

2.2. Possui trabalho formal () sim () não;

2.3. Qual a atividade econômica realizada? Caracterize.

2.4-Os rendimentos obtidos com essa atividade são suficientes para as despesas mensais da família. () sim () não



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS



3- Políticas Públicas

Em termos percentuais quanto o Bolsa Família representa na renda familiar

() 10 % a 20 % () 20% a 50% () Mais de 50%

3.1- É beneficiária de alguma política pública além do Programa Bolsa Família? Se sim, qual?

3.2- Considera as políticas públicas e os serviços básicos (saúde, educação, saneamento básico) presentes no território Kalunga? O que mudaria para melhorar as condições e qualidade de vida na comunidade?

4- Programa Bolsa Família/ Território

4.1- Qual o destino da renda do Programa Bolsa Família?

() Alimentação () Farmácia e perfumaria () Higiene pessoal () Contas residenciais () Outros _____.

4.2- O dinheiro é usado dentro da comunidade? Considera importante que esse dinheiro seja revertido para a comunidade Kalunga?

4.3 Quem na família é responsável pela escolha de como o dinheiro do Bolsa Família será gasto?

4.3- Enfrenta dificuldade de locomoção para realizar o saque do dinheiro? Qual mecanismo de locomoção utiliza?

4.4- Quais são os principais alimentos consumidos na família? Com a renda do Bolsa Família ocorreram mudanças nos hábitos alimentares?

4.5- Tem buscado manter seus filhos frequentando a escola e com a vacinação em dias? Encontra alguma dificuldade em cumprir essas condicionalidades?

4.7- Acredita que o Programa Bolsa Família contribui para que as famílias quilombolas permaneçam no território Kalunga?

4.6- Qual a sua opinião a respeito do Programa Bolsa Família? Acredita em algo que poderia mudar para melhor?

5- Pandemia

5.1- De que forma a pandemia do coronavírus impactou na comunidade?

ANEXOS

Anexo A – Parecer consubstanciado do Conselho de Ética e Pesquisa da UFG



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: RENDA, TERRITÓRIO E AUTONOMIA: EFEITOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA COMUNIDADE KALUNGA EM GOIÁS

Pesquisador: RENATO AUGUSTO SOUZA GOMES

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 36902020.4.0000.5083

Instituição Proponente: Instituto de Estudos Sócio-Ambientais

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.277.191

Apresentação do Projeto:

O Projeto de Pesquisa intitulado Renda, território e autonomia: efeitos do programa bolsa família na comunidade Kalunga em goiás de autoria de Renato Augusto Souza Gomes. Membro da Equipe de Pesquisa: DENIS CASTILHO. Caracteriza-se como pesquisa qualitativa e de campo no território da comunidade Kalunga, no Nordeste goiano. Propõe um levantamento bibliográfico, pesquisa documental, um banco de dados e mapeamento municipal e pesquisa de campo a respeito do Programa Bolsa Família (PBF) a partir do conceito de território (Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Teresina de Goiás) e da comunidade Kalunga. A pesquisa de campo contará com a aplicação de questionários e a realização de entrevistas com as mães quilombolas beneficiárias do PBF.

Objetivo da Pesquisa:

Compreender de que forma o Programa Bolsa Família (PBF) reverbera no cotidiano, nas relações de produção e troca, na identidade territorial, na produção de territorialidades e na autonomia das famílias quilombolas. Em decorrência deste, será analisado o processo histórico da renda básica ao PBF como formas de enfrentamento da pobreza; compreender o papel das políticas públicas na produção do território Kalunga; Espacializar as famílias pertencentes aos Grupos populacionais tradicionais e específicos (GPTE) em escala municipal e investigar o perfil regional do PBF em Goiás; Compreender o padrão espacial de distribuição dos recursos e das desigualdades socioeconômicas do território goiano; Refletir sobre como o PBF se encontra com as diferentes

Endereço: Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação - Agência UFG de Inovação, Alameda Flamboyant, Qd. K, Edifício K2
Bairro: Campus Samambaia, UFG **CEP:** 74.690-970
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)3521-1215 **E-mail:** cep.prpi@ufg.br



Continuação do Parecer: 4.277.191

formas de sociabilidade no território Kalunga.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Destaca-se como riscos a invasão de privacidade, estigmatização a partir do conteúdo revelado e divulgação de dados confidenciais. Como benefícios, a relevância de que a sociedade e as famílias do território Kalunga tenham ciência sobre a transferência de renda em seu território e sua importância no enfrentamento da pobreza e das desigualdades sociais; Conhecimento do PBF juntamente com sua dinâmica, suas condicionalidades e seus resultados em territórios vulneráveis; Contribuir para o conhecimento geográfico no estado de Goiás, no campo das políticas sociais e das dinâmicas socioespaciais.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa relevante quanto a temática da agenda de política pública brasileira e quanto a grupos populacionais tradicionais e específicos. Especialmente diante do quadro de instabilidade pelo qual passa o país e que reforça a necessidade de análises sobre os efeitos do PBF em territórios de comunidades tradicionais.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Termos em adequação

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Após análise dos documentos postados somos favoráveis à aprovação deste Protocolo de Pesquisa, por não haver óbices éticos, smj deste Comitê.

Considerações Finais a critério do CEP:

Informamos que o Comitê de Ética em Pesquisa/CEP-UFG considera o presente protocolo APROVADO, o mesmo foi considerado em acordo com os princípios éticos vigentes. Reiteramos a importância deste Parecer Consubstanciado, e lembramos que o(a) pesquisador(a) responsável deverá encaminhar ao CEPUG o Relatório Final baseado na conclusão do estudo e na incidência de publicações decorrentes deste, de acordo com o disposto na Resolução CNS n. 466/12 e Resolução CNS n. 510/16. O prazo para entrega do Relatório é de até 30 dias após o encerramento da pesquisa, previsto para abril de 2021.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P	21/08/2020		Aceito

Endereço: Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação - Agência UFG de Inovação, Alameda Flamboyant, Qd. K, Edifício K2
Bairro: Campus Samambaia, UFG **CEP:** 74.690-970
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)3521-1215 **E-mail:** cep.prpi@ufg.br



Continuação do Parecer: 4.277.191

Básicas do Projeto	ETO_1595289.pdf	14:37:39		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Instrumento_de_coleta_de_dados.pdf	21/08/2020 14:15:41	RENATO AUGUSTO SOUZA GOMES	Aceito
Declaração de concordância	Termo_de_Compromisso.pdf	21/08/2020 14:14:34	RENATO AUGUSTO SOUZA GOMES	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_DE_PESQUISA.pdf	21/08/2020 14:11:51	RENATO AUGUSTO SOUZA GOMES	Aceito
Cronograma	Cronograma.pdf	21/08/2020 14:11:18	RENATO AUGUSTO SOUZA GOMES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_de_Consentimento_Livre_e_Escl arecido.doc	21/08/2020 14:10:56	RENATO AUGUSTO SOUZA GOMES	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto.pdf	21/08/2020 14:10:36	RENATO AUGUSTO SOUZA GOMES	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

GOIANIA, 15 de Setembro de 2020

Assinado por:
João Batista de Souza
(Coordenador(a))

Endereço: Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação - Agência UFG de Inovação, Alameda Flamboyant, Qd. K, Edifício K2
Bairro: Campus Samambaia, UFG **CEP:** 74.690-970
UF: GO **Município:** GOIANIA
Telefone: (62)3521-1215 **E-mail:** csp.prpi@ufg.br

Anexo B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Para os Professores



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Você está sendo convidado (a) a participar, como voluntário (a), da pesquisa intitulada RENDA, TERRITÓRIO E AUTONOMIA: EFEITOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO SÍTIO HISTÓRICO KALUNGA (GO). Meu nome Renato Augusto Souza Gomes, sou o pesquisador responsável e minha área de atuação é a Geografia. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra ficará comigo. Esclareço que em caso de recusa na participação, em qualquer etapa da pesquisa, você não será penalizado (a) de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas sobre a pesquisa poderão ser esclarecidas pelo pesquisador responsável, via e-mail renatoaugusto1967@gmail.com e, através do seguinte contato telefônico: (62)984538258, inclusive com possibilidade de ligação a cobrar. Ao persistirem as dúvidas sobre os seus direitos como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa** da Universidade Federal de Goiás, pelo telefone (62)3521-1215, que a instância responsável por dirimir as dúvidas relacionadas ao caráter ético da pesquisa. *O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás (CEP-UFG)* é independente, com função pública, de caráter consultivo, educativo e deliberativo, criado para proteger o bem-estar dos/das participantes da pesquisa, em sua integridade e dignidade, visando contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos vigentes.

O trabalho tem como objetivo geral: compreender de que forma o PBF, como um programa de transferência de renda consolidado, reverbera nas relações de produção, nas territorialidades e na autonomia das famílias quilombolas, beneficiárias das comunidades do território Kalunga.

Você passará por um questionário e uma entrevista, sobre o Programa Bolsa Família e para isso deverá reservar um período de **20 minutos**. Você tem direito ao ressarcimento das despesas decorrentes da cooperação com a pesquisa, inclusive transporte e alimentação, se for o caso, e a pleitear indenização em caso de danos (como invasão de privacidade, discriminação e estigmatização a partir do conteúdo revelado e divulgação de dados confidenciais), conforme previsto em Lei. Se você não quiser que seu nome seja divulgado, está garantido o sigilo que assegure a privacidade e o anonimato. As informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas. Com isso, o resultado da coleta de dados contribuirá com os benefícios da pesquisa como a ampliação do debate sobre as políticas públicas e seus efeitos na comunidade Kalunga.

DO SÍTIO HISTÓRICO KALUNGA (GO). Informo ter mais de 18 anos de idade e destaco que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui devidamente informado e esclarecido (a) pelo (a) pesquisador responsável **Renato Augusto Souza Gomes** sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Declaro, portanto, que concordo com a minha participação no projeto de pesquisa acima descrito.



Goiânia, de de

Assinatura por extenso do(a) participante

Assinatura de duas testemunhas

Assinatura por extenso do(a) pesquisador(a) responsável

Anexo C – Solicitação de autorização para realização da pesquisa de campo

	SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS	
---	---	---

PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO

Eu, **RENATO AUGUSTO SOUZA GOMES**, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás (UFG), portador do RG nº 5592517 SSP - GO, CPF nº 039.896.131-03 através deste documento solicito a Associação Quilombo Kalunga (AQK) a autorização para realização da pesquisa de campo no território do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga. O campo faz parte do projeto de pesquisa de mestrado intitulado "**Renda, território e autonomia: Efeitos do Programa Bolsa Família nas comunidades quilombolas do Sítio Histórico Kalunga (GO)**". O projeto obteve parecer aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFG. Vale ressaltar que a pesquisa de campo contará com todos os cuidados sanitários necessários em virtude da pandemia.

Data: ____/____/____

Data: ____/____/____

Assinatura do pesquisador

Assinatura do Presidente da AQK

Anexo D - Bolsa Família e Cadastro Único no seu Município

CAVALCANTE/GO

Bolsa Família e Cadastro Único no seu Município

Ministério da Cidadania - Secretaria Nacional de Renda e Cidadania



1. Benefícios do Bolsa Família

Em seu município, havia **890** famílias beneficiárias do Bolsa Família no mês de **novembro de 2020** sendo **3.212** pessoas diretamente beneficiadas pelo Programa. Dentre essas famílias, **88,7 %** dos responsáveis familiares (RF) eram do sexo feminino. O Programa prevê o pagamento dos benefícios financeiros preferencialmente à mulher, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento da autonomia feminina tanto no espaço familiar como em suas comunidades.

Nesse mês, o número de pessoas beneficiárias do PBF equivalia aproximadamente a **33%** da população total do município, abrangendo **557** famílias que, sem o programa, estariam em condição de extrema pobreza. A cobertura do programa foi de **67 %** em relação à estimativa de famílias pobres no município. Essa estimativa é calculada com base nos dados mais atuais do Censo Demográfico, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O município está **abaixo da meta** de atendimento do programa. O foco da gestão municipal deve ser na realização de ações de Busca Ativa para localizar famílias que estão no perfil do programa e ainda não foram cadastradas. A gestão também deve atentar para a manutenção da atualização cadastral dos beneficiários, para evitar que as famílias que ainda precisam do benefício tenham o pagamento interrompido.

No mês de **novembro de 2020**, foram transferidos **R\$ 25.494,00** às famílias do Programa no seu município, e o benefício médio repassado foi de **R\$ 28,64** por família.

O valor e os tipos de benefícios recebidos pelas famílias variam de acordo com o perfil de renda, tamanho e composição familiar (se há crianças, adolescentes, gestantes ou nutrízes na família, por exemplo). Na tabela abaixo, constam a quantidade e os valores repassados por tipo de benefício no seu município, no mês de **setembro de 2020**.

Quantidades e valores por tipo de benefício													
Benefício Básico		Benefício Variável à Gestante (BVG)		Benefício Variável à Nutriz (BVN)		Benefício variável (crianças de 0 a 6 anos)		Benefício variável (crianças de 7 a 15 anos)		Benefício variável vinculado ao adolescente (BVJ)		Benefício para superação da extrema pobreza (BSP)	
Quant.	R\$	Quant.	R\$	Quant.	R\$	Quant.	R\$	Quant.	R\$	Quant.	R\$	Quant.	R\$
781	69.509,00	42	1.722,00	11	451,00	630	25.830,00	905	37.105,00	206	9.888,00	205	14.526,00

Referência: setembro de 2020.

Conforme estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), fundação pública federal vinculada ao Ministério da Economia, a cada R\$ 1,00 transferido às famílias do programa, o Produto Interno Bruto (PIB) municipal tem um acréscimo de R\$ 1,78.

1.1. Gestão dos benefícios

Das **890** famílias beneficiárias do PBF no município, **32** estavam com o benefício liberado, **0** estavam com o benefício bloqueado, e **780** estavam com o benefício suspenso. Nesse mesmo mês, **0** famílias tiveram o benefício cancelado. Dentre as famílias habilitadas, **0** famílias tiveram o benefício do PBF concedido.

Gestão de pagamentos

Em relação às parcelas geradas na folha de pagamento do mês de **agosto de 2020**, **9** famílias beneficiárias no seu município sacaram-nas no primeiro mês de validade. Quando esse percentual for inferior a 80%, adote ações no território que ampliem as possibilidades de acesso aos canais de pagamento disponíveis na região e estratégias em parceria com a CAIXA. No que diz respeito às famílias que receberam o benefício do mês de **maio de 2020** durante o prazo de vigência de 90 dias, **20** o fizeram.

O pagamento do Bolsa Família é operado pela Caixa Econômica Federal (CAIXA), que é responsável pela emissão e entrega dos cartões e pelo atendimento aos beneficiários em seus canais de pagamento: agências, lotéricas, correspondentes Caixa Aqui e postos de atendimento bancário (PAB). O município possui, atualmente, 1 canais de pagamento.

Na tabela abaixo consta a quantidade de canais de pagamento por tipo, no mês de **outubro de 2018** no seu município.

Quantidade de canais de pagamento do benefício PBF por tipo	
Agência	0
Lotéricas	0
Caixa Aqui	1
Postos de atendimento bancário (PAB)	0

Referência: outubro de 2018.

Se o seu município não dispõe de canais de pagamento, articule com a CAIXA ações especiais de pagamento, conforme Portaria 204/2011.

No seu município, no mês de **agosto de 2020**, ocorreram 2 operações de pagamentos dos benefícios do PBF em conta simplificada CAIXA Fácil (depósitos em conta corrente ou conta poupança), o que correspondeu a **18 %** do total de operações nesse mesmo período. Para que essa inserção bancária ocorra de forma segura, faz-se necessário o suporte de ações estruturadas e coordenadas de educação financeira, e de informação e orientação adequadas ao uso e acesso aos serviços disponibilizados.

Grupos Prioritários para o Bolsa Família

Tendo em vista o alto grau de vulnerabilidade social, alguns grupos são considerados prioritários no processo de ingresso no PBF. São eles: famílias indígenas, quilombolas, em situação de trabalho infantil, com pessoas libertas de situação análoga à de trabalho escravo e com catadores de material reciclável.

No mês de , 0 famílias beneficiárias no seu município pertenciam a um dos grupos denominados prioritários ao PBF (0 % do total de famílias beneficiárias), conforme tabela abaixo:

Famílias por grupo prioritário PBF		
	Quantidade	Percentual (em relação ao total de famílias beneficiárias do município)
Indígenas	0	0%
Quilombolas	0	0%
Famílias com pessoas libertas de situação análoga à de trabalho escravo	0	0%
Famílias com pessoas catadoras de material reciclável	0	0%
Famílias com pessoas em situação de trabalho infantil	0	0%
Total	0	0%

Referência: reffampbprioritaria;

Obs. 1: A possibilidade de disposição das famílias em categorias prioritárias para o ingresso ao Programa Bolsa Família está regulamentada pelo Decreto nº 5.209/2004 e pela Portaria nº 341/2008.

Obs. 2: O total de famílias prioritárias pode ser inferior à soma dos grupos, pois uma família pode pertencer a mais de um grupo prioritário.

Essas famílias precisam de atendimento diferenciado em relação aos serviços de acompanhamento social, educação, saúde e orientações em gerais.

Averiguação/Revisão Cadastral

Periodicamente, o Ministério da Cidadania convoca as famílias beneficiárias do PBF para atualizarem seus cadastros nos processos de Revisão Cadastral e Averiguação Cadastral. Em cada um desses processos, as famílias são organizadas em grupos, com prazos diferenciados para a atualização cadastral. A listagem pode ser acessada online no Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família (<http://www.mds.gov.br/mds-sigbfb-web/>).

A **série histórica** e o **glossário técnico** dos dados presentes nesta seção pode ser acessada por meio do [link](#).

1.2. Gestão das condicionalidades e o acesso aos serviços de educação, saúde e assistência social

Quando uma família entra no programa, ela e o poder público assumem compromissos para reforçar o acesso de crianças e adolescentes beneficiários à saúde e à educação. Esses compromissos são conhecidos como condicionalidades, quais sejam:

- crianças menores de 7 anos devem ser vacinadas e ter acompanhamento de peso e altura;
- gestantes precisam fazer o pré-natal;
- crianças e adolescentes de 6 a 15 anos devem ter frequência escolar mínima de 85% das aulas a cada mês; e
- adolescentes que recebem o BVJ devem ter frequência escolar mínima de 75% das aulas a cada mês.

1.2.1. Educação

No seu município, 1.059 crianças e adolescentes com perfil para acompanhamento das condicionalidades de educação precisavam ter a frequência escolar acompanhada no quinto período (out/nov) de 2019. Dessas, foram acompanhadas 845, uma cobertura de acompanhamento de 79,79%. A **resultado nacional** é de 93,07% de acompanhamento na educação.

O município possui, portanto, um acompanhamento da frequência escolar **razoável**. É fundamental que o gestor municipal do PBF conheça e se articule com o coordenador municipal do PBF na Educação, que é o responsável técnico por esse acompanhamento na Secretaria Municipal de Educação. A partir disso, podem focar nos beneficiários que estejam sem informação ou com informação desatualizada sobre a escola em que estudam ("não localizados"), realizando ações de orientação às famílias para que informem nas escolas que suas crianças e adolescentes são beneficiários do PBF e para que atualizem o Cadastro Único quando houver mudança de escola, ou ainda realizando a busca ativa de beneficiários que estejam fora da escola.

1.2.2. Saúde

Na área da Saúde, 1.795 beneficiários(as) tinham perfil para acompanhamento das condicionalidades de saúde no segundo semestre de 2019. Compõem o público para acompanhamento das condicionalidades de saúde as crianças menores de 7 anos e mulheres. O município conseguiu acompanhar 1.757 beneficiários(as), o que corresponde a uma cobertura de acompanhamento de 97,88%. O **resultado nacional** de acompanhamento na saúde é de 79,71%.

Assim, o município possui um acompanhamento da agenda de saúde **muito bom**, acima do resultado nacional. No entanto, é fundamental que o gestor municipal do PBF conheça e se articule com o coordenador municipal do PBF na Saúde, que é o responsável técnico pelo monitoramento desse acompanhamento na Secretaria Municipal de Saúde, para continuar alcançando bons resultados. Podem ser realizadas ações de orientações às famílias para que informem que são beneficiárias do PBF quando forem atendidas na rede de saúde e para que atualizem o Cadastro Único quando mudarem de endereço. Também é importante se organizar para registrar mensalmente no sistema da saúde as informações sobre as gestantes identificadas, pois elas são elegíveis ao Benefício Variável Vinculado à Gestante (BVG). As informações de acompanhamento das condicionalidades de saúde servem de base para a articulação intersecretorial entre educação, assistência social e saúde, para que atuem de forma integrada na superação de eventuais vulnerabilidades enfrentadas pelas famílias e na identificação de demandas sociais no território.

1.2.3. Atendimento/Acompanhamento pela Assistência Social das famílias que descumprem as condicionalidades

As famílias que descumprem as condicionalidades podem sofrer efeitos gradativos, que variam desde uma advertência, passando pelo bloqueio e suspensão do benefício podendo chegar ao cancelamento em casos específicos. Esses efeitos são considerados sinalizadores de possíveis vulnerabilidades que as famílias estejam vivenciando, pois demonstram que elas não estão acessando seus direitos sociais básicos à saúde e à educação. Nestes casos, é necessário que o poder público atue no sentido de auxiliar essas famílias a superar a situação de vulnerabilidade e a voltar a acessar esses serviços, retornando a cumprir as condicionalidades. Por isso, as famílias em descumprimento de condicionalidades, em especial aquelas que estão em fase de suspensão, são prioritárias no atendimento/accompanhamento pela assistência social no município.

O município apresenta 2 família(s) em fase de suspensão no mês de novembro de 2019. Dessa(s), 0 família(s) apresenta(m) registro de atendimento/accompanhamento pela assistência social no Sistema de Condicionalidades do PBF (Sicon). O registro no Sicon não substitui os registros que devem ser realizados no prontuário da família e no plano de acompanhamento traçado pela equipe técnica nos CRAS e CREAS. Porém, o registro no Sicon possibilita a utilização da Interrupção Temporária dos Efeitos do Descumprimento de Condicionalidades. Essa ferramenta permite que não sejam aplicados à família os efeitos de descumprimento de condicionalidades, enquanto ela está sendo atendida/accompanhada pela assistência social, evitando que sua situação de vulnerabilidade seja agravada.

Mais informações sobre as condicionalidades do Bolsa Família podem ser encontradas em: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/gestao-do-programa/condicionalidades>

2. O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal

O Cadastro Único é a base de dados do Governo Federal onde estão registradas as informações socioeconômicas das famílias de baixa renda domiciliares no território brasileiro, que são aquelas que possuem renda mensal de até ½ salário mínimo por pessoa.

O governo federal utiliza os dados do Cadastro Único para conceder benefícios e serviços de programas sociais, como: Tarifa Social de Energia Elétrica, Benefício de Prestação Continuada (BPC), Programa Bolsa Família, entre outros. Os dados do Cadastro Único também podem ser utilizados para o mapeamento das vulnerabilidades locais, o planejamento das ações e a seleção de beneficiários dos programas sociais geridos pelo município.

O município já vem realizando as atividades de cadastramento e possui (outubro de 2020):

- 2.126 famílias inseridas no Cadastro Único;
- 1.412 famílias com o cadastro atualizado nos últimos dois anos;
- 1.596 famílias com renda até ½ salário mínimo; e
- 1.127 famílias com renda até ½ salário mínimo com o cadastro atualizado.

A Taxa de Atualização Cadastral (TAC) do município é de 70,61%, enquanto que a **média nacional** encontra-se em 71,85%. A TAC é calculada dividindo o número de famílias cadastradas com renda mensal per capita de até ½ salário mínimo com cadastro atualizado pelo total de famílias cadastradas com renda mensal per capita de até ½ salário mínimo, multiplicado por cem.

Isso significa que o cadastro no seu município **está bem focalizado e atualizado**, ou seja, a maioria das famílias cadastradas pertence ao público alvo do Cadastro Único.

O município pode obter mais informações sobre a gestão do Cadastro Único no site <http://mds.gov.br/assuntos/cadastro-unico>.

3. Índice de Gestão Descentralizada

O Índice de Gestão Descentralizada (IGD) para os municípios (IGD-M) mede mensalmente as Taxas de Atualização Cadastral e de Acompanhamento das Condições de Educação e Saúde. Com base neste índice, que varia de 0 (zero) a 1 (um), são calculados os repasses financeiros que o Ministério da Cidadania realiza aos municípios para ajudar na gestão do Cadastro Único e do Bolsa Família.

Os repasses desses recursos são realizados pelo Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) para o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) do seu município. O último repasse foi de R\$ 3.217, com base no índice 0,84 do IGD-M referente ao mês de agosto de 2020.

Se o IGD-M do município alcançasse o máximo, ou seja, fosse igual a 1 (um), o município receberia R\$ 5.213,00 mensalmente.

Os valores financeiros calculados com base no IGD-M e repassados ao município no **exercício corrente** somam o montante de R\$ 25.668,12. Em maio de 2020, havia em **conta corrente do município (BL GBF FNAS)** o total de R\$ 43.918,47.

A relação entre os recursos recebidos pelo seu município e o saldo em conta corrente mostra que o município está executando **bem** os recursos transferidos através do IGD-M. Importante verificar se ainda há saldo em conta, e se houver, realizar a reprogramação desses recursos para o ano de 2018, considerando essa disponibilidade de recursos no Plano de Ação 2018.

IMPORTANTE

Os recursos recebidos devem ser aplicados em melhorias da gestão do Cadastro Único e do Bolsa Família. Por isso, **planejar** bem as ações, **eleger as prioridades** e **decidir** sobre como e onde devem ser aplicados os recursos provenientes do IGD-M dentro da gestão do Cadastro Único e do Bolsa Família são tarefas sistemáticas que a Gestão local desempenha em conjunto com os responsáveis pela área orçamentária e financeira e pelas áreas de Saúde, Educação e Assistência Social.

A deficiência em qualquer uma dessas áreas compromete o resultado da gestão do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família, afetando o recebimento de recursos financeiros do IGD-M.

A participação do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) também é vital durante todo o processo, desde o planejamento até a aprovação regular das contas. Esse relacionamento demonstra transparência e garante a continuidade do recebimento dos recursos.

Não deixe de consultar o "Caderno do IGD-M" que está disponível no site do Ministério da Cidadania no link http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/Guias_Manuais/ManualIGD-M.pdf. Esse manual traz informações importantes para a Gestão do Cadastro Único e do Bolsa Família, com sugestões de ações para compor o planejamento e a execução dos recursos do IGD-M.

25/01/2021

CAVALCANTE/IGD - Bolsa Família e Cadastro Único

Os dados referentes ao IGD-M são atualizados mensalmente. Confira o link: <http://bit.ly/igdpbf>, onde a gestão poderá consultar os contatos da Coordenação do Cadastro Único e do PBF em seu estado, além do histórico do Índice com as últimas atualizações.

A Coordenação Estadual é um importante parceiro do governo federal para o sucesso da gestão descentralizada do Cadastro Único e do Bolsa Família. Por isso, a aproximação entre as gestões municipais e estaduais e a integração de ações são fundamentais. A coordenação do seu estado dispõe de informações sobre as capacitações oferecidas e outros temas, que irão contribuir, ainda mais, para a evolução da gestão do Cadastro Único e do Bolsa Família no município. Ela recebe recursos financeiros com base do Índice de Gestão Descentralizada dos Estados (IGD-E) e também possui acesso aos dados do IGD-M de cada município.

Quadro-síntese (agosto de 2020)

Acompanhamento da Atualização Cadastral		Acompanhamento das condicionalidades de Educação		Acompanhamento das condicionalidades de Saúde		Fator de Operação	
Nacional	Município	Nacional	Município	Nacional	Município	Nacional	Município
83,29	80,66	93,06	79,79	79,70	97,88	84,83	84,74

Contamos com o seu empenho para aprimorar cada vez mais a gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único!

(Relatório gerado em 25/01/2021)

www.mds.gov.br/bolsafamilia

[^ Ir para o Topo](#)